



2021

Volume 8 | N. 2

REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS LUSOPHONE JOURNAL OF CULTURAL STUDIES

**INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. POLÍTICAS, PRÁTICAS,
INVESTIGAÇÃO E NARRATIVAS**
**INCLUSION OF PERSONS WITH DISABILITIES. POLICIES, PRACTICES,
RESEARCH AND NARRATIVES**

Editores | Editors

**Carlos Veloso da Veiga
Luísa Martins Fernandes
Miguel Ángel Verdugo**

Diretor | Journal Editor

Moisés de Lemos Martins



Título | Title: Inclusão das Pessoas com Deficiência. Políticas, Práticas, Investigação e Narrativas | *Inclusion of Persons With Disabilities. Policies, Practices, Research and Narratives*

Diretor | Journal Editor: Moisés de Lemos Martins (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Diretora Adjunta | Associate Editor: Zara Pinto-Coelho (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Editores Temáticos | Issue Editors

Carlos Veloso da Veiga (CECS, Universidade do Minho, Portugal)
Luísa Martins Fernandes (CECS, Universidade do Minho, Portugal)
Miguel Ángel Verdugo (INICO, Universidade de Salamanca, Espanha)

Conselho Editorial | Editorial Board

Alda Costa (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique), Aldina Marques (CEHUM, Universidade do Minho, Portugal), Alexandre Costa Luís (Universidade da Beira Interior, Portugal), Ana Carolina Escosteguy (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil), Ana Gabriela Macedo (CEHUM, Universidade do Minho, Portugal), Ana Paula Coutinho (Universidade do Porto, Portugal), Annabelle Sreberny (Universidade de Londres, Reino Unido), Annamaria Palácios (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Antônio Hohlfeldt (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil), Armando Jorge Lopes (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique), Barbie Zelizer (Universidade da Pensilvânia, EUA), Carlos Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal), Catarina Moura (Universidade da Beira Interior, Portugal), Cátia Miriam Costa (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal), Círcia M. Krohling Peruzzo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Eduardo Costa Dias (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal), Elton Antunes (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Eliseu Mabasso (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique), Emília Araújo (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Fabio La Rocca (Universidade Paul-Valéry, Montpellier 3, França), Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto, Portugal), Fernando Paulino (Universidade de Brasília, Brasil), Helena Pires (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Helena Sousa (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Isabel dos Guimarães Sá (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Isabel Ferin (Universidade de Coimbra, Portugal), Isabel Macedo (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Janet Wasko (Universidade de Oregon, EUA), Jean Martin Rabot (CECS, Universidade do Minho, Portugal), João Victor Gomide (Universidade FUMEC, Brasil), José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal), José Casquilho (Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Timor-Leste), José Manuel Pérez Tornero (Universidade Autònoma de Barcelona, Espanha), José Roberto Severino (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Joseph Straubhaar (Universidade do Texas, EUA), Juremir Machado da Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil), Lourenço do Rosário (Universidade Politécnica, Moçambique), Luís António Santos (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Lurdes Macedo (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Madalena Oliveira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Maria da Luz Correia (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Maria Immacolata Vassallo de Lopes (Universidade de São Paulo, Brasil), Maria Manuel Baptista (Universidade de Aveiro, Portugal), Mário Matos (CEHUM, Universidade do Minho, Portugal), Martins Maperera (Universidade Zambeze, Moçambique), Messias Bandeira (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Nélia del Bianco (Universidade de Brasília, Brasil), Neusa Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil), Paulo Bernardo Vaz (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Paulo Osório (Universidade da Beira Interior, Portugal), Paulo Serra (Universidade da Beira Interior, Portugal), Raúl Fuentes Navarro (Universidade de Guadalajara, México), Regina Pires Brito (Universidade Mackenzie de São Paulo, Brasil), Rita de Cássia Aragão Matos (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Rita Ribeiro (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Rosa Cabecinhas (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Rosânia da Silva (Universidade Politécnica, Moçambique), Sara Pereira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Silvana Mota Ribeiro (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Silvino Lopes Évora (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde), Sonia Livingstone (London School of Economics, Reino Unido), Teresa Ruão (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Urbano Sidoncha (Universidade da Beira Interior, Portugal), Vincenzo Susca (Universidade Paul-Valéry, Montpellier 3, França), Vítor Sousa (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Xosé López García (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)

Conselho Consultivo | Advisory Board

Alain Kiyindou (Universidade de Bordéus, França), Albino Rubim (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Aníbal Alves (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Cláudia Leite (Theatro Circo, Braga, Portugal), Edilene Dias Matos (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Eloy Rodrigues (SDUM, Universidade do Minho, Portugal), José Bragança de Miranda (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), José Teixeira (CEL, Universidade do Minho, Portugal), Maria Eduarda Keating (CEHUM, Universidade do Minho, Portugal), Margarita Ledo Andión (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha), Michel Maffesoli (Universidade Paris Descartes, França), Miquel de Moragas (Universidade Autònoma de Barcelona, Espanha), Murilo César Ramos (Universidade de Brasília, Brasil), Norval Baitello Junior (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil), Orlando Grossegeisse (CEHUM, Universidade do Minho, Portugal), Paulo Serra (Universidade da Beira Interior, Portugal), Philippe Joron (Universidade Paul-Valéry, Montpellier 3, França)

Produção Editorial | Editorial Production

Assistente Editorial | *Editorial Assistant:* Marisa Mourão (CECS, Universidade do Minho, Portugal)
Tradução e Revisão Linguística | *Translation and Linguistic Revision:* Anabela Delgado (CECS, Universidade do Minho, Portugal)
Direção de Arte Gráfica e Digital | *Graphic and Digital Art Direction:* Alberto Sá & Pedro Portela (CECS, Universidade do Minho, Portugal)
Capa | *Cover design:* Sofia Gomes (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Revisores | Reviewers

Albertino Gonçalves (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Andreia Sofia Oliveira (Universidade do Minho, Portugal), Carla Cerqueira (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal), Fernanda Noya Pinto (Instituto Singularidades de São Paulo, Brasil), Fernando Fontes (Universidade de Coimbra, Portugal), Filipe Venade (Universidade Católica Portuguesa, Portugal), Ivo Domingues (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Jaciete Barbosa dos Santos (Universidade do Estado da Bahia, Brasil), João Danilo Batista Oliveira (Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil), Jorge Arzate (Universidade Autónoma del Estado e México, México), José Leon Crochik (Universidade de São Paulo, Brasil), José Saragoça (Universidade de Évora, Portugal), Luciana Andrade (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil), Luciene Maria da Silva (Universidade do Estado da Bahia, Brasil), Lucimère de Souza (Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil), Luís Cunha (Universidade do Minho, Portugal), Marian Dias (Universidade de São Paulo, Brasil), Miguel Bandeira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Nicoleta Mendes de Matos (Universidade do Estado da Bahia, Brasil), Patricia Silva Dorneles (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Paula Pinto (Universidade de Lisboa, Portugal), Pedro Costa (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Rita Ribeiro (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Rodrigo Nuno Peiró Correia (Universidade de São Paulo, Brasil), Rute Teixeira Pedro (Universidade do Porto, Portugal), Sandra Regina Rosa Fárias (Universidade do Estado da Bahia, Brasil), Silvana Ribeiro (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Sílvio Carvalho (Universidade do Estado da Bahia, Brasil), Susana Noronha (Universidade de Coimbra, Portugal), Valdelúcia Alves da Costa (Universidade Federal Fluminense, Brasil), Valquiria Padilha (Universidade de São Paulo, Brasil), Verónica Guillen Martion Marina (Universidade de Cantabria, Espanha)

Indexação e integrações | Indexation and integrations

ERIH PLUS | DOAJ | REDIB | Google Scholar | BASE | JournalTOC's | Open Access in Media Studies | ROAD | RepositóriUM | RCAAP

Imagem da capa | Cover image: Rachel Gleaves

URL: <https://rlec.pt/> **Email:** rlec@ics.uminho.pt

Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies é editada semestralmente (2 volumes/ano), em formato bilingue (Português e Inglês). Os autores que desejem publicar artigos ou resenhas devem consultar o URL da página indicado acima.
The journal Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit articles for publication should go to URL above.

Editora | Publisher:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga – Portugal

Telefone | Phone: (+351) 253 601751

Fax: (+351) 253 604697

Email: cecs@ics.uminho.pt

Web: www.cecs.uminho.pt

Direitos de Autor (c) 2021 Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies |

Copyright (c) 2021 Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

ISSN: 2184-0458 // e-ISSN: 2183-0886 // ISSN (versão inglesa): 2795-4374

Depósito legal | Legal deposit: 166740/01



Esta publicação é financiada por fundos nacionais, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra as parcelas de financiamento base, com a referência UIDB/00736/2020, e financiamento programático, com a referência UIDP/00736/2020).

This publication is funded by national funds, through Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the scope of the Multiannual Funding of the Communication and Society Research Centre 2020-2023 (which integrates base funding, with the reference UIDB/00736/2020, and programmatic funding, with the reference UIDP/00736/2020).

SUMÁRIO | CONTENTS

Nota Introdutória: Mais Investigação, Melhor Inclusão	7
<i>Introductory Note: More Research, Better Inclusion</i>	
Carlos Veloso da Veiga, Luísa Martins Fernandes & Miguel Angel Verdugo	

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

19

Políticas de Educação Inclusiva e Práxis Pedagógica na Escola Pública: Experiências no Brasil	21
<i>Inclusive Education Policies and Pedagogical Practices in Public Schools: Experiences in Brazil</i>	
Michelli Agra & Valdelúcia Alves da Costa	

Estabelecimento Francês de Apoio e Assistência ao Trabalho e Integração Social e Profissional dos Trabalhadores com Deficiência nas Zonas Rurais. O Exemplo de Habert (Sabóia, França)	41
<i>French Support and Work Assistance Establishment and Social and Professional Integration of Workers With Disabilities in Rural Areas. The Example of Habert (Savoie, France)</i>	
Meddy Escuriet, Mauricette Fournier & Sophie Vuilbert	

Educação Inclusiva na Contemporaneidade à Luz da Teoria Crítica da Sociedade	63
<i>Inclusive Education Policies and Pedagogical Practices in Public Schools: Experiences in Brazil</i>	
Jaciete Barbosa dos Santos & Jenifer Satie Vaz Ogasawara	

Inclusão Profissional de Trabalhadores com Síndrome de Down na Cidade de São Paulo: Satisfação Pessoal, Produtividade e Relações Sociais no Ambiente de Trabalho	79
<i>Professional Inclusion of Down Syndrome Workers in the City of São Paulo: Personal Achievement, Productivity, and Social Relationships in the Work Environment</i>	
Ricardo Casco, Patrícia Ferreira de Andrade, Cintia Copit Freller, Gabriel Katsumi Saito & Roberta Cruz Lima	

Eficácia e Eficiência nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Minas Gerais	99
<i>Effectiveness and Efficiency in Associations of Parents and Friends of the Disabled Persons From Minas Gerais</i>	
Sérgio Sampaio Bezerra	

Tematização da Deficiência na Literatura Infantil — Olhares Sobre as Personagens	119
<i>Thematization of Disability in Children's Literature – Perspectives on the Characters</i>	
Renata Junqueira de Souza & Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues	

(Re)Inserção Profissional de Pessoas com Deficiência: Percepções das Medidas Contrato Emprego Inserção e Contrato Emprego Inserção+ por Beneficiários e Promotores	139
<i>Professional (Re)Integration of Persons with Disabilities: Perceptions of the Contract Employment Insertion/Contract Employment Insertion+ Measures by Beneficiaries and Promoters</i>	
Neuza Cardoso Borges & Paula Campos Pinto	

Trabalhadores com Síndrome de Down: Autonomia e Bem-Estar no Trabalho	157
<i>Workers With Down Syndrome: Autonomy and Wellness at Work</i>	
Alex Sandro Corrêa, José Leon Crochick, Rodrigo Nuno Peiró Correia & Fabiana Duarte de Sousa Ventura	

VARIA | VARIA

175

“O Povo Desliga, Vai à Procura do Fado” — A Rádio e a Resistência Fadista ao Estado Novo na Década de 1930	177
<i>“The People Turn it Off and Go Out Looking for Fado” — Radio and the Fado Resistance to the Estado Novo in the 1930s</i>	
José Ricardo Carvalheiro	

O Mundo Fora do Lugar: A Trajetória de Degradação do Edifício Holiday Sob a Perspectiva do Espaço Social Bourdieusiano	193
<i>World Out of Place: The Degradation Trajectory of Holiday Building From the Perspective of Bourdieusian Social Space</i> Victor Lucena & Julieta Leite	
<hr/>	
Vacinação Contra a Covid-19 — Uma Análise da Comunicação de Saúde das Fontes Oficiais Portuguesas em Ambiente Digital	215
<i>Vaccination Against Covid-19 — An Analysis of Portuguese Official Sources' Digital Health Communication</i> Olga Estrela Magalhães, Clara Almeida Santos, Catarina Duff Burnay, Rita Araújo, Felisbela Lopes & Ana Teresa Peixinho	
<hr/>	



NOTA INTRODUTÓRIA: MAIS INVESTIGAÇÃO, MELHOR INCLUSÃO

INTRODUCTORY NOTE: MORE RESEARCH, BETTER INCLUSION

Carlos Veloso da Veiga

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Luísa Martins Fernandes

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Miguel Angel Verdugo

Instituto Universitario de Integración en la Comunidad, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha

Ao publicar este número sob o título “Inclusão das Pessoas com Deficiência. Políticas, Práticas, Investigação e Narrativas” a *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC) torna-se, seguramente, a primeira revista portuguesa na área das ciências sociais que dedica integralmente um dos seus números ao tema da inclusão das pessoas com deficiência (PCD). Trata-se, pois, de um acontecimento importante pelo seu contributo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para as PCD. Se mais nada justificasse a oportunidade desta publicação, bastaria recordar que o conhecimento historicamente acumulado mostra, sem reservas, o como e o quanto as PCD têm sido socialmente discriminadas, rejeitadas e desprezadas. Para levar a efeito a edição deste número, digamos que a direção do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e os editores se inspiraram nos Artigos 8.º e 27.º da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) das Nações Unidas (CDPD), tendo como especial propósito contribuir para uma melhor consciência social sobre a deficiência, tentando ajudar a combater estereótipos e preconceitos e a promover os direitos das PCD. Esses direitos que, desde 2006, com a promulgação da convenção, pelas Nações Unidas, passaram oficialmente a ser uma questão dos direitos humanos — direito ao respeito, dignidade, escolha, liberdade, trabalho, escolaridade, constituir família, entre outros.

Quando falamos da necessidade de promover a inclusão das PCD, podemos recorrer a Arnold Van Gennep (1981), ao seu modelo de sequência de passagem, para analisar como tendem a ocorrer os processos de inclusão das PCD nos vários espaços sociais, trabalho, educação ou lazer. Trata-se de espaços onde diversas contradições, paradoxos e dualismos mostram como a perda do estatuto de pessoas socialmente excluídas devido à deficiência não conduz necessariamente à aquisição do estatuto integral de pessoas socialmente incluídas. Ou seja, a inclusão efetiva continua por realizar, permanecendo as pessoas naquela que é designada por “condição limiar”, num estado de suspensão social, num limbo de indefinição e ambiguidade, colocadas perpetuamente entre a inclusão e a exclusão, conforme argumentam, entre outros, Robert Murphy, Alain Blanc, Michel Calvez e Charles Gardou. Nesse sentido, a produção de conhecimento científico

é fundamental para compreender os fatores que interagem nos espaços sociais onde a inclusão se cruza com a exclusão. Esses fatores que, no essencial, advêm das crenças socialmente instituídas, que colocam as PCD à margem da produção de relações sociais tidas como adequadas. Por outro lado, esses fatores impelem os antagonismos culturais entre a deficiência e a “normalidade” a manifestarem-se e estão também presentes nos argumentos que os atores tecem a propósito da presença e da participação das PCD naqueles espaços. Na condição limiar, as pessoas estão ocultas para os restantes membros da sociedade, na situação que Victor Turner (1990) designa de “invisibilidade estrutural”, e por via disso são facilmente prescindíveis. Sendo uma situação ambígua, as pessoas com deficiência são alvo de atitudes e práticas sociais excludentes, dado que a situação de sujeitos em condição limiar as torna simbolicamente invisíveis, ou seja, como referem Ravaud e Stiker (2000), não estão “nem verdadeiramente vivas, nem verdadeiramente mortas, nem verdadeiramente excluídas, nem verdadeiramente incluídas” (p. 2). Em suma, encontram-se de passagem da exclusão para a inclusão, na medida em que, hipoteticamente, tanto podem regressar à anterior situação de exclusão como serem efetivamente incluídas.

Portanto, são múltiplas as razões pelas quais a investigação social sobre deficiência pode dar contributo para a inclusão das PCD e, por consequência, melhorar a sua qualidade de vida. Deve, por isso, ser disseminada para comunicar teorias e resultados, com interesse para académicos, legisladores, jornalistas, ativistas, decisores políticos, profissionais das organizações de e para PCD, incluindo as próprias PCD. É neste sentido que se orienta estrategicamente este número da RLEC. Pretende-se, essencialmente, que possa contribuir para a divulgação de conhecimento científico, tendo como pano de fundo problemáticas do campo da deficiência. Em rigor, trata-se de contribuir para o cumprimento dos objetivos da CDPD, para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitadora dos direitos humanos. Nessa estratégia de disseminação cabe também a ideia de o conteúdo dos artigos aqui publicados chegar ao conhecimento dos agentes que atuam no campo da deficiência, pessoas, famílias, organizações de (re)habilitação e seus profissionais, incluindo as próprias PCD, por forma a aumentar a consciência social dos problemas que as afetam e das soluções que podem eliminá-los ou, ao menos, mitigá-los. É, ainda, nossa intenção promover a sensibilização para os direitos das PCD, conforme determina o Artigo 31.º da CDPD (Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006). Neste artigo, apela-se expressamente à criação de conhecimento científico neste domínio. Igualmente, pretende-se contribuir para o sucesso dos objetivos de desenvolvimento do milénio, que estão intimamente ligados à satisfação das necessidades das PCD. Os oito artigos aqui publicados cumprem exemplarmente esses propósitos.

Com alcance estratégico, ainda que mais difuso e abrangente, importa relevar a importância do conhecimento científico na condução da mudança social. Para isso, basta atentar nos problemas colocados pelo envelhecimento da população (que acarreta um crescente número de pessoas incapacitadas) e pelas deficiências adquiridas, decorrentes dos riscos da organização social, com impactos nos sistemas de saúde e nos

processos de reabilitação funcional e biopsicossocial. Ou seja, investigar em deficiência e disseminar os resultados da investigação é contribuir para a melhoria das políticas e das práticas de (re)habilitação, no pressuposto de que, como decorre das pesquisas de Robert Shalock e Miguel Verdugo, a promoção da qualidade de vida das PCD se joga no contexto da vida quotidiana. De facto, na atualidade, esses autores estão a propor a união do modelo de qualidade de vida com o de apoios, já que o propósito não é tanto a reabilitação, mas a melhoria da qualidade de vida, através do apoio do meio ambiente (família, profissionais, organizações, administrações).

Por outro lado, estando a deficiência tão entranhada nos sistemas sociais, há uma miríade de problemáticas a necessitar de investigação científica, tanto do ponto de vista estritamente cultural e social, como multidisciplinar. Efetivamente, há imenso espaço para desenvolver estudos focalizados, comparados ou longitudinais, sejam de alcance nacional, regional ou internacional. Este espaço está a desafiar a formação de parcerias de investigadores dos países lusófonos, e também dos países latino-americanos e da União Europeia. Digamos que este número da RLEC aposta na mobilização dos investigadores sociais, na defesa de valores inclusivos, que permitam identificar, compreender e explicar as dificuldades e os problemas sentidos pelas PCD. Estas pessoas que, para além das suas limitações físicas, sensoriais e cognitivas, vivem em contextos sociais regidos por regras sociais que as discriminam, desvalorizam e excluem. Tais regras produzem-se e reproduzem-se na relação entre a deficiência e a “normalidade”, ou seja, nos momentos e espaços da interação entre as PCD e o seu meio social envolvente, físico e relacional.

Na verdade, cada PCD é um ser único, podendo ser múltiplas as causas e as consequências da sua situação, em função do tipo e grau de deficiência e do ambiente concreto, físico, organizacional e social, da sua vida quotidiana. Por esta razão, importa que o conhecimento científico também permita compreender e explicar como as experiências individuais contribuem para a construção social da deficiência. Com efeito, a própria exclusão e discriminação das PCD não resultam apenas das limitações colocadas pela deficiência em si ou decorrentes da sua situação de classe ou socioeconómica. A exclusão e discriminação resultam também do facto de que vivem e se mobilizam em ambientes que não têm em conta as suas necessidades físicas, sociais, comunicacionais ou relacionais (transportes, elevadores, escadas, balcões de atendimento, livros, língua gestual, registos áudio...).

Importa, também, que a investigação social analise as políticas sociais públicas direcionadas direta ou indiretamente para as PCD. E deve fazê-lo na sua relação com as práticas das organizações que promovem a inclusão. Será a forma de compreender e explicar como interatuam na reprodução e/ou transformação da qualidade de vida das PCD. Estas necessidades de investigação social estendem-se à análise dos processos, práticas, discursos e estratégias, com que agentes públicos e privados aplicam os princípios da CDPD. O conhecimento científico daí resultante é indispensável para se compreender como está a ser (re)construída social e politicamente a deficiência. Com efeito, é no encontro das políticas governamentais com as práticas organizacionais que se vai fortalecendo o lugar da deficiência na sociedade e se vão afirmando os direitos das

PCD. Embora atravessemos um momento histórico de um notório abrandamento da ação cívica e cidadã organizada, os movimentos sociais da deficiência, particularmente em Portugal e no Brasil, foram determinantes na criação, adaptação e transformação de quase todas as organizações especializadas atualmente existentes, em especial, na obtenção de recursos, no desenvolvimento do enquadramento legal e na melhoria do próprio meio ambiente físico ou socialmente construído. A ação desses movimentos precisa de ser amplamente estudada nas múltiplas relações com o Estado e a sociedade, nas suas estratégias e práticas de ação. E, sendo uma evidência que a deficiência ocorre em todos os lugares e em todas as culturas conhecidas, é necessário encontrar respostas para diversas questões. Assinalamos algumas: há ou não uma cultura da deficiência, oriunda das diversas categorias de PCD e da deficiência no geral? Ou seja, há ou não uma cultura da cegueira, e também uma cultura da surdez, e ainda uma cultura das limitações à mobilidade? E será que estamos perante verdadeiras culturas? Ou estas culturas não passam de subculturas, e mesmo de contraculturas? Isso deixa espaço para investigar como se formam e variam as definições, tratamentos e experiências de vida das PCD, em função das diferentes culturas ou subculturas que existem numa dada sociedade ou meio social.

O conhecimento das ciências sociais também é fundamental para a compreensão das barreiras físicas e sociais, e das razões pelas quais estas barreiras persistem, e também para a promoção de uma melhor redistribuição dos recursos públicos direcionados para a sua eliminação. Importa, ainda, promover o conhecimento rigoroso e permanente da composição qualitativa e quantitativa da população com deficiência, dos impactos das novas formas de definição da deficiência, assim como da sua medição e operacionalização. Neste particular, à investigação pedem-se contributos para a criação de instrumentos de medição válidos e confiáveis, além do apoio na resolução de numerosos problemas associados à recolha de dados. Igualmente, importa que a investigação social se interesse por estudar os ambientes físicos e sociais em que vivem as PCD. Estamos a falar de investigação essencial para compreender os diferentes fatores da construção social da deficiência. Referimo-nos, por exemplo, às consequências das barreiras físicas e ambientais, às atitudes e representações sociais dominantes, aos fatores de risco associados aos estilos de vida urbano e rural e à sua prevenção. Como bem sabemos, tais fatores limitam as oportunidades de inclusão das PCD no acesso ao sistema educativo e ao mercado de trabalho, entre outros papéis e funções sociais relevantes.

A investigação social também pode proporcionar uma melhor compreensão das consequências da rápida expansão da chamada “tecnologia assistiva”, a qual está a conceber e a produzir dispositivos de assistência que estão a mudar a vida das PCD. Além disso, pode contribuir para a melhoria desses dispositivos e para a compreensão dos fatores que regulam o seu acesso, assim como os seus impactos na vida quotidiana e na participação social das pessoas que os utilizam. Igualmente, da investigação social na área da deficiência podem surgir contributos para solucionar problemas, relacionados, designadamente, com cuidados prestados pelas famílias às PCD, assim como com os seus impactos nas relações intrafamiliares. Mas da investigação social na área da

deficiência podem ainda surgir contributos que regulem as atividades de adaptação familiar à situação, assim como a redistribuição de papéis e processos de integração ou desintegração familiar. A investigação social pode, ainda, apoiar a ação, comunicação, estruturação e desenho organizacional das organizações que atuam no campo da deficiência, bem como as suas relações com o Estado, as famílias, as PCD e demais atores do meio em que se inserem.

Por outro lado, na esfera da investigação social também há espaço para analisar os processos de socialização primária das crianças (casos de deficiência congénita) e a socialização dos adultos (deficiência adquirida por acidente ou doença) ou dos idosos (deficiência por via do envelhecimento). A investigação social pode, ainda, recair sobre os efeitos desses processos na interação destas pessoas com a família, grupos de pertença e referência e as instituições sociais e organizacionais. Relevam também contributos de investigação que acompanhem o aumento da longevidade. Contributos que ajudem a compreender e explicar, por exemplo, as consequências sociais da capacidade da medicina em prolongar a vida de pessoas com doenças graves e lesões crónicas e incapacitantes, que vivem vidas individual e socialmente limitadas. Ou seja, a deficiência obriga a investigar as questões demográficas e epidemiológicas, de modo a serem conhecidas as distribuições, geográficas e sociais, dos vários tipos de deficiência, bem como a incidência ou prevalência da deficiência por idade, sexo e etnia.

Existem, ainda, muitas questões relacionadas com os cuidados de saúde das PCD, que podem ser do interesse dos cientistas sociais, que estudam os sistemas de saúde, por exemplo, questões relacionadas com a forma como as PCD usam os cuidados de saúde ou como são acolhidas e tratadas nas organizações de saúde. Os estudos culturais e sociais centrados na deficiência podem, sem dúvida, enriquecer-se com investigação que dê alguma atenção às vítimas e aos processos de vitimização e de violência que atingem as PCD, em especial as mulheres, e também sobre as estratégias e as práticas de resposta do sistema de investigação e de justiça criminal às ações criminosas e seus impactos, nomeadamente enquanto fatores causais de incapacidade seio da sociedade.

Todavia, não basta investigar com recurso às tradicionais metodologias de investigação social. Os investigadores devem privilegiar metodologias emancipadoras, garantindo a participação das PCD nas investigações que lhes digam respeito, em conformidade com o lema do internacionalmente reconhecido Movimento para a Vida Independente: “nada sobre nós sem nós”. Este movimento demonstrou quão prejudicial era a abordagem individualista e biomédica da deficiência e alertou para a importância de examinar a experiência da deficiência como percebida individual e coletivamente pelas PCD. Claramente, quando desenvolvemos programas de apoio ou reabilitação, os interesses e desejos do indivíduo são da maior importância no estabelecimento dos planos. Mas, para apreciar as mudanças que resultam dos planos implementados, temos de as medir objetivamente, o que requer a participação dos profissionais ou membros da família.

Tal como atestam os artigos aqui publicados, a deficiência é sobretudo uma questão social e cultural, não uma questão biomédica, que afeta uma pequena parte da população, convertida em minoria social, mas um dos principais fenómenos sociais da

atualidade, que afeta as sociedades no seu todo. A partir da diversidade do conteúdo dos artigos aqui publicados, acreditamos estar a viver um novo tempo na relação do campo de deficiência, não apenas com o campo científico, mas também com o campo social. Tendo em conta o passado recente, este tempo novo pode caracterizar-se pela existência da crescente atenção científica às questões da deficiência, assim como uma atenção social aos problemas das PCD. Vários sinais dão testemunho de uma consistente evolução nesse sentido, muito embora se trate de um tempo ainda prenhe de contradições, ambiguidades e ambivalências, face à continuidade da marginalização, exclusão e baixa qualidade de vida das PCD.

A despeito dessa evolução, a verdade é que, incluindo os países mais desenvolvidos nos estudos culturais, incluindo a sociologia e as ciências sociais em geral, só tardiamente a deficiência se converteu em objeto científico. Nos países lusófonos, incluindo Portugal, o panorama continua bastante desolador, com as questões da deficiência ainda longe de fazerem parte integrante da agenda dos cientistas sociais. Na verdade, os países lusófonos estão bastante atrasados, quando comparados com países como o Reino Unido e a França. No caso do Reino Unido, a Disabled People International anda há pelo menos 30 anos a estimular os estudos culturais e sociais sobre a deficiência. Para o efeito, orienta-se por um modelo teórico (modelo social) que fornece algumas orientações práticas que devem ser desenvolvidas para apoiar as necessidades das PCD. O mesmo acontece em França com a ação da Maison des Sciences Sociales du Handicap, da École des Hautes Études en Santé Publique. Em Portugal, por exemplo, apesar de existir uma organização estatal para área da deficiência (Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.), não existe nenhuma revista de ciências sociais que dissemine conhecimento oriundo do campo da deficiência. Aparentemente, no restante espaço lusófono também não existe nenhum grupo (instituto ou centro de investigação universitário), formalmente constituído, que investigue de forma permanente no campo da deficiência, na ótica dos estudos culturais ou sociológicos. Na verdade, podemos constatar, percorrendo a literatura lusófona dedicada às questões da deficiência, que poucos investigadores nos países lusófonos se interessam, de forma permanente, pelas questões culturais e sociais da deficiência. Precisamos com urgência de mais e mais investigação, com a mesma urgência com que precisamos de mais e mais inclusão. Com a edição deste número da RLEC, estamos a fazer a nossa parte.

Assim sendo, Michelli Agra e Valdelúcia Alves da Costa, em “Políticas de Educação Inclusiva e Práxis Pedagógica na Escola Pública: Experiências no Brasil”, através de uma abordagem centrada na teoria crítica da sociedade, analisam a implementação de políticas públicas de educação inclusiva e as experiências de inclusão escolar de estudantes com deficiência visual numa escola pública de Niterói, estado do Rio de Janeiro (Brasil). O seu objetivo central é caracterizar as experiências sobre as práxis pedagógicas com estudantes com deficiência visual considerados em situação de inclusão. No essencial, os resultados deste artigo vão no sentido de mostrar que a inclusão escolar de estudantes com deficiência, para ser efetivamente inclusiva, obriga a um “compromisso político-pedagógico coletivo de professores, gestores e familiares em prol da escola pública” (p. 21).

O artigo seguinte, de título “Estabelecimento Francês de Apoio e Assistência ao Trabalho e Integração Social e Profissional dos Trabalhadores com Deficiência nas Zonas Rurais. O Exemplo de Habert (Sabóia, França)”, Meddy Escuriet, Mauricette Fournier e Sophie Vuilbert, centra-se no processo de inclusão profissional de um coletivo de pessoas com deficiência psíquica e/ou com deficiência intelectual, num estabelecimento francês de apoio e assistência ao trabalho localizado numa pequena aldeia rural e montanhosa dos Alpes. Essa experiência, segundo os autores, oferece às PCD não apenas uma remuneração pelo trabalho realizado, mas funciona também como uma terapia que produz satisfação com a vida, sentimentos de utilidade, reconhecimento social e oportunidades de vida independente e participação comunitária. Concluem os autores que, apesar da inclusão profissional decorrer num meio rural situado em território agreste e geograficamente afastado dos grandes centros, dado o facto de a instituição proporcionar apoio personalizado à mobilidade, o isolamento geográfico pode funcionar como um fator de inclusão profissional, social e espacial.

Em “Educação Inclusiva na Contemporaneidade à Luz da Teoria Crítica da Sociedade”, Jaciete Barbosa dos Santos e Jenifer Satie Vaz Ogasawara, recorrendo à teoria crítica da sociedade, sobretudo aos estudos de Adorno, ensaiam uma importante reflexão sobre os caminhos da educação inclusiva. Uma tal inclusão, apesar dos avanços sociais e políticos, continua, no Brasil e em muitos países do mundo, atravessada por barreiras físicas, sociais e de atitude, que criam limitações e dificuldades várias ao processo educacional das PCD. O seu percurso continua permeado por muita precariedade, evidenciada, tanto pela indisponibilidade de recursos e serviços básicos de acessibilidade, quanto pela manutenção de crenças e atitudes que impedem a inclusão educacional digna das PCD. As autoras concluem que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva obriga a olhar para além das necessidades específicas das PCD. Ou seja, a educação inclusiva depende também da formação, pelos sistemas educativos, de sujeitos comprometidos com a valorização da diversidade humana e que a aceitem sem reservas. Sem essa formação, a escola inclusiva existirá apenas no plano formal, continuando a vigorar as práticas de discriminação, marginalização e segregação, pelo que, segundo as autoras, é a “barbárie, resultante de uma pseudoformação/semiformação, que ainda impera na maioria das nossas instituições” (p. 63).

Segue-se o artigo “Inclusão Profissional de Trabalhadores com Síndrome de Down na Cidade de São Paulo: Satisfação Pessoal, Produtividade e Relações Sociais no Ambiente de Trabalho”, de Ricardo Casco, Patrícia Ferreira de Andrade, Cintia Copit Freller, Gabriel Katsumi Saito e Roberta Cruz Lima. Neste artigo, os autores apresentam os resultados de uma pesquisa realizada em 2018, com base numa amostra de 20 jovens trabalhadores com síndrome de Down. Da análise feita pelos autores a um conjunto de dimensões relacionadas com o processo de inclusão profissional dos jovens da amostra, é possível concluir que estão satisfatoriamente incluídos nos sistemas relacionais e laborais das organizações empregadoras. A prova disso está nos níveis de satisfação com o trabalho e no adequado desempenho das atividades e tarefas que realizam.

Da autoria de Sérgio Sampaio Bezerra, o artigo denominado “Eficácia e Eficiência nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Minas Gerais” traz-nos alguns

traços e retratos da ação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Minas Gerais (Brasil). Esses traços e retratos foram obtidos a partir do ponto de vista dos seus gestores, considerando as três dimensões da missão daquelas organizações: oferta de serviços; melhoria da qualidade dos serviços; e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual. Desenvolvendo um laborioso e criterioso processo metodológico e ancorando-se nos princípios da análise sistémica, o autor analisou, com o recurso a diversas técnicas de análise estatística, os dados provenientes de uma amostra aleatória de 199 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, com vista a medir a eficácia e eficiência da rede mineira dessas organizações. Os resultados obtidos podem, de certo modo, considerar-se surpreendentes, considerando a heterogeneidade da rede no que concerne às diferenças existentes entre as organizações que a compõem, especialmente em termos de localização, dimensão e variedade dos serviços prestados às pessoas com deficiência. De facto, ao contrário do que seria de esperar, os resultados da análise estatística apontam para uma homogeneidade da rede. Daí não ter sido possível ao autor construir um modelo explicativo quantitativo capaz de captar as diferenças de eficácia e eficiência da ação das organizações da rede.

No artigo “Tematização da Deficiência na Literatura Infantil — Olhares Sobre as Personagens”, Renata Junqueira de Souza e Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues discutem a forma como são representadas as pessoas com deficiência física em seis obras de literatura infantil. Trata-se de uma discussão relevante, face aos desígnios da inclusão das crianças e jovens com deficiência física, nos quais se intercetam os objetivos da política nacional de educação especial brasileira com a forma como as editoras de literatura infantil interpretam esses desígnios nas obras que publicam. As obras analisadas pelas autoras colocam as personagens com deficiência em dois registos diferenciados entre si. Por um lado, segundo um registo pouco inclusivo, que olha a deficiência com as lentes do politicamente correto e estereotipa as PCD. Este registo representa-as como sujeitos, tanto capazes de superação heroica como de aceitação, pura e simples, das limitações da situação em que se encontram. Por outro lado, segundo um registo inclusivo, que olha a deficiência com as lentes da diversidade humana, colocando as personagens com deficiência em condições de igualdade com as outras sem deficiência. Neste registo, a superação e aceitação do real inspiram as interações entre as personagens envolvidas nas narrativas das histórias apresentadas. Concluem as autoras que “é relevante analisar obras que não reforcem estereótipos, colocando as personagens em condições de subalternidade e/ou que inspirem piedade, nem remetam à deficiência como superação heroica, resignação e aceitação do destino ou vontade divina” (p. 135).

No artigo “(Re)Inserção Profissional de Pessoas com Deficiência: Perceções das Medidas Contrato Emprego Inserção e Contrato Emprego Inserção+ por Beneficiários e Promotores”, Neuza Cardoso Borges e Paula Campos Pinto questionam a política do Estado português para a promoção da empregabilidade das pessoas com deficiência e os seus resultados. Para o efeito, as autoras apresentam e discutem

os resultados de um estudo de natureza exploratória e qualitativa sobre as medidas contrato emprego inserção e contrato emprego inserção+ (CEI/

CEI+), realizado na região de Lisboa e Vale do Tejo, que analisou a perceção de três stakeholders — 16 beneficiários/as com deficiência, nove entidades promotoras das medidas e sete entidades promotoras de formação e emprego de pessoas com deficiência — com o objetivo de conhecer as suas perspetivas sobre os aspetos facilitadores e as limitações na aplicação destas medidas. (p. 139)

Segundo as autoras, no essencial, deve concluir-se que, apesar de as medidas analisadas terem efeitos positivos no bem-estar das pessoas envolvidas e serem consideradas como boas oportunidades para mostrarem as suas capacidades e competências profissionais, não resolvem de forma satisfatória e permanente as necessidades de emprego das pessoas com deficiência. O artigo é concluído com um conjunto de recomendações, retiradas dos testemunhos dos atores envolvidos, que podemos considerar de relevante contributo para uma maior eficácia das medidas analisadas.

Finalmente, em “Trabalhadores com Síndrome de Down: Autonomia e Bem-Estar no Trabalho”, Alex Sandro Corrêa, José Leon Crochick, Rodrigo Nuno Peiró Correia e Fabiana Duarte de Sousa Ventura mostram-nos como a inclusão profissional de uma amostra de trabalhadores com síndrome de Down impactou a sua qualidade de vida. Esses impactos são múltiplos e fazem-se notar a vários níveis: individual; relações sociais e afetivas; e expectativas para o futuro. Em especial, os autores dão-nos conta de melhorias ao nível do bem-estar, da autoestima e da autonomia e de outras “conquistas no campo afetivo-social (namoros e amizades), nos âmbitos familiar, económico e profissional, ainda que com restrições” (p. 157). Além disso, o emprego também provocou melhorias ao nível dos sentimentos de utilidade e de aceitação pelos outros, bem como a projetarem o futuro de maneira semelhante aos restantes jovens com idades semelhantes.

A seção “Varia” contém três artigos. O primeiro, de José Ricardo Carvalheiro, tem como título “‘O Povo Desliga, Vai à Procura do Fado’ — A Rádio e a Resistência Fadista ao Estado Novo na Década de 1930”. No essencial, o autor procura identificar as articulações da rádio com o fado ao longo dos anos 30 do século XX, período marcado pela ascensão do salazarismo em Portugal, articulações essas que podem ser consideradas o resultado de lutas pela dominação do campo da difusão radiofónica, entre diversos atores, com diferentes objetivos e estratégias próprias. O segundo, denominado “O Mundo Fora do Lugar: A Trajetória de Degradação do Edifício Holiday Sob a Perspectiva do Espaço Social Bourdieusiano” de Victor Lucena e Julieta Leite é, segundo os próprios autores, “uma interpretação reflexiva sobre a trajetória de degradação simbólica de um emblemático prédio construído em 1957 no Recife (Brasil) — o Edifício Holiday” (p. 193). Finalmente, integra a seção o artigo da autoria de Olga Estrela Magalhães, Clara Almeida Santos, Catarina Duff Burnay, Rita Araújo, Felisbela Lopes e Ana Teresa Peixinho, intitulado “Vacinação Contra a Covid-19 — Uma Análise da Comunicação de Saúde das Fontes Oficiais Portuguesas em Ambiente Digital”. Neste artigo as autoras analisam e avaliam a forma como o Estado português e as organizações de saúde portuguesas comunicam com os seus públicos via digital, num tempo marcado pela crise sanitária provocada

pela pandemia covid-19. Para o efeito, recolheram informação sobre os conteúdos digitais publicados em cinco websites e quatro páginas de redes sociais online. Essa recolha decorreu entre o dia do anúncio da autorização da primeira vacina e o início da aplicação da administração da segunda dose aos profissionais de saúde. Os resultados apontam para a emissão de informação de cariz meramente informativo, à qual faltou o conteúdo pedagógico necessário ao envolvimento e capacitação dos destinatários.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, December 13, 2006, <https://www.inr.pt/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>

Ravaud, J.-F., & Stiker, H.-J. (2000). Les modèles de l'inclusion et de l'exclusion à l'épreuve du handicap. 1re partie: Les processus sociaux fondamentaux d'exclusion et d'inclusion. *Handicap - Revue de Sciences Humaines et Sociales*, 86, 1–18.

Turner, V. (1990). *Le phénomène rituel. Structure et contre-structure*. PUF.

Van Gennep, A. (1981). *Les rites de passage*. Picard.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Carlos Veloso da Veiga é professor associado com agregação do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Os seus interesses de investigação focalizam-se, essencialmente, no campo da deficiência e das organizações de reabilitação das pessoas com deficiência. Tem participado como consultor científico e avaliador em vários projetos de investigação/ação e é autor e coautor de diversos livros e artigos científicos, com especial incidência na área da deficiência e reabilitação.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3194-6697>

Email: cveiga@ics.uminho.pt

Morada: Campus de Gualtar, ICS, University of Minho, 4700-057 Braga, Portugal

Luísa Martins Fernandes é doutora em sociologia, professora de educação especial, investigadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e formadora acreditada pelo Conselho Científico – Pedagógico de Formação Contínua. Orienta a sua investigação no âmbito da inclusão profissional, vida independente, autodeterminação, participação na comunidade e qualidade de vida. Tem publicações em capítulos

de livros e artigos científicos com relevância para a área da deficiência. Venceu a edição de 2019 do Prémio António Dornelas com a tese de doutoramento *Ação Organizacional e Qualidade de Vida: Um Estudo Comparado do Norte de Portugal e Galiza no Campo da Deficiência Mental*. A tese foi premiada pela Fundação Vicente de Risco para publicação na Galiza, Espanha. Recebeu uma menção honrosa, na edição de 2018 do Prémio António Dornelas, pela coautoria na publicação “Inclusão Profissional e Qualidade de Vida”.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6221-5435>

Email: luisaoliveiram@gmail.com

Morada: Campus de Gualtar, ICS, University of Minho, 4700-057 Braga, Portugal

Miguel Angel Verdugo é professor catedrático de psicologia da deficiência, diretor do Instituto Universitário de Integração Comunitária e do Serviço de Informação sobre Deficiência da Universidade de Salamanca. Coordenou mais de 100 projetos de investigação financiados. É diretor da revista científica *Siglo Cero*. Aparece em 2020 (PLOS-Biologia) no “Ranking of the World Scientists: World’s Top 2% Scientists” da Universidade de Stanford, na lista dos investigadores mais influentes do mundo.

ORCID <http://orcid.org/0000-0002-5802-8220>

Email: verdugo@usal.es

Morada: Universidad de Salamanca, Avda. de la Merced, 109-131, 37005, Salamanca, España

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

ARTIGOS TEMÁTICOS | *THEMATIC ARTICLES*

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁXIS PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

Michelli Agra

Investigadora autônoma, Niterói, Brasil

Valdelúcia Alves da Costa

Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

RESUMO

Este artigo refere-se aos resultados de uma pesquisa sobre a implementação de políticas públicas de educação inclusiva e as experiências de inclusão escolar de estudantes com deficiência visual na Escola Municipal Adelino Magalhães, localizada em Niterói, estado do Rio de Janeiro, e tem por objetivo central caracterizar as experiências sobre a práxis pedagógica com estudantes com deficiência visual considerados em situação de inclusão. O referencial teórico-metodológico adotado na problematização do objeto de estudo e análise dos dados foi a teoria crítica da sociedade. Participaram do estudo: dois estudantes com deficiência visual considerados em situação de inclusão, uma professora da sala de aula inclusiva, uma professora da sala de recursos multifuncionais e uma professora de apoio pedagógico à inclusão escolar. Os resultados revelaram que a Escola Municipal Adelino Magalhães está desenvolvendo a educação inclusiva, sobretudo em decorrência da implementação das políticas públicas de educação no município de Niterói, que estabelecem como prioridade a inclusão escolar de estudantes com deficiência. Foi constatado que a educação inclusiva demanda compromisso político-pedagógico coletivo de professores, gestores e familiares em prol da escola pública e de sua democratização. Consequentemente, a educação inclusiva possibilita experiências de ensino e aprendizagem solidárias, centradas na humanização de estudantes com deficiência, tornando-os, assim, aptos a se reconhecerem como partícipes da sociedade, na qual impera a violência presente na competitividade.

PALAVRAS-CHAVE

políticas públicas, educação inclusiva, práxis pedagógica, escola pública

INCLUSIVE EDUCATION POLICIES AND PEDAGOGICAL PRACTICES IN PUBLIC SCHOOLS: EXPERIENCES IN BRAZIL

ABSTRACT

This article refers to the results of a survey on policy implementation of public policies for inclusive education and the experiences of school inclusion of students with visual impairments at the Adelino Magalhães Municipal School, located in Niterói, state of Rio de Janeiro, with the primary objective of characterizing the experiences on pedagogical praxis with students with visual impairments considered to be in a situation of inclusion. The theoretical-methodological framework adopted in the problematization of the object of study and data analysis was the critical theory of society. The study included: two visually impaired students considered to be in a situation of inclusion, a teacher from the inclusive classroom, a teacher from the multifunctional resources room and a teacher of pedagogical support for school inclusion. The results revealed that the Adelino Magalhães Municipal School is developing inclusive education, mainly due to the implementation of public education policies in the municipality of Niterói, which prioritize the inclusion of students with disabilities. It was found that inclusive education demands

collective political-pedagogical commitment from teachers, administrators and family members in favor of public schools and their democratization. Consequently, inclusive education enables solidary teaching and learning experiences centered on the humanization of students with disabilities, thus making them able to recognize themselves as participants in society, in which the violence present in competitiveness prevails.

KEYWORDS

public policy, inclusive education, pedagogical praxis, public school

INTRODUÇÃO¹

No atual estágio civilizatório, a educação inclusiva é uma luta não exclusivamente por políticas públicas, que garantam o acesso de estudantes com necessidades educacionais especiais à escola pública; mas também pela transformação da sociedade, marcada pela luta entre capital e trabalho, hierarquização social e competitividade, marcas da sociedade administrada. Nesse sentido, os indivíduos considerados mais fortes e, conseqüentemente, mais aptos a competir na sociedade de classes são postos hierarquicamente acima dos indivíduos das denominadas minorias sociais, tais como as pessoas com deficiência e demais indivíduos com características físicas, sensoriais e físicas consideradas desviantes do padrão imposto pela sociedade administrada.

O referencial teórico-metodológico deste estudo é a teoria crítica da sociedade, com ênfase no pensamento de Adorno (1970/2010), considerando que “a educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (p. 121) e “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la” (p. 119). Por isso, fez-se necessário problematizar: a educação escolar contempla as demandas humanas e a necessidade de enfrentar a violência social manifestada na escola? A teoria crítica da sociedade contribui nessa discussão, sobretudo na elaboração do passado para que não se repita o que nele há de pior — a barbárie:

o que é o mesmo que dizer que a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência no ofício. Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento. (Adorno, 1970/2010, p. 33)

¹ Este artigo está associado a uma dissertação de mestrado em educação, desenvolvida na Universidade Federal Fluminense, sobre a implementação de políticas públicas de educação inclusiva e as experiências de inclusão escolar de estudantes com deficiência visual na Escola Municipal Adelino Magalhães, localizada em Niterói, estado do Rio de Janeiro, tendo por objetivo central caracterizar as experiências sobre a práxis pedagógica com estudantes com deficiência visual considerados em situação de inclusão (Agra, 2015).

Para se admitir as possibilidades da educação contra a violência, face às condições objetivas vigentes, seria ideológico atribuir tal responsabilidade exclusivamente aos profissionais da escola, desconsiderando-se a estrutura social vigente:

a ideologia dominante hoje em dia define que, quanto mais as pessoas estiverem submetidas a contextos objetivos em relação aos quais são impotentes, ou acreditam ser impotentes, tanto mais elas tornarão subjetiva esta impotência. Conforme o ditado de que *tudo depende unicamente das pessoas*, atribuem às pessoas tudo o que depende das condições objetivas, de tal modo que as condições existentes permanecem intocadas. Na linguagem da filosofia poderíamos dizer que na estranheza do povo em relação à democracia se reflete a alienação da sociedade em relação a si mesma. (Adorno, 1970/2010, p. 36)

Nesse contexto, este artigo teve por objetivo analisar as ações políticas e práxis educacionais inclusivas na organização pedagógica da Escola Municipal Adelino Magalhães e as políticas de educação inclusiva no município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, considerando que os documentos oficiais brasileiros e as declarações internacionais precognizam o direito à educação. Participaram deste estudo: dois estudantes com deficiência visual, uma professora da sala de aula inclusiva (SAI), uma professora da sala de recursos multifuncionais (SRM), espaço de apoio à inclusão escolar que, segundo Alves et al. (2006), conta com material específico face às diferenças e necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes, tendo como centralidade o “desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos estudantes, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar” (p. 13). E, mais ainda, faz-se necessário considerar a participação de uma professora de apoio pedagógico (AP) à inclusão escolar na escola².

A Escola Municipal Adelino Magalhães está localizada no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro e oferece as seguintes adaptações arquitetônicas: portas largas e carteiras escolares específicas para estudantes destros e canhotos. Identificamos também alguns recursos tecnológicos de acessibilidade comunicacional e comunicação alternativa para estudantes com paralisia cerebral, tais como: pranchas de comunicação, plataformas digitais de jogos e músicas, intérprete de língua brasileira de sinais (Libras), material pedagógico para escrita e leitura por intermédio do sistema Braille e programas de voz para computadores.

No que se refere ao ensino fundamental, 25 estudantes, com laudo comprovando o tipo de deficiência para participar do atendimento educacional especializado³, são bene-

² A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) se refere ao professor de apoio escolar no inciso XIII da seguinte maneira “profissional de apoio escolar - pessoa que exerce atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidade de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”.

³ De acordo com o Decreto nº 7.611 (2011), no Artigo 3.º, “são objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de

ficiados pela SRM, tendo na escola um total de 14 classes inclusivas, contando os turnos da manhã e da tarde; com atuação de 14 professores. A escola conta também com professores de AP às necessidades educacionais especiais dos estudantes considerados em situação de inclusão. Além dos dois estudantes com deficiência visual considerados em situação de inclusão, há também estudantes com deficiência auditiva/surdez, deficiência física/paralisia cerebral, deficiência mental/síndrome de Down, síndrome do espectro autista, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, hidrocefalia, transtorno de oposição e desafio, esclerose tuberosa e hemiparesia.

Quanto aos estudantes com deficiência visual, apresentam baixa visão, são gêmeos e frequentam o turno da tarde. A escola é organizada para que haja, no máximo, dois estudantes considerados em situação de inclusão por turma. Pois, dentre as 14 turmas com estudantes considerados em situação de inclusão, duas contam com três estudantes com deficiência, em consonância com o grupo de referência⁴ recomendado para o ensino fundamental de acordo com o Artigo 10.º da Portaria FME nº 878/2009 (2009). Vale ressaltar que o estabelecimento do grupo de referência refere-se à implementação de estratégias pedagógicas de organização para dar sustentabilidade ao processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência. Portanto, tensionando a escola que historicamente tem se mantido segregadora, como afirmado por Costa (2007): “pois, não atende à diversidade humana; educa para a homogeneização; a adaptação; e a reprodução social; desconsidera as diferenças humanas e de aprendizagem; reproduz a lógica da produção capitalista dominante; hierarquiza os estudantes pela avaliação e reprovação, dentre outras” (p. 7).

Posto isto, faz-se urgente problematizar a escola como instância social reprodutora da lógica capitalista, ao impor barreiras ao acesso e à permanência de estudantes com deficiência na escola, ao promover uma hierarquização dos indivíduos no que concerne aos aptos ou inaptos à aprendizagem, obstando a possibilidade da formação acolhedora da diferença humana e, por conseguinte, uma educação democrática e fundamentada nos direitos humanos. Assim, a educação inclusiva pode ser afirmada quando a escola se torna partícipe do processo de democratização da educação ao elaborar e implementar um projeto pedagógico que contemple os fundamentos filosóficos e políticos da educação humana e democrática e, assim, se contraponha às atitudes docentes e práticas pedagógicas discriminatórias. Nessa perspectiva, Leme e Costa (2016) afirmam o fazer pedagógico cotidiano e as inter-relações entre estudantes na escola como os epicentros do processo de inclusão:

tendo em vista que o processo de inclusão se materializa na escola, no que tange à educação, defendemos a articulação entre políticas e práxis, uma

acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino”.

⁴ O grupo de referência, em conformidade com a Portaria n.º 878 (Portaria FME nº 878/2009, 2009), é definido no Artigo 4.º, como sendo “o conjunto de estudantes organizado no início de cada período letivo, mediante processo de agrupamento” (para. 1).

vez que a afirmação das políticas públicas de inclusão em educação está atrelada às experiências cotidianas dos estudantes nas escolas. Portanto, é no cotidiano escolar que se define a participação e a gama total de experiências de aprendizagem vividas pelos estudantes, as quais podem contribuir à formação humana emancipadora e inclusiva. (p. 669)

Em suma, é na escola e nas experiências vividas cotidianamente pelos estudantes com deficiência junto com os demais estudantes sem deficiência, os professores, as equipes pedagógicas e de gestão da escola, que a educação inclusiva pode se tornar uma possibilidade de enfrentamento e superação da violência, sobretudo a manifestada pelo preconceito contra estudantes considerados em situação de inclusão. Por isso, a demanda por estudos que analisam as experiências de estudantes com deficiência visual na escola.

EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO COTIDIANO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL ADELINO MAGALHÃES

Este estudo optou pela adoção de pseudônimos (Paulo e Pedro) para preservação da privacidade dos estudantes com deficiência visual. Esses estudantes frequentam a mesma turma do quinto ano do ensino fundamental, na qual também estuda um estudante com síndrome do espectro autista, que é acompanhado por uma professora de AP à inclusão escolar. Paulo e Pedro completaram 14 anos em 2014 e ingressaram na escola em 2012, sendo oriundos de escola privada.

Na organização em sala de aula, tanto Pedro quanto Paulo ocupam a primeira fileira. Pois, quando foram avaliados pela equipe de educação especial do município de Niterói, algumas recomendações se fizeram necessárias, tais como, utilizar o plano inclinado e o caderno com pautas alargadas, lápis 6B, que garante uma escrita mais reforçada, objetivando apoiar a leitura e a escrita, além da colaboração da professora atuante na SAI nos aspectos gerais que dizem respeito às aulas. Por exemplo, a professora solicita à direção da escola que sejam ampliadas as páginas utilizadas do livro didático quando há necessidade de estudar uma página específica.

De acordo com os relatos da professora da SRM, Pedro e Paulo, no início do ano letivo, apresentaram resistência em participar das atividades pedagógicas propostas, afirmando que “eles interagem bem, quando estavam nessa sala, mas solicitavam que a porta fosse mantida fechada, alegando não gostar de serem vistos em uma sala para AP à inclusão escolar aos estudantes com deficiência” (professora Nilza⁵, SRM). Inclusive, esses estudantes questionavam sobre o motivo de participarem do atendimento educacional especializado na SRM.

Na SAI⁶, a professora relatou que Pedro e Paulo apresentavam dificuldade na utilização do plano inclinado, demonstrando não gostar de utilizá-lo, reclamando quando a

⁵ Os participantes deste estudo são identificados por pseudônimos para preservação da privacidade.

⁶ Na qual estudam estudantes considerados em situação de inclusão junto com os estudantes sem deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

professora solicitava ampliação das páginas do livro didático. Pedro e Paulo relatavam, a todo o momento, o desejo de realizar as tarefas no próprio livro como os demais colegas da sala. A professora também tinha o cuidado de ampliar as provas e atividades e, ao escrever no quadro de giz, sempre adota letra ampliada.

Assim, atitudes docentes inclusivas em atendimento à demanda de aprendizagem dos estudantes considerados em situação de inclusão são necessárias no apoio à sua aprendizagem, como também para desenvolver nos demais estudantes a solidariedade, o que é afirmado por Crochick et al. (2011): “dessa maneira, as relações dos estudantes entre si, com maior ou menor grau de discriminação, também dependem de como atuam os professores para com todos os seus estudantes” (p. 197).

Em relação às salas de recursos multifuncionais, no município de Niterói, vale destacar que o atendimento aos estudantes considerados em situação de inclusão ocorre no mesmo período das atividades pedagógicas da SAI, contrariando o Decreto nº 7.611 (2011), ao prescrever que o atendimento educacional especializado ocorra no contraturno das aulas na SAI. Alguns motivos para justificar o referido atendimento no mesmo turno das aulas na SAI, narrados pelos participantes da pesquisa, foram “falta de recursos financeiros para alimentação, transporte escolar, profissionais na escola e a dinâmica de funcionamento da escola”.

Nesse sentido, os estudantes considerados em situação de inclusão, que recebem atendimento educacional especializado na SRM, são retirados da SAI em um horário combinado entre as professoras. Segundo a professora Nilza (SRM), Pedro e Paulo, que no início do período letivo não ficavam à vontade, com o passar dos dias mudaram de comportamento, passando a participar de maneira ativa das atividades pedagógicas. Isso provocou interesse dos demais estudantes de também participarem dessas atividades pedagógicas, tendo que a professora da SAI justificar não ser possível a participação de todos os estudantes. Por isso, é possível admitir o motivo de Pedro e Paulo em participar das atividades pedagógicas na SRM sem se sentirem discriminados. Isso expressa a importância da universalização de acesso aos apoios pedagógicos na escola, tornando-a inclusiva para totalidade dos estudantes.

Por isso, afirmamos que, mesmo Pedro e Paulo tendo modificado sua atitude de resistência ao atendimento educacional especializado na SRM no mesmo horário das aulas na sala inclusiva, não é pedagogicamente adequado, devido ao fato de deixarem de participar das atividades na SAI, interrompendo o desenvolvimento de seu processo de aprendizagem em ambiente coletivo e desafiador. Desse modo, para além de haver justificativa para a educação inclusiva (no que se refere ao atendimento educacional especializado) dos estudantes com deficiência considerados em situação de inclusão, não estar atendendo ao preconizado pelo Decreto nº 7.611 (2011), cabe questionar: de que maneira pode-se superar essa distorção do atendimento educacional especializado na SRM no contraturno? Resultados de estudos, considerados por Crochick et al. (2011), fornecem elementos que colaboram no entendimento do que ocorre nas escolas públicas de Niterói (Rio de Janeiro):

pela análise de 20 pesquisas que estudaram as atitudes de estudantes de classes regulares, que incluíam estudantes considerados em situação de inclusão, Klingner e Vaughn (1999) concluíram que os estudantes com ou sem dificuldades querem tratamento igual dos professores e da escola, isto é, querem que todos sejam submetidos às mesmas atividades, aos mesmos livros e tenham as mesmas atividades de grupo. Eles não se importam que o professor adapte métodos ou despenda mais tempo para explicar algo para os estudantes que não conseguiram entender determinado assunto, mesmo porque, segundo eles, assim têm chances de aprender mais e melhor. Costam de auxiliar os colegas que têm mais dificuldades e, com exceções, preferem o trabalho em grupo que contenha estudantes com e sem dificuldades. Assim, a educação inclusiva não deveria se preocupar somente com a questão da socialização, pois, além do que informa o trabalho de Klingner e Vaughn, se o indivíduo se forma por meio da incorporação da cultura (ver Adorno, 1959/1972), ela deve ser transmitida para que todos possam se diferenciar por meio dela. (p. 200)

Nesse contexto, entende-se que a participação dos estudantes, considerados em situação de inclusão, na SAI não deveria ser interrompida para o atendimento educacional especializado na SRM e, sim, ocorrer no contraturno como previsto no Decreto nº 7.611 (2011). Ressalte-se, ainda:

segundo Monteiro e Castro (1997), pesquisas mostram que os estudantes sem deficiência tendem a se tornar mais solidários. Esses dados indicam um ponto central do debate sobre a educação inclusiva, que não pode deixar de ser explicitado. Por outro lado, a divisão das opiniões encontradas pode indicar a pouca discussão acerca da educação inclusiva em nosso meio. (Crochick et al., 2011, p. 207)

Posto isso, é possível afirmar que a educação inclusiva pode contribuir no ensino e aprendizagem da totalidade dos estudantes ao promover experiências formativas de maneira coletiva, colaborativa e solidária. Assim, no cotidiano da SRM são desenvolvidas diversas atividades lúdicas, das quais destacamos algumas. Na primeira, apresentamos o material utilizado: quatro cartelas grandes com figuras coladas, material confeccionado pela própria professora e letras em tamanho ampliado. A atividade proposta foi a escolha de uma das cartelas contendo de três a quatro figuras com o objetivo de montar o nome de cada uma das figuras.

A professora Nilza (SRM) relatou que a maior dificuldade, tanto de Pedro quanto de Paulo, é a leitura e a escrita, por isso, por mais curto que seja o tempo deles na referida sala, ela sempre planeja e desenvolve atividades de leitura e a escrita. No decorrer da atividade percebe-se que Pedro e Paulo realizam a atividade em parceria, mesmo que cada um esteja desenvolvendo sua própria cartela. Ambos demonstram dificuldades na escrita de palavras de uso corrente na língua portuguesa para estudantes de quinto ano. Quando escrevem alguma palavra com erro, a professora pergunta: “é dessa forma que

se escreve?”. Assim, é possibilitado a Pedro e Paulo a oportunidade de pensar sobre a escrita da palavra e realizar a correção para ser redigida adequadamente.

Paulo é mais tímido e concentrado; enquanto que Pedro é mais falante, reclama da atividade e pede para terminar depois. Porém, consegue concluir a atividade antes de Paulo. Assim, ambos concluem a atividade no seu tempo e com as próprias questões e dúvidas. Por essas observações, há de propor momentos individualizados no atendimento educacional especializado para cada estudante, para realização de atividades centradas em suas necessidades educacionais. Vale destacar que mesmo sendo gêmeos, suas demandas educacionais são distintas. Ao final da primeira atividade, Pedro e Paulo solicitaram à professora uma atividade com o “jogo da memória”. Nessa atividade, eles saíram de um momento cooperativo para um momento competitivo. Nesse sentido, Becker (como citado em Adorno, 1970/2010) afirma:

evidentemente poder-se-ia defender a tese de que é preciso se preparar pela competição na escola para uma sociedade competitiva. Bem ao contrário, penso que o mais importante que a escola precisa fazer é dotar as pessoas de um modo de se relacionar com as coisas. E esta relação com as coisas é perturbada quando a competição é colocada no seu lugar. (p. 163)

Dessa maneira, a competitividade não contribui com a afirmação do processo inclusivo de ensino-aprendizagem, sobretudo, ao fortalecer a hegemonia do capital na sociedade de classes e assim, estabelecendo a priori quais são os indivíduos mais e/ou menos aptos à autoconservação e reprodução do capital que não tem por objetivo a inclusão da totalidade dos indivíduos. A educação tem, como estatuto de centralidade, essa lógica excludente, o que segundo Adorno (1970/2010), não colabora com uma possível desbarbarização por intermédio da educação, visto que no processo competitivo, o ser humano experimenta diferentes formas de fracasso que geram culpa, podendo transformar-se em agressão. Assim, entende-se que a colaboração, por outro lado, expressa uma necessidade humana, a de se relacionar uns com os outros, independentemente de diferenças sensoriais, cognitivas e físicas.

Nesse sentido, a educação inclusiva pode contribuir para o combate à violência, ao integrar-se a um projeto de escola democrática. Para tal, é urgente considerar as diferenças humanas como necessárias à subjetivação dos estudantes, para que se formem como indivíduos livres pensantes e, nesses termos, a responsabilidade do professor encontra-se, sobretudo, na dimensão da inclusão dos estudantes, com ou sem deficiência, criando ambientes pedagógicos desafiadores e diversificados.

A RESPONSABILIDADE DOCENTE PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COTIDIANO ESCOLAR

Ao analisar o cotidiano escolar do estudante com deficiência visual na escola pública, ganha visibilidade a atuação docente do professor. Mesmo a escola contando com material pedagógico especializado e recursos tecnológicos necessários ao atendimento educacional especializado para atender à demanda educacional dos estudantes

considerados em situação de inclusão, faz-se mister que o professor seja receptivo a viver experiências pedagógicas nunca antes vividas, como as desafiadoras referentes à educação inclusiva na escola pública, para que esses estudantes sintam-se partícipes e respeitados como indivíduos que apresentam diferenças físicas, sensoriais e cognitivas e, mais, que essas diferenças constituem sua subjetividade.

Consequentemente, as atitudes acolhedoras dos professores contribuem, sobremaneira, para que se permitam viver experiências pedagógicas inclusivas que exijam mais de sua sensibilidade do que uso de recursos didáticos e tecnológicos. Dessa maneira, a atuação docente pode ser considerada possível para além da transmissão de conteúdos curriculares e utilização de recursos materiais, buscando atender as demandas de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, dentre esses os considerados em situação de inclusão. Pensamos ser isso possível, mesmo considerando os limites da educação sob a égide do capital na sociedade administrada. Quanto a isso, Crochick et al. (2011) contribuem nesse entendimento:

a implantação da educação inclusiva é importante na luta por uma sociedade mais justa, mas não devemos desconsiderar os limites da educação atual no que se refere à formação, devido às próprias condições objetivas. Isso implica a necessidade de mais do que somente a inclusão das minorias antes segregadas da escola regular, a necessidade de nos preocuparmos também com a qualidade da educação e com o quanto essa atualmente contribui para formar indivíduos efetivamente críticos. Se a crítica se relaciona com a possibilidade de uma sociedade mais justa, e, se possível, justa, o convívio com minorias discriminadas já se constitui em um elemento formador. O papel do professor para essa formação é fundamental, pois não se trata unicamente de transmitir conhecimentos, mas como o faz e de sua relação com o saber. A forma de transmissão aqui entendida não se refere somente a técnicas, por mais que estas sejam imprescindíveis, mas ao engajamento do professor, à sua cumplicidade com o aprendizado do estudante, isso é, refere-se a princípios políticos e éticos. (p. 196)

Consequentemente, a educação inclusiva demanda articulação com atitudes conscientes e democráticas por parte do professor. Sobretudo, no que se refere ao entendimento da urgência em acolher a diversidade na escola. Para tanto, a formação do professor não deve ser desconsiderada, nem o apoio às suas atividades pedagógicas em prol da inclusão escolar e dos estudantes com deficiência considerados aprioristicamente como inaptos à aprendizagem escolar.

Neste estudo foi realizada uma entrevista semiestruturada com as seguintes professoras: da SRM, de AP à inclusão escolar e da SAI. As narrativas das professoras participantes contribuíram, sobremaneira, para caracterizar a escola e o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual, como também as atitudes docentes das professoras em relação à educação inclusiva.

Vale ressaltar que, de acordo com os dados coletados, por intermédio da entrevista semiestruturada, identificou-se que as professoras participantes haviam vivido

experiências docentes anteriores com estudantes considerados em situação de inclusão com necessidades educacionais especiais. No entanto, nunca antes com estudantes com deficiências visuais.

A professora Nilza, atuante na SRM desde o ano de 2009 na Escola Municipal Adelino Magalhães, teve pela primeira vez a oportunidade de atuar com estudantes com deficiência visual a partir do ano de 2012. Quanto à professora da SAI, Albertina recebeu os estudantes Pedro e Paulo em 2013, que continuaram estudando na mesma turma em 2014, tendo sido sua primeira experiência docente com estudantes com deficiência visual considerados em situação de inclusão.

Em relação à questão “o que você pensa sobre sua formação inicial (licenciatura na graduação) em relação aos estudantes com necessidades educacionais especiais? Contribuiu com subsídios à sua atuação docente inclusiva? Por quê?”, identificou-se que a professora Nilza (SRM) não estudou sobre a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais no curso de licenciatura na graduação. Pois, como concluiu sua formação acadêmica inicial em 1985, é notório que nessa época não havia disciplinas nesses cursos sobre educação de estudantes com necessidades educacionais especiais, como também sobre educação inclusiva.

A professora Albertina (SAI) narrou não ter estudado em seu curso de graduação conteúdos curriculares que abordassem temas como “educação especial”, “educação inclusiva”, “estudantes com necessidades educacionais especiais”, mesmo tendo cursado duas habilitações em pedagogia, administração escolar e magistério das séries iniciais. Bruna, professora de AP à inclusão escolar, narrou ter tido poucas oportunidades de acesso às informações sobre a temática de educação especial e/ou inclusiva, embora considere ter sido importante à sua formação. Portanto, as professoras participantes do estudo poucas oportunidades de aprendizagem tiveram em sua formação inicial no curso de pedagogia sobre os temas “educação especial” ou “educação inclusiva”, o que pode causar maiores desafios às professoras frente à educação inclusiva de estudantes com deficiência visual.

Quanto à questão “já participou de algum curso de especialização e/ou aperfeiçoamento que tenha considerado as questões relacionadas aos estudantes com deficiência visual?”, obtivemos as seguintes narrativas: “a minha especialização foi em psicopedagogia. Fiz vários cursos e participei de grupo de trabalhos, seminários e palestras sobre deficiência visual” (professora Nilza, SRM); “não, apenas na universidade trabalhamos alguns momentos discutindo sobre essas questões e tantas outras” (professora Bruna, AP).

Por achar que eu tinha pouco conhecimento sobre a inclusão escolar e vendo que a cada ano aumentava a quantidade de estudantes com necessidades educacionais na escola, procurei participar do curso de pós-graduação em educação inclusiva. Atualmente, estou realizando um curso à distância sobre este tema. Especificamente sobre deficiência visual, pois não tive oportunidade de realizar esse curso antes. (Professora Albertina, SAI)

Em conformidade com as narrativas das professoras participantes, verificou-se que a professora Nilza, atuante na SRM, participou de curso sobre deficiência visual

e quanto à professora Bruna, que atua no AP à inclusão escolar, revelou não ter tido acesso a nenhum curso em seu exercício docente até agora. Mas, durante seu curso de licenciatura, teve oportunidade de se aproximar da temática sobre inclusão escolar. A professora Albertina (SAI) tem elaborado conhecimento sobre educação inclusiva no próprio exercício da atividade docente. Nesse sentido, é possível afirmar que as professoras participantes são favoráveis à educação inclusiva, o que tem contribuído para o acesso e permanência de Pedro e Paulo, estudantes com deficiência visual, na Escola Municipal Adelino Magalhães.

A próxima questão se referia à importância que as professoras atribuem aos estudos teóricos à sua formação. Por unanimidade, elas afirmaram que os estudos teóricos são importantes. A professora Nilza (SRM) narrou que os estudos teóricos contribuem para ampliar seus conhecimentos e a professora Albertina (SAI) destacou que “os estudos teóricos são como um ponto de partida, um embasamento para a práxis pedagógica, concretizando a teoria”. A professora Bruna (AP) narrou: “os estudos teóricos sempre são importantes no nosso cotidiano pedagógico e deles podemos projetar nosso futuro pedagógico. Por isso, são sempre válidos”. O que observamos nessas narrativas é a referência ao “futuro pedagógico” intimamente articulado à teoria, como se a teoria respondesse às questões exclusivamente posteriores. É perceptível o desafio posto às professoras em perceber na teoria o que pode atender às questões pedagógicas presentes no cotidiano escolar. Essas narrativas revelam que a teoria se apresenta cindida da práxis. Adorno (1969/1995) se contrapõe a essa cisão afirmando, ao recorrer a Kant e Fichte, “pensar é um agir, teoria é uma forma de práxis” (p. 204).

Assim, vale ressaltar que o professor, como produto da sociedade, cindida entre capital e trabalho, considera a teoria distinta da práxis, na qual a educação historicamente tem se voltado ao atendimento dos indivíduos conforme sua posição no estrato social. Quanto a isso, Crochick et al. (2011) analisam a “produção do ensino de massa” que objetiva preparar os indivíduos para lidar com a tecnologia no mundo do trabalho capitalista:

a tecnologia não deixou de adentrar à educação, que, em seu ímpeto de formar para a competência, criou métodos e simplificou conhecimentos, de sorte a se poder prescindir dos professores, transformou-se em transmissora de informações e não mais propícia a formação que vai além do que existe. Isso está coerente com a descrição de Benjamin (1938/1989) sobre a transformação da experiência em vivência, ao longo do século XIX: a vivência não deixa marcas no indivíduo; e, segundo Adorno (1959/1972), as informações são logo substituídas por novas: tem-se que estar a todo o momento atualizado, mas, como o conhecimento necessário para lidar com as máquinas – quer materiais, quer humanas – é logo ultrapassado e a experiência que não pode prescindir do preceito kantiano: “um eu que acompanha todas as minhas representações” não tem lugar, surgem indivíduos fragilmente constituídos. (p. 194)

Consequentemente, promove uma formação que não visa a totalidade e o desenvolvimento das diversas dimensões dos estudantes, com o intuito de contemplar sua diferenciação como indivíduos livres pensantes, em vez de “cidadãos padronizados” e instrumentalizados para atender a produção na conservação e reprodução da sociedade, onde impera a lógica do capital, da competitividade e da exclusão dos indivíduos considerados inaptos a atender aos ditames dessa sociedade.

Essa fragilidade na constituição do indivíduo tem impacto direto no fazer pedagógico do professor, conforme afirmado anteriormente. As experiências não se realizam, dando lugar a meras vivências que não deixam marcas formativas no indivíduo. Por conseguinte, não corrobora para a sua humanização. Ao questionarmos “narre sobre sua experiência com a educação inclusiva no que se refere aos estudantes com necessidades educacionais especiais considerados em situação de inclusão. Algo lhe instiga?”, as professoras narraram: “vejo que ainda falta um pouco para as coisas se arrumarem. Mas, é um bom começo. Logo, novos tempos estarão chegando e tudo pode ficar melhor ainda [ênfase adicionada]” (professora Bruna, AP).

As experiências que vivencio diariamente são bem ricas para o meu trabalho. Vários são os tipos de estudantes e suas deficiências que frequentam a sala de recursos multifuncionais. Tais como síndromes do espectro autista e de Down, baixa visão, deficiência auditiva, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e outras. A cada dia venho aprimorando os meus conhecimentos e aumentando os desafios que esse trabalho me leva. *O que me instiga é essa luta diária pela conquista de espaços para esses estudantes* [ênfase adicionada] em uma sociedade onde nem todos possuem o mesmo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais. (Professora Nilza, SRM)

Quando recebi um estudante com necessidades educacionais especiais pela primeira vez, percebi que não sabia nada sobre isso. Inicialmente tive dificuldades de compreensão e entendimento sobre as necessidades especiais de aprendizagem do estudante. Ele era extremamente agitado e os outros estudantes não conseguiam se concentrar nas atividades que precisavam realizar. Cometi vários erros e acertos. *Mas, a quantidade de acertos foi aumentando a partir do momento em que comecei a conversar, quase que diariamente, com a mãe desse estudante* [ênfase adicionada]. Assim, comecei a entender suas reações, fui aprendendo a me relacionar melhor com ele, seguindo as orientações da mãe dele. Por isso, acho muito interessante e de extrema importância, a parceria da família com a escola em benefício do estudante. (Professora Albertina, SAI)

Nessas narrativas, é notório que há um envolvimento das professoras com a educação inclusiva. No entanto, ao grifar essas frases, há o intuito de chamar a atenção para alguns aspectos: a primeira narrativa evidencia uma insatisfação da professora com o

estado atual da educação inclusiva. Mas a insatisfação não parece retirá-la da zona de conforto, o que revela algo desafiador no seu fazer pedagógico docente. Talvez seja o que Adorno (1970/2010) chamaria de “autoinculpável minoridade” ao recorrer, mais uma vez, a Kant: “afirmando que este estado de minoridade é autoinculpável quando sua causa não é a falta de entendimento, mas a falta de decisão e de coragem de servir-se do entendimento sem a orientação de outrem” (p. 169).

Na narrativa da professora Nilza (SRM), a experiência com os estudantes com necessidades educacionais especiais ganha visibilidade e, segundo a professora, enriquece o seu fazer pedagógico. Há de se problematizar: em que medida essa experiência pode estar contribuindo para sua própria humanização? Quando aprendemos a aceitar e respeitar as diferenças humanas é possível que nos aceitemos também e, possivelmente, o mundo poderá ser considerado como sendo acolhedor e humano.

Assim, concordamos que a luta diária se faz necessária pela nossa humanização e pelo respeito às diferenças humanas. A escola, considerando os limites da educação, continua sendo o espaço no qual é possível formar estudantes autônomos e emancipados, corroborando com o pensamento de Crochick et al. (2011):

o que se pode fazer é, segundo Adorno (1967/1995), insistir na escola para que a educação seja voltada para a resistência à opressão dos homens, para que seja uma educação que leve à percepção das contradições sociais, e não para negá-las. Claro, somente com a educação não é possível modificar a sociedade, não obstante, por meio dela, é possível fortalecer a consciência individual para que essa se oponha à violência. (p. 196)

A oposição a toda e qualquer forma de violência é o princípio para uma educação inclusiva. Na narrativa da professora Albertina (SAI) destaca-se, sobretudo, a expressão “conversar”. Inicialmente a professora sentiu insegurança para atender às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência visual, tendo enfrentado os desafios do ensino e da aprendizagem na perspectiva inclusiva. A professora resolveu entender e atender as necessidades individuais de aprendizagem dos estudantes e, para tal, estabeleceu um diálogo permanente com seus familiares. Assim, se tornou possível avançar no processo de inclusão escolar dos estudantes e, ao mesmo tempo, refletir sobre sua práxis. Pois, é o que poderá propiciar a superação da educação excludente, hierarquizante e segregadora. A família, nesse caso, faz-se presente, o que beneficia o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual e de adaptação da professora da SAI.

Quanto à questão sobre a experiência na atuação com os estudantes com deficiência visual na Escola Municipal Adelino Magalhães, alguns pontos se tornam relevantes. Primeiramente, em relação ao trabalho desenvolvido na SAI, a professora Albertina relata que os estudantes com baixa visão “não aceitam essa deficiência e, muito menos, o fato dela ser progressiva”⁷ e, ainda, que a professora de AP, que está na SAI, também

⁷ De acordo com a avaliação médica disponibilizada à escola, junto com a avaliação realizada pela equipe de educação especial do município, os estudantes com baixa visão, participantes deste estudo, têm uma patologia de visão que tende a progredir com o passar do tempo, havendo possibilidade de cegueira.

não é aceita por eles. Então, ela, por ter um bom relacionamento com esses estudantes, procura dar-lhes o AP que necessitam. Quanto aos desafios enfrentados no cotidiano pedagógico com os estudantes com deficiência visual, a professora Nilza (SRM) narrou:

é uma experiência desafiadora e muito encantadora. Pois, apesar de serem portadores de baixa visão e não cegueira profunda, os mesmos apresentam muitas dificuldades no ensino-aprendizagem. Faço atividades adaptadas, apesar de possuir material bem variado. Ponho em prática os conhecimentos que adquiri em cursos de aprimoramento, para que os estudantes possam superar as barreiras encontradas no dia-a-dia.

A professora Bruna (AP), por sua vez, afirmou: “tem sido uma grande experiência e bastante produtiva. Em alguns momentos até copiei para ele, mas somente para estimulá-lo”. Percebe-se nessas narrativas que há interação entre as professoras da SAI, da SRM e os estudantes com deficiência visual. No entanto, a narrativa da professora de AP à inclusão escolar é dissonante. Ela afirma que em alguns momentos desenvolveu a atividade de aprendizagem pelo estudante. Os estudantes não necessitam que a professora realize suas atividades de aprendizagem por eles. Porém, vale ressaltar que essa professora também pode estar necessitando de conhecimento para saber quais são suas atribuições pedagógicas na escola no que se refere ao AP à inclusão escolar.

A professora de AP à inclusão escolar, apesar de ser designada na turma para ficar com um estudante específico, não é professora exclusivamente desse estudante e, sim, da turma. Por isso, a referida professora necessita saber que apoiar um estudante não é realizar as atividades escolares por ele, dispensando-o do processo de aprendizagem. Tal atitude não contribuirá para o desenvolvimento de seu desenvolvimento educacional. Antes, estará contribuindo à sua heteronomia, à qual a educação inclusiva deve se contrapor. Quanto à interação entre a SAI e a SRM, a professora Nilza (SRM) afirma:

ocorre da melhor forma. Como atuo no turno em que os estudantes com baixa visão estudam, estou sempre em contato com a professora da sala de aula inclusiva. Trocamos ideias e informações que visam sanar as dificuldades que surgem. Acompanho, através da mesma, o conteúdo que está sendo trabalhado e faço minhas adaptações. Tudo é bem articulado sem nenhum problema.

Quanto a isso, Crochick et al. (2011):

Beyer (2005) e Pacheco et al. (2007) acentuam, em relação à discussão em educação inclusiva, que o trabalho conjunto entre professores é importante nessa área, o que também já preconizavam Booth e Ainscow (2002). Não se trata, no caso desses autores, da defesa da presença de um auxiliar em sala de aula, mas do trabalho conjunto entre os professores. (p. 212)

Conseqüentemente, o trabalho colaborativo entre as professoras da SAI, de AP à inclusão escolar e da SRM contribui no desenvolvimento das atividades pedagógicas ao

se concentrarem no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes com e sem deficiência.

Ao solicitarmos às professoras depoimentos sobre os desafios pedagógicos enfrentados na atuação docente com estudantes com deficiência visual, tanto na SRM quanto na SAI, foi identificado o envolvimento pedagógico entre as professoras da SRM e da SAI. Por outro lado, a professora de AP à inclusão escolar expressou dificuldade na atuação com os estudantes: “não tenho experiências para relatar, pois o tempo que passo com Pedro e Paulo é muito pouco” (professora Bruna, AP).

Durante as observações na Escola Municipal Adelino Magalhães percebeu-se que a professora de AP à inclusão escolar na SAI não se incomoda com a situação e acaba por se tornar praticamente exclusiva do estudante com síndrome do espectro autista. Ao não tentar mudar esse quadro, acaba afirmando para os estudantes, de uma forma geral, que não é professora de AP da turma, o que é preconizado pelas orientações quanto à atuação do professor de AP à inclusão escolar em SAI. Quanto a isso, vale destacar a narrativa da professora Albertina (SAI),

meus estudantes com baixa visão realizam as mesmas atividades que o restante da turma. Porém, com uma dedicação diferenciada a fim de atendê-los de acordo com suas necessidades, ou seja, todo o material escrito fornecido para a turma deve ser ampliado para eles (provas, exercícios, páginas de livros didáticos e apostilas).

Destaque-se, na expressão: “meus estudantes”. É interessante observar o quanto a professora da SAI assume a responsabilidade com esses estudantes. Também foi identificado que os estudantes com deficiência visual interagem com os colegas sem deficiência, demonstrando serem partícipes da sala de aula, ou seja, não estão à mercê da dinâmica da sala de aula e, como a professora Albertina (SAI) afirmou, “dos estudantes com deficiência visual é exigido de maneira semelhante aos demais estudantes, com as devidas adaptações para atendimento às suas necessidades educacionais especiais”, o que está em consonância com os princípios da educação inclusiva, como destacam Crochick et al. (2011) em relação à importância da atitude positiva do professor em sala de aula na afirmação da educação inclusiva:

certamente, o professor é o principal agente em sala de aula, e depende de suas atitudes boa parte do que possa afetar as dos estudantes sem deficiência em relação àqueles que as têm. Assim, não basta a experiência do contato com estudantes com deficiência para que algum grau de inclusão ocorra; é necessária também a intervenção consequente do professor. (p. 198)

Assim, a intervenção do professor torna-se central no processo de inclusão escolar para que os estudantes com deficiência e sem deficiência sejam orientados no desenvolvimento de um processo educacional colaborativo. A professora Nilza (SRM) afirma que “é uma experiência enriquecedora. Porém, com muitos desafios. Os estudantes progredem, mesmo necessitando de mais tempo do que os demais estudantes”.

As professoras concordam que há apoio da gestão da escola em relação às necessidades educacionais especiais dos estudantes com baixa visão, representando um avanço no processo de inclusão escolar. Pois quando a gestão escolar participa e apoia os professores e os estudantes nesse processo, a inclusão escolar torna-se possível:

os meus estudantes com baixa visão não têm direito a uma professora de apoio à inclusão escolar. Por isso, preciso suprir essa carência dando atenção ao restante da turma e, ao mesmo tempo, dar uma atenção diferenciada aos estudantes com necessidades educacionais especiais. O caderno deles é diferente. Faço as linhas com hidrocor preto, com um espaço maior entre elas e a escola reproduz e encaderna essas folhas. A escola também compra o lápis 6B, para que a escrita fique mais escura. Quando preciso usar o livro didático com a turma, a escola amplia as páginas que serão utilizadas para os dois estudantes com deficiência visual. Eu os coloco sentados bem próximos ao quadro branco e uso o *pilot* sempre com as cores mais escuras (preto e azul) e faço a letra bem grande. Sempre leio tudo com eles ou para eles e o restante da turma. (Professora Albertina, SAI)

Com base na narrativa da professora Albertina, atuante na SAI, é possível afirmar que há engajamento da escola em tornar possível o processo de inclusão escolar. Também identificamos empenho da professora Albertina em apoiar os estudantes com baixa visão, não exclusivamente no processo de socialização, mas também no que se refere ao “desenvolvimento de habilidades e o aprendizado de conteúdos necessários para a participação na sociedade” (Crochick et al., 2011, p. 213).

No entanto, a narrativa da professora Albertina (SAI): “os meus estudantes com baixa visão não têm direito a uma professora de apoio à inclusão escolar”, expressa a ausência de entendimento quanto à atuação da professora de AP à inclusão escolar, por considerar ser necessário uma professora de AP para cada estudante com deficiência considerado em situação de inclusão. O que falta é entendimento das funções da professora de AP à inclusão escolar e otimização de sua participação na SAI, contribuindo no processo de aprendizagem dos estudantes considerados em situação de inclusão.

Em relação à questão “você pensa que há algum tipo de relação e articulação entre a democratização da educação e a educação inclusiva? Comente sobre isso”, destacamos as seguintes narrativas: “sim, se não houver democratização, relação e articulação da educação e da educação inclusiva, não existirá sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Pois, um interfere com o sucesso do outro” (professora Bruna, AP);

acredito sim que exista certa relação tanto quanto uma articulação entre democratização da educação e educação inclusiva. Acho que nos dias de hoje não se consegue pensar em educação sem relacionar à educação inclusiva. Ainda temos muitos obstáculos e barreiras para vencer e serem superados. Porém, já se avançou muito. Acredito que a cada dia essa relação e articulação, tendo em foco a educação inclusiva, ganhará mais força, visando

maiores conquistas para os estudantes com necessidades educacionais especiais. (Professora Nilza, SRM)

Eu acredito que sim, pelo menos na Rede Pública de Niterói, que é a que eu conheço de perto. Vejo, a cada ano aumentar o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Na nossa escola, a maioria das turmas tem estudantes nessas condições e com uma professora de apoio à inclusão exclusivamente para acompanhá-los em sua socialização e desenvolvimento da aprendizagem de acordo com suas capacidades. (Professora Albertina, SAI).

Assim, conseguimos identificar que as professoras conseguem articulação entre democratização da educação e educação inclusiva, o que pode ser considerado um avanço nas políticas públicas de educação inclusiva no município de Niterói. Posto isso, afirmamos que a educação inclusiva propicia a participação da totalidade dos estudantes considerados em situação de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão deste estudo, destacamos alguns resultados relevantes: a criação de espaços na Escola Municipal Adelino Magalhães para a reflexão de professores, gestores e o fortalecimento da educação inclusiva para a totalidade dos estudantes com deficiência matriculados, considerando Crochick et al. (2011), ao afirmarem que “a igualdade frente à possibilidade de aprender, apesar das diferenças, é um marco em uma sociedade democrática” (p. 214)

Com isso, a educação não deve ser considerada como um privilégio para alguns estudantes em detrimento de muitos que estão à margem da escola pública. Mas sim como um direito social e humano, por intermédio do qual os estudantes se desenvolverão como indivíduos livres pensantes, tendo acesso à própria essência — singular e humana. Portanto, pode-se considerar como resultado central deste estudo que a Escola Municipal Adelino Magalhães está afirmando, de maneira significativa, a educação inclusiva, sobretudo em decorrência da implementação das políticas públicas de educação do município de Niterói, que estabeleceram como prioridade a inclusão escolar de estudantes com deficiência.

À escola inclusiva não cabe selecionar estudantes no acesso à educação, nem os diferenciar pelo critério de deficiência. Antes, cabe à escola ser um espaço educacional democrático e humano. Nesse sentido, a educação e, por conseguinte, o acesso ao conhecimento passa a ser direito da totalidade dos estudantes. Democratizar o acesso à escola e dar sustentabilidade à educação inclusiva é o mesmo que criar espaços de aprendizagem e experiência entre diversas subjetividades (estudantes, professores, gestores e familiares), sem hierarquização por diferenças físicas, sensoriais e/ou cognitivas, no combate à manifestação do preconceito, expressão máxima da violência contra estudantes com deficiência.

Assim, a defesa em prol da educação inclusiva contribui, sobremaneira, para que os estudantes considerados em situação de inclusão, em interação com os limites sociais e demais colegas, sem deficiência, no cotidiano escolar se reconheçam como seres humanos aptos à vida em sociedade, sem medo da violência do preconceito contra suas diferenças sensoriais, físicas e cognitivas por serem consideradas como desigualdade.

Por fim, a educação inclusiva demanda ser uma luta coletiva de professores, gestores e familiares em prol da escola pública, de seu fortalecimento e democratização do acesso e permanência de estudantes com deficiência para que, juntamente com colegas sem deficiência, possam viver experiências de ensino e aprendizagem que os humanizem e os tornem aptos à experiência com uma sociedade que não reconhece as diferenças como essência da humanidade e, mais, como propulsoras da formação que contemple a totalidade dos estudantes, tornando-os sensíveis e aptos a viver em sociedade sem terem suas diferenças negadas e/ou invisibilizadas pelo preconceito, expressão máxima da violência contra estudantes com deficiência. Tomara que este estudo contribua para enfrentamento e superação da segregação na escola pública no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por ter tornado possível a realização desta pesquisa, com apoio de uma bolsa de mestrado. Agradecemos às professoras, participantes da pesquisa, como também, aos demais profissionais da Escola Municipal Adelino Magalhães pela acolhida e colaboração solidária.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1995). *Palavras e sinais: Modelos críticos 2* (M. H. Ruschel, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1969)
- Adorno, T. W. (2010). *Educação e emancipação* (W. L. Maar, Trad.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1970)
- Agra, M. (2015). *Democratização da educação na escola pública: Inclusão de estudantes com deficiência visual* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense].
- Alves, D. de O., Alves, M. de O., Dutra, C. P., & Griboski, C. M. (2006). *Sala de recursos multifuncionais: Espaços para atendimento educacional especializado*. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial.
- Costa, V. A. da. (2007). *Os processos de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais: Políticas e sistemas*. Editora UNIRIO.
- Crochick, J. L., Freller, C. C., Marian, Á. de L., Feffermann, M., Nascimento, R. B., & Casco, R. (2011). Atitudes de professores em relação à educação inclusiva. In J. L. Crochick (Ed.), *Preconceito e educação inclusiva* (pp. 193–217). SDH/PR.
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (2011). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Leme, E. S., & Costa, V. A. da. (2016). Educação, inclusão e direitos humanos: Como esse estuário desaguou na escola? *Revista Educação Especial*, 29(56), 667–680. <https://doi.org/10.5902/1984686X10078>

Portaria FME nº 878/2009 (2009).

NOTAS BIOGRÁFICAS

Michelli Agra é professora de educação física, colaboradora no projeto de extensão *Natação Adaptada* na Universidade Federal Fluminense (UFF). Michelli Agra tem especialização em educação física escolar (UFF), é mestre em educação — políticas públicas e movimentos instituintes em educação (UFF) e doutora em educação — políticas, educação, formação e sociedade (UFF). Faz parte do grupo de pesquisa Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão (UFF).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8811-5595>

Email: millissousa@yahoo.com.br

Morada: Avenida Dr. Antônio Marques Mathias, Qd. 299, lote 6, casa 1, Jardim Atlântico/Itaipuaçu-Maricá/Rio de Janeiro/Brasil. CEP: 24934-015

Valdelúcia Alves da Costa é professora titular da UFF e docente da Faculdade de Educação; Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento; programa de pós-graduação em educação. É líder do grupo de pesquisa Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão (UFF) e integra o grupo de pesquisa Estudos Sobre Violência Escolar: Bullying e Preconceito. É coordenadora do projeto de pesquisa *Políticas Públicas de Educação: Experiências de Formação, Inclusão e Violência na Escola Pública* e do Observatório de Educação da UFF: Violência, Inclusão e Direitos Humanos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4751-4861>

Email: valdeluciaalvescosta@id.uff.br

Morada: Avenida Oswaldo Cruz, 106, Cobertura 01, Flamengo, Rio de Janeiro, Brasil. CEP: 22250-060

Submetido: 17/06/2021 | Aceite: 22/09/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

ESTABELECIMENTO FRANCÊS DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO TRABALHO E INTEGRAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA NAS ZONAS RURAIS. O EXEMPLO DE HABERT (SABÓIA, FRANÇA)

Meddy Escuriet

Territoires, VetAgro Sup, AgroParisTech, Institut National de la Recherche Agronomique, Université Clermont Auvergne, Clermont-Ferrand, França

Mauricette Fournier

Territoires, VetAgro Sup, AgroParisTech, Institut National de la Recherche Agronomique, Université Clermont Auvergne, Clermont-Ferrand, França

Sophie Vuilbert

Territoires, VetAgro Sup, AgroParisTech, Institut National de la Recherche Agronomique, Université Clermont Auvergne, Clermont-Ferrand, França

RESUMO

Este artigo visa abordar a questão da inclusão através do trabalho e num ambiente rural de pessoas com deficiência psíquica e/ou com deficiência intelectual. Através do exemplo de um estabelecimento de apoio e assistência ao trabalho, o estabelecimento de apoio e assistência ao trabalho Le Habert, localizado numa pequena aldeia rural e montanhosa nos Alpes e que oferece às pessoas com deficiência o trabalho numa quinta, o artigo abordará primeiro a importância do trabalho como meio para as pessoas recuperarem a sua dignidade. Entre o sentimento de utilidade e orgulho em participar no funcionamento de um território, ao estar plenamente envolvido no processo de produção e valorização de um produto, o acompanhamento na quinta permite, para além destas virtudes terapêuticas, uma verdadeira inclusão profissional. Vivendo em casas ou apartamentos nas aldeias circundantes, o alojamento, permitindo o contacto entre pessoas com deficiência e habitantes locais, é também um vector de inclusão social. Contudo, se a ruralidade, devido às oportunidades profissionais e sociais que oferece, pode ser um trunfo para a inclusão, o isolamento e a inacessibilidade geográfica do ambiente rural montanhoso pode ser um obstáculo para as pessoas que não têm necessariamente os meios para serem móveis. Ao oferecer um apoio personalizado à mobilidade, a instituição transforma a exclusão geográfica num bem para a inclusão profissional, social e espacial.

PALAVRAS-CHAVE

França, deficiência, estabelecimento de apoio e assistência ao trabalho, inclusão social e profissional, zona rural

FRENCH SUPPORT AND WORK ASSISTANCE ESTABLISHMENT AND SOCIAL AND PROFESSIONAL INTEGRATION OF WORKERS WITH DISABILITIES IN RURAL AREAS. THE EXAMPLE OF HABERT (SAVOIE, FRANCE)

ABSTRACT

This article proposes to address the issue of inclusion through work and in a rural environment of people with mental disabilities and/or intellectual disabilities. Through the example of a French support and work assistance establishment, the support and work assistance establishment Le Habert, located in a small rural and mountainous village in the Alps and offering people with disabilities to work on a farm, the article will first address the importance of work as a means for people to regain their dignity. Between the feeling of usefulness and pride in participating in the operation of one territory, by being fully involved in the process of producing and adding value to a product, accompanying the farm allows, apart from these therapeutic virtues, a real professional inclusion. Living in houses or apartments in the surrounding villages, the accommodation, allowing contact between people with disabilities and local inhabitants is also a vector of social inclusion. However, while the rural setting can be an asset for inclusion because of the professional and social opportunities, the isolation and geographical inaccessibility of the rural mountainous environment can be an obstacle for people who do not necessarily have the means to be mobile. By offering personalised support for mobility, the institution transforms geographical exclusion into an asset for professional, social and spatial inclusion.

KEYWORDS

France, disability, support and work assistance establishment, social and professional inclusion, rural area

INTRODUÇÃO

A fim de promover a inclusão social e profissional das pessoas com deficiência, foram criadas estruturas específicas em França, os estabelecimentos e serviços de assistência por via do trabalho (*Etablissements et services d'aide par le travail*; ESAT; Baret, 2012; Bocquet, 2015; Lajoumard et al., 2019; Zribi, 2012). Têm a particularidade de definir um ambiente de trabalho “protegido”¹, oferecendo ações profissionais e disponibilizando apoio individualizado e adaptado (Fourdrignier, 2012; Paul, 2012). Ao mesmo tempo, os ESAT são estabelecimentos médico-sociais de pleno direito e agentes de produção, estando totalmente integrados no tecido económico dos territórios em que estão localizados (Baret, 2012). Com base na premissa de que o trabalho é um poderoso vetor de dignidade, ao permitir que cada pessoa expresse as suas capacidades, este artigo propõe abordar diferentes formas de inclusão, resultantes de uma assistência médico-social e profissional às pessoas com deficiência nas zonas rurais: a inclusão através do trabalho e a inclusão através da habitação e da mobilidade. Com base nos resultados de uma ação de investigação financiada pela Fondation Internationale de la Recherche Appliquée sur le Handicap (FIRAH; Fundação Internacional para a Investigação Aplicada à Deficiência), associada ao Groupe Agricola, Laser Emploi e Solidel sobre o tema geral

¹ Sobre a implementação progressiva do trabalho “protegido” em França, ver também Escuriet et al. (2021).

“deficiência e áreas rurais”, iremos centrar-nos no exemplo do ESAT agrícola de Le Habert, situado em Entremont-le-Vieux, na região da Saboia, no Maciço dos Alpes, que presta assistência a pessoas com deficiências mentais e/ou intelectuais.

Iremos focar-nos primeiro nas noções de dignidade e inclusão, a fim de compreender até que ponto o trabalho pode permitir às pessoas com deficiência conquistarem a dignidade ontológica de cada ser humano e encontrarem o seu lugar na sociedade. Em segundo lugar, analisaremos as características e particularidades do ESAT Le Habert. Situado na montanha, numa comuna rural com pouco mais de 600 habitantes e gerido por uma associação, oferece, entre outras coisas, a possibilidade de pessoas com deficiências mentais e/ou intelectuais trabalharem numa exploração de bovinos leiteiros, de produzirem queijo e venderem ou valorizarem esses produtos na estalagem da comuna gerida pelo estabelecimento. Após a apresentação da ação de investigação participativa que se baseia em entrevistas semiestruturadas, centrar-nos-emos no valor terapêutico e inclusivo de um apoio em meio rural, permitindo às pessoas acompanhadas conquistarem a sua dignidade, ao vincular o sentimento de liberdade transmitido pela montanha, o sentimento de utilidade e o orgulho de participar no funcionamento de um território.

Ao viver em habitações no coração de várias aldeias perto do ESAT, verificámos que, embora permitindo um equilíbrio entre assistência e autonomia, a habitação era, para além do trabalho, um vetor de inclusão de pleno direito. Embora o ambiente rural, devido às oportunidades de trabalho que oferece e às redes de sociabilidade que permite desenvolver, seja uma mais-valia, a questão da gestão da distância, da mobilidade e acessibilidade neste ambiente escassamente povoado constitui um verdadeiro desafio. Tal como no trabalho e na habitação, as várias medidas de apoio à mobilidade, incluindo o apoio na obtenção de carta de condução, oferecidas pela instituição atuam igualmente como poderosos vetores de autonomia e de inclusão.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO: DIGNIDADE E INCLUSÃO PROFISSIONAL

A 13 de dezembro de 2006, a assembleia geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Recordando no preâmbulo os princípios proclamados na sua carta, adotada na conferência de São Francisco, a 24 de outubro de 1945, insiste na dignidade de todos os membros da família humana. Dignidade é o conceito fundamental desta convenção, que visa promover, proteger e assegurar “o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Convention on the Rights of Persons With Disabilities, 2006, p. 4).

Contudo, o conteúdo do conceito de dignidade, que é extremamente impreciso, difere de acordo com a disciplina que o aborda (direito, bioética, filosofia, etc.). Na sua aceção original, tal como transmitida pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen, 1789; “todos os cidadãos, sendo iguais (...) são igualmente elegíveis para todas as dignidades, lugares e cargos públicos, de acordo com a sua capacidade, e sem qualquer outra distinção que não seja a das suas virtudes e talentos” [Art. 6]), a dignidade refere-se a uma ideia de prestígio

(Bonjour, 2006). Na Declaração de 1948 (Universal Declaration of Human Rights, 1948; “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”), o significado da frase evolui e alarga-se para qualificar o que é considerado sagrado em cada ser humano (Weil, 1949), algo que, como Paul Ricoeur (1988) escreve, “é devido ao ser humano pelo simples facto de ele ser humano” (pp. 235–236). Este conceito da dignidade como um bem comum para todos explica por que razão, muitas vezes na história do pensamento filosófico, o conceito tem sido associado aos mais débeis (Bonjour, 2006): isto é confirmado, por exemplo, pelas obras de Lévinas (1996), Steiner (2005) ou ainda, Schopenhauer (1840/1978). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Convention Relative aux Droits des Personnes Handicapées, 2018) pretende assim ser um primeiro passo para reduzir a desvantagem social sofrida por essas pessoas, como o testemunha o parágrafo do preâmbulo (y):

convictos que uma convenção internacional abrangente e integral para promover e proteger os direitos e dignidade das pessoas com deficiência irá dar um significativo contributo para voltar a abordar a profunda desvantagem social das pessoas com deficiências e promover a sua participação nas esferas civil, política, económica, social e cultural com oportunidades iguais, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos. (pp. 3–4)

O conceito de dignidade é mais amplo do que a lei que permite enquadrá-la. Enquanto seres humanos, as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as chamadas pessoas “capazes”. Portanto, devem, em princípio, gozar da mesma dignidade que é ontológica ao ser humano. Todavia, esta igualdade de dignidade entre as pessoas com deficiência e as chamadas pessoas “capazes” nem sempre é reconhecida pela sociedade. Assim, para competências equivalentes, um empregador preferirá muitas vezes recrutar uma pessoa “capaz” em vez de um trabalhador com deficiência. Mesmo que muitos obstáculos permitam explicar as dificuldades de acesso ao emprego para estes trabalhadores num meio normal (Blanc, 2006), os processos de estigmatização a que provavelmente estarão sujeitos não devem ser negligenciados.

Interpretada como um estigma (Goffman, 1963/1975), a diferença acarreta um fenómeno de rejeição que mantém as pessoas com deficiência afastadas do mundo do trabalho. Não são contratadas porque são consideradas demasiado diferentes, demasiado frágeis, demasiado lentas, incapazes de executar o trabalho exigido. Esta alegada incapacidade é transformada em indignidade: a pessoa não é considerada digna de acesso ao prestígio, à consagração que é o trabalho. Independentemente das dificuldades factuais de acesso ao emprego dos trabalhadores com deficiência, notamos que a sua dignidade é afetada em todos os casos: sem trabalho, como tornar as suas capacidades e utilidade para a sociedade reconhecidas? De facto, se considerarmos a dignidade na ótica de Boni (2006), como o reconhecimento do ser humano — o seu corpo, a sua mente e as suas capacidades —, se não reconhecermos e permitirmos que as capacidades profissionais destes trabalhadores sejam expressas, como podemos devolver-lhes a sua dignidade?

Na literatura científica sobre deficiência, tem sido destacada a ligação entre trabalho, deficiência e dignidade, em particular por investigadores que trabalharam para estruturar

um modelo social da deficiência nos anos 80 (Filiatrault, 2016). Para eles, e em particular para aqueles inspirados por teorias materialistas e neomarxistas como Finkelstein (1980), a exclusão social, a indignidade de pertencer à sociedade, está por exemplo diretamente ligada à sociedade capitalista, que as exclui do processo de produção. Este conceito de deficiência tem origem numa organização da sociedade estruturada em torno de pessoas capazes, que tem o efeito de “criar” deficiência ao não deixar espaço para as pessoas diferentes. A emergência do modelo social formou a base dos estudos da deficiência e permitiu uma verdadeira mudança de paradigma no campo científico e, de uma forma mais geral, na forma como a sociedade considera a deficiência. Nos anos 90, surgiram novas posturas de investigação sobre deficiência inspiradas por teorias pós-modernas.

Ao atribuir menos importância aos fatores sociais e materiais, e mais importância aos fatores culturais e ideais, os teóricos pós-modernos dos estudos sobre deficiência centram a sua análise no indivíduo, na sua cultura e na sua experiência vivida. Para eles, a deficiência não é uma disfunção patológica; não é criada por estruturas sociais opressivas, correspondendo antes ao resultado de uma construção cultural e linguística de um conjunto de normas que conduzem ao afastamento de indivíduos considerados diferentes (Gustavsson, 2004). Embora reconheçam a utilidade do modelo social (Shakespeare & Watson, 2001), estas novas posturas criticam o facto de este se concentrar quase exclusivamente na sociedade e na sua organização e esquecer o indivíduo. O modelo social também é criticado por se “concentrar em deficiências físicas e negligenciar outras deficiências e problemas de saúde, tais como deficiências intelectuais, autismo, dificuldades de aprendizagem, surdez e transficiência”² (Baril, 2013; Filiatrault, 2016, p. 20).

À margem destas divergências teóricas, para além de insistir no papel da sociedade como um fator real que impede o acesso das pessoas com deficiência à dignidade, Ebersold (2009) sublinha que esta conceitualização social da deficiência, transmitida por vários textos e declarações internacionais, tem contribuído para uma emergência não só à esfera pública, como também à esfera política e científica do conceito de inclusão:

o termo “inclusão” está gradualmente a ganhar terreno na linguagem pública, científica e política em vez de integração ou mesmo inserção. A inclusão é um dos objetivos promovidos em 1994 pela Declaração de Salamanca, das regras de igualdade de oportunidades promulgadas pela ONU no mesmo ano, da Carta do Luxemburgo promulgada em 1996 pela União Europeia e, mais recentemente, um dos indicadores adotados pela União Europeia no quadro da agenda de Lisboa para avaliar as políticas públicas (UNESCO, 1994; United Nations, 1994; European Union, 2002) A sua consagração é o resultado de um movimento que mobiliza agentes do mundo associativo e investigadores em torno de um modelo social de deficiência que se recusa a excluir pessoas com uma deficiência, para que estas aceitem a sua diferença. (p. 71)

² O transcapacitismo é caracterizado por Baril (2013) como a “necessidade, para uma pessoa sem deficiência, de transformar seu corpo para ficar em situação de deficiência” (p. 144).

Contrariamente à integração, que assume que a origem das desigualdades sociais (que a integração visa corrigir) reside nas características intrínsecas do grupo a integrar, a inclusão reposiciona a origem das desigualdades sociais nas condições de acesso, nos obstáculos à participação e nas barreiras existentes dentro do grupo em que se pretende incluir um outro grupo.

Impossibilitados de aceder à sua dignidade, pois são excluídos do mundo do trabalho ou vítimas de estigmatização, já não se trata da inserção de pessoas com deficiência, mas sim da sua inclusão.

Com base na premissa de que a dignidade e a inclusão passam pelo reconhecimento do ser humano e, em particular, das suas capacidades, a abordagem científica que estabelecemos no quadro da ação de investigação a partir da qual este artigo é extraído, estabelece a ligação entre o modelo social da deficiência e os conceitos pós-modernos. A abordagem do assunto através da dimensão geográfica levou-nos a implementar várias escalas de análise. Se bem que o indivíduo, a sua trajetória de vida, a sua vida diária e as suas aspirações estivessem no centro do nosso enquadramento metodológico, não nos concentrámos apenas nos destinos individuais. Tendo sempre presente que a deficiência é uma construção social, a abordagem geográfica permitiu-nos questionar o lugar ocupado por estes indivíduos na sociedade como um todo, no qual eles tentam ser incluídos.

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO E METODOLOGIA

LE HABERT, UM ESAT AGRÍCOLA NO MEIO DAS MONTANHAS: PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA

Localizado a uma altitude média de 816 m, no coração do Parque Natural Regional de Chartreuse, o ESAT de Le Habert está localizado na comuna de Entremont-Le-Vieux (departamento da Saboia), que conta 651 habitantes distribuídos por 26 aldeias. Trata-se de uma comuna relativamente isolada: apenas uma estrada secundária (D912), que atravessa o vale e a liga a Chambéry, a cerca de 20 km de distância (Figura 1).

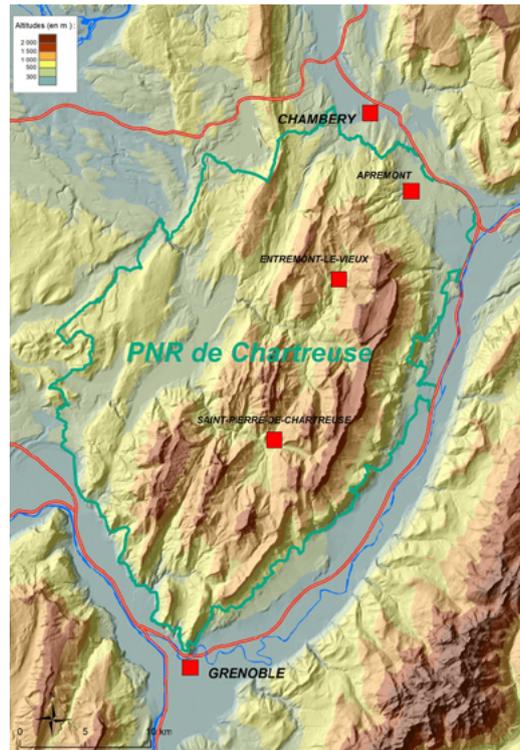


Figura 1 Mapa de localização
Créditos. Eric Langlois

A criação do Le Habert é o resultado de uma reflexão da associação Espoir 73³, que se debruçou sobre a questão do acompanhamento e dos cuidados adaptados prestados às pessoas com deficiências mentais. A ideia de combinar a assistência médica e social com a atividade agrícola surgiu a partir do exemplo de um estabelecimento de inserção no departamento vizinho. Logo, a localização do ESAT Le Habert, na comuna de Entremont, é explicada pela presença de três explorações leiteiras que tiveram de cessar a sua atividade por falta de um comprador. A criação do Le Habert ajudou assim a manter a atividade agrícola no território (Figura 2).

³ Originalmente, a associação era chamada de União Nacional das Famílias e Amigos dos Doentes e/ou Portadores de Deficiência Psíquica (Unafam). Criada em 1963, foi posteriormente rebatizada de Espoir 73, uma associação departamental que administra quatro outros estabelecimentos especializados.



Figura 2 Instalações de atividade do estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho Le Habert: queijaria
Créditos. Mauricette Fournier

A filosofia da associação baseia-se na noção de “a minha vida, a minha escolha, o meu direito”. De igual modo, a assistência e os cuidados prestados baseiam-se no conceito de reabilitação psicossocial. Este último tem por base uma abordagem holística das necessidades da pessoa, induzindo a uma compreensão holística da situação. Este conceito de reabilitação psicossocial tende a reforçar as capacidades de cada pessoa, com o objetivo de satisfação e estabilização social (Bon & Franck, 2018; Boyer, 2011). Assim, os cuidadores partem do princípio que cada pessoa tem capacidades e competências que devem ser desenvolvidas, respeitando o indivíduo e incentivando-o a ser o protagonista da sua vida.

Atualmente, o Le Habert consiste num ESAT com uma capacidade de acolhimento para 35 lugares e um centro de acolhimento com 29 lugares. O ESAT apoia pessoas que sofrem de distúrbios psicológicos, mais especificamente esquizofrenia, embora possam ser acolhidos indivíduos com outros distúrbios. Trata-se de uma população maioritariamente do sexo masculino e a idade à chegada situa-se entre os 25 e os 35 anos.

O trabalho de assistência baseia-se principalmente em atividades agrícolas e agroalimentares. É constituído sobretudo pela quinta, onde são criadas 30 vacas da raça local. A produção de leite é processada numa oficina de queijos (produção de queijos, incluindo o Bleu de Chartreuse, criado pelo ESAT, e iogurtes). Os produtos são vendidos aos clientes locais através da loja do ESAT (venda direta) e também em várias lojas no vale. Uma parte dos produtos é reservada ao Auberge des Entremonts, o único restaurante da localidade, que também é gerido pelo ESAT. Por fim, os trabalhadores portadores de deficiência podem prestar serviços agrícolas e/ou ambientais (limpeza de mato, gestão de espaços verdes, poda de vinhas, vindimas, etc.) às coletividades ou empresas locais (Figura 3).



Figura 3 Instalações de atividade do estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho Le Habert: Auberge des Entremonts
Créditos. Mauricette Fournier

METODOLOGIA: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

A ação de investigação baseou-se inicialmente em várias entrevistas conduzidas junto de trabalhadores do ESAT, numa base voluntária. Após reuniões durante as quais a equipa lhes apresentou os objetivos do estudo, os trabalhadores do ESAT mostraram um interesse real nesta investigação, o que se refletiu em numerosos intercâmbios informais ao longo do período do inquérito no terreno e no número de pessoas que concordaram em testemunhar e partilhar a sua experiência. Assim, seis trabalhadores da oficina de gado e queijo voluntariaram-se para participar nas entrevistas. São seis homens, com idades compreendidas entre os 24 e os 58 anos (quatro deles estavam na faixa etária dos 45–55 anos). As entrevistas realizaram-se no local de trabalho ou durante os intervalos. No entanto, antes das entrevistas, organizaram-se momentos de partilha a fim de conhecer a vida quotidiana dos trabalhadores e de criar uma ligação (Tabela 1).

CATEGORIAS DE PARTICIPANTES ENTREVISTADOS	EFETIVOS
Total efetivo de trabalhadores do estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho	36
Número de trabalhadores entrevistados	6
Supervisores entrevistados	4
Agentes institucionais entrevistados	4
Outros agentes da sociedade civil entrevistados	4

Tabela 1 Tabela recapitulativa dos participantes entrevistados

No plano metodológico, não podemos ignorar a particularidade das deficiências psicológicas e mentais no contexto de um estudo baseado nas palavras das pessoas em causa. De facto, ainda que a deficiência mental tenha impacto nas capacidades intelectuais e de aprendizagem, comunicação, socialização e estabilidade emocional, as

peessoas que sofrem de perturbações mentais também se encontram numa situação de “vulnerabilidade” (Muller, 2011). Para estes últimos, esta noção está especialmente associada a uma alteração na sua capacidade de ultrapassar uma situação difícil, à sua relação com os outros e consigo próprios, o que implica uma estabilidade emocional em evolução constante. Também, a fim de evoluir no mundo real, é essencial a noção de espacialidade e ambiente físico e social (Fougeyrollas & Noreau, 2007). O estado emocional tem uma influência significativa na capacidade de viver em sociedade, de executar certas tarefas, de se expressar ou de evoluir dentro de um grupo (Pachoud et al., 2009). Por outro lado, um contexto seguro encoraja a criação de laços e de intercâmbio.

Também, no contexto das entrevistas, foi necessário estabelecer a confiança a fim de facilitar o discurso. No entanto, falar do seu percurso de vida e da sua história mobiliza emoções. A fim de manter um clima de benevolência, as entrevistas foram adaptadas para ter em conta as particularidades inerentes a cada participante. Isto teve o efeito de causar uma perda de informação em determinadas situações, apesar do cuidado tomado em não censurar ou enquadrar excessivamente a troca, a fim de encorajar a expressão de informações.

As entrevistas realizadas com os outros agentes locais destinavam-se a contextualizar os testemunhos dos trabalhadores a vários níveis. Os intercâmbios com os supervisores próximos dos entrevistados (educadores especializados e monitores de oficinas) forneceram informações sobre as medidas implementadas pela instituição para promover a autonomia dos trabalhadores do Le Habert. As reuniões com o pessoal da Maison Départementale des Personnes Handicapées de Savoie, da Communauté de Communes Cœur de Chartreuse, do Parc Naturel Régional de Chartreuse e da Chambre d'Agriculture, permitiram esclarecer como o ESAT está enraizado no seu território e como são estabelecidas as relações com os agentes institucionais (principalmente coletividades), tanto a nível local como de departamento. Finalmente, foram realizadas algumas entrevistas com residentes locais (comerciantes) para averiguar que conhecimentos tinham sobre o ESAT e a imagem que tinham do estabelecimento e dos seus trabalhadores.

VIVER NAS MONTANHAS, TRABALHAR NA AGRICULTURA: ENTRE BENEFÍCIOS TERAPÊUTICOS E INCLUSÃO NA ECONOMIA LOCAL E NO TERRITÓRIO

Na amostra de investigação, cinco pessoas eram da região de Auvergne Rhône-Alpes, duas das quais do departamento da Sabóia. A outra pessoa era de Hauts-de-France, mas já vivia na região antes de entrar na estrutura (Figura 4).

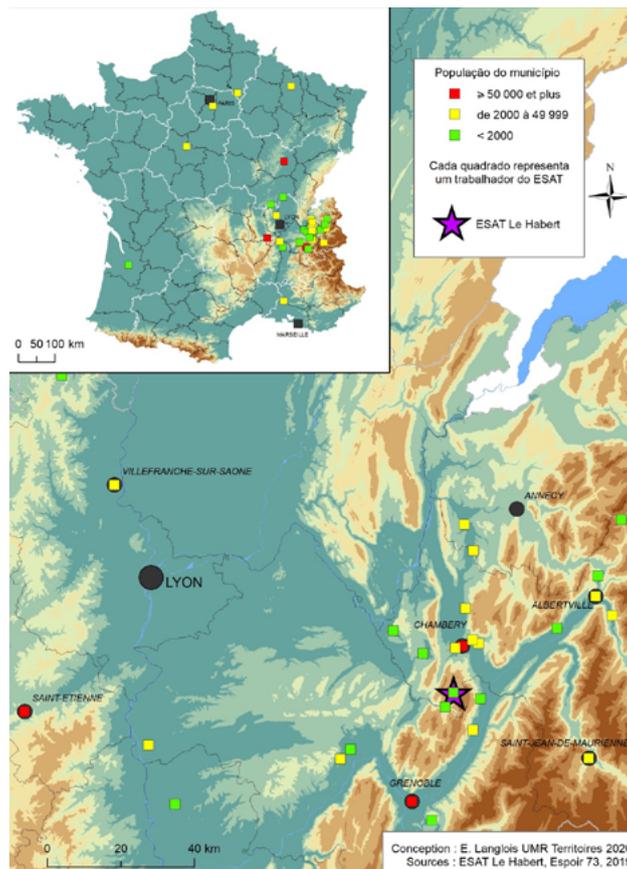


Figura 4 Origem dos trabalhadores do estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho Le Habert

Nota. Cada quadrado representa um trabalhador do estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho.

Créditos. Eric Langlois

Os percursos de vida e as decisões de encaminhamento para o Le Habert, embora diferentes, mostram semelhanças. A maioria das pessoas tem um perfil marcado por vícios (álcool, drogas). Conheceram uma fase de rutura social, por vezes envolvendo atos de autodestruição que levaram à hospitalização psiquiátrica. Contudo, os seis trabalhadores entrevistados tinham todos escolhido vir especificamente para um estabelecimento agrícola. Para três deles, esta paixão pelo setor pode ser explicada pelo facto de serem originários do meio (filho de agricultores, antigo agricultor) e pelo facto de quererem regressar às suas raízes. “Nasci na área (...) tenho um emprego, gosto bastante, gosto das minhas *tarines*⁴” (Pierre⁵, trabalhador com deficiência, setembro de 2019).

Para além do bem-estar sentido no regresso a uma atividade profissional, alguns destacaram a dimensão terapêutica do trabalho agrícola, particularmente o contacto com os animais. Este exemplo ilustra o poderoso vetor de dignidade que o trabalho pode representar, permitindo reforçar a autoimagem. “Cuidar de um animal permite-nos projetarmo-nos neles, revemo-nos no animal e tomamos consciência de que também

⁴ A *tarentaise* ou *tarine* é uma vaca leiteira do Vale Tarentaise em Sabóia.

⁵ Os primeiros nomes foram alterados para tornar as pessoas anónimas.

precisamos de cuidar de nós próprios para que a nossa vida corra bem” (Jacques, instrutor de oficina, setembro de 2019).

Foi também realçado o valor terapêutico do trabalho e, mais especificamente, da atividade agrícola, ao ajudar as pessoas a encontrarem o seu rumo e a organizarem o seu quotidiano. Com efeito, para as pessoas que, devido às suas perturbações, podem não ter pontos de referência, o trabalho permite-lhes recuperar um ritmo de vida: reaperceber a levantar-se, organizar o seu dia, ter uma meta diária. Para além destes aspetos terapêuticos, o trabalho agrícola na quinta representa um verdadeiro meio de inclusão.

A valorização do trabalho, ao longo do processo de fabrico de um produto, gera um sentimento de utilidade social e de inclusão na economia e território locais. Ao criar, processar e em seguida acrescentar valor aos produtos agrícolas, os trabalhadores sentem que são considerados profissionais por direito próprio, com conhecimentos específicos. De facto, trabalhar na quinta ou na queijaria requer organização e competências técnicas, mas também qualidades como a paciência e a organização.

Há realmente conhecimentos muito técnicos. Temos de produzir o leite de acordo com a comercialização do queijo, pelo que não podemos deixar as nossas vacas parir no inverno. Comemos muito queijo na primavera, a partir da primavera, no verão, com todos os turistas que temos, é sempre a andar, pelo que temos de ter esses partos nessa altura. Portanto, como vê, é bastante técnico e há um trabalhador que trabalha nisto, no planeamento da reprodução. Portanto, o planeamento de reprodução significa quantidade de leite. (Cédric, instrutor de oficina, setembro de 2019)

Para os restantes três, um estágio realizado anteriormente reforçou o seu interesse pelo ESAT e o seu ambiente. Vários entrevistados salientaram o seu interesse pelo ambiente rural, os valores associados ao trabalho agrícola, o sentimento de liberdade que advém de viver numa região de montanha, ou ainda a importância que tem para eles poderem evoluir num ambiente bastante protegido de múltiplas tentações: “longe do álcool e da droga” (José, setembro de 2019);

existem os valores da terra, (...) aqui trabalha-se em coisas algo ancestrais. Todos os que aqui estão fizeram a escolha de vir para o campo. (...) Pode ser uma forma de alguns reconstruírem as suas vidas noutra lugar, num lugar mais calmo, longe das exigências da cidade. (Educadores, setembro de 2019)

Além disso, as oficinas do ESAT, nomeadamente as que estão relacionadas com a produção e o fabrico, exigem uma certa autonomia por parte dos trabalhadores. Como estas tarefas requerem uma maior autonomia, são-lhes confiadas gradualmente à medida que evoluem, o que contribui para gerar um sentimento de autoconfiança e um sentido de responsabilidade.

Eu não confiava em mim próprio, tinha perdido completamente a confiança em mim. E depois, houve um agricultor no vale que ficou ferido. E o meu

instrutor telefonou-me, perguntou-me se eu queria ir em destacamento para substituir esse agricultor que tinha sido ferido. Nessa altura, estava sempre stressado, não tinha qualquer confiança em mim mesmo e, depois, dei por mim sozinho numa quinta. E, bem, até que me desenrasquei. Portanto, eu tinha tudo, tinha de fazer a ordenha, preparar as vacas, trazê-las para dentro, preparar as vacas, ordenhá-las, cuidar do tanque de leite, limpar os postes, cuidar dos bezerros, e fazia tudo isso sozinho. E isso libertou-me de um grande peso que eu tinha dentro de mim. (Mathieu, trabalhador com deficiência, setembro de 2019)

HABITAÇÃO E MOBILIDADE: UM DUPLO VETOR DE INCLUSÃO

A questão da acessibilidade, definida por Laurent Chapelon (2014) como “a maior ou menor facilidade com que [um] lugar pode ser alcançado a partir de um ou mais lugares, por um ou mais indivíduos suscetíveis de viajar utilizando todos ou alguns dos meios de transporte existentes” (para. 1), revelou-se crucial nesta investigação, qualquer que seja a escala de análise.

A noção de acessibilidade em zonas escassamente povoadas leva-nos, antes de mais, a questionar a configuração do território. De facto, o ambiente rural implica frequentemente uma distância relativa entre lugares, podendo levar a uma maior dificuldade de deslocação. As zonas rurais caracterizam-se também frequentemente pela ausência de infraestruturas (vias de comunicação) ou de serviços (transportes públicos) que permitam a mobilidade. Para designar o potencial de acesso a determinado lugar, Richer e Palmier (2012) referem-se à “acessibilidade territorial”. O meio rural em geral, mais especificamente a área onde está localizado o ESAT Le Habert, tem um baixo nível de acessibilidade, dada a sua configuração espacial (distância, falta de infra-estruturas e serviços).

Se a acessibilidade depende das características do território e de uma oferta de mobilidade que permita transcender os obstáculos geográficos, depende também dos intervenientes que desejem deslocar-se e ser móveis. Enquanto a “acessibilidade dos territórios” é um potencial espacial, a “acessibilidade das pessoas” é um potencial social, que remete para as características dos intervenientes, a sua capacidade “individual ou coletiva de serem móveis no espaço” (Richier & Palmier, 2012, p. 431).

Reposicionar a noção de acessibilidade nas zonas rurais no contexto da deficiência mental leva a questionar a capacidade das pessoas de aproveitarem a oferta de mobilidade e de a utilizarem para realizar as suas deslocações. De facto, as pessoas apoiadas pelo ESAT Le Habert, para além de viverem num território com fraca acessibilidade (acessibilidade de territórios), não têm todas a capacidade de utilizar uma oferta de mobilidade para se deslocarem (acessibilidade de pessoas). Por exemplo, nem todas têm carta de condução e veículo, e não têm a mesma liberdade de circulação. Enquanto algumas se deslocam autonomamente, outras, dependentes dos serviços de transporte existentes, veem-se por vezes impossibilitados de alcançar de forma autónoma lugares que não são servidos por esses serviços.

O conceito de motilidade reflete assim, perfeitamente, a interação entre acessibilidade, capacidade e autonomia. A noção de mobilidade proposta por Kaufmann e Jemelin (2004) para descrever e analisar o potencial de mobilidade corresponde “a forma como um indivíduo ou um grupo adota o âmbito de possibilidades em termos de mobilidade e o utiliza para desenvolver projetos” (p. 5).

Tendo em conta os seus problemas pessoais e ainda uma acessibilidade débil intrínseca ao ambiente rural, a abertura ao trabalho possibilitada pelo ESAT contribui para reforçar a motilidade dos seus trabalhadores. Com efeito, ao ajudá-los a adquirir uma carta de condução, o estabelecimento contribui para aumentar o seu “âmbito de possibilidades”, reduzir a sua dependência dos serviços existentes e, em geral, reforçar a sua autonomia (Chavaroche, 2014).

Numa perspetiva mais ampla, aumenta a sua capacidade, a sua “liberdade substancial para alcançar diferentes combinações de funcionamento” (Nussbaum, 2011, p. 39). Conceitualizada por Sen (1985), e depois por Nussbaum (2006, 2011), a noção de capacidade, tal como a motilidade, mas numa escala mais ampla, torna possível expressar a interação entre as capacidades de uma pessoa e as possibilidades oferecidas pelo seu meio. Um aumento da capacidade expressa não só um reforço das capacidades individuais, como também um aumento das liberdades ou oportunidades criadas por uma combinação de capacidades pessoais e um ambiente político, social e económico. Ao agir sobre o ambiente das pessoas com deficiência e ao estimular as suas capacidades, os ESAT rurais permitem mais do que apenas o acesso à dignidade: dão às pessoas ali acompanhadas a possibilidade de desfrutar de uma maior liberdade de ação e de escolha.

VIVER DE FORMA INDEPENDENTE: A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA HABITAÇÃO

A maioria dos trabalhadores do Le Habert vive numa das 13 unidades habitacionais que compõem a casa de alojamento dividida do ESAT, distribuídas pelas comunas de Entremont-le-Vieux, na Saboia (três casas e três apartamentos) e Saint-Pierre-d’Entremont, em Isère (sete apartamentos). As casas, que acolhem um total de 14 trabalhadores, são alugadas a proprietários privados. Três apartamentos no centro da aldeia, também arrendados em regime de aluguer simples (a um locador social e à câmara municipal), fornecem alojamento para nove trabalhadores (dois apartamentos alojam quatro pessoas cada e um apartamento aloja apenas uma pessoa). Além disso, a comuna de Saint-Pierre-d’Entremont (Isère) arrenda seis apartamentos individuais ao ESAT de Le Habert, ao abrigo de um acordo social. Finalmente, um último apartamento, alugado a um proprietário privado, permite a dois trabalhadores partilharem um apartamento em Saint-Pierre d’Entremont.

A configuração do alojamento em pequenas unidades habitacionais permite promover a autonomia e a inclusão no ambiente normal. De facto, as várias pequenas unidades, espalhadas pelo território, facilitam a integração na sociedade. Esta configuração incentiva os trabalhadores a mostrarem iniciativa e autonomia nos atos da vida quotidiana. São então capazes de levar uma vida profissional e social tão independente quanto possível, podem aceder a serviços e lojas na comunidade e participar em atividades associativas.

No entanto, os trabalhadores do ESAT estão espalhados por toda a região. Na comuna de Entremont-le-Vieux residem 28 pessoas, dividida entre a cidade (21 trabalhadores), Les Perrets, na periferia da comuna (cinco trabalhadores) e La Plagne, na direção de La Ferme (dois trabalhadores). Além disso, 10 trabalhadores vivem a 5 km do ESAT: dois em Saint-Pierre-d'Entremont (Saboia) e seis na vila de Saint-Pierre-d'Entremont (Isère). Esta dispersão de trabalhadores levanta a questão da acessibilidade e da mobilidade, que parecem ser essenciais, tanto para as deslocações diárias ao seu local de trabalho, como para o acesso às várias lojas e serviços e para a participação na vida social (Tabela 2).

RESIDÊNCIA	ESTATUTO	TIPO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	PROPRIETÁRIO	ARRENDAMENTO	NÚMERO DE TRABALHADORES
Auberge 73670 Entremont Le Vieux (apartamento)	Estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho (ESAT)	Coletivo	Câmara Municipal	Simples	4
Les Perrets 73670 Entremont Le Vieux (casa)	ESAT	Coletivo	Privado	Simples	4
Les Perrets 73670 Entremont Le Vieux	ESAT	Individual	Privado	Simples	1
Maison Epernay 73670 Entremont Le Vieux	ESAT	Coletivo	Privado	Simples	5
Maison Gandy 73670 Entremont Le Vieux	ESAT	Coletivo	Privado	Simples	5
OPAC/Epernay 73670 Entremont Le Vieux (apartamento)	ESAT	Coletivo	Privado	Simples	3
Antiga Câmara Municipal 73670 St Pierre D'Entremont (Isère) — 6 apartamentos	ESAT	Individual	Câmara Municipal	Social	6
Apartamento Guerre Le Bourg 73670 St Pierre D'Entremont (Isère)	ESAT	Coletivo	Privado	Simples	2
Epernay 73670 Entremont Le Vieux	Parque privado	Individual	Privado	Simples	1
Epernay 73670 Entremont Le Vieux	Parque privado	Individual	Proprietário	-	1
Epernay 73670 Entremont Le Vieux	Parque privado	Individual	Privado	Simples	1

La Plagne 73670 Entremont Le Vieux	Parque privado	Individual	Privado	Simple	1
La Plagne 73670 Entremont Le Vieux	Parque privado	Individual	Privado	Simple	1
OPAC/Epernay 73670 Entremont Le Vieux	Parque privado	Individual	Privado	Simple	1
Le Bourg 73760 St Pierre D'Entremont (Sabóia)	Parque privado	Individual	Privado	Simple	1
Lot Le Cozon 73670 St Pierre D'Entremont (Sabóia)	Parque privado	Individual	Privado	Simple	1

Tabela 2 Distribuição residencial dos trabalhadores do estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho

Nota. A tabela foi construída a partir de dados coletados junto da gestão da ESAT Le Habert, em 2019.

DESLOCAR-SE DE FORMA INDEPENDENTE: INCLUSÃO ESPACIAL ATRAVÉS DA MOBILIDADE

Para chegarem do seu local de residência ao ponto de recolha, situado em Entremont-le-Vieux, onde um sistema de vaivém organizado pelo ESAT serve os locais das oficinas, os trabalhadores têm várias possibilidades: transporte público criado pelo Conselho Regional (rede expresso Belle Savoie), boleia individual ou através do sistema de partilha de trajetos Rézo Pouce⁶, partilha de veículo. No entanto, estas soluções não satisfazem todas as necessidades de viagem dos trabalhadores do ESAT (consultas médicas numa grande cidade, compras em certas lojas, visitas a familiares, passeios ou férias fora do maciço, etc.). O aumento do seu potencial de mobilidade (motilidade) implica necessariamente o reforço da sua independência.

À sua chegada a Le Habert, a maioria dos trabalhadores não tem (ou já não tem) carta de condução, pelo que a obtenção da carta é uma prioridade na política de apoio à estrutura, através da implementação de projetos individualizados de acesso à mobilidade. A assistência pode traduzir-se por uma ajuda na preparação para o exame de condução, o contacto com escolas de condução em Chambéry ou apoio financeiro (até metade do custo da carta de condução). Isto resultou numa taxa de sucesso de 80% até à data, dentro da instituição. Como resultado, quatro pessoas no nosso painel têm agora uma carta de condução e três utilizam o seu próprio automóvel. Os outros três continuaram a pedir boleia, a partilhar o carro ou a utilizar transportes públicos sempre que possível.

Incentivamo-los também a deixar o vale. A irem a Chambéry (...) a obterem a carta de condução ou a serem autónomos nas suas viagens (...) há quem tenha motociclos, automóveis sem terem carta, porque é o local que gera tudo isto. (André, educador, setembro de 2019)

“Pare, tudo (...) Aos sábados arranjo forma de ir a Chambéry” (Thomas, trabalhador com deficiência, setembro de 2019).

⁶ A Rézo Pouce é uma sociedade cooperativa de interesse coletivo.

Estou a tirar a minha carta de condução. [Le Habert] não a financia, mas reembolsam-me uma, metade das lições que tenha concluído (...) de momento, é a pé, o veículo agrícola e, depois, o autocarro, quando tenho de ir para a escola de condução e, depois, aos sábados. (Vincent, trabalhador com deficiência, setembro de 2019)

Foi aí que encontrei C, que vai à piscina e que está contente, e há outro senhor que vai à piscina e, como S tem um carro, talvez eles possam, depois de algumas vezes como esta, irem juntos, irem ambos de carro. (André, educador, setembro de 2019)

Esta independência adquirida ou recuperada durante a passagem pelo ESAT permite aos trabalhadores desenvolverem a capacidade de organizarem as atividades da sua vida quotidiana e assumirem o seu ambiente de vida. Esta autonomia representa também um meio de obter mais facilmente um acesso à inserção profissional e social (Figura 5).

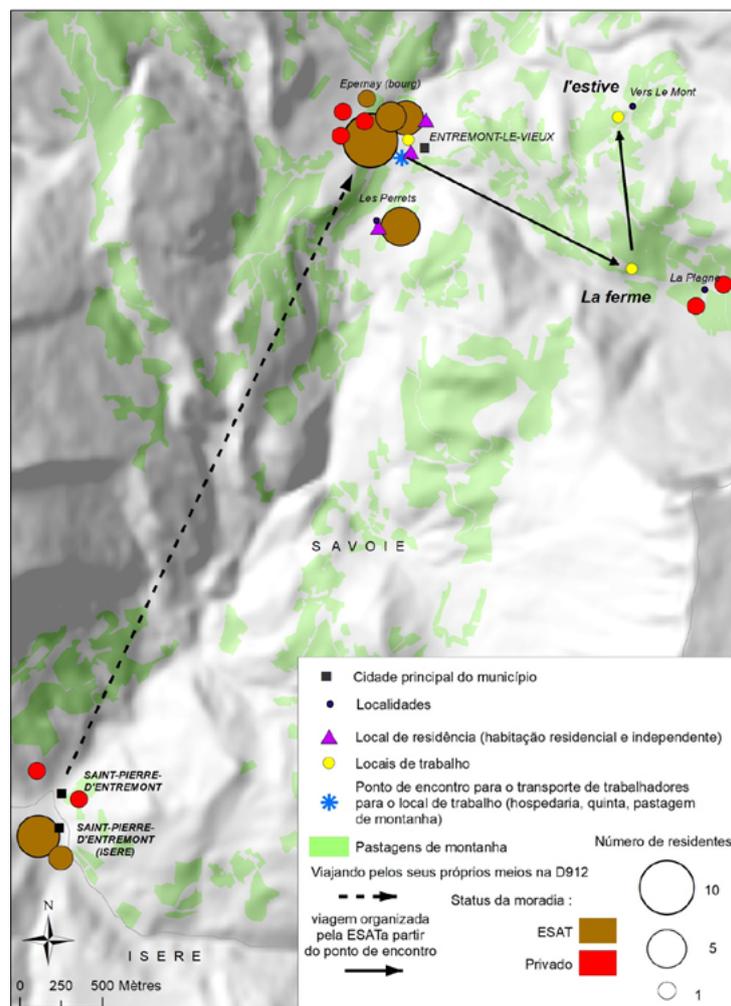


Figura 5 Locais de residência dos trabalhadores e deslocamentos para o estabelecimento e serviço de assistência por via do trabalho

Créditos. Eric Langlois

CONCLUSÃO

Ao permitir que as pessoas com deficiência e que se encontram excluídas do mundo do trabalho exerçam uma atividade profissional, os ESAT oferecem-lhes a oportunidade de recuperarem a sua dignidade, reconhecendo plenamente as suas capacidades. Localizado num ambiente rural de montanha, a uma altitude superior a 800 m, o exemplo do ESAT Le Habert é particularmente interessante. A estrutura oferece a inclusão às pessoas com deficiências mentais e/ou intelectuais, através do trabalho agrícola que está totalmente enraizado no seu território. Tendo contribuído para a manutenção de três explorações leiteiras, o trabalho de valorização e processamento da produção, realizado pelas pessoas apoiadas, gera valor acrescentado para o território.

Se, por um lado, o seu trabalho é benéfico para a região (reforço do tecido económico, manutenção de uma paisagem aberta) ou para os clientes ou pessoas que vêm comer ao albergue, por outro lado, o ambiente da ESAT constitui também uma mais-valia para as pessoas apoiadas e para a sua inclusão. Com efeito, o exemplo de Le Habert mostrou que a inclusão de trabalhadores num território e num sistema de produção, transformação e valorização agrícola, contribuía para aumentar a autoconfiança e gerar um forte sentido de utilidade social. Pudemos também observar que, tendo em conta as perturbações das pessoas apoiadas, o isolamento do meio rural, o sentimento de liberdade oferecido pelas montanhas e também as exigências do trabalho, os seus constrangimentos e o sentido de responsabilidade que implica, são todos elementos que, atuando como instrumento terapêutico, contribuem para o bem-estar das pessoas apoiadas.

Para além do trabalho, o estabelecimento oferece alojamento em pequenas unidades habitacionais espalhadas por diferentes aldeias, o que, embora mantendo o acompanhamento e o apoio da ESAT, garante uma real autonomia e a inclusão na vida social local através da habitação. Embora o ambiente rural seja um trunfo para todos os elementos que acabámos de mencionar, a sua baixa densidade populacional e a falta de mobilidade coletiva podem constituir um obstáculo. Ao ajudar os trabalhadores a obterem a sua carta de condução, a instituição trabalha no sentido da sua autonomia e do reforço do seu potencial de mobilidade (motilidade). Para além de permitir a inclusão através do trabalho e da habitação, a instituição trabalha para assegurar a inclusão espacial de cada um.

Tradução: The Language Room

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos à direção do ESAT Le Habert, que nos abriu as portas do seu estabelecimento e, sobretudo, a todo o seu pessoal, gestores, como trabalhadores com incapacidades, que aceitaram tomar tempo para responder às nossas perguntas. Não nos esquecemos, evidentemente, da Fundação Internacional da Investigação Aplicada sobre a Deficiência que, associada ao Grupo Agrica, à Laser Emploi e a Solidel, nos deu a honra de reter a nossa proposta no seu convite à apresentação de projetos sobre deficiência e meio rural.

REFERÊNCIAS

- Baret, C. (2012). Les établissements et services d'aide par le travail (ESAT) parviennent-ils à concilier objectifs économiques et missions médico-sociales? Une proposition de matrice stratégique. *RIMHE: Revue Interdisciplinaire Management, Homme & Entreprise*, 1(2), 66–82. <https://doi.org/10.3917/rimhe.002.0066>
- Baril, A. (2013). *La normativité corporelle sous le bistouri: (Re)penser l'intersectionnalité et les solidarités entre les études féministes, trans et sur le handicap à travers la transsexualité et la transcapacité* [Tese de doutoramento, Université d'Ottawa]. uO Research. <https://doi.org/10.20381/ruor-3371>
- Blanc, A. (2006). Handicap et insertion professionnelle: Égalité et démocratie. *Reliance*, (19), 42–49. <https://doi.org/10.3917/reli.019.49>
- Bocquet, É. (2015). *Les établissements et services d'aide par le travail face à la contrainte budgétaire* (Relatório N.º 409). Sénat. <https://www.senat.fr/rap/r14-409/r14-4091.pdf>
- Bon, L., & Franck, N. (2018). Réhabilitation psychosociale: Outils thérapeutiques et offre de soin. *PSN*, 16(1), 7–16.
- Boni, T. (2006). La dignité de la personne humaine: De l'intégrité du corps et de la lutte pour la reconnaissance, *Diogène*, (215), 65–76. <https://doi.org/10.3917/dio.215.0065>
- Bonjour, P. (2006). La dignité humaine, philosophie, droit, politique, économie, médecine: À partir de l'ouvrage coordonné par Thomas De Koninck et Gilbert Larochelle. *Reliance*, (20), 85–92. <https://doi.org/10.3917/reli.020.92>
- Boyer, H. (2011). La réhabilitation psychosociale. *VST - Vie Sociale et Traitements*, (112), 93–96. <https://doi.org/10.3917/vst.112.0093>
- Chapelon, L. (2014). Accessibilité. In *Hypergeo*. <https://www.hypergeo.eu/spip.php?article30>
- Chavaroche, P. (2014). L'autonomie: Paradigme dominant du projet individuel dans le champ du handicap. *Vie Sociale et Traitements*, (122), 72–78. <https://doi.org/10.3917/vst.122.0072>
- Convention on the Rights of Persons With Disabilities, 13 de dezembro, 2006, <https://un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>
- Convention Relative aux Droits des Personnes Handicapées, 30 de julho, 2018, <https://undocs.org/pdf?symbol=fr/CRPD/CSP/2018/5>
- Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen, 4 de agosto, 1789, http://classes.bnf.fr/laicite/references/Declaration_droits_de_l_homme_citoyen_1789.pdf
- Ebersold, S. (2009). Inclusion. *Recherche & Formation*, 61, 71–83. <https://doi.org/10.4000/rechercheformation.522>
- Escuriet, M., Fournier, M., & Sanson, T. (2021). Les établissements et services d'aide par le travail (ESAT) français face à la pandémie de covid 19: Le rôle du territoire et de la proximité dans l'adaptation à la crise. *Revue Interventions Économiques*, (66). <https://doi.org/10.4000/interventionseconomiques.14003>
- Filiatrault, J.-F. (2016). *Théories sociologiques du handicap: Débats et renouvellement* [Dissertação de mestrado, Université du Québec à Montréal]. Archipel. <https://archipel.uqam.ca/9158/>
- Finkelstein, V. (1980). *Attitudes and disabled people: Issues for discussion*. World Rehabilitation Fund. <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/finkelstein-attitudes.pdf>

- Fougeyrollas, P., & Noreau, L. (2007). L'environnement physique et social: Une composante essentielle à la compréhension du processus de production du handicap. L'exemple des personnes ayant une lésion médullaire. In J. Borioli & R. Laub (Eds.), *Handicap: De la différence à la singularité, enjeux au quotidien* (pp. 47–59). Éditions Médecine et Hygiène.
- Fourdrignier, M., & Godard, G. (2012). Interventions. In L'Aire & MÉTIS Europe (Eds.), *De la prise en charge à l'accompagnement: Une réflexion éthique sur l'évolution de nos pratiques* (pp. 25–74). Champ Social.
- Goffman, E. (1975). *Stigmate: Les usages sociaux des handicaps* (A. Kihm, Trad.). Les Éditions de Minuit. (Trabalho original publicado em 1963)
- Gustavsson, A. (2004). The role of theory in disability research – Springboard or strait-jacket? *Scandinavian Journal of Disability Research*, 6(1), 55–70. <http://doi.org/10.1080/15017410409512639>
- Kaufmann, V., & Jemelin, C. (2004, October 21–22). *La motilité, une forme de capital permettant d'éviter les irréversibilités socio-spatiales?* [Apresentação em conferência]. Espaces et Sociétés Aujourd'hui, Rennes, France.
- Lajoumard, D., Jagorel, Q., Momboisse, P., Jacquy, B., Laurent, A., & Laidi, C. (2019). *Les établissements et services d'aide par le travail*. Inspection Générale des Affaires Sociales; Inspection Générale des Finances. https://www.igas.gouv.fr/IMG/pdf/2019-026R_ESAT.pdf
- Lévinas, E. (1996). *Éthique et infini*. Livre de Poche.
- Muller, S. (2011). *Comprendre le handicap psychique: Éléments théoriques, analyses de cas*. Champ Social.
- Nussbaum, M. (2006). *Frontiers of justice: Disability, nationalship, species of membership*. Harvard University Press.
- Nussbaum, M. (2011). *Creating capabilities: The human development approach*. Harvard University Press.
- Pachoud, B., Leplège, A., & Plagnol, A. (2009). La problématique de l'insertion professionnelle des personnes présentant un handicap psychique: Les différentes dimensions à prendre en compte. *Revue Française des Affaires Sociales*, (1), 257–277. <https://doi.org/10.3917/rfas.091.0257>
- Paul, M. (2002). L'accompagnement: Une nébuleuse. *Éducation Permanente*, (153), 4–56.
- Richer, C., & Palmier, P. (2012). Mesurer l'accessibilité territoriale par les transports collectifs: Proposition méthodologique appliquée aux pôles d'excellence de Lille métropole. *Cahiers de Géographie du Québec*, 56(158), 427–461. <https://doi.org/10.7202/1014554ar>
- Ricoeur, P. (1988). Pour l'être humain du seul fait qu'il est humain. In J.-F. de Raymond (Ed.), *Les enjeux des droits de l'homme* (pp. 233–237). Larousse.
- Schopenhauer, A. (1978). *Le fondement de la morale* (A. Burdeau, Trad.). Aubier. (Trabalho original publicado em 1840)
- Sen, A. (1985). *Commodities and capabilities*. Oxford University Press.
- Shakespeare, T., & Nicholas, W. (2001). The social model of disability: An outdated ideology? *Research in Social Science and Disability*, 2, 9–28. [https://doi.org/10.1016/S1479-3547\(01\)80018-X](https://doi.org/10.1016/S1479-3547(01)80018-X)
- Steiner, R. (2005). *Morale et liberté, textes sur l'éthique 1886-1900* (T. Letouzé, Trad.). Triades.
- Universal Declaration of Human Rights, 10 de dezembro, 1948, <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/udhr.pdf>
- Weil, S. (1949). *Le racinement: Prélude à une déclaration des devoirs envers l'être humain*. Gallimard.
- Zribi, G. (2012). *L'avenir du travail protégé: Les ESAT dans le dispositif d'emploi des personnes handicapées*. Presses de l'EHESP.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Meddy Escuriet é pesquisador da UMR Territoires (França), fez um curso de geografia e planejamento regional na Universidade de Clermont-Auvergne, que o levou a defender em 2021 uma tese de doutoramento sobre “Geografia e Vivência Para Identificar Situações de Deficiência: Abordagem Ambiental da Deficiência e Avaliação de um Sistema de Apoio Médico-Social”. Está muito envolvido no pensamento contemporâneo sobre a deficiência, tem também participado em programas de investigação como *Haccescol*, sobre o acesso à educação e *Equipar os Territórios Para Permitir Mais Opções de Viver e Trabalhar com Deficiência no Meio Rural*. Ele é atualmente um treinador intersectorial no Institut de Travail Social de la Région Auvergne.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3518-9013>

Email: mescuriet@gmail.com

Morada: UMR Territoires, MSH, 4 rue Ledru, 63057 Clermont-Ferrand Cedex, France

Mauricette Fournier é doutorada em geografia. É professora universitária e investigadora no UMR Territoires e na Universidade Clermont-Auvergne (França), onde tem a responsabilidade do mestrado em inovação social e desenvolvimento territorial. A sua investigação incide principalmente na geografia social e cultural e nas questões de desenvolvimento local. O seu interesse pelos desafios ligados às situações de deficiência levou-a a dirigir nestes últimos anos dois programas de investigação sobre esta temática: *Haccescol*, programa da Maison des Sciences de l’Homme de Clermont, relativo ao acesso à educação, e *Equipar os Territórios Para Permitir Mais Opções de Viver e Trabalhar com Deficiência no Meio Rural*, investigação-ação realizada para la Fundação Internacional para a Investigação Aplicada à Deficiência.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9961-3621>

Email: mauricette.fournier@uca.fr

Morada: UMR Territoires, MSH, 4 rue Ledru, 63057 Clermont-Ferrand Cedex, France

Sophie Vuilbert, após formação inicial e várias experiências profissionais na área médico-social, retomou os estudos em geografia e planeamento regional. Detentora do mestrado, participou como engenheira-investigadora no programa *Equipar os Territórios Para Permitir Mais Opções de Viver e Trabalhar com Deficiência no Meio Rural*. Membro da UMR Territoires, iniciou em 2021 uma tese de doutoramento sobre estabelecimentos franceses de apoio e assistência ao trabalho na Universidade de Clermont-Auvergne (França).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4797-3696>

Email: sophie.vuilbert@doctorant.uca.fr

Morada: UMR Territoires, MSH, 4 rue Ledru, 63057 Clermont-Ferrand Cedex, France

Submetido: 17/06/2021 | Aceite: 22/09/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE

Jaciete Barbosa dos Santos

Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil

Jenifer Satie Vaz Ogasawara

Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil

RESUMO

A proposta de educação inclusiva, iniciada no final do século passado, obteve maior efervescência na primeira década do século vigente, conforme verificamos no âmbito das pesquisas, estudos e promulgações legislativas. Todavia, no Brasil, assim como em muitos países do mundo, o processo educacional de pessoas com deficiência ainda é permeado por muita precariedade, evidenciada tanto pela indisponibilidade de recursos e serviços básicos de acessibilidade, quanto pela manutenção de crenças e atitudes que impedem a inclusão educacional digna dessas pessoas. O presente artigo visa refletir acerca da inclusão educacional das pessoas com deficiência no contexto contemporâneo, tomando como referência a teoria crítica da sociedade, sobretudo os estudos de Adorno (1970/1995, 1972/2010). Analisa-se, também, no decorrer deste trabalho a necessidade de ampliação do olhar em relação a essa temática para além das especificidades que possuem as pessoas com deficiência. Ademais, buscou-se, paralelamente, apontar a necessidade de fomentar no ambiente educacional uma formação que permita ao indivíduo reconhecer a humanidade contida em todos(as) e em cada um(a). Considera-se que isso só será verdadeiramente possível quando os sistemas educacionais assumirem o compromisso com a formação de valores humanos que nos despertem a perceber nos outros semelhanças e diferenças como aspectos naturais da diversidade humana que nos constitui. Esta mudança depende, em grande medida, de uma verdadeira formação, amparada na autorreflexão crítica dos indivíduos e da sociedade, concomitantemente. Do contrário, ficaremos cada vez mais expostos à barbárie, resultante de uma pseudoformação/semiformação, que ainda impera na maioria das nossas instituições.

PALAVRAS-CHAVE

educação inclusiva, teoria crítica da sociedade, formação cultural, deficiência, educação

INCLUSIVE EDUCATION IN CONTEMPORANEITY IN THE LIGHT OF THE CRITICAL THEORY OF SOCIETY

ABSTRACT

First stated at the end of the last century, the inclusive education proposal had more significant effervescence in the first decade of the current century, as we verified in the scope of the research, studies, and legislative enactments. Nevertheless, the educational process of people with disabilities is precarious in Brazil and worldwide. That is evident both by the unavailability of basic accessibility resources and services and the persistence of beliefs and attitudes that hinder the decent educational inclusion of these people. This article aims to reflect on the educational inclusion of people with disabilities in the contemporary context, taking as a reference the critical theory of society, mainly the studies of Adorno (1970/1995, 1972/2010). It also analyses the need to expand the focus on this issue beyond the specificities of people with disabilities. In parallel, this text points out the need to foster individuals' formation in the educational environment

capable of recognizing the humanity within all and each of us. It is considered that this will only be truly possible when the educational systems assume the commitment to the formation of human values that awaken us to perceive similarities and differences in the other as natural aspects of human diversity that constitute us. This change largely depends on proper formation supported by the individuals' critical self-reflection and society, concomitantly. Otherwise, we will be increasingly exposed to barbarism, resulting from a pseudo-formation/semi-formation that still prevails in most institutions.

KEYWORDS

inclusive education, critical theory of society, cultural formation, disability, education

O homem tem sofrido sempre da falta de um olho na nuca,
e sua atitude cognitiva só pode ser problemática,
porque ele nunca estará seguro do que existe às suas costas,
isto é, não tem como verificar se o mundo continua
entre os pontos extremos que consegue ver
exorbitando as pupilas para a esquerda e a direita. (Calvino, 1991/2007, p. 227)

INTRODUÇÃO

O presente artigo toma como foco de reflexão a inclusão educacional de pessoas com deficiência, à luz da teoria crítica da sociedade (TCS), na tentativa de ampliar nosso olhar em relação a essa temática para além dos “pontos extremos”, possíveis de vislumbrar, mesmo “exorbitando as pupilas”, como sugere a metáfora de Calvino (1991/2007, p. 227) citada na epígrafe que abre nossos escritos. À primeira vista, refletir sobre educação inclusiva pode até parecer algo ultrapassado, visto que muito tem se debatido sobre este tema. Contudo, quando percebemos o fosso existente entre as inúmeras proposições inclusivistas e a dura realidade de exclusão socioeducacional vivenciada pelas pessoas com deficiência no mundo, sobretudo no Brasil, onde elas mal conseguem acessar a escola, verifica-se a necessidade de aprofundar essa temática. Portanto, torna-se urgente estabelecer uma reflexão crítica do que nomeamos como “educação inclusiva”, numa perspectiva analítica, pautada em referências que possam desestabilizar o próprio pensar instituído acerca do exposto.

O que mobilizou a escrita desse estudo, de natureza bibliográfica, foi analisar os desafios e as possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência no contexto socioeducacional contemporâneo. Nesse sentido, buscamos, inicialmente, abordar as possíveis contradições da educação inclusiva que revelam desafios a serem superados; e na sequência, discutiremos as possibilidades da formação como um caminho para despertar a identificação com a diversidade humana que nos compõe, perseguindo, sempre que possível, um modo de pensar dialético e reflexivo.

CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE

A discussão sobre a inclusão educacional ganhou mais fôlego a partir da década de 1990, no século passado, principalmente na área de educação, no campo das ciências humanas, devido à pressão dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Nesse contexto foram publicados alguns documentos internacionais e nacionais de políticas públicas de educação inclusiva, dentre os quais cabe destacar no âmbito internacional: a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Decreto nº 3.956, 2001), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949, 2009). Já no Brasil destacamos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Dutra et al., 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

Ressaltamos que a legislação brasileira possui um número muito grande de publicações que tentam garantir os direitos das pessoas com deficiência, algumas delas reescritas de diversas maneiras como, por exemplo, a que proíbe instituições de ensino de recusarem a matrícula de estudantes com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento, mas que segue sendo uma prática comum em muitas escolas. Ao se analisar de forma mais aprofundada a historicidade da legislação brasileira sobre essa temática, observamos que as publicações seguem as tendências dos discursos internacionais, sem que necessariamente haja uma mudança de atitude política e social para a elaboração de tais documentos.

Ao longo desse tempo, muitos estudos e pesquisas foram realizados abordando a inclusão educacional e a educação inclusiva como se tratasse de um conceito único. De acordo com Bueno (2008), “a inclusão escolar refere-se a uma proposição política em ação, de incorporação dos alunos que tradicionalmente têm sido excluídos da escola, enquanto que a Educação Inclusiva refere-se a um objetivo político a ser alcançando” (p. 49). Para o autor, não se trata apenas de substituir nomenclaturas para indicar a inserção de “alunos de inclusão”¹ em instituições educacionais regulares, mas sim de destacar que a inclusão educacional pressupõe a ação de matricular alunos historicamente excluídos da escola em instituições educacionais regulares, em cumprimento com a legislação vigente. Por outro lado, a educação inclusiva é objetivo político para ser alcançado a curto, a médio e longo prazo por meio de inúmeras ações que favoreçam diferentes formas de aprendizado, assegurando o respeito às diferenças e valorizando a diversidade humana.

A diferenciação entre os dois termos pode apontar para uma análise mais aprofundada da temática. Todavia, consideramos que o mais relevante dessa discussão não

¹ Embora a nomenclatura “alunos de inclusão” não exista na legislação educacional vigente nas instituições escolares, entre docentes e gestores esta é uma das designações utilizadas com maior frequência, visto que “envolve toda aquela gama de alunos que tinham como horizonte a repetência ou exclusão escolar em virtude do baixo rendimento apresentado” (Siqueira, 2008, p. 304).

esteja na escolha de uma definição, mas na plena compreensão de que quando a educação² for efetivamente inclusiva não será mais necessário adjetivá-la e/ou diferenciá-la da inclusão educacional. A verdadeira educação deve proporcionar a todos(as) o pleno desenvolvimento, oferecendo, por meio da formação, alternativas de aprendizagens que favoreçam identificar potencialidades e superar desafios. Do contrário, corremos o risco de (re)produzir uma pseudoformação/semiformação (Adorno, 1972/2010) por compactuar com a injustiça social que predispõe indivíduos e/ou grupos sociais ao preconceito e à discriminação social, invariavelmente incompatíveis com os princípios que regem a educação inclusiva.

Utilizamos o conceito de pseudoformação/semiformação definido por Adorno (1972/2010), ao afirmar que os indivíduos estão sendo submetidos desde o nascimento a se moldar na cultura, a se adequar à sociedade, o que leva apenas a uma adaptação ao meio cultural. Adorno (1972/2010) defende que “a formação cultural agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede” (p. 9). Afirma ainda que “apesar de toda a ilustração e de toda a informação que se difunde (e até mesmo com a sua ajuda) a semiformação passou a ser a forma dominante da consciência atual” (Adorno, 1972/2010, p. 9).

É preciso perceber e anunciar os desafios inerentes à inclusão educacional, resultantes das condições sociais objetivas, sem deixar de apostar nas suas possibilidades, principalmente no que refere à postura de oposição radical aos processos de exclusão socioeducacional que apenas destacam as necessidades especiais do indivíduo, em detrimento das condições das instituições educacionais que dificultam e/ou impedem a formação, substituindo-a por mera adaptação. Como as condições das instituições educacionais permanecem inalteradas, as barreiras da aprendizagem, em geral, tendem a ser ainda mais intensificadas para aqueles estudantes que tradicionalmente têm sido excluídos da escola, porque não se enquadram nos padrões de normalidade instituídos pela cultura. Este fato suscita constantemente o florescimento de atitudes de preconceito em relação à própria inclusão educacional. Reiteramos que apontar as dificuldades que obstam a inclusão educacional, dentre as quais a presença de preconceitos, não significa discordar dessa proposição, indica, antes de tudo, a necessidade de fazer enfrentamento ao que está posto, com compromisso de vislumbrar alternativas viáveis para confrontar tais impedimentos.

Reconhecer a presença de barreiras em relação à inclusão educacional talvez se constitua como “primeiro passo” para localizar os bloqueios no indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade, que os tornam contrários à experiência inclusiva. Tais entraves carecem de ser retratados porque revelam a existência de uma cicatriz com a qual temos de conviver, cientes de suas causas, para tentar resistir aos riscos da proliferação de

² Educação que não se limita apenas em garantir a matrícula de alunos numa instituição educacional determinada, mas implica, antes de tudo, a possibilidade de acesso a uma formação comprometida com o processo de humanização, capaz de se contrapor aos processos de barbárie que violentam a vida humana. A concepção de educação/formação defendida nesse ensaio encontra-se ancorada nos escritos de Adorno, especialmente na obra *Educação e Emancipação* (1970/1995).

novas feridas, sobretudo daquelas (im)postas pelo tecido social, em função do cerceamento da experiência. Nesse sentido, Adorno (1970/1995) nos adverte:

é preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca de tais mecanismos. (p. 121)

Esses mecanismos, apontados por Adorno, são originados por determinações psíquicas e sociais que se encontram inter-relacionadas desde a sua gênese, conforme os pressupostos da TCS. Côncios de nossa predisposição para os referidos mecanismos, resultantes da trama das contradições inerentes ao modelo de sociedade em que vivemos, talvez seja possível ampliar o nosso olhar para vislumbrar alternativas que favoreçam o início de uma inclusão educacional mais plena, mesmo diante dos desafios que impedem e/ou dificultam o seu florescimento no contexto socioeducacional contemporâneo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A FORMAÇÃO COMO UM CAMINHO PARA DESPERTAR A IDENTIFICAÇÃO COM A DIVERSIDADE HUMANA QUE NOS CONSTITUI

Pensar a educação inclusiva não é uma tarefa fácil porque pressupõe uma análise contextualizada, na medida em que não existe uma perspectiva de inclusão educacional única num país ou numa instituição educacional que seja universal. Ainscow (2009) afirma que “grupos diferentes em contexto diferentes pensam sobre inclusão de forma diversa e que não há uma definição única e consensual” (p. 21). O referido autor resumiu algumas formas de pensar a inclusão e apresenta uma análise das tendências internacionais em relação à educação inclusiva dentro de cinco perspectivas conceituais:

1. “Inclusão referente à deficiência e à necessidade de Educação Especial: a eficácia dessa abordagem tem sido questionada, uma vez que, ao tentar aumentar a participação dos estudantes com deficiência, a educação enfoca a parte da deficiência ou das necessidades desses estudantes e ignora as outras formas em que a participação de qualquer estudante pode ser impedida ou melhorada. (...) No entanto, ao rejeitar a idéia de inclusão vinculada a necessidades educacionais especiais, há o perigo do desvio da atenção da contínua segregação vivida por estudantes com deficiência”.
2. “Inclusão como resposta a exclusões disciplinares: se a inclusão é mais comumente associada a crianças classificadas por terem necessidades educacionais especiais, então, em muitos países, sua conexão com mau comportamento está bem próxima. (...) A exclusão disciplinar não pode ser entendida sem estar ligada aos eventos e as interações que a precedem, a natureza dos relacionamentos e a abordagem do ensino e da aprendizagem na escola”.
3. “Inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão: há uma tendência crescente de ver a exclusão na educação de forma mais ampla, em termos de superação da discriminação e da desvantagem em relação a quaisquer grupos vulneráveis a pressões sociais. (...) Este uso mais amplo da linguagem da inclusão e da exclusão é, portanto, um tanto fluido. Ele parece indicar que pode haver alguns processos comuns que ligam as diferentes formas de exclusão experimentadas por, digamos, crianças com deficiência, crianças que foram excluídas de suas escolas por razões disciplinares e pessoas que vivem em comunidades pobres”.
4. “Inclusão como forma de promover Escola para Todos: tem como premissa o desejo de criar um tipo único de escola para todos capaz de servir uma comunidade socialmente diversificada.

Entretanto, esta ênfase não foi seguida de um movimento igualmente forte de reforma da escola regular para aceitar e valorizar a diferença. (...) Houve destaque para assimilação daqueles estudantes percebidos como diferentes dentro da homogeneidade da normalidade, em vez da transformação pela diversidade”.

5. “Inclusão como Educação para Todos: o movimento Educação para Todos (EPT) foi criado nos anos 1990 em torno de um conjunto de políticas internacionais, coordenado principalmente pela UNESCO, e relacionado com acesso e a participação crescente na educação em todo o mundo. (...) Em resposta ao fracasso de muitos países em atingir os objetivos uma década antes, os organizadores procuraram enfatizar áreas específicas em que possa haver progresso. (...) Apesar do aparente progresso havido visando chamar atenção para as possibilidades de um sistema educacional inclusivo para todas as crianças, especificamente incluindo crianças com deficiência, isto só aconteceria na Declaração de Salamanca em 1994”. (Ainscow, 2009, pp. 14–18)

Após a publicação da Declaração de Salamanca³, alguns países esboçaram algumas iniciativas para transformar suas políticas em defesa da inclusão educacional (Mittler, 2000/2003). Pesquisas e estudos, como os de Ainscow (2009), Mittler (2000/2003), dentre outros, demonstram que geralmente a inclusão educacional em países em desenvolvimento é mais difícil de ser efetivada, pois falta apoio institucional e financeiro para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos em situação de inclusão. Já em países considerados desenvolvidos, existem programas específicos de apoio institucional e de assistência financeira do Estado para prover tais políticas, contudo, nem sempre a proposta de inclusão educacional é acolhida por esses países: em Espanha, país que sediou o nascimento da referida declaração, existem muitas críticas à proposta de inclusão (Pacheco et al., 2007); assim como em Portugal, onde a inclusão educacional é amparada pela legislação oficial, mas, paralelamente, o Estado apoia também a criação de novas escolas especializadas.

Em relação à América Latina, Rodriguez (2012) traçou um panorama das práticas educativas inclusivas, evidenciando que, de modo geral, os limites para efetivação de uma Educação Inclusiva nessa região — considerada uma das mais desiguais do mundo — estão diretamente relacionados às condições de pobreza, visto que:

sem dúvida, a pobreza na América Latina é uma derivação clara da distribuição desigual dos recursos e do acesso desigual à produção, mas, ao mesmo tempo, também gera características que a tornam mais complexa e difícil de ser resolvida. *Uma das características que mais preocupa é a perda de capital social, que se reflete em graves problemas de violência e insegurança social* [ênfase adicionada], e a outra é a fragmentação do Estado, que resulta em planejamento deficiente e ações dispersas e pouco efetivas. tentando resolver a situação. (Rodriguez, 2012, p. 70)

Essa situação parece que favoreceu a maioria dos países latino-americanos, dentre os quais o Brasil, a aderir as políticas de inclusão educacional propostas pela Unesco e demais agências internacionais, na perspectiva de que os esforços empreendidos para

³ A Declaração de Salamanca (1994) é considerada a referência mais importante na elaboração de políticas públicas que visam a inclusão educacional no mundo e, apesar dos 27 anos de sua existência, o sonho da proposta de educação inclusiva se transformar no “meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos” (p. 1), ainda carece de ser realizado.

efetivação destas políticas alavancassem mudanças, ao menos, para conter a propagação dos processos de exclusão por meio do discurso da inclusão.

No Brasil, verificamos que nas últimas décadas houve um aumento acentuado no número de matrículas de alunos com deficiência em instituições regulares em todos os segmentos de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior, conforme indicam dados apresentados no documento da própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Dutra et al., 2008). Dados mais recentes, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2010, 2021) sobre o censo escolar de 2010 e 2020, revelam que nos últimos 10 anos, o número de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em classes comuns de escolas públicas aumentou 85%. Em 2010 eram 702.603 e em 2020, 1.300.000 de estudantes da educação especial⁴, destes 92,8% em classes regulares.

Porém, as condições de acesso, de permanência e de terminalidade de curso para estudantes com deficiência no sistema educacional brasileiro permanecem precárias na maioria das instituições educativas. Apesar de os sistemas educacionais destinarem recursos para efetivação dessas políticas, o cenário da educação no Brasil ainda permanece precário, especialmente no que tange a escolarização de pessoas com deficiência. Caberia até questionarmos a destinação desses recursos, conforme aponta Bueno (2008), mas essa temática merece uma discussão mais aprofundada que daria origem a outro estudo. Consideramos que os obstáculos enfrentados para a implementação da proposta de inclusão educacional em países como o nosso, talvez estejam relacionados, dentre outras questões, com a análise feita por Martins (1997) acerca do significado das políticas de inclusão em contextos de exclusão. No entender deste sociólogo, as políticas de inclusão podem até, involuntariamente, conduzir os “incluídos” para uma “inclusão precária, instável e marginal” (Martins, 1997, p. 20), em função da manutenção do sistema capitalista que se (re)produz no interior das instituições formadoras, como é o caso da família, da escola, da universidade, entre outras.

As concepções de inclusão categorizadas por Ainscow (2009), citadas anteriormente, foram gestadas em contextos internacionais diversos e, conseqüentemente, apresentam perspectivas conceituais diferenciadas. O referido autor cotejou uma possibilidade adicional de pensar a educação inclusiva, na pesquisa realizada em escolas inglesas, em 2006, juntamente com outros estudiosos da área. Eles partem do princípio de que esta proposta deve estar atrelada aos “valores inclusivos referentes à igualdade, à participação, à comunidade, à compaixão, ao respeito pela diversidade, à sustentabilidade e ao direito” (Ainscow, 2009, p. 19).

Comungamos com este princípio de pensar a educação inclusiva, mas salientamos que a construção de valores na formação se deve iniciar na infância, como sugere Adorno (1970/1995). Todavia, uma educação voltada para desenvolvimento de valores

⁴ No censo escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira são apresentados os dados dos alunos da educação especial que de acordo com o Artigo 58.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 1996) são os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

humanos desde a primeira infância depende, consubstancialmente, da efetivação de uma política educacional coletiva assumida, concomitantemente, pelo indivíduo e pela sociedade, protagonizada por gestores, professores, pais, alunos/estudantes, funcionários administrativos e a comunidade em geral, comprometidos em assegurar uma formação pautada na experiência e na autorreflexão crítica, conforme pressupostos da TCS. Do contrário, corremos o risco de impor valores em fases posteriores de difícil assimilação para indivíduos marcados por vivências traumáticas, geralmente resultantes do preconceito, que podem dificultar e/ou impedir as possibilidades de florescimentos de tais valores.

Uma educação voltada para formação de valores humanos implica a possibilidade do reconhecimento de si mesmo e do outro enquanto indivíduos, invariavelmente, pertencentes ao universal humano, cúmplices de direitos e deveres comuns, necessários a uma vida digna. Nesse sentido, Silva (2015) indica:

a formação na perspectiva da educação inclusiva deve possibilitar a sensibilização das pessoas, em ver o outro como sujeito de direito, cujas potencialidades são diferentes, e por isso, não podem ser vistas de acordo com os padrões de “normalidade” ou de “uniformidade” das capacidades das pessoas, como se fosse possível formatá-las. (p. 100)

Uma educação inclusiva pressupõe uma formação que possibilite, no desenvolvimento do processo de socialização, a oportunidade de nos diferencarmos para perceber o quanto somos diversos e, posteriormente, compreender que essa diversidade nos torna, dialeticamente, semelhantes. Assim, Crochick et al. (2013) defendem que “a identificação não implica o ser idêntico, mas sim a necessidade de um acervo cultural universal, acervo esse incorporado pelos indivíduos permitindo-se expressar as diferenças” (p. 21). Por isso, o processo de individuação é produto da socialização, somos socializados para nos diferenciar, trata-se de um processo que supõe alteridade e conquista da autonomia. Em outros termos, podemos afirmar, como aponta Crochick (2011), que o processo de individuação ocorre mediante nossa possibilidade de nos diferenciar, na medida em que somos incentivados a expressar nossas diferenças e, concomitantemente, aprendemos a acolher as diferenças dos outros. Em contrapartida, a cultura geralmente nos impõe a um processo de idealização em que somos forçados a aceitar e assimilar, invariavelmente, padrões normatizados pela sociedade, em geral, incoerentes com as identidades socialmente negadas. Quando somos cerceados da possibilidade de individuação, aprendemos, inconscientemente, a negar as nossas diferenças não aceites pela cultura e/ou pela civilização, porque nos “socializamos a reboque”, impossibilitados de nos diferenciar, de reconhecer quem realmente somos, e, conseqüentemente, não suportamos reconhecer a diferença no outro por nos fazer lembrar da nossa subalternidade diante das condições sociais objetivas.

Até que ponto é possível vislumbrar a educação inclusiva, na perspectiva dos valores definidos por Ainscow (2009), em contextos sociais que dificultam e/ou impedem o processo de individuação? É a individuação, ou seja, o processo de diferenciação

individual que nos conduz a identificação com “um dos semelhantes”, condição fundamental para constituição de nossa natureza humana, pois, “mesmo antes de ser indivíduo o homem é um dos semelhantes, relaciona-se com os outros antes de se referir explicitamente ao eu; é um momento das relações em que vive, antes de poder chegar, finalmente, à autodeterminação” (Horkheimer & Adorno, 1956/1973, p. 47).

Portanto, a identificação resultante do processo de individuação nos torna capaz de nos diferenciar e, dialeticamente, nos potencializa a acolher as inúmeras manifestações de diferença inerentes à diversidade humana que também nos constitui. Assim, nos tornamos naturalmente predispostos a incluir, na medida em que nos identificamos com o outro. A identificação, conforme aponta Crochick (2011), “pode ser definida como a busca do universal no particular, a sua negação diz respeito a esse universal: o outro não é reconhecido em sua humanidade” (p. 37). Assim sendo, é impossível pensar a inclusão educacional do outro que não é reconhecido em sua humanidade como um de nós — na “dor e na delícia de ser o que é”⁵ e/ou quem é — porque, para ser incluído, é preciso, antes de tudo, se reconhecer e, também, ser reconhecido pelo universal humano que nos torna parte integrante da diversidade humana, independentemente das nossas diferenças e/ou particularidades de origem social, econômica, cultural, física, cognitiva, sensorial, étnica, religiosa, entre outras.

Desta maneira, para que a educação inclusiva de fato se efetive, é preciso que ocorra a identificação entre os indivíduos advinda da certeza de pertencimento de todos os homens e mulheres ao universal humano, capaz de incorporar cada particular (diferente) como parte imprescindível da diversidade humana. Do contrário, os valores inclusivos sugeridos por Ainscow (2009) caem por terra, pois estes tendem a sucumbir diante das ciladas impostas por processos de socialização excludentes aos quais somos, constantemente, submetidos.

Cabe ressaltar que o problema da inclusão educacional ultrapassa as proposições dos documentos e das políticas públicas. Pressupomos que está vinculado às próprias condições de vida e de sobrevivência de educandos e de educadores e da população como um todo. Contudo, não se pode subestimar a relevância das políticas públicas para alavancar as possibilidades e evidenciar os desafios da educação inclusiva, especialmente quando tomamos como parâmetro a análise e a reflexão crítica do impacto das referidas políticas em curso nos diferentes contextos educacionais. Por isso, precisamos pensar a inclusão a partir de um referencial que nos possibilite compreender as contradições elencadas nessa reflexão.

Quando a formação cultural não permite a nossa individuação e nos impõe uma socialização forçada, baseada nos modos de produção capitalista, a identificação tende a ser negada e/ou substituída pela idealização. Na identificação, a idealização pode aparecer quando estamos diante de algo ou de alguém desconhecido/diferente, mas à medida que temos a possibilidade de fazer a experiência com aquele(a) ou com aquilo que nos causa estranhamento, a idealização pode se metamorfosear em identificação, uma vez que, descobrimos a metáfora humana similar em outras espécies da natureza:

⁵ Expressão utilizada por Caetano Veloso na canção “O Dom de Iludir” (1986).

lagartas gestam borboletas em seus casulos, mas é preciso reconhecer o poder de transcendência da lagarta presente no casulo.

Mediante o processo de individuação que ocorre por meio da possibilidade de diferenciação do indivíduo na sociedade, o processo de socialização tende a ser favorecido, pois dada a oportunidade de se perceber como diferente e de ter acolhida a sua diferença, fica latente no indivíduo a necessidade de acolher, incondicionalmente, a diferença no outro. Em contrapartida, no processo de socialização em massa, quando a individuação é negada previamente, abortam-se as possibilidades de acolhimento da diferença, de si e do outro, já que sempre se impõem modelos para se “clonar a borboleta”, retomando a metáfora citada. Dessa forma, ao invés de reconhecer na existência da lagarta a presença latente da borboleta, a cultura de massa, de antemão, menospreza e desvaloriza as possibilidades de expressão da “lagarta”, representada pela diversidade humana. Assim, idealiza-se a condição de borboleta, negando a transcendência representada pelo casulo, inerente à espécie. Para romper com esse ciclo, que culmina na negação social da diferença, é preciso compreender, como aponta Crochick (2011), que “em cada particular, a diferença enuncia outra possibilidade de ser, o que fortalece a individuação e a sociedade” (p. 34).

Em geral, na nossa formação, a identificação não é estimulada, mas fortemente negada, seja na família, na escola, na universidade, nas ordens religiosas, no mundo do trabalho, nas mídias, dentre outras instituições responsáveis pela nossa formação cultural. Ao negarmos a identificação com o outro, negamos a nós mesmos, visto que, se pertencemos à diversidade humana, a diferença é a nossa principal característica, independente de nossas escolhas e/ou particularidades. Assim, “essa negação é ilusória, pois claramente o que há de humano pode ser reconhecido em todas as pessoas; quem nega a identificação tem de forçar o desconhecimento de que algo em si mesmo é comum ao outro e vice-versa” (Crochick, 2011, p. 37). Perceber e identificar os processos que podem nos levar a negar a presença do outro em nós é de fundamental importância para se evitar o fortalecimento de uma formação cultural desfavorável ao desenvolvimento de valores inclusivos.

Como já foi dito, a possibilidade de refletir criticamente sobre si mesmo e sobre o outro deveria ser estimulada em nossa formação desde a primeira infância. Porém, para que isso ocorra, faz-se necessário pensar sobre os significados da nossa própria formação na contemporaneidade: como a nossa formação interfere na constituição de nossos valores? Em que medida nossa formação se encontra comprometida com a “emancipação dos homens”⁶? Como se justificam as desigualdades sociais em sociedades que já

⁶ Na canção “Queremos Saber”, uma composição feita por Gilberto Gil em 1976 e interpretada por Cássia Eller, no álbum *Acústico MTV*, nos deparamos com uma reflexão poética acerca da suposta relação entre conhecimento e emancipação humana, conforme sugere a própria letra: “queremos saber o que vão fazer com as novas invenções. Queremos notícia mais séria sobre a descoberta da antimatéria e suas implicações na emancipação do homem das grandes populações. Homens pobres das cidades, das estepes, dos sertões. Queremos saber quando vamos ter raio laser mais barato. Queremos de fato um relato, um retrato mais sério do mistério da luz, luz do disco-voador, pra iluminação do homem tão carente, sofredor. Tão perdido na distância da morada do Senhor. Queremos saber, queremos viver confiantes no futuro. Por isso se faz necessário prever qual o itinerário da ilusão. A ilusão do poder, pois se foi permitido ao homem tantas coisas conhecer. É melhor que todos saibam o que pode acontecer. Queremos saber, queremos saber, todos, queremos saber” (Gil, 1976).

produziram conhecimentos e tecnologias suficientes para superá-las? Qual é o papel de uma formação que convive com a injustiça social e, paralelamente, não admite a manifestação das diferenças pertinentes à diversidade humana? Como fomentar o desenvolvimento de valores humanos na formação, numa sociedade em que o sofrimento e a morte são banalizados cotidianamente?

Esses questionamentos se mostram coerentes com o que já foi defendido por Adorno (1970/1995), quando evidenciou a incoerência da coexistência de tantos avanços tecnológicos e científicos com um aumento na mesma intensidade das desigualdades sociais. Nota-se nos seus escritos, que já há algum tempo este autor (Adorno, 1970/1995) indicava a necessidade dos objetivos educacionais estarem voltados a nos tornar humanos, pois

estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontram atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo, de toda esta civilização venha explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetos educacionais por esta prioridade. (p. 155)

Para incentivar permanentemente o desenvolvimento de valores humanos pautados na justiça social, na solidariedade, na cultura da paz, na cooperação e na ética, a formação precisa, urgentemente, se contrapor ao modelo social que a produz. Esses questionamentos evidenciam como estamos distantes de uma verdadeira formação e denunciam, concomitantemente, a necessidade urgente de uma formação que nos estimule, ao máximo, a estranhar e, principalmente, nos indignar diante das condições de vida precária que dificultam e/ou impedem nossa individuação e, conseqüentemente, inviabiliza a educação inclusiva. Mais uma vez, nas palavras de Adorno (1972/2010) “a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a autorreflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu” (p. 39).

No Brasil, a proposta de educação inclusiva parece vislumbrar esses valores, ao menos nos documentos das políticas públicas, expressos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Dutra et al., 2008), que define educação inclusiva como:

paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (p. 5)

No cenário internacional, Ainscow (2009) demonstrou, por meio de pesquisas, os significados dos valores inclusivos e de suas implicações para que a educação inclusiva seja concebida como:

um processo de transformação de valores em ação, resultando em práticas e serviços educacionais, em sistemas e estruturas que incorporam tais valores. Podemos especificar alguns deles, porque são parte integral da nossa concepção de inclusão; outros podemos identificar com um razoável grau de certeza, com base no que aprendemos a partir de experiências. Isto significa que a inclusão só poderá ser totalmente compreendida quando seus valores fundamentais forem exaustivamente clarificados em contextos particulares. (p. 21)

A transformação de valores em ação sugerida por Ainscow (2009) parece estar atrelada à verdadeira formação, que, segundo Adorno (1970/1995), deve se pautar na experiência e autorreflexão crítica, sem as quais toda e qualquer proposta de educação inclusiva, especialmente no contexto contemporâneo, corre o risco de ser abortada desde o seu nascedouro, visto que a negação de valores humanos e/ou inclusivos resulta, basicamente, de uma formação precária, marcada pela ausência da experiência e da autorreflexão crítica que contribui para a proliferação do preconceito e da discriminação social. Quando impedidos do processo de individuação que nos permitiria reconhecer e expressar nossas diferenças, tendemos a não aceitar as diferenças alheias porque nos tornamos incapazes de estabelecer identificações, especialmente com aqueles que apresentam diferenças pertinentes à diversidade humana, menosprezada socialmente em função dos processos de idealização estabelecidos pela nossa formação cultural. Nesse sentido, Adorno (1970/1995) nos adverte: “é necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias” (p. 121).

Cabe salientar que os valores inclusivos citados por Ainscow (2009) são similares aos valores defendidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que devem ser incorporados por todos(as), independente de qualquer proposição educacional específica. Por um lado, talvez o qualificador de educação “inclusiva” seja apenas uma redundância para lembrar de como estamos nos afastando da nossa natureza humana, em função da impossibilidade de se ter experiência e refletir sobre si mesmo e sobre o outro. Por outro lado, reafirmar a necessidade de exercitar esses valores é também mais uma forma de expressar nosso desejo por uma vida mais digna e de denunciar nossa fome de justiça social.

Nesse sentido, Crochick et al. (2020) defendem que uma educação de fato inclusiva só será possível quando as discussões sobre direitos humanos e as políticas públicas conseguirem que a luta por uma sociedade democrática seja intermediada pela experiência e processo de conscientização de uma educação humana emancipadora capaz de apontar as contradições da sociedade que retroalimenta esse ciclo. Para os respectivos autores qualquer forma de inclusão, em especial a educacional, somente será possível

quando superarmos as contradições próprias a uma sociedade violenta, reforçando os argumentos utilizados em defesa de uma constante revisão das propostas de educação inclusiva, além de mostrar a necessidade de manter esforços na formação de sujeitos mais reflexivos diante de uma sociedade ainda pouco democrática e contraditória no que diz respeito ao entendimento e acolhimento da diversidade que nos constitui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, podemos inferir que a possibilidade de construção de valores humanos e/ou “valores inclusivos” (Ainscow, 2009) depende, sobretudo, da possibilidade de percebermos nossas diferenças por meio do processo de individuação e, consequentemente, estabelecermos identificações com nossos semelhantes, especialmente com aqueles considerados mais frágeis, porque só assim despertamos para reconhecer a nossa própria fragilidade, inerente à natureza humana.

A conquista de uma educação inclusiva plena exige a luta permanente por uma formação cultural e educacional capaz de se contrapor, ao máximo, às determinações psíquicas e sociais que impedem e/ou limitam a manifestação das diferenças presentes na diversidade humana. Do contrário, estaremos condenados a cair na trama da inclusão idealizada que insiste em ameaçar as possibilidades de existência dos valores humanos naturalmente inclusivos.

Por fim, vale enfatizar que pensar a educação inclusiva requer o reconhecimento das próprias contradições inerentes a tal proposta, tendo em vista o nosso modelo de sociedade que insiste, ainda, em nos desumanizar, mesmo diante das conquistas de direitos legais e de um cenário pandêmico revelador da vulnerabilidade natural ao humano. Todavia, faz-se necessário buscar rastros de experiência na formação cultural contemporânea, mesmo considerando seus limites, pois o problema da inclusão educacional ultrapassa os muros do âmbito da educação, no sentido formal da palavra.

É necessário refletir sobre o modelo de sociedade que mantém as desigualdades como uma forma de cultivar e/ou “vender” lugares a serem alcançados numa hierarquia de poder. Assim, entendemos que na contemporaneidade os processos de individuação e socialização são relacionados e, para isso, é preciso que nossas práticas educativas possam evidenciar as contradições presentes na atual tentativa de inclusão social para a promoção de uma formação cultural. A formação deve conseguir formar pessoas capazes de se contrapor a essa adaptação que não questiona o status quo e não consegue fazer resistência a tudo que impede de nos identificarmos com a fragilidade inerente à nossa espécie e de percebermos o quanto de particularidades existe no universal humano.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Carlos Gil Correia Veloso da Veiga, pelo acolhimento e orientação durante o estágio científico avançado de pós doutoramento no Instituto de Ciências Sociais, no âmbito do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, na Universidade do Minho, em Braga, no período de 2019–2020.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação* (W. L. Maar, Trad.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1970)
- Adorno, T. W. (2010). Teoria da semiformação (N. Ramos-de-Oliveira, Trad.). In B. Pucci, A. A. S. Zuin, & L. A. C. N. Lastória (Eds.), *Teoria crítica e inconformismo: Novas perspectivas de pesquisa* (pp. 8–44). Autores Associados. (Trabalho original publicado em 1972)
- Ainscow, M. (2009). Tornar a educação inclusiva: Como esta tarefa deve ser conceitua? In O. Fávero, F. Windydz, T. Irealand, & D. Barreiros (Eds.), *Tornar a educação inclusiva* (pp. 11–23). UNESCO.
- Bueno, J. G. S. (2008). As políticas de inclusão escolar: Uma prerrogativa da educação especial? In J. G. S. Bueno, G. M. L. Mendes, & R. A. dos Santos (Eds.), *Deficiência e escolarização: Novas perspectivas de análises* (pp. 43–63). Junqueira&Marin.
- Calvino, I. (2007). *Por que ler os clássicos* (N. Moulin, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1991)
- Crochick, J. L. (2011). Preconceito e inclusão. *WebMosaica Magazine*, 3(1), 32–42. <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/22359>
- Crochick, J. L., Costa, V. A., & Faria, D. F. (2020). Contradições e limites das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. *Educação: Teoria e Prática*, 30(63). <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s14628>
- Crochick, J. L., Kohatsu, L. N., Dias, M. A. L., Freller, C. C., & Casco, R. (2013). *Inclusão e discriminação na educação escolar*. Alínea.
- Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 10 de junho, 1994, <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, 5–9 de março, 1990, <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, 1948, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (2009). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (2001). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm
- Dutra, C. P., Griboski, C. M., Alves, D. de O., & Barbosa, K. A. M. (2008). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>
- Gil, G. (1976). Queremos saber [Música]. In *O viramundo, vol 2*. PolyGram.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1973). *Temas básicos da sociologia* (Á. Cabral, Trad.). Cultrix. (Trabalho original publicado em 1956)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2010). *Censo escolar 2010: Visão geral dos principais resultados*. Ministério da Educação. https://download.inep.gov.br/download/censo/2010/apresentacao_divulgacao_censo_2010.pdf

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2021). *Censo da educação básica 2020: Resumo técnico*. Ministério da Educação. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Martins, J. de S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. Paulus.
- Mittler, P. (2003). *Educação inclusiva: Contextos sociais* (W. B. Ferreira, Trad.). Artmed. (Trabalho original publicado em 2000)
- Pacheco, J., Eggertsdóttir, R., & Marinósson, G. L. (2007). *Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe docente*. Artmed.
- Rodríguez, L. M. (2012). El panorama latino-americano de las prácticas inclusivas. In Z. J. Cúpich, S. L. V. López, & L. M. Rodríguez (Eds.), *Sujeto, educación especial e integración* (Vol. VIII, pp. 67–91). Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica; Universidad Nacional Autónoma de México.
- Silva, A. M. M. (2015). A formação docente na perspectiva da educação inclusiva e a relação com os direitos humanos. In V. A. da Costa & A. M. M. Silva (Eds.), *Educação inclusiva e direitos humanos: Perspectivas contemporâneas* (pp. 91–116). Cortez Editora.
- Siqueira, B. A. (2008). Inclusão de crianças deficientes mentais no ensino regular: Limites e possibilidades de participação em sala de aula. In J. G. S. Bueno, G. M. L. Mendes, & R. A. dos Santos, (Eds.). *Deficiência e escolarização: Novas perspectivas de análises* (pp. 301–347). Junqueira&Marin.
- Veloso, C. (1986). Dom de iludir [Música]. In *Totalmente demais*. PolyGram.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Jaciete Barbosa dos Santos é doutora em educação e contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), graduada em pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestre em educação especial (UEFS). Atualmente é professora titular do Departamento de Educação da UNEB (Campus I/Salvador-Bahia), professora do programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade (UNEB) e do Centro de Educação Especial da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8877-0824>

Email: jbsantos@uneb.br

Morada: Departamento de Educação, R. Silveira Martins, 2555 - Cabula, Salvador - BA, 41200-470

Jenifer Satie Vaz Ogasawara é doutoranda do programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestra em educação e contemporaneidade pela mesma universidade. Possui graduação em psicologia pela Universidade Salvador (Unifacs) e em pedagogia pela UNEB. Atualmente atua como professora da rede básica de ensino da prefeitura municipal de Salvador.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7103-4409>

Email: satie.oga@hotmail.com

Morada: Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, R. Silveira Martins, 2555 - Cabula, Salvador - BA, 41200-470

Submetido: 09/08/2021 | Aceite: 04/10/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

INCLUSÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES COM SÍNDROME DE DOWN NA CIDADE DE SÃO PAULO: SATISFAÇÃO PESSOAL, PRODUTIVIDADE E RELAÇÕES SOCIAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Ricardo Casco

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Patrícia Ferreira de Andrade

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Cintia Copit Freller

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Gabriel Katsumi Saito

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Roberta Cruz Lima

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar as discussões acerca dos dados coligidos no âmbito da pesquisa *Inclusão Profissional de Trabalhadores com Deficiência Intelectual na Cidade de São Paulo* desenvolvida no Laboratório de Estudos sobre o Preconceito, sediado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. A pesquisa, realizada em 2017, objetivou compreender diferentes dimensões referentes à situação de inclusão de 20 jovens com síndrome de Down no mundo laboral. A partir de dados coligidos mediante a realização de observações e entrevistas semiestruturadas junto dos jovens, colegas de trabalho, chefias, familiares e amigos, a pesquisa analisou aspectos concernentes à satisfação pessoal, à produtividade e às relações sociais que se dão no ambiente de trabalho. De modo geral, mesmo diante da tendência generalizada de precarização das condições de trabalho de grande parte da população brasileira, os jovens demonstram satisfação com as atividades laborais, apresentaram produtividade compatível com relação às atividades a eles requeridas e mantiveram boas relações sociais com os seus colegas, chefias e clientes das empresas em que trabalhavam.

PALAVRAS-CHAVE

inclusão profissional, teoria crítica da sociedade, trabalhadores com síndrome de Down, preconceito

PROFESSIONAL INCLUSION OF DOWN SYNDROME WORKERS IN THE CITY OF SÃO PAULO: PERSONAL ACHIEVEMENT, PRODUCTIVITY, AND SOCIAL RELATIONSHIPS IN THE WORK ENVIRONMENT

ABSTRACT

The objective of this article is to present a debate about data collected within the scope of the research *Professional Inclusion of Workers With Down Syndrome in the City of São Paulo* developed at the Laboratory of Studies on Prejudice located at the Psychology Institute at the University of São Paulo. The survey, held in 2017, aimed to understand different dimensions regarding 20 young people with Down syndrome being included in the working world. Based on the data collected through observations and semi-structured interviews with young people, co-workers, managers, family and friends, the research analysed aspects related to personal achievement, productivity, and social relationships that occurred in the workplace. Despite the general trend towards precarious working conditions affecting a significant part of the Brazilian population, young people showed satisfaction with their work activities. They proved productivity compatible with the activities they were required to perform and maintained good social relationships with colleagues, managers, and clients in the companies they worked.

KEYWORDS

professional inclusion, critical theory of society, Down syndrome workers, prejudice

INTRODUÇÃO

As análises sobre as mudanças no âmbito do trabalho que se deram, sobretudo, entre os séculos XIX e XX apontam para alterações importantes no que diz respeito às possibilidades de autonomia individual frente à totalidade da organização social. A passagem do trabalho, que tinha como base a produção material assentada nos pequenos empreendimentos familiares, para a organização manufatureira, num primeiro momento, e após, com o advento da maquinaria, assentada na progressiva racionalização de sua base tecnológica, que possibilitou maior exploração das forças produtivas e a expansão do modo de produção capitalista, acabou por obliterar as possibilidades de expressão da liberdade individual frente aos poderosos mecanismos de controle e administração da vida coletiva que caracterizam o modo de produção vigente. Devido à necessidade de autoconservação, resta aos indivíduos se integrarem — por meio de intensos processos de socialização que se dão em diferentes instituições desde a tenra infância, à racionalidade da dominação (Horkheimer & Adorno, 1947/1985). A civilização industrial contemporânea reduz as potencialidades da vida humana ao princípio do rendimento, requerendo a energia vital dos indivíduos para a manutenção do status quo que garante a produção e reprodução capitalista. A racionalidade tecnológica que caracteriza o mundo do trabalho acaba por invadir todas as esferas das relações humanas, desde as instituições familiares, as instituições educativas e demais instâncias sociais. Segundo Marcuse (1964/1979):

o governo de sociedades industriais desenvolvidas e em fase de desenvolvimento só se pode manter e garantir quando mobiliza, organiza e explora com êxito a produtividade técnica, científica e mecânica à disposição da civilização industrial. E esta produtividade mobiliza a sociedade em seu todo, acima e além de quaisquer interesses individuais ou grupais. (p. 25)

Nessas condições, resta aos indivíduos se esforçarem para se adaptarem ao ordenamento social de modo a poderem garantir a base material que possibilita a própria existência. Os interesses individuais e coletivos são subsumidos à racionalidade tecnológica do mercado do trabalho. As necessidades básicas como se alimentar, ter uma moradia, vestimentas e a necessidade de pertencimento a grupos sociais são mediadas por uma racionalidade que não se volta, em última análise, para a realização dessas necessidades, mas para as necessidades de manutenção do próprio aparato de dominação e administração da vida. Por meio de intensos processos formativos, os indivíduos, devido à pressão para a adaptação à totalidade social, acabam por serem impelidos a se identificarem de forma imediata e automática às formas de produção. O caráter repressivo do ordenamento social implica um maior controle da energia vital individual e coletiva e acaba por forjar a produção de falsas necessidades que obstam a capacidade da consciência da opressão sofrida. Para Marcuse (1964/1979): “podemos distinguir tanto as necessidades verídicas como as falsas necessidades. ‘Falsas’ são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça” (p. 26).

Diante o acúmulo material obtido pelo atual estágio civilizatório, as energias despendidas para a labuta — o trabalho sem sentido — poderiam ser mobilizadas para a realização das necessidades verdadeiras e não mais aquelas que distanciam os indivíduos da plena realização de suas potencialidades, a possibilidade da realização da felicidade humana.

Marcuse (1955/1968) atenta para a destrutividade que é contrária à “consciência de que (as pessoas) poderiam trabalhar menos e determinar suas próprias necessidades e satisfações” (p. 93). Esta destrutividade contém a irracionalidade que está tanto na labuta, que não realiza as potencialidades possíveis no tempo presente, mesmo diante do avanço tecnológico, quanto na avaliação feita por uma “falsa consciência” sobre essas determinações sociais. Ao ser questionado sobre sua felicidade, o sujeito responde acerca de sua integração com o todo, mas um todo danificado. A avaliação da satisfação é deslocada e altera o conteúdo de felicidade. Segundo Marcuse (1955/1968):

o conceito denota uma condição mais-do-que-particular, mais-do-que-subjetiva; a felicidade não está no mero sentimento de satisfação, mas na realidade concreta de liberdade e satisfação. A felicidade envolve conhecimento: é a prerrogativa do *animal rationale*. Com o declínio da consciência, com o controle da informação, com a absorção do indivíduo na comunicação de massa, o conhecimento é administrado e condicionado. (p. 96)

O teórico compreende que a felicidade necessita do conhecimento e da satisfação presente para a realização concreta da liberdade. Mas tanto a liberdade quanto o conhecimento encontram na nossa sociedade dificuldades para serem realizados devido ao trabalho alienado. Para Marcuse (1964/1979), “o sujeito que é alienado é engolfado por sua existência alienada” (p. 31). A visão marxiana é compartilhada por Marcuse na distinção que faz entre trabalho e labuta. O trabalho alienado, em que a relação com o objeto é perdida, impossibilita o conhecimento e a liberdade. Ainda que o conceito de alienação tenha se tornado questionável para Marcuse devido a tendência dos indivíduos se identificarem com a existência a eles imposta (Marcuse, 1964/1979), assim como Marx, o autor compreende que a consciência surge mediante a relação do sujeito com o objeto, na possibilidade de sua compreensão e antecipação da realização de uma sociedade livre: a revolução ou a luta dos trabalhadores pela vida digna é possível a cada vislumbre de liberdade e dignidade presente nos objetos da vida social.

Seriam possíveis a felicidade e a satisfação com o trabalho nos dias de hoje? Na compreensão de Marcuse (1964/1979), é feliz aquele que pode conhecer e realizar a liberdade concretamente. Essa realização, todavia, não parece ser possível diante da dominação impetrada pela vida administrada. Entretanto, o autor considera que: “quanto mais racional, produtiva, técnica e total se torna a administração repressiva da sociedade, tanto mais inimagináveis se tornam os modos e os meios pelos quais os indivíduos administrados poderão romper sua servidão e conquistar sua própria libertação” (Marcuse, 1964/1979, p. 28).

Se a possibilidade de romper com a servidão parece ser um vislumbre em meio à vida administrada, precisamos compreender os momentos em que os trabalhadores podem vislumbrar o conhecimento e a liberdade. No caso particular deste estudo, interessa compreender algumas dimensões sobre a situação da inclusão de trabalhadores com síndrome de Down no mundo do trabalho administrado.

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO BRASIL

No Brasil, somente na década de 1990 foram outorgadas leis que garantiram o direito de pessoas com deficiência intelectual a postos de trabalho. A Lei nº 8.213/1991 (1991) instaurou o direito ao trabalho da pessoa com deficiência, dispondo sobre os planos e benefícios da Previdência Social. O Artigo 89.º desta lei dispõe que é atribuição da Previdência Social “a habilitação e a reabilitação profissional e social” da pessoa com deficiência, bem como do beneficiário incapacitado parcial ou totalmente, devendo proporcionar a esses beneficiários “os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive” (Lei nº 8.213/1991, 1991). Já no Artigo 93.º, a lei estabelece a obrigatoriedade de um percentual de trabalhadores com deficiência integrando o quadro geral de funcionários da empresa.

Se “a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica” (Jodelet, 1999, p. 53), então,

podemos compreender que a lei que citamos busca reorganizar tais relações, principalmente no que diz respeito ao trabalho das pessoas com deficiência. Na organização do trabalho, precisamos de atenção quando a exclusão se traduz:

no caso da segregação, através de um afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. (Jodelet, 1999, p. 53)

Mobilizando a conceituação feita por Jodelet (1999), Crochick et al. (2013) desenvolveram uma pesquisa inspirada nos estudos frankfurtianos (Adorno, 1950/2019), em que a segregação, a marginalização e discriminação foram analisadas como expressões do preconceito no âmbito da educação inclusiva. De forma análoga, compreende-se a inclusão profissional de trabalhadores com deficiência intelectual como ação política necessária para a superação da segregação topológica no local de trabalho; da marginalização que coloca os trabalhadores à parte das relações do trabalho; e da discriminação que nega a igualdade no trabalho.

Costa et al. (2011) compreendem o exercício da atividade laboral por pessoas com deficiência intelectual como parte da inclusão social. Apresentam que uma recorrente justificativa dada por organizações para a não contratação de pessoas com deficiência intelectual é a baixa qualificação profissional. Ainda de acordo com os autores, em resposta à demanda por mais qualificação, as oficinas profissionalizantes para o trabalho em instituições especializadas podem conferir maior autonomia para o futuro trabalhador; mas sugerem, também, que essas oficinas podem indicar que as pessoas com deficiência intelectual não estariam “prontas” para a vida adulta.

No que diz respeito às condições de inclusão da pessoa com síndrome de Down no mercado de trabalho, Zarur e Domingues (2017) afirmam que:

a síndrome de Down está relacionada a dificuldades de aprendizado, o que significa que os funcionários com a trissomia provavelmente vão demorar um pouco mais de tempo para realizar determinadas tarefas. Isso não quer dizer que elas não serão feitas, ou que serão feitas de forma inadequada. Assim, é importante acompanhar sempre o processo de adaptação da pessoa ao trabalho para determinar, de preferência junto com o (a) funcionário (a) em questão, quais serão as suas responsabilidades e tarefas a cumprir. (p. 34)

Cabe, porém, questionar se a “dificuldade de aprendizado” não estaria associada a representações sociais negativas relativas à síndrome de Down, sobretudo, no ambiente de trabalho. De outra parte, parece ser comum a todos os trabalhadores a necessidade de serem orientados para a realização das tarefas laborais.

É preciso considerar que é baixo o número de contratações de pessoas com deficiência intelectual quando comparado a outras deficiências e quando ocorrem, as

vagas ofertadas são operacionais, em funções mais simples e com baixa remuneração (Lorenzo & Silva, 2007). Simonelli e Camarotto (2011) propõem um modelo de inclusão baseado nas atribuições de cada função laboral, que viabilize a contratação de pessoas com deficiências. Para os pesquisadores, é necessária a avaliação das habilidades requeridas para o desempenho dos diferentes cargos nas empresas e a análise das pessoas com deficiência quanto às suas potencialidades, seus conhecimentos, as barreiras e os facilitadores para execução de tais atividades. O “modelo” de aplicação do conhecimento àquilo que demanda a empresa, mais explícito na inclusão profissional da pessoa com deficiência, mas comum para todos os trabalhadores, é a faceta da atividade repetitiva, do pensamento reduzido ao mecanismo particular.

MÉTODO

O método e os dados apresentados neste artigo foram oriundos da pesquisa intitulada *Inclusão Profissional de Trabalhadores com Deficiência Intelectual na Cidade de São Paulo* desenvolvida no Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LaEP), sediado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, coordenada por José Leon Crochick, realizada em 2017 e publicada em 2019 (Crochick, 2019). A pesquisa foi uma reaplicação do estudo intitulado *Inclusão Profissional e Qualidade de Vida*, coordenado por Carlos Veloso da Veiga. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 trabalhadores com síndrome de Down, com familiares, amigos, colegas de trabalho e seus chefes. Após a realização de uma entrevista (pré-teste) junto de um dos trabalhadores, o instrumento — base para a realização das entrevistas posteriores — passou a encampar as seguintes dimensões: características gerais dos trabalhadores; relações/interações sociais; bem-estar psicológico e satisfação pessoal; emprego; autodeterminação e autonomia; competências pessoais; adequação à comunidade; experiências de vida independente e integração na comunidade. As observações realizadas trataram das seguintes dimensões: aplicação de conhecimentos no trabalho; tarefas e outras realizações; comunicação; mobilidade e interações sociais. O presente artigo trata das seguintes dimensões: satisfação no trabalho; produtividade; relações sociais no ambiente de trabalho.

As entrevistas e observações foram realizadas por no mínimo dois entrevistadores durante o horário do trabalho desses jovens. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. Os participantes foram nomeados pela letra “P” e um número correspondente. A indicação dos participantes foi realizada por meio de duas instituições na cidade de São Paulo, que atuam na inclusão de pessoas com deficiência.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Dos 20 participantes da pesquisa, 12 trabalhavam no setor de serviços (lojas, alimentação, farmácia, etc.), cinco em empresas ou escritórios e três na área de educação. Em relação à sua ocupação, 12 trabalhavam como auxiliares, ajudantes ou assistentes, e

quatro como estoquistas, o que indica, tal como no estudo de Veiga e Fernandes (2014), que as atividades que desempenhavam foram, em geral, de apoio ou de simples execução. A média do rendimento dos participantes desta pesquisa (R\$1.176,84) era um pouco maior do que o salário mínimo nacional (R\$954,00) e do que o piso salarial paulista (R\$1.108,38) vigente à época da realização do estudo (2017). Ainda assim, pode-se dizer que os salários não eram elevados.

Devemos considerar que a distribuição de renda brasileira é muito desigual. Nesse sentido, o salário dos participantes desta pesquisa não pode ser considerado desprezível. Uma hipótese possível para esse rendimento pode ser o tipo de empresa e de serviço selecionados pelas instituições e famílias. Empresas e serviços com mais de 200 funcionários precisam ter uma cota de trabalhadores com deficiência, pagar salários e benefícios iguais aos outros trabalhadores, bem como contratá-los pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também, cabe considerar que tais valores eram condizentes com os acordos dos pisos salariais negociados entre as empresas e os sindicatos, que abrangiam sobretudo empresas de médio e grande porte. No ano em que a pesquisa foi realizada, 42% dos trabalhadores brasileiros estavam na informalidade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018) — sem contribuir para a previdência social —, recebendo baixos salários, nenhum benefício e sem direitos trabalhistas. Este dado é relevante à medida que o aumento de trabalhadores na informalidade tende a pressionar para baixo os salários dos trabalhadores na formalidade.

Os participantes desta pesquisa tinham em média 28,8 anos e trabalhavam, em média, 6 horas diárias. Tinham relativa estabilidade em seus empregos — em média 3,6 anos. Houve dois participantes que estavam há 9 anos no mesmo trabalho e outro há 13 anos. Três participantes não recebiam benefícios complementares e somente dois não tinham contrato pela CLT. Os benefícios complementares representavam um adicional ao salário recebido e o contrato pela CLT garantiu os direitos trabalhistas, o que consistia em uma vantagem quando comparado ao alto percentual de trabalhadores informais no Brasil, como já apresentado.

Quanto aos motivos para a contratação desses trabalhadores, 10 familiares responderam que foi devido às cotas. Entre esses, dois indicaram que instituições especializadas viabilizaram o emprego; três dos familiares disseram que a contratação se deveu a instituições e outros cinco disseram que a própria família conseguiu as oportunidades. Segundo os empregadores, 10 participantes foram contratados devido à lei das cotas; outros três foram contratados por pertencerem ou serem amigos da família e um por uma associação que trabalha com recrutamento e seleção de profissionais com deficiência.

A lei de cotas (Lei nº 8.213/1991, Artigo 3.º) pode ser compreendida como uma importante política para a inclusão desses jovens no trabalho. É notável também que as famílias tenham sido responsáveis por cinco empregos obtidos nessa amostra, o que indica que somente a lei das cotas não é suficiente para atender esses trabalhadores. Ao que parece, seria importante conscientizar os empregadores sobre as aptidões dos trabalhadores com síndrome de Down, objetivando a eliminação do preconceito em

relação a eles. Os dados desta pesquisa efetivamente indicam a variedade de atividades que os trabalhadores com deficiência intelectual podem desenvolver, além de outras tantas, desde que sejam preparados para elas e que os deixem tentar executá-las, assim como todos os trabalhadores.

A maioria dos familiares entrevistados (16) julgou que seus parentes ganhavam o que mereciam. Entre esses, três avaliaram que recebiam mais do que mereciam; dois não souberam responder, e apenas um dos familiares respondeu que o participante não ganhava o que merecia. Os mesmos familiares disseram que os trabalhadores gostavam do emprego; dois deles disseram que nem sempre gostavam das atividades exercidas e um disse que não gostava do emprego. Esses dados talvez indiquem que o fato de seus filhos estarem empregados seja o suficiente para eles; o quanto recebem, o que fazem e se poderiam ter outras atividades ou ganhar mais, não parece ser relevante. Se isso for verdade, a luta contra o preconceito não pode deixar os familiares à parte. Alguns pais não acreditavam que os filhos pudessem ter um trabalho melhor e ganhar mais; alguns afirmaram que os trabalhadores não dependiam desse salário; e outros responderam que nunca pensaram nisso.

Abaixo algumas de suas considerações: “ele ganha além do esperado” (familiares de P3). “Não sei se ele pode vir a ter um trabalho melhor e mais bem pago” (mãe de P16).

Não questiono se ganha o que merece. Não conseguiria um trabalho com qualificação melhor. Amigos com síndrome de Down trabalham servindo cafezinho, etc. (...) Não temos essa preocupação. Ele não trabalha por causa do dinheiro. Guardamos tudo na poupança. (Pai de P2)

Acho que ganhava até mais do que merecia. No caso dele, a empresa teve que dar todo o suporte para que ele fosse pouco a pouco se adaptando e aprendendo as tarefas no trabalho. Então, (...) no começo foi muito difícil porque ele ganhava para aprender o básico. A própria empresa teve que bancar esse aperfeiçoamento. Então eu acho que, nesse sentido, o salário era justo sim. (Familiares de P4)

Desse conjunto, apenas a mãe de P16 levanta uma dúvida se seu filho poderia vir a ganhar mais. A mãe de outro jovem, P18, por sua vez, afirmou que o filho “poderia ter um trabalho melhor e mais bem pago, pois ele tem potencial para isso”. Tais posições apontam para possibilidade de questionar alguns estereótipos sobre a capacidade desses jovens virem a ocupar melhores posições no âmbito do trabalho. Posições estas que se contrapõem às narrativas de pais de outros trabalhadores que afirmaram que seus filhos não poderiam ganhar mais, expressando compreensões mais resignadas sobre a situação de seus filhos.

Na próxima seção, serão analisados aspectos concernentes à satisfação dos jovens com relação às atividades por eles desenvolvidas no ambiente de trabalho.

SATISFAÇÃO NO TRABALHO

Assunção et al. (2015) buscaram identificar as dimensões que determinam a satisfação de trabalhadores: compensação justa e adequada; segurança e saúde no trabalho; oportunidade de uso e desenvolvimento de capacidades; oportunidade para crescimento contínuo e segurança; integração social; constitucionalidade e relevância social do trabalho e sua importância para a vida.

Sobre o sentimento de satisfação com o trabalho, todos os participantes responderam de forma afirmativa e 18 demonstraram contentamento com o que ganhavam. Menos da metade foi promovida ou teve aumento de salário. Ainda que Veiga e Fernandes (2014) afirmem que não há grande incentivo para a progressão de carreira e nem aumento de salário para trabalhadores com deficiência intelectual, sete dos participantes foram promovidos e/ou tiveram aumento de salário. Em sua entrevista, P1 demonstrava que seu trabalho era parte importante das atividades de sua vida:

eu sou feliz trabalhando (...) estou trabalhando porque gosto, é importante ter dinheiro, mas dinheiro não é tudo na vida, o importante é ser feliz. Não sei sobre a possibilidade de ganhar mais num futuro próximo, mas para mim não importa. Quero trabalhar, seguir minha vida e ser feliz (...). Pode vir outra promoção, outro cargo (...) o que vier é lucro para mim.

Pode ser observado nas narrativas que parte dos trabalhadores não sentia necessidade de mudar de trabalho. Cabe considerar, no entanto, como apontam Coelho et al. (2014), que o fato de alguns trabalhadores se sentirem satisfeitos com o seu trabalho pode estar relacionado ao medo de não haver muitas oportunidades de emprego para pessoas com deficiência. O tédio que “existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho” (Adorno, 1969/1995, p. 76) parece ser sentido por todos os trabalhadores, mas não parece ser mais importante do que sofrer com a ameaça da exclusão profissional.

A participante P12 afirmou: “adoro trabalhar, não quero ficar parada em casa”. Podemos interpretar que o tédio de “ficar parada em casa” pareça ser a razão expressa pela participante por preferir trabalhar. Ela demonstrou satisfação, sentindo-se útil e em atividade. Ao mesmo tempo, é possível inferir certo temor de ficar sem trabalho, já que isso poderia implicar exclusão e privação do convívio social, ameaça que paira sobre todos numa sociedade hierárquica na qual ter um trabalho é condição estrutural para a manutenção da vida. Assim, a fala da P12 parece demonstrar que a inclusão profissional tem grande importância para a sua qualidade de vida, o que não implica necessariamente que seu trabalho não lhe pareça entediante, mas que é mais satisfatório trabalhar do que não.

A importância de ter um trabalho também foi apontada pela P19:

acho importante ter emprego porque posso parar e pensar que muita gente gostaria de estar trabalhando e não pode. Fico pensando na vida de quem não trabalha, porque às vezes a gente não quer ir, não quer acordar cedo e ir, mas faz parte do mundo que a gente vive.

Outro participante demonstrou satisfação com seu trabalho afirmando: “porque posso fazer o que amo, ter uma profissão e carreira” (P18). P18 acreditava que o “emprego é importante, pois dá mais oportunidades para os Downs”. Há solidariedade em sua fala e também um incentivo aos empregadores em reconhecerem a importância da inclusão de profissionais com síndrome de Down no mercado de trabalho. Sentindo-se feliz em seu trabalho, por sua vez, P14 chegou a considerá-lo terapêutico. Assim, ele teve uma percepção diversa do que se costuma apontar como um trabalho desgastante, que solicita sacrifício ou sofrimento. Suas atividades eram efetivamente diversas, não parecendo ser repetitivas, além de ser muito apreciado pelos colegas e, em especial, por seu chefe. Em todo o caso, o participante argumentou que poderia mudar de emprego. Suas expectativas contemplavam a melhoria das condições de vida em eventuais mudanças, o que mostraria algo comum entre os trabalhadores jovens: expectativa de progredir no trabalho e ter uma vida cada vez mais confortável.

Também demonstrando estar satisfeito com seu trabalho, P16 foi um dos sete participantes que foi promovido e que ganhava mais do que quando entrou na empresa, e suas expectativas eram de ganhar cada vez mais. Esse participante pareceu estar interessado em construir carreira na própria empresa. Tal como o P14, que possuía planos para melhorar sua vida. A felicidade de ter um emprego, como indicaram trabalhadores citados anteriormente, é importante, especialmente em um momento em que a recessão econômica persiste no país.

Outros trabalhadores (P3, P13, P15, P17 e P20) expressaram incômodo com alguns limites que encontraram no trabalho que desenvolviam. P15 afirmou: “trabalhar me deixa feliz, porque me sinto útil”, também relatou que “adorava vender”, mas essa atividade lhe foi negada por não ser sua função na empresa. Já P17 apontou que realizou um sonho ao começar a trabalhar, mas que seu trabalho dificilmente lhe possibilitaria atuar diretamente com as clientes: “eu acho que no trabalho, o pessoal ainda me deixa treinando e fazendo trabalhos muito simples. Eu quero trabalhar, fazer coisas mais interessantes, não só ficar treinando”.

Essas narrativas expressam situações de discriminação desses trabalhadores devido às hipotéticas limitações imputadas por seus chefes e colegas de trabalho, acarretando privações e possíveis situações consideradas como humilhação social.

Outro trabalhador (P3), embora se considerasse satisfeito com seu trabalho, apontou que gostaria de mudar de emprego e de trabalhar por conta própria com artes plásticas. O mesmo se passou com P13, que mesmo satisfeito com seu trabalho, não descartava a possibilidade de mudança, pois contou que se imaginava mais feliz trabalhando em uma lanchonete do que na arrumação de peças da loja. Já sobre P20, sua mãe disse: “ela gostaria mesmo de ser dançarina, mas é difícil se manter profissionalmente na dança”. Nestes últimos relatos, os participantes apresentaram uma compreensão do que lhes traria satisfação, porém, muitas vezes tais possibilidades lhes foram negadas, devido à discriminação a eles dirigida.

Para continuar a verificar as formas de inclusão desses profissionais, passaremos a analisar alguns aspectos relativos à produtividade no trabalho: o quanto seus

empregadores e colegas os consideraram produtivos ou úteis no desempenho das funções a eles destinadas.

PRODUTIVIDADE

A produtividade no trabalho pode ser vista como um dos aspectos importantes para a realização profissional. A ideia de ser produtivo e de que a sociedade possa usufruir do trabalho produzido é parte da inclusão desses trabalhadores. Mas a exigência e a exploração dessa produção podem tornar o trabalho desagradável, uma vez que não contempla, necessariamente, os interesses do trabalhador.

Com relação à compreensão que os trabalhadores tinham acerca das atividades a eles requeridas, 12 demonstraram compreender facilmente as instruções de seus chefes e colegas, quatro compreendiam com algum apoio e um compreendia com muito apoio. Esses dados indicam que é falso o entendimento de que trabalhadores com síndrome de Down tenham dificuldades de compreender as instruções para o trabalho, desde que a comunicação seja feita adequadamente, e isso vale para todos os trabalhadores, com ou sem deficiência.

Sobre a capacidade de se comunicar e fazer cálculos elementares, observados no local de trabalho, 14 participantes conseguiam se expressar oralmente, gestualmente ou por escrito sem ajuda; os outros três o faziam com ajuda ocasional, indicando que todos os observados conseguiam comunicar o que pretendiam realizar. Sobre os cálculos, nove não conseguiam realizar cálculos simples, dois faziam sem ajuda e dois com ajuda ocasional. O chefe de P2 julgou que seria importante que ele tivesse conhecimentos básicos de cálculos. Como a matemática é essencial para algumas atividades, seria importante uma formação que desse especial atenção ao ensino dessa matéria para os trabalhadores, de modo geral.

Dentre outras dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores, seus colegas indicaram falta de domínio da informática, pouca concentração e, por vezes, pouca autonomia. No que diz respeito às qualidades apontadas pelos colegas, foram destacadas a organização, comunicação e interesse. Esses indicam que a sua produtividade, assim como as limitações assinaladas, pouco diferem dos demais trabalhadores.

Quatro receberam elogios por sua produtividade, principalmente quanto à responsabilidade, pontualidade e perfeccionismo. P11 foi criticada quanto à agilidade e também sobre a dificuldade de lidar com situações de pressão. Já P2 foi apontado como sistemático e disciplinado, fazia coisas úteis. Assim, algumas críticas relacionadas à produtividade indicam a preocupação de parte dos chefes com a velocidade da produção:

ela é minuciosa no trabalho que faz e entrega um trabalho bem feito. Sua dificuldade é com relação à agilidade. Quando temos muitos clientes para atender, ela se sente sob pressão, pois exige um ritmo mais rápido para execução das atividades. (Colega de P11)

Ele desempenha algumas funções úteis e outras que precisam ser inteiramente refeitas por seus colegas, como digitar fichas. Sabe mexer no Word,

na copiadora, na trituradora, usa bem a tesoura, isso ele faz muito bem. Muito regrado nos horários, sistemático e disciplinado. Em termos produtivos, acredito que não contribuiu muito, mas mudou o clima da empresa. (Colega do P2)

“Útil para a empresa, pois faz a finalização dos produtos, mas a produtividade é pior comparada com os colegas, seu ritmo é diferente e é preciso acompanhá-lo em suas atividades” (chefe de P6).

O chefe de P8 fez elogios ao funcionário: “ele é solícito, cumpre as funções e é caprichoso”. Mas apresentou algumas críticas, porque ele “não toma iniciativa para realizar as atividades de rotina”. P13 também foi criticado com relação à sua produtividade. Sua colega de trabalho disse que ele era produtivo “se ficamos no pé dele”, que “não é responsável” e cumpria as obrigações do trabalho “se cobrado”. Além das dificuldades e limitações mencionadas anteriormente, também foi apontado que P13 “não tem função específica”, o que talvez tenha prejudicado sua falta de iniciativa, pois teria de aguardar a atribuição de tarefas. Essa ausência de atribuição de funções claramente definidas não seria uma expressão de discriminação desses trabalhadores? Uma das empregadoras afirmou que o trabalho dele era útil principalmente no auxílio com os documentos impressos: “com isso ele é proativo”.

O chefe da P16 disse que, para haver produção, seria preciso acompanhá-la ou haver uma boa gestão de suas atividades. Quando perguntado sobre a responsabilidade de P16 no trabalho, o chefe respondeu que “sua produtividade oscila, mas a gestão faz adaptação para que consiga desenvolver um bom trabalho”. O chefe ainda opinou: “o trabalho é útil, pois desenvolve uma atividade operacional que para os outros profissionais é uma tarefa entediante e para ela é produtiva, pois ajuda em seu desenvolvimento”. Entendemos que a opinião de seu chefe é uma flagrante expressão de discriminação.

Sobre a questão relativa à inclusão desses trabalhadores, os relatos de P14 trazem novos elementos. Seu chefe o considerava bastante responsável com a empresa e com seu cargo. No momento da entrevista, sua função foi considerada como generalista, pois acumulava muitas atribuições: a assistência administrativa, o trabalho na recepção e atuava como *office boy* da empresa. Quanto à sua concentração, o chefe apontou que quando ele ficava sem tarefas para desempenhar, utilizava a internet como recurso para distração, algo que incomodava o chefe e sua colega, que o consideravam ocioso, embora não fosse impedido por eles. O uso da internet parece ser um comportamento cada vez mais recorrente em todas as esferas das relações sociais contemporâneas e não algo singular dos trabalhadores com síndrome de Down, além disso, fica patente na narrativa, que o uso da internet ocorria quando ele não tinha mais atividades. Afirmar que esse comportamento seria algo exclusivo desse grupo de trabalhadores parece, mais uma vez, uma expressão de discriminação que esses jovens cotidianamente enfrentam.

Por sua vez, o chefe de P5 não temeu em fazer comparações com outros colegas de trabalho. Apontou que ele era o que melhor respondia às instruções dadas por ele:

o trabalho dele é muito útil para a empresa e sua produtividade comparada com colegas é até melhor, pois ele responde 100%, aceita mais do que os

outros, que querem fazer cada um do seu jeito. Ele faz do jeito que é instruído a fazer. (Chefe de P5)

Esse “elogio” sobre a atividade ser bem feita pelo fato de P5 aceitar o que lhe era pedido parece indicar que o trabalhador tinha boa compreensão, era atencioso e considerava as opiniões e solicitações de seu chefe. Porém, a narrativa parece indicar uma passividade, resignação na aceitação de ordens. A apreciação de que o trabalho do jovem com síndrome de Down “é até melhor” parece ser uma tentativa de compensar as dificuldades que o chefe associa à deficiência intelectual do trabalhador, mas não a supera, persistindo, assim, com atitudes discriminatórias expressas por um elogio super valorativo. De acordo com Amaral (1998), se o reconhecimento da diferença significativa no outro (ou a rejeição a ela) causa mal-estar, tensão e ansiedade é possível que mecanismos de defesa atuem no sentido de que o desconforto possa ser atenuado.

No caso de P18, ele foi muito elogiado por seus chefes. Um deles disse:

o trabalho dele é muito útil. É considerado uma arma secreta, pois vai para a rua, traz os clientes para dentro, conversa com a clientela, conta piada e isso faz com que queiram voltar. Por esse motivo, saiu da unidade do bairro I., onde trabalhava, para ir para a nova [unidade] no bairro. A ideia é que ajudasse a trazer mais clientes, como fez [na unidade do] bairro I. Está na nova unidade há 1 mês e tem correspondido às expectativas. (Chefe de P18)

Seu trabalho foi considerado importante para a empresa, pois foi solicitado que ajudasse a conseguir mais clientes em uma nova unidade. Ainda que faça parte do ideário capitalista a busca por maiores lucros, não há como não notar que, nesse caso em particular, a deficiência ganhe contornos de “espetacularização”. Se é importante apontar para os aspectos positivos da inclusão do trabalhador com síndrome de Down, cabe considerar que a deficiência, nesse caso, acabou por ser um “atrativo”, já que a sua diferença pôde ser utilizada para, possivelmente, aumentar os ganhos empresariais.

Os relatos sobre P7, P10 e P12 indicam a importância das atividades por eles exercidas e habilidades de comunicação: “fala muito bem em público, tem facilidade em aprender e é bem organizada. (...) Ela é humana, abraça todo mundo e é carinhosa. (...) É adequada porque tudo o que pedido ela faz direito” (chefe de P7).

Ela demonstra facilidade em se comunicar, bom relacionamento com os clientes, iniciativa, capacidade de aprender, sabe trabalhar com o computador. Quando não sabe, pergunta, e grava os códigos com facilidade. (...) O trabalho que ela executa, além de agradar a todos, é um trabalho extremamente útil, essencial para o desempenho das tarefas. Ela auxilia os colegas, e ainda ajuda na organização dos carrinhos com os materiais que serão utilizados pelos clientes. (Colega de P10)

Consegue se concentrar no trabalho e é simpática. Ela tem iniciativa própria e trabalha como todo mundo. É pontual, assídua, higiênica, simpática.

Fora as dificuldades dela, ela é bem mais profissional que várias pessoas que trabalham aqui. Quando tem reunião ela é chamada e faz falas importantes, [reivindicando] mais tempo de descanso e mais empacotadores.
(Colega de P12)

As contribuições desses trabalhadores parecem ser bem avaliadas por seus colegas de trabalho e pelos seus chefes, assim como ocorreu com os participantes.

Com relação à produtividade dos trabalhadores com síndrome de Down, pôde ser notado que parte significativa das barreiras se relacionavam às atitudes de alguns dos chefes, colegas e clientes. Ainda que nenhum deles tenha afirmado de forma contundente serem contrários à atuação profissional desses trabalhadores, nota-se discriminação em atitudes e ações, tais como: a não orientação das atividades que deveriam ser realizadas; trabalhos segregados dos espaços de circulação dos clientes e proteções desnecessárias. De todo modo, caberia refletir o quanto as empresas se capacitam para acolher esses trabalhadores. Os dados coligidos apontam noutra direção: esperou-se que os trabalhadores se adaptassem à racionalidade do trabalho, porém, não foram observados esforços claros por parte dos empregadores e dos colegas para adaptarem o próprio ambiente de trabalho para melhor incluí-los. Cabe sublinhar, aproximando a presente discussão daquelas referentes à educação inclusiva, que a integração é diferente da inclusão, pois esta última reconhece a necessidade de que as instituições devem se modificar a fim de criar condições igualitárias para a melhoria do clima cultural geral (Booth & Ainscow, 2011).

RELAÇÕES SOCIAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Apresentaremos os dados oriundos das entrevistas e das observações sobre as relações sociais dos trabalhadores com síndrome de Down com seus chefes, colegas e clientes.

Segundo a maior parte dos colegas desses trabalhadores, estes não foram tratados de forma diferente dos demais. Quando isso ocorreu, foram atitudes de proteção ou alguma regalia, como dar folgas ou flexibilizar horários. Tais atitudes podem acarretar perseguições bem como ressentimentos de outros colegas. Ao privilegiar um trabalhador com síndrome de Down em detrimento dos outros trabalhadores, tais atitudes podem ser consideradas como expressão de discriminação “positiva” (Amaral, 1998).

No que se refere às amizades no emprego, 14 participantes julgaram ter amizades, e outros quatro alegaram que, apesar de serem tratados de modo afetivo, eram considerados como colegas, mas não amigos, pois não se encontravam após o horário de trabalho. Os participantes tenderam a ser tratados de forma igual aos demais colegas no ambiente de trabalho, havendo relatos de manifestações de coleguismo e solidariedade. Foram narradas situações em que nas festas de confraternização eram convidados e compareciam. Porém, de modo geral, as relações de coleguismo se restringiam ao ambiente de trabalho, não sendo convidados para passeios ou festas fora da empresa.

No que diz respeito às relações que esses trabalhadores mantiveram com os clientes, verificou-se que, de modo geral, tenderam a estabelecer relações amistosas. Algumas empresas foram bem avaliadas pelos clientes devido à iniciativa de contratá-los.

Acerca do julgamento dos colegas referente ao que os clientes e fornecedores avaliaram a respeito dos trabalhadores com síndrome de Down, destacamos alguns relatos: “as pessoas acham super normal, pois faz parte da empresa, assim como os outros colaboradores” (chefe de P1), “os clientes acham interessante” (colega de P9), “a relação com os clientes é boa. Alguns dos clientes parabenizam o trabalho dele e a ação da empresa” (chefe de P14).

Entretanto, algumas narrativas apontaram que alguns clientes se sentiam incomodados com sua presença no ambiente de trabalho e não gostavam de ser atendidos por eles, demonstrando clara discriminação. A dependência das empresas dos caprichos dos clientes parece ser justificativa para uma integração marginal dos trabalhadores com síndrome de Down. Cabe considerar que 12 deles não tiveram atuação direta com os clientes, sendo esporádica essa interação, como ilustram os trechos a seguir: “fica mais no estoque, não conversa muito, mas é educado e cumprimenta os clientes” (colega de P6), “ela não tem muita interação com externos, mas sei que nem todos são receptivos” (chefe de P16).

Nessas duas falas, a pouca interação com os clientes foi mencionada pelos entrevistados ao apontarem o fato dos dois trabalhadores atuarem no estoque da loja. Cabe apontar que esses locais de trabalho foram comumente escolhas feitas pelos seus chefes e não fruto de sua vontade própria. Geralmente, são os empregadores que decidem quais os espaços destinados aos trabalhadores, não cabendo, necessariamente, essa escolha ao trabalhador. No entanto, o conjunto dos dados coligidos aponta para reiteradas situações nas quais os jovens trabalhadores com síndrome de Down foram apartados das relações com os clientes, o que leva a questionamentos se tais atitudes não seriam expressões de segregação desses jovens no ambiente de trabalho.

Sobre a receptividade das interações que os trabalhadores mantiveram com os clientes, alguns empregadores apresentaram as seguintes opiniões: “temos retorno pessoalmente e através de relatos e gestos nas redes sociais, com avaliações positivas do local. Os clientes a adoram. Os clientes a elogiam, a consideram muito atenciosa, educada, fofo, e que atende bem” (chefe e sócio de P11).

Nunca houve comentário direto sobre esse assunto, mas a receptividade ao funcionário é muito grande. Nunca houve olhares ou atitudes de rejeição ou descontentamento. Está cada vez mais solto, articulado, com maior iniciativa para as coisas de maneira geral. Fez novos amigos, ampliou vocabulário no contato com colegas e clientes. (Empregador de P18)

Ela tem muita importância na loja, porque ela produz e traz uma diferença na loja, é atenciosa e simpática com todos os clientes, se destaca entre os colegas do mesmo cargo. Se eu tenho que pagar hora extra, prefiro chamar a P12 do que outras pessoas. Tem cliente que gosta e tem outros que não gostam do trabalho dela e do jeito que ela faz as coisas. Mas os que gostam a chamam pelo nome. (Chefe de P12)

A boa receptividade desses clientes denota um aspecto importante para a inclusão desses trabalhadores, não apenas na esfera do trabalho, mas também na sociedade como um todo. Por isso, a importância de não impedir que esses trabalhadores possam estabelecer relações com os colegas e demais pessoas no ambiente de trabalho. Ao analisar a contratação de pessoas com deficiência, alguns estudos (Ávila-Vitor & Carvalho-Freitas, 2012; Carvalho-Freitas, 2012) defendem a imagem organizacional e o clima da empresa como fatores importantes relacionados aos benefícios da contratação, pois tanto funcionários como clientes valorizam essa atitude. O participante P12 descreve a sua importância para este clima organizacional: “o trabalho é muito importante na empresa porque todos ajudam. A chefe falou bem do meu trabalho. Quando fico em casa, todos os clientes perguntam de mim”.

O trabalhador compreendeu de modo positivo a sua inclusão no trabalho, se sentiu satisfeito em fazer parte do coletivo, percebendo a sua importância para a empresa, pois “todos os clientes” perguntavam por ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convívio com pessoas com deficiência intelectual, bem como todas as deficiências, culturas, gêneros, idades, cor da pele, em condições adequadas, isto é, de cooperação mútua, frequente, agradável, e o enfrentamento às idealizações - o apreço à humanidade tal como podemos ser a cada momento histórico -, sem que isso implique ausência de críticas e necessidade de que nos tornemos racionais, pacíficos e afetuosos, são condições necessárias para uma sociedade inclusiva. (Crochick, 2019, p. 130)

A inclusão profissional de trabalhadores com síndrome de Down evidencia as contradições das condições de trabalho (muitas vezes precárias) para todos os trabalhadores. Encontramos nos dados desta pesquisa, o medo da exclusão social, do desemprego, de uma vida sem sentido. Também foi constatado o não reconhecimento das habilidades e potencialidades desses trabalhadores. A impossibilidade de autodeterminação frente à imposição de ser produtivo foi observada em diferentes momentos da realização dessa pesquisa, porém, essa determinação diz respeito a qualquer outro trabalhador.

A pesquisa revelou, também, aspectos importantes acerca das possibilidades de inclusão dos trabalhadores com síndrome de Down e que devem servir de baliza para a melhoria das condições desses indivíduos, assim como pode indicar caminhos para o enfrentamento de diferentes expressões do preconceito a eles direcionadas, como a discriminação, a marginalização e a segregação.

Dentre os aspectos regressivos ainda persistentes, destacamos processos cotidianos de discriminação, situações nas quais esses trabalhadores foram julgados como lentos ou incapazes para a execução de suas atividades. Também identificamos momentos de segregação, nos quais os trabalhadores foram afastados do contato com os clientes e momentos em que não foram convidados para participarem de festas ou

encontros com seus colegas, fora do espaço de trabalho. Também foram marginalizados, sobretudo, quando realizavam tarefas desnecessárias, sendo colocados à margem das atividades requeridas para o conjunto dos outros trabalhadores. Doutra parte, constatamos momentos em que os mesmos foram julgados de forma muito positiva por seus colegas de trabalho, chefes e clientes, situações que apontam para processos de inclusão, coleguismo e reconhecimento das potencialidades desses trabalhadores para poderem realizar as atividades a eles endereçadas. Nesse último caso, cabe apontar para os aspectos positivos atinentes à “hipótese do contato” (Allport, 1958). Cabe apontar, no entanto, que apenas colocar os alvos do preconceito nas diferentes instituições sociais, sem que as mesmas sejam alteradas a fim de favorecer a inclusão dessas pessoas, não é, por si só, suficiente para a melhoria do clima cultural geral. Tal perspectiva aponta para a necessidade de serem criadas condições sociais favoráveis ao convívio entre os alvos de preconceito — no caso, os trabalhadores com síndrome de Down — e as demais pessoas em todas as esferas sociais, sobretudo, no âmbito das instituições, como a escola e o mercado de trabalho. O contato favorece a constituição de processos identificatórios que atuam na desconstrução de idealizações negativas advindas, de modo geral, da falta de experiência com os alvos comumente vítimas das expressões do preconceito na cultura. Os trabalhadores com síndrome de Down, assim como as demais pessoas, têm sonhos, buscam ser felizes e têm o direito a conviver, em todas as esferas sociais com os seus semelhantes.

Compreendemos ser necessário empreender todos os esforços para que os trabalhadores com síndrome de Down, e demais trabalhadores com alguma deficiência, sejam incluídos em todas as esferas do convívio humano. A luta pela emancipação de todos trabalhadores dos processos avassaladores de exploração e reificação que caracterizam a vida social contemporânea não pode prescindir de considerar, ainda que contraditoriamente, a luta pela inclusão de todos no âmbito do trabalho, pois, no mundo administrado, a inserção no mercado de trabalho é condição estrutural para a manutenção da vida individual e coletiva. Como já apontado, a possibilidade de vislumbre da liberdade, em meio à dominação social, nos possibilita de nos reconciliarmos com nossa humanidade, apontando para a realização da vida plena que já seria possível para todos.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1995). *Palavras e sinais* (M. H. Ruschel, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1969)
- Adorno, T. W. (2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária* (V. H. F. da Costa, F. L. T. Corrêa, & C. H. Pissardo, Trans.). Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1950)
- Allport, G. (1958). *The nature of prejudice*. Doubleday Anchor.
- Amaral, L. A. (1998). Sobre crocodilos e avestruzes: Falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In J. G. Aquino (Ed.), *Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas* (11–30). Summus.

- Assunção, R. V., Carvalho-Freitas, M. N., & Oliveira, M. S. (2015). Satisfação no trabalho e oportunidades de desenvolvimento da carreira entre profissionais com deficiência. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 15(4), 340–351. <https://doi.org/10.17652/rpot/2015.4.556>
- Ávila-Vitor, M. R. C., & Carvalho-Freitas, M. N. de. (2012). Valores organizacionais e concepções de deficiência: A percepção de pessoas incluídas. *Psicologia: Ciênc e Profissão*, 32(4), 792–807. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400003>
- Booth, T., & Ainscow, M. (2011). *The index for inclusion: Developing learning and participation in schools*. CSIE.
- Carvalho-Freitas, M. N. de. (2012). Validação do inventário de concepções de deficiência em situações de trabalho (ICD-ST). *Psico-USF*, 17(1), 33–42. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712012000100005>
- Coelho, C. M., Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2014). Trabalhadores com deficiência: Vivências de prazer e sofrimento. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 214–223. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100023>
- Costa, M. C. A., Comello, D. M., Tette, R. P. G., Rezende, M. G., & Nepomuceno, M. F. (2011). Inclusão social pelo trabalho: A qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(2), 200–214.
- Crochick, J. L. (Ed.). (2019). *Inclusão profissional de trabalhadores com deficiência intelectual na cidade de São Paulo*. Benjamin Editorial; FAPESP.
- Crochick, J. L., Koratsu, L. N., Dias, M. A. L., Feller, C. C., & Casco, R. (2013). *Inclusão e discriminação na educação escolar*. Alínea.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (G. A. de Almeida, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1947)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua, 2012-2018*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>
- Jodelet, D. (1999). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 53–66). Editora Vozes.
- Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (1991). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm
- Lorenzo, S. M., & Silva, N. R. (2017). Contratação de pessoas com deficiência nas empresas na perspectiva dos profissionais de recursos humanos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(3), 345–360. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300003>
- Marcuse, H. (1968). *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (A. Cabral, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1955)
- Marcuse, H. (1979). *A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional* (5.ª ed., G. Reboá, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Simonelli, A. P., & Camarotto, J. A. (2011). Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão & Produção*, 18(1), 13–26. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000100002>
- Veiga, C. V. da, & Fernandes, L. M. (2014). *Inclusão profissional e qualidade de vida*. Edições Húmus.
- Zarur, A. P. L., & Domingues, A. L. (2017). *A inserção da pessoa com síndrome de Down no mercado de trabalho* [Trabalho de conclusão de curso, Unisaesiano].

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ricardo Casco é mestre em psicologia escolar e desenvolvimento humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2003). É doutor em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Fez um pós-doutoramento em psicologia social pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2018). É pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito — Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6234-9257>

Email: neporandu@gmail.com

Morada: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Av. Professor Mello Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-030

Patrícia Ferreira de Andrade é psicóloga pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2011). É mestra em educação pela Universidade Federal de São Paulo (2016) e doutoranda em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (atual). É pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3658-0313>

Email: pati.fa@bol.com.br

Morada: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Av. Professor Mello Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-030

Cintia Copit Freller é psicóloga pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Mestra em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. É doutora em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2000). É pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LaEP) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3838-7231>

Email: cintia@freller.net

Morada: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Av. Professor Mello Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-030

Gabriel Katsumi Saito é psicólogo pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2014). É mestre em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pelo programa de pós-graduação em psicologia escolar e do desenvolvimento humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2019). É doutorando em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (atual). É pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7392-2098>

Email: gabriel.saito@usp.br

Morada: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Av. Professor Mello Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-030

Roberta Cruz Lima é bacharel em direito pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (1995); tem pós-graduação em responsabilidade social corporativa na Universidade London Metropolitan (2007); série de certificados de emprego suportados pela internet: inclusão social de pessoas com deficiência intelectual — Universidade Virginia Commonwealth (2014); e pós-graduação em inclusão: práticas inclusivas e gerenciamento de diferenças — Instituto Singularidades (2018).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8636-7572>

Email: rcruzlima1970@gmail.com

Morada: Rua José Maria Lisboa 463/44 - Jardim Paulista - São Paulo - 01423-001

Submetido: 17/06/2021 | Aceite: 09/22/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

EFICÁCIA E EFICIÊNCIA NAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MINAS GERAIS

Sérgio Sampaio Bezerra

Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, Belo Horizonte, Brasil

RESUMO

Como a gestão social é uma discussão atual nos estudos organizacionais, este artigo busca contribuir para compreender e explicar a eficácia e a eficiência nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Minas Gerais, Brasil, tomadas do ponto de vista da sua missão estatutária como orientadora de suas práticas. A análise é feita com base na visão dos gestores das APAE sob as três dimensões da sua missão: oferta de serviços, melhoria da qualidade dos serviços e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual, entendendo-as como sistemas em interação com o meio ambiente externo. Com base num inquérito por questionário aplicado a uma amostra representativa de 199 APAE selecionadas aleatoriamente, foram segmentadas por três clusters pré-definidos segundo a dimensão (porte). Esse questionário foi auto administrado pelos gestores e diretores das APAE, da amostra, sendo composto por uma série de perguntas em função de 54 indicadores presentes nas três dimensões observadas na missão estatutária das APAE. Por forma a analisar a eficácia e a eficiência com base naqueles indicadores, construíram-se índices de eficácia e eficiência. Tendo como referencial a teoria sistêmica e os conceitos de eficácia e eficiência, submetem-se esses índices a várias técnicas de análise estatística. Os resultados obtidos apontam para existência de homogeneidade estrutural das APAE, independentemente dos seus oito clusters formados com base na distribuição por quartis dos seus diferentes níveis de eficácia e eficiência (baixo, médio, alto e elevado), não tendo sido possível chegar a um modelo quantitativo explicativo dos níveis de eficácia e eficiência das APAE, considerando a influência das variáveis internas e externas com que foram relacionados.

PALAVRAS-CHAVE

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, sistema, eficácia, eficiência

EFFECTIVENESS AND EFFICIENCY IN ASSOCIATIONS OF PARENTS AND FRIENDS OF THE DISABLED PERSONS FROM MINAS GERAIS

ABSTRACT

As social management is a current discussion in organizational studies, this article seeks to understand and explain the effectiveness and efficiency of the Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE, Associations of Parents and Friends of the Disabled Persons) in the state of Minas Gerais, Brazil, based on their statutory mission that works as a guideline for their practices. The analysis is based on the point of view of APAEs' managers under the three dimensions of their mission: services rendering, improvement of the quality of services and defense of the rights of persons with intellectual disability, understanding the dimensions as systems interacting with the external environment, based on a survey applied to a representative sample of 199 randomly selected APAEs, segmented into three pre-defined clusters according to size.

This questionnaire was self-administered by the managers and directors of the APAEs from the sample. It comprises a series of questions based on 54 indicators presented in the three dimensions observed in the statutory mission of the APAEs. In order to analyze the effectiveness and efficiency based on those indicators, effectiveness and efficiency indices were built. These indices were submitted to several statistical analysis techniques, taking the systemic theory and the concepts of effectiveness and efficiency as references. The results obtained indicate the existence of structural homogeneity on the APAEs, regardless of their eight clusters distributed by quartiles according to their different levels of effectiveness and efficiency (low, average, high, and very high). It was not possible to achieve an explanatory quantitative model of the effectiveness and efficiency levels of the APAEs considering the influence of the internal and external variables to which they were related.

KEYWORDS

Association of Parents and Friends of the Disabled Persons, system, effectiveness, efficiency

INTRODUÇÃO

O presente artigo insere-se no debate acerca da gestão de organizações da sociedade civil (OSC) e está voltado para compreender como eficácia e eficiência podem ser verificadas nesse tipo de organização.

De acordo com Steinberg e Powell (2006), existem múltiplas definições e categorizações para esse tipo de organização, fato que gera muitas confusões, tais como, organizações não governamentais, do terceiro setor, sem fins lucrativos, sem fins econômicos, filantrópicas, voluntárias, do setor independente, entre outras.

Essas múltiplas definições geraram muita confusão ao longo do tempo, levando o congresso brasileiro a aprovar a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que define as organizações sem fins lucrativos e com origem na sociedade civil, como OSC.

A pesquisa teve o objetivo de compreender a eficácia e a eficiência nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do estado de Minas Gerais, Brasil, OSC criadas por uma necessidade da sociedade civil para apoiar as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, no processo de habilitação e reabilitação e em parceria com as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

Para tanto, essa investigação se ancorou numa perspectiva sistêmica e nos conceitos de eficácia e eficiência organizacional. Utilizando uma abordagem quantitativa, foi enviado um questionário autoaplicado para uma amostra aleatória de 199 gestores de APAE. O esforço, aqui, foi buscar elementos para compreender quantitativamente a eficácia e a eficiência na rede das APAE mineiras a partir da percepção dos gestores das organizações, entendendo-a como parte de um sistema mais vasto e considerando sua heterogeneidade quanto à oferta de serviços.

A partir dos dados coletados, foram efetuadas análises descritivas, de cluster e quartílica, coeficientes de correlação de Pearson e construído um modelo de regressão linear múltipla, para se tentar encontrar um modelo explicativo da eficácia e da eficiência nas APAE mineiras. Apenas o recurso à análise quartílica permitiu a segmentação das

APAE em oito clusters, não tendo sido possível chegar ao desejado modelo explicativo da eficácia e eficiência das APAE.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEITUAL

O crescimento generalizado da complexidade e da incerteza presentes no mundo contemporâneo nos leva, lentamente (mas inevitavelmente), a uma visão geral do mundo que, segundo Rosnay (1975), exige um esforço de síntese que a abordagem sistêmica traz como método de compreensão dos fenômenos da sociedade contemporânea. Assim, de acordo com Durand (1979/1992), temos três grandes categorias de sistemas, os sistemas físicos, o átomo e o sistema solar. Os sistemas vivos, como a ecologia e a biologia; os sociais, como as organizações do trabalho e a família; os econômicos e os políticos.

Sistema é “um conjunto de elementos que se relacionam entre si, formando um todo, e sua estrutura é formada por seus elementos (subsistemas), sendo o elemento vivo – a pessoa ou o grupo – o elemento transformador dentro das organizações”, segundo Bériot (1992/1997, p. 21). Ainda segundo este autor, um sistema terá mais oportunidade de otimizar os seus resultados se existir uma coerência entre seu fim e suas ações. Depois, deve-se conhecer as relações existentes entre os indivíduos que o compõe, pois é essa interação que permite o conhecimento do sistema e não os indivíduos em si mesmos. Para agir sobre um sistema, deve-se ater ao seu funcionamento atual e não sobre sua história ou causas que explicam suas deficiências de funcionamento. Da mesma forma, é essencial ter em conta a tendência natural dos elementos do sistema resistentes à mudança. Além disso, Bériot (1992/1997) observa “a adaptabilidade de um sistema depende do equilíbrio entre o conjunto de regras (as normas), o que pode impedir uma reação desordenada à mudança” (p. 45). Por fim, as informações que circulam no sistema, bem como as condições de transmissão dessas informações permitem orientar ou desorientar a mudança a ser feita.

Por sua vez, Brito (1989) entende sistema como “um conjunto de símbolos por meio dos quais descrevemos o comportamento empírico que caracteriza a organização” (p. 35). As OSC se caracterizam por não terem fins lucrativos e serem autônomas, ou seja, sem vínculo com o governo. Em geral, o produto das atividades dessas organizações não gera bens ou recursos financeiros, o que as torna dependentes de doações e de parcerias governamentais. Além disso, sua finalidade é definida nos estatutos e sua organização prima pela informalidade, praticamente sem normas e procedimentos escritos. E, apesar de haver um processo de planejamento, ele não é formalizado. Também não há sistematização de dados para efeito de avaliação (Tenório, 2009).

Drucker (1990/1994) complementa que “essas organizações existem para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade” (p. 3). Portanto, as APAE existem para gerar transformações na relação dos brasileiros em situação de deficiência com a sociedade. Dessa forma, esse tipo de organização não deve ser uma mera prestadora de serviços, mas considerar seu usuário final como um agente de transformação dos indivíduos e da sociedade (Brito, 1989). Entretanto, numa perspectiva sociológica, as OSC

possuem alguns pontos em comum com as outras formas de organização do trabalho, pois envolvem formações sociais com membros definidos e uma clara diferenciação interna de papéis. Além disso, apresentam uma orientação racional do seu fim, sendo essa a maneira de estudá-las como um sistema social (Brito, 1989). Essa orientação, de acordo com Drucker (1990/1994), deve ter clareza e objetividade e estar expressa na missão da organização, sendo de fundamental importância para fixação de metas concretas de ação e para o comprometimento dos indivíduos em relação ao objetivo a ser alcançado.

Portanto, para que uma OSC como a APAE tenha um funcionamento de boa qualidade, não basta que pais, pessoas com deficiência intelectual e amigos se agrupem e busquem recursos para a sobrevivência da associação. É preciso, igualmente, garantir que os recursos conseguidos sejam alocados da melhor forma possível e que o trabalho seja desenvolvido da forma correta. Assim, para atingir o seu objetivo, há que se definir, de forma clara e objetiva, sua missão quanto aos fins, para haver uma boa fixação de metas e um gerenciamento eficiente das partes que constituem essa associação: áreas administrativa e financeira, educacional, de saúde e de assistência social.

Essas metas devem ser avaliadas a partir da missão estabelecida e descrita no Capítulo 1, Artigo 3.º do seu estatuto padrão:

Art. 3º – A Apae tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. (APAE Brasil, 2015)

Esse conjunto de elementos se relacionam e formam o sistema social que tem na sua estrutura subsistemas, sendo o elemento vivo — a pessoa ou o grupo — transformador dentro das organizações. Entretanto, esses elementos podem comportar-se de maneira diferente em função do sistema no qual estão inseridos e serem influenciados pelos elementos com os quais se relacionam reciprocamente, podendo, inclusive, se decompor em elementos menores de acordo com o nível de observação que pretendemos. Neste caso, o menor elemento humano considerado na abordagem sistêmica é a pessoa individual (Bériot, 1992/1997). Ainda, segundo este autor, um sistema terá mais oportunidade de otimizar os seus resultados se existir uma coerência entre seu fim e suas ações e se conhecermos as relações existentes entre os indivíduos que o compõem.

A forma de verificar se os objetivos de uma APAE, ou de outra forma qualquer de organização do trabalho, estão sendo atingidos são as medidas de eficácia e eficiência. Para Cameron (1986), apesar dos conceitos de eficácia e eficiência serem centrais nos estudos organizacionais, existe alguma confusão em relação a eles. Contudo, essa confusão se torna compreensível ao percebermos que se deve ao fato de as organizações mudarem e, conseqüentemente, o modelo organizacional de eficácia e eficiência também mudar, ou seja, qualquer modelo usado para medir esses conceitos será dinâmico, por ser afetado diretamente pelas mudanças organizacionais.

De acordo com Robalo (1995), os termos eficácia e eficiência não são equivalentes, mas a distinção entre eles nem sempre é estabelecida da mesma forma. A eficácia

é um conceito absoluto, pois uma APAE pode ser eficaz ou não eficaz ao atingir ou não os seus objetivos, desde que os objetivos atingidos sejam realmente aqueles descritos na sua missão e que tenham sido pensados, em relação à APAE como um todo, numa perspectiva sistêmica, levando-se em consideração as condições necessárias para sua manutenção e as dinâmicas das suas relações com outras instituições. Já a eficiência, refere-se à melhor forma de se atingir determinado objetivo. Trata-se, em rigor, de um conceito relativo e não absoluto, ou seja, uma APAE pode ser mais eficiente do que outra ou outras; um serviço ou técnica pode ser mais eficiente do que outro. Portanto, não existirá APAE, serviço ou técnica eficiente, mas umas mais ou menos eficientes que outra(s).

Castro (2006) complementa esse entendimento ao afirmar que a eficiência não se preocupa com os fins, ela está inserida nas atividades operacionais, isto é, está voltada para aspectos internos da organização. Logo, é a eficácia que se preocupa com os fins, em atingir os objetivos da organização. Uma organização, então, pode ser eficiente e não eficaz, e vice-versa, idealmente deve ser eficaz e eficiente.

De forma resumida Tenório (2009) define que “eficácia é fazer o que deve ser feito, isto é, cumprir o objetivo determinado” e “eficiência é a melhor forma de fazer algo com os recursos disponíveis” (p. 18) e apresenta as seguintes hipóteses de desempenho organizacional (Tabela 1).

DESEMPENHO	AValiação
Eficaz e eficiente	Os objetivos propostos foram atingidos, com a menor utilização dos recursos disponíveis
Eficaz, mas não eficiente	Os objetivos foram alcançados, mas com consumo de recursos maior do que o previsto
Eficiente, mas não eficaz	Os recursos foram utilizados conforme estabelecido, porém não foram alcançados todos os objetivos previstos
Não eficaz e não eficiente	Os objetivos não foram alcançados e o consumo dos recursos ultrapassou o previsto

Tabela 1 Resumo de hipóteses de análise do desempenho de organizações

Fonte. Tenório, 2009, p. 19

Todavia, como assegura Cameron (1986), não há consenso sobre o melhor ou o suficiente conjunto de indicadores para medir a eficácia e eficiência organizacional, não existindo limites especificáveis. Contudo, modelos diferentes são úteis para pesquisas em diferentes circunstâncias, devendo partir da clareza da missão organizacional para se definir a melhor forma de realizar as atividades nas organizações.

Soma-se a isso o fato de que a eficácia e eficiência organizacional, segundo Cameron (1986), são constructos orientados para o problema e não para teoria. Assim sendo, pode-se dizer que o ato de gerenciar uma APAE engloba a busca da eficácia e da eficiência nas atividades do cotidiano, numa perspectiva sistêmica a partir da definição clara e simples da sua missão, atrelada a questões externas que possam impactá-la.

MÉTODO

Consideramos esta pesquisa exploratória, pois há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre eficiência e eficácia nas APAE. É também uma pesquisa de campo, por se tratar de uma investigação empírica realizada nas APAE de Minas Gerais, que busca elementos de explicação do fenômeno (Gil, 2008), com base numa abordagem metodológica quantitativa.

A definição da amostragem seguiu os ensinamentos de Laville e Dionne (1997/1999), para quem o caráter representativo de uma amostra depende do modo como ela é estabelecida. Nesta investigação, a amostra foi selecionada de forma aleatória simples a partir de uma lista completa das APAE. Trata-se de uma amostra probabilística, dado que todas as APAE em funcionamento no estado de Minas Gerais tiveram oportunidade de nela participar. O tamanho da amostra (199) foi determinado com base na população finita de 408 APAE, ao nível de confiança de 95% (n^1 ; Equação 1).

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z\alpha/2)^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z\alpha/2)^2 + (N-1) \cdot E^2} \quad (1)$$
$$n = \frac{408 \times 0,25 \times (1,96)^2}{0,25 \times (1,96)^2 + (408 - 1) \times 0,05^2} = 199 \text{ (arredondado para cima)}$$

Posteriormente, essa amostra aleatória foi estratificada considerando os três clusters construídos segundo a dimensão (porte) da APAE, conforme definido pela Federação das APAE do estado de Minas Gerais a partir de sua oferta de serviços: as APAE de porte 1 ofertam somente o serviço de educação (autorizado pelo Conselho Estadual de Educação), ou de assistência social (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Assistência Social), ou de saúde (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde); as de porte 2 que ofertam dois desses serviços, e as maiores, que ofertam os três serviços (Tabela 2).

CLUSTERS	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	AMOSTRA ESTRATIFICADA
Porte 1 (oferta um serviço)	84	41
Porte 2 (oferta dois serviços)	137	67
Porte 3 (oferta três serviços)	187	91
Total	408	199

Tabela 2 Tamanhos da população e da amostra estratificada das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais por cluster

¹ Tamanho da amostra (n) com base na estimativa da proporção populacional. O tamanho da amostra foi calculado com base na fórmula acima e, como p e q são desconhecidos, foram substituídos por 0,5, obtendo-se a estimativa apresentada.

Cabe salientar que foi sorteado um percentual de 10% de APAE como reserva para o caso de necessidade de substituição. Esse *survey* foi um levantamento autoadministrado (Almeida & Botelho, 2006) pelos interrogados, composto por uma série de perguntas em função das três dimensões observadas na missão estatutária das APAE: oferta de serviços, melhoria da qualidade de vida e defesa de direitos.

Na perspectiva da *oferta de serviços*, as perguntas se basearam no conhecimento das APAE mineiras e buscaram contemplar aspectos das quatro funções da administração (planejamento, organização, direção e controle), a capacidade instalada das APAE, a qualidade dos serviços prestados, os resultados alcançados com os usuários, a satisfação dos usuários com os serviços ofertados e as inovações incorporadas aos serviços.

Na perspectiva de *melhoria da qualidade de vida*, o modelo aplicado no campo da deficiência intelectual tem sido aquele desenvolvido por Schalock e Verdugo (2007), somados aos ensinamentos de Veiga et al. (2014). A partir daí, foram definidas as perguntas referentes à inclusão da pessoa com deficiência intelectual e múltipla no mercado formal de trabalho, sua integração na comunidade, o desenvolvimento de suas competências pessoais, suas relações sociais e de interação, aspectos de sua autodeterminação e vida independente, além de aspectos do seu bem-estar psicológico e satisfação pessoal.

Na perspectiva da *defesa de direitos*, as perguntas tiveram como base a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência incorporadas à Constituição Brasileira de 1988 (Decreto nº 6.949, 2009).

Após definidas as perguntas, elas foram submetidas a uma discussão num painel de especialistas que trabalham nas organizações estudadas, composto por fonoaudiólogo, assistente social, cientista social, especialista em artes, terapeuta ocupacional, administradora e pedagoga, que contribuíram para adequação das mesmas à realidade das APAE mineiras.

Em seguida, o questionário foi testado em uma pequena amostra por conveniência de 16 APAE não sorteadas na amostra aleatória, com o objetivo de adaptar o questionário, em termos de linguagem compreensível e nível intelectual adequado (Almeida & Botelho, 2006), e evitar problemas potenciais, dada a heterogeneidade do perfil dos gestores das APAE mineiras.

Por fim, foi perguntado aos gestores se, na opinião deles, aquelas questões estiveram presentes, ou não, nas respectivas APAE durante o ano de 2019.

Após a realização do pré-teste, o questionário foi finalizado e enviado para as 199 APAE mineiras da amostra aleatória, utilizando a ferramenta online Google Forms que, além de gratuita, possibilitou aos respondentes o acesso em qualquer local e horário, agilizando a coleta de dados, se obtendo um total de 199 respostas em conformidade com a dimensão estabelecida.

TRAÇOS ORGANIZACIONAIS: UM OLHAR DOS GESTORES SOBRE A REDE MINEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Neste ponto são descritos os principais traços quantitativos que contribuem para compreender as diferenças e proximidades entre os três portes de APAE, no que se

refere às três dimensões que compõem sua missão, a partir das evidências encontradas pela análise de frequência dos dados coletados por meio dos questionários e de dados de alguns sistemas oficiais do governo brasileiro: Sistema Único de Assistência Social, Sistema Nacional de Educação e Sistema Único de Saúde.

DIMENSÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E DO MUNICÍPIO

Comparando as APAE por porte, com a dimensão do município de localização, observamos que das APAE de porte 1, 48,8% se localizam em micro municípios (até 10.000 habitantes), 39% em pequenos municípios (de 10.001 a 25.000 habitantes); e 12,2% em médios municípios (de 25.001 a 55.000 habitantes). Portanto, as de menor porte estão, em sua maioria, localizadas em micro municípios e municípios pequenos.

Em relação ao produto interno bruto (PIB) per capita desses municípios, comparativamente com o PIB médio per capita brasileiro e mineiro (2018), respectivamente, de R\$33.593,82 e de R\$29.223,00, verifica-se que apenas 14,6% desses municípios superam a média do PIB brasileiro, e 17,1% superam a média mineira. Os 82,9% dos municípios onde se localizam as APAE de pequeno porte possuem PIB abaixo das médias do PIB per capita brasileiro e mineiro.

As APAE de porte médio, isto é, que ofertam dois serviços (educação e saúde, ou educação e assistência, ou assistência e educação) se localizam concentradamente em micro municípios com até 10.000 habitantes (28,4%), e em municípios médios de 25.001 a 100.000 habitantes (56,7%). As demais se dividem: 8,9% estão localizadas em municípios de pequeno porte (de mais de 10.001 até 25.000 habitantes) e 6,0% em grandes municípios (com mais de 100.000 habitantes).

Em relação ao PIB per capita dos municípios onde se localizam as de porte médio, ao serem comparados com a média nacional, verificamos que apenas 9,0% deles estão acima e, quando comparamos com a média mineira, esse percentual cresce para 13,4%. Portanto, 86,6% dos municípios onde as APAE de médio porte estão localizadas possuem PIB per capita menor que as médias brasileira e mineira.

Quando olhamos para os dados das de maior porte, aquelas que ofertam os três serviços, percebemos uma concentração de grandes APAE em municípios pequenos (de 10.001 até 25.000) e médios (de 25.001 até de 100.000), respectivamente, com 43,8% e 35,2%, enquanto 11% delas estão localizadas em micro municípios com até 10.000 habitantes e 10% em municípios de grande porte (com mais de 100.000 habitantes). Então, as grandes APAE estão, em sua maioria, localizadas em pequenos e médios municípios.

No que se refere ao PIB per capita dos municípios nos quais se localizam as APAE de maior porte, somente 16,4% dos municípios têm PIB per capita acima da média brasileira, e esse percentual cresce para 24,2% quando consideramos a média mineira. Portanto, mais de 70% dos municípios onde se localizam as grandes APAE de Minas Gerais têm um PIB per capita abaixo das médias brasileira e mineira.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Essa informação foi solicitada a todas as APAE da amostra. A sua composição foi sistematizada e discriminada segundo os portes das APAE. No porte 1, verifica-se que 29,3% das APAE, quando observada somente a dimensão de recursos humanos, se equiparam à microempresa (de um a nove funcionários) e o restante, 70,7%, se enquadram na tipologia de pequenas empresas (de 10 a 99 funcionários). A maioria das APAE, cerca de 87,8%, apresentam uma assimetria entre a distribuição de funcionários técnicos e administrativos a favor de funcionários técnicos, exceto duas que possuem mais funcionários administrativos. Quatro APAE possuem uma distribuição simétrica entre funcionários técnicos e administrativos.

Já no porte 2, verificamos a existência de oito APAE com menos de 10 funcionários se equiparando, quando observamos apenas essa dimensão, à microempresa, representando 11,9% do total das APAE desse porte. As restantes, 88,1%, se enquadram como pequenas empresas.

Quanto à distribuição dos funcionários entre técnicos e administrativos, verifica-se que a maioria das APAE, 97,0 %, apresentam assimetria com um maior número de funcionários da área técnica em relação aos da área administrativa, exceto três que têm um número de funcionários administrativos maior que o de técnicos. Apenas uma APAE apresenta uma relação simétrica entre o número de funcionários técnicos e administrativos.

Nas APAE que ofertam os três serviços (educação, saúde e assistência social), 3,3% se equiparam a médias empresas e 95,6% se equiparam a pequenas empresas, quando olhamos apenas para dimensão do número de funcionários. No que se refere à distribuição dos funcionários entre técnicos e administrativos, 4,4%, apresentam uma simetria entre os dois tipos de funcionários, e 95,6% apresentam uma distribuição assimétrica entre funcionários técnicos e administrativos. Dessas, apenas três APAE têm mais funcionários administrativos do que técnicos; as demais apresentam um número superior de pessoal técnico.

DISTRIBUIÇÃO DOS USUÁRIOS DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Os dados dos usuários das APAE foram coletados dos sistemas oficiais da Secretaria Nacional de Assistência Social (s.d.) e do Sistema Nacional de Educação, por meio dos seus censos (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020), e do Sistema Único de Saúde, por meio das deliberações das metas dos serviços da rede de cuidados da pessoa com deficiência no Brasil (Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.404, 2013; Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.403, 2013).

No porte 2, temos seis APAE, 9,0% do total, sem nenhuma informação de usuários nos sistemas oficiais, e 19 APAE, 28,4% do total, com informação de apenas um dos serviços ofertados, o que significa que a APAE ou não informou os usuários existentes em um dos sistemas oficiais ou possui um serviço de saúde que apoia usuários de outros serviços e não faz parte da rede de cuidados. -

Os dados das APAE de porte 3 apresentam que 62,6% das APAE são da rede de cuidados da pessoa com deficiência com financiamento público específico. Portanto, o número de usuários corresponde a suas metas deliberadas pela parceria pública privada. Além disso, oito APAE apresentam dados de apenas dois serviços, representando 8,8% do total, o que indica não terem informado os usuários de um deles e/ou possuem um serviço de saúde que não faz parte da rede de cuidados, que apoia os usuários de outro serviço.

Quando comparamos o número de usuários das APAE de porte 1 com a população de pessoas com deficiência intelectual (PcDI) estimada no município, verifica-se que duas APAE têm mais usuários do que a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1,4% da população. Nas demais do mesmo porte, a maioria tem um número de usuários menor do que 50% da população de PcDI estimada, sendo que dessas 23 APAEs, nove têm um número de usuários abaixo de 15% da população estimada.

No porte 2, temos sete APAE com número de usuários maior que a população de PcDI estimada. Nas demais, 25,4% apresentam um número de usuários acima de 50% da população estimada e 53,7%, ou seja, nove APAE apresentam usuários abaixo de 50% da população estimada.

Nas APAE de maior porte, 11 (12,1%) apresentam um número de usuários superior à população de PcDI estimada no município; 17,6% apresentam um número de usuários superior a 50% da população estimada do município e 70,3% apresentam um número de usuários abaixo dos 50%, sendo que em 18,7% dessas verifica-se um número de usuários 15% abaixo da população estimada do município.

DIMENSÃO DA REDE MINEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS: OFERTA DE SERVIÇOS, MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E DEFESA DE DIREITOS

Estes dados são resultados da análise frequencial feita a partir dos dados coletados pelo questionário auto aplicado nas APAE da amostra, considerando as três dimensões da missão institucional das APAE: oferta de serviço, melhoria da qualidade de vida da PcDI e defesa de seus direitos.

No que se refere à oferta de serviços, verificamos que, quanto à organização administrativa e financeira das APAE, fundamental para uma boa oferta de serviço, há uma fragilidade no processo de gestão de pessoas (recrutamento/seleção, treinamento/desenvolvimento e avaliação de desempenho). Os dados mostram que todas as APAE apresentaram porcentagens reduzidas de realização desse processo, com destaque para a falta de planejamento e organização de um programa estruturado de capacitação dos funcionários. Somente 29,3 % das APAE de porte 1, 20,9% das APAE de porte 2 e 44,0% das APAE de porte 3 o possuem.

No que se refere ao atendimento da demanda da PcDI no município, verifica-se que as APAE não conseguem atender toda a demanda, dando origem a filas de espera. Nas APAE que ofertam somente um serviço, a fila de espera corresponde a 26,8% do total de usuários, aumentando para 40,3% quando ofertam dois serviços e para 59,3%

quando ofertam os três serviços. Isso demonstra que quanto maior o número de serviços ofertados, maior é a fila de espera para ingressar nas APAE. Essa fila de espera é grande, também, devido ao fato de apenas entre 60% e 65% das APAE não terem “porta de saída” do usuário estabelecida nos serviços ofertados, isto é, a regra é os usuários entrarem e nunca saírem, fato esse que reduz a capacidade de atendimento dos serviços das APAE.

Segundo a percepção dos gestores das APAE, mais de 65% (conforme a quantidade de serviços oferecidos) organizam esses serviços com base nas necessidades das PcDI, conhecidas por meio da avaliação multidimensional, aplicadas nos seus planos de atendimento, monitoradas e avaliadas por meio de instrumentos validados. Entretanto, o número de APAE que medem seus resultados é inferior ao das APAE que os avaliam (Tabela 3), isto é, há APAE que avaliam os resultados com seus usuários sem utilizar nenhum instrumento de medida padronizado e validado.

TIPO DE ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	MENSURAM RESULTADOS	AVALIAM RESULTADOS
Porte 1	65,9%	73,2%
Porte 2	64,2%	83,6%
Porte 3	67,0%	76,9%

Tabela 3 Porcentagem de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais que mensuram e avaliam os resultados

Verifica-se, também, que as APAE, de uma forma geral, escutam pouco os usuários (PcDI e suas famílias) em relação à satisfação com os serviços ofertados. Ainda assim, são os gestores das APAE menores (porte 1) que apresentam maiores porcentagens de escuta, quando comparadas com as APAE que ofertam dois e três serviços; por seu lado, as APAE com dois serviços apresentam porcentagens maiores do que as que ofertam três serviços. Isso nos leva a pensar que, quanto maior a APAE, menor é a escuta dos usuários.

No que se refere à melhoria da qualidade de vida das PcDI, a promoção da inclusão no mercado formal de trabalho não é muito desenvolvida nas APAE, crescendo na medida em que mais serviços são ofertados. Verifica-se nas de porte 2 e 3, um percentual maior de APAE que apoiam os ex-usuários (trabalhadores) colocados no mercado de trabalho (44,8% e 63,7%, respectivamente), desenvolvendo atividades junto a esses ex-usuários e empresas empregadoras, nas adequações necessárias para a acomodação dos coletivos de trabalho das empresas à presença da diferença, tais como: adequação de atividades dos cargos, postos de trabalho, sensibilização do quadro de funcionários para inserção de uma PcDI na equipe, entre outras.

Quanto a oportunizar a participação das PcDI na comunidade, as APAE de Minas Gerais chegam a percentuais elevados. Em 100% das APAE com um serviço, a PcDI é estimulada a participar de atividades sociais locais, nas com dois serviços o percentual é de 97% e nas com três serviços é de 98,9%.

No desenvolvimento de competências pessoais, verifica-se um percentual de APAE que realizam ações de desenvolvimento de mobilidade independente: 58,5%, nas de

porte 1, 55,2% nas de porte 2 e 65,5% nas de porte 3. Foram observados elevados percentuais em relação ao desenvolvimento de ações de cuidados e autocuidados (82,9% nas APAE de porte 1, 83,6% nas APAE de porte 2 e 90,1% nas APAE de porte 3), de linguagem corporal, cognição e comunicação (78,0% nas APAE de porte 1, 80,6% nas APAE de porte 2 e 93,4% nas APAE de porte 3).

No estímulo das relações sociais e de interação, os percentuais das APAE que desenvolvem tais ações, em todos os critérios de evidência, superam os 85%, apontando para a preocupação em estimular a construção de relações sociais, de interação e redes de apoio. Essa preocupação se estende à conquista da autonomia e de vida independente, apesar de ocorrer numa proporção um pouco mais baixa do que as questões de relações sociais e de interação. As atividades que desenvolvem essas competências são realizadas por mais de 80% das APAE de todos os portes. Por fim, mais de 80% das APAE identificam os aspectos emocionais e de vida que afetam o bem-estar psicológico e a satisfação pessoal das PcDI.

Por um lado, no que se refere aos avanços em relação aos princípios gerais da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949, 2009), destaca-se pela positiva o desenvolvimento de ações com vista ao respeito à dignidade da PcDI, embora a disponibilização de serviços jurídicos que garantam seus direitos ainda seja baixa, com percentuais de 53,7%; 56,7% e 61,5%, respectivamente nas APAE de porte 1, 2 e 3. Por outro lado, como destaque negativo, temos os baixos percentuais de promoção da participação da PcDI na vida política e pública, no que se reporta à criação de organizações representativas da PcDI, como os Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência e sua participação nos órgãos de direção e gestão das APAE.

Esses traços demonstram que o porte da APAE tem pouca influência para sua diferenciação, indicando uma menor heterogeneidade em relação a que se imaginava inicialmente.

“RETRATOS” DA REDE MINEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS: CONFIGURAÇÕES E DINÂMICAS

Inicialmente, criamos 13 indicadores referentes às três dimensões da missão estatutária das APAE, a partir das respostas dos gestores das 199 APAE aos questionários que lhes foram aplicados. Para o efeito utilizamos a aplicação Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Esses indicadores servirão para as APAE fazerem o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações que compõem o *índice de eficácia* e o *índice de eficiência* da rede mineira das APAE.

Na dimensão da *oferta de serviço*:

1. Indicador de organização administrativa e financeira: mede a atuação das APAE nas quatro funções básicas da administração — planejamento, organização, direção e controle. Composto por três critérios de evidência que medem a eficiência da instituição.
2. Indicador de capacidade instalada: mede a capacidade da APAE em atender as demandas das pessoas com deficiência intelectual no seu município. Composto por três critérios de evidência que medem a eficiência da instituição.

3. Indicador de qualidade dos serviços: mensura a organização dos serviços das APAE de acordo com a necessidade de apoios da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Composto por três critérios de evidência que medem a eficiência da instituição.
4. Indicador de resultados: mede os resultados individuais dos serviços ofertados pelas APAE às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Composto por três critérios de evidência que medem a eficácia da instituição.
5. Indicador de satisfação do usuário: mede a satisfação dos usuários (pessoa com deficiência intelectual e sua família) com os serviços ofertados pelas APAE. Composto por três critérios de evidência que medem a eficácia da instituição.
6. Indicador de inovação: mede a capacidade da APAE na prospecção e uso de tecnologias assistivas inovadoras. Composto por três critérios de evidência que medem a eficácia da instituição.

Na dimensão *melhoria da qualidade de vida*:

7. Indicador de emprego: mede as atividades que apoiam a inclusão da pessoa com deficiência intelectual e múltipla no mercado formal de trabalho. Composto por três critérios de evidências que medem a eficiência da instituição.
8. Indicador de integração na comunidade: mede as ações que oportunizam a participação das pessoas com deficiência intelectual e múltipla nas atividades comunitárias. Composto por três critérios de evidência que medem a eficiência da instituição.
9. Indicador de competências pessoais: mede as atividades de apoio a experiências pessoais, produtivas e de ócio das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Composto por três critérios de evidência que medem a eficiência da instituição.
10. Indicador de relações sociais e interação: mede as atividades que apoiam as pessoas com deficiência intelectual e múltipla na construção de relações interpessoais e sociais. Composto por três critérios de evidência que medem a eficácia da instituição.
11. Indicador de autodeterminação e vida independente: mede as atividades que apoiam o desenvolvimento da autonomia e independência das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Composto por três critérios de evidência que medem a eficácia da instituição.
12. Indicador de bem-estar psicológico e satisfação pessoal: mede as atividades que promovem o autoconceito e a percepção de situações emocionais e de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Composto por três critérios de evidência que medem a eficácia da instituição.

Na dimensão *defesa de direitos* foi criado o seguinte indicador:

13. Indicador de defesa de direitos: mede o desenvolvimento de ações que promovem a participação das pessoas com deficiência intelectual e múltipla na vida política e pública. Composto por 18 critérios de evidência, nos quais nove medem a eficiência e nove a eficácia da instituição nesse índice.

A partir desses indicadores, fizemos uma análise de clusters na qual usamos o critério da distância euclidiana, buscando agrupar as APAE em quatro distintos clusters. Dessa experiência resultou um mega cluster formado pela quase totalidade das APAE da amostra (196) e três outros compostos por uma única APAE. Tal resultado denotava a existência de uma grande homogeneidade para a quase totalidade das APAE de Minas Gerais, independentemente do seu porte. Essa homogeneidade permaneceu quando se recorreu ao critério da distância euclidiana quadrática e/ou se tentou reduzir o número de clusters.

CONFIGURAÇÕES DOS CLUSTERS DA REDE MINEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Dado que o recurso à análise de clusters apontou para uma homogeneização do conjunto das APAE, impossibilitando a sua separação por diferentes níveis de eficácia e eficiência, optou-se por agrupar as APAE através de um ensaio tipológico de classificação com base na análise quartílica dos índices de eficácia e eficiência, cujos valores oscilam entre 0 e 27 pontos, valores mínimo e máximo de eficácia ou eficiência possíveis de atribuir a cada APAE. Os resultados da análise quartílica permitiram reunir as APAEs em oito agrupamentos (clusters) em conformidade com as pontuações obtidas e seu posicionamento num dado quartil, conforme se mostra na Tabela 4.

QUARTIS	25%	50%	75%	100%
ÍNDICES DE EFICÁCIA	0–14	15–18	19–22	23–27
ÍNDICES DE EFICIÊNCIA	0–16	17–21	22–24	25–27
NÍVEIS	Baixo	Médio	Alto	Elevado

Tabela 4 Distribuição quartílica das pontuações dos índices e seus níveis de eficácia e eficiência

RETRATANDO AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Neste item são apresentados os vários retratos das APAE, a partir dos oito clusters, sendo que quatro apresentaram simetrias entre os níveis qualitativos atribuídos de eficácia e eficiência e outras quatro dissimetrias entre esses níveis. O cluster 1 congrega o maior número de APAE (36) e tem medidas baixas de eficácia e eficiência, seguido pelos outros clusters 2, 3 e 4 que apresentam, respectivamente, 28 APAE com média eficácia e média eficiência, 18 com alta eficácia e alta eficiência e 23 com elevada eficácia e elevada eficiência. Nesse grupo de APAE que apresentam níveis simétricos de eficácia e eficiência, observa-se um maior número de APAE: 64 entre baixa e média eficácia e eficiência e 41 entre alta e elevada. Os clusters 5, 6, 7 e 8 apontam para uma assimetria entre eficácia e eficiência. Nos níveis mais baixos estão os clusters 5 e 6 (17 APAE com eficácia variada e baixa eficiência e 18 com baixa eficácia e eficiência variada). Nos níveis mais elevados, estão os clusters 7 e 8, em que observamos 35 APAE com média eficácia e elevada eficiência, e 24 com elevada eficácia e média eficiência. No grupo de APAE que apresentam níveis assimétricos de eficácia e eficiência, percebe-se um maior número de APAE entre média e elevada eficácia e eficiência (59), contra 35 APAE que apresentaram baixa eficácia ou baixa eficiência, conforme a Tabela 5 abaixo expõe.

CLUSTERS	NÍVEIS DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA	FREQUÊNCIA
1	Baixa eficácia e eficiência	36
2	Média eficácia e eficiência	28
3	Alta eficácia e eficiência	18
4	Elevada eficácia e eficiência	23
5	Eficácia variada e baixa eficiência	17

6	Baixa eficácia e eficiência variada	18
7	Média eficácia e elevada eficiência	35
8	Elevada eficácia e média eficiência	24
Total	-	199

Tabela 5 Distribuição das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais por cluster e níveis de eficácia e eficiência

Analisando a distribuição territorial das APAE por clusters pelas 12 regiões administrativas do estado de Minas Gerais, é possível verificar uma grande dispersão (Figura 1).

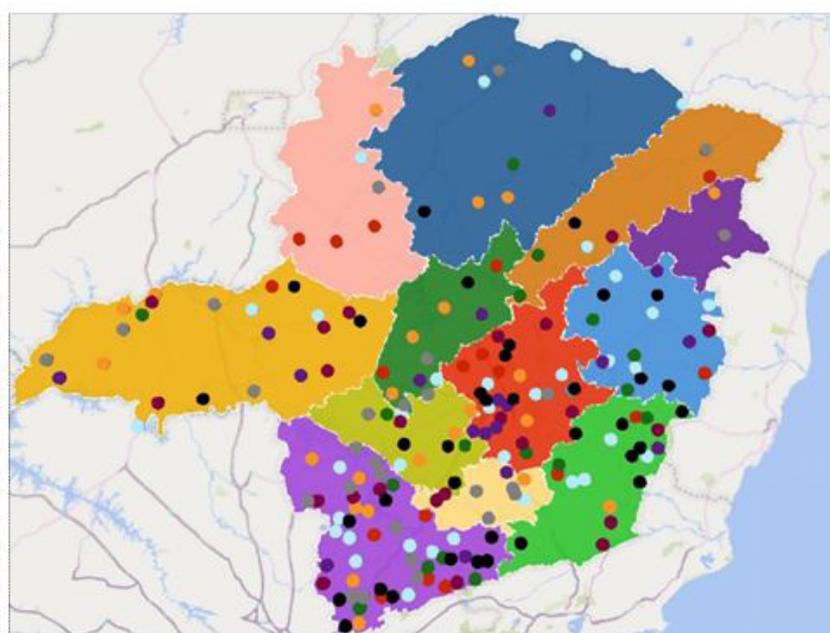


Figura 1 Distribuição territorial dos oito clusters

As APAE com baixa eficácia e eficiência (cluster 1) concentram-se nas regiões Metropolitana de Belo Horizonte e Central de Minas, se espalhando para as regiões do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata, entrando no Sul de Minas Gerais.

Já as APAE do cluster 2, com média eficácia e eficiência, apresentam uma dispersão territorial maior, espalhando-se pelas regiões Norte; Jequitinhonha; Vale do Mucuri; Noroeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, descendo para o Campo das Vertentes e Sul de Minas. As APAE que na opinião de seus gestores, apresentam medida melhor e simétrica de eficácia e eficiência (cluster 3 e 4) estão mais concentradas na região Central Mineira, passando pelas regiões Metropolitana de Belo Horizonte e Campo das Vertentes; chegando ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul de Minas.

Portanto, ao analisarmos esses clusters que apresentam simetria entre as medidas de eficácia e eficiência a partir da categoria territorial, verificamos que as APAE das regiões mais carentes do estado (Jequitinhonha e Vale do Mucuri) se localizam no extrato de média eficácia e eficiência e não no extrato mais baixo. Isso nos leva a refletir acerca a existência de dois fatores possíveis: ou a compreensão de eficácia e eficiência é diferente nessas regiões, ou a complexidade do sistema onde essas APAE estão inseridas é menor, o que lhes permite alcançar maiores medidas de eficácia e eficiência. Já o Norte de Minas, também uma região carente do estado, concentra APAE com as medidas simétricas mais baixas (baixa e média eficácia e eficiência).

Chama, também, a nossa atenção a grande heterogeneidade existente nas regiões do Sul de Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Metropolitana de Belo Horizonte, regiões ricas do estado, nas quais estão localizadas APAE de todos os níveis de eficácia e eficiência, desde o mais baixo até ao mais alto. As regiões da Zona da Mata, Central Mineira, Oeste de Minas, Campo das Vertentes e Vale do Rio Doce também apresentam uma variedade de APAE com níveis distintos de eficácia e eficiência, porém, concentradas nos níveis de baixos e médios. As APAE do Noroeste Mineiro não apresentam simetria entre as duas medidas de eficácia e eficiência, apenas numa delas isso acontece (níveis médios de eficácia e eficiência).

Ao analisarmos os clusters que apresentam assimetrias entre as medidas de eficácia e eficiência, verificamos que estão presentes em todas as regiões do estado. Contudo, as regiões do Sul de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte, Norte de Minas, Vale do Mucuri, Central de Minas, Oeste de Minas, Zona da Mata e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentam a maioria das APAE com uma das duas medidas no nível mais elevado. Já as regiões do Noroeste Mineiro e Jequitinhonha apresentam a maioria das APAE a pelo menos um nível baixo de eficácia ou de eficiência. Por fim, as regiões do Vale do Mucuri e Campo das Vertentes, respectivamente, com apenas uma e duas APAE, apresentam níveis assimétricos de eficácia e eficiência.

Seguindo a configuração dos oito clusters determinados pela distribuição quartílica dos valores dos índices de eficácia e eficiência, buscou-se relacionar esses índices com as variáveis consideradas na pesquisa: três variáveis externas (número de habitantes por município; PIB per capita e população estimada de PcDI no município) e duas variáveis internas (número de usuários e número de funcionários).

Começámos por recorrer ao coeficiente de correlação de Pearson (Tabela 6), tendo verificado que não existe correlação estatisticamente significativa entre a maioria das variáveis externas e internas e os índices de eficácia e eficiência.

VARIÁVEIS	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA	ÍNDICE DE EFICÁCIA
População municipal	-0,024	-0,063
Produto interno bruto per capita municipal	0,096	0,018
População estimada de pessoas com deficiência intelectual no município	-0,026	-0,064
Número de usuários por Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais	0,117	0,095
Número de funcionários por Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais	0,182*	0,115

Tabela 6 Coeficientes de correlações de Pearson

Nota. **correlação é significativa no nível 0,01 (duas extremidades); *correlação é significativa no nível 0,05 (duas extremidades).

Apenas uma variável interna se apresenta associada de modo estatisticamente significativo com o índice de eficiência. Trata-se da variável “número de funcionários”, cujo valor do coeficiente de correlação de Pearson sendo igual a 0,182, mostra que se trata de uma fraca associação entre essa variável e o índice de eficiência. Tal valor de correlação significa que quanto mais funcionários possuírem, mais eficientes tenderão a ser as APAE. Os índices de eficácia e eficiência, contudo, se apresentam fortemente associados com o valor do coeficiente de correlação de 0,795, revelando que quanto maior a eficácia, maior a eficiência, e vice-versa. Isso significa que as APAE mais eficazes tendem a ser mais eficientes e as menos eficazes a serem menos eficientes.

Apesar dos resultados atrás apresentados, resolvemos avançar na análise construindo dois modelos de regressão linear múltipla, nos quais os índices de eficácia e de eficiência foram incluídos como variáveis dependentes e as variáveis externas e internas introduzidas como variáveis independentes (população municipal; PIB per capita; população estimada de PcDI; número de usuários e número de funcionários). Desses modelos, observamos que os coeficientes de determinação (R^2), obtiveram o valor de 0,027, quando considerado o índice de eficácia como variável dependente, e o valor de 0,054 quando a variável dependente considerada foi o índice de eficiência, ou seja, em ambos os casos denunciando que as variáveis independentes pouco ou nada explicam as variações ocorridas nos dois índices. Portanto, as variáveis independentes: população do município, PIB per capita do município, população estimada de PcDI, número de usuários e funcionários da APAE — não são adequadas para explicar as variações nos níveis de eficácia e eficiência das APAE mineiras.

Esse fato coloca duas questões: ou a compreensão dos gestores em relação aos índices de eficiência e eficácia variaram muito, existindo na rede mineira das APAE compreensões diversas das perguntas feitas aos gestores no questionário; ou a compreensão

e explicação dos modelos de eficiência e eficácia das APAE mineiras dependem de variáveis não conhecidas e que podem ser de caráter qualitativo, e não quantitativo como as usadas neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam para uma certa homogeneidade das APAE do estado de Minas Gerais no que se refere aos resultados em relação aos objetivos descritos na sua missão. Ao analisarmos a percepção dos gestores das APAE em relação à sua missão a partir das três dimensões: oferta de serviços, melhoria da qualidade de vida da PcDI e a defesa de direitos desse sujeito, percebe-se que a dimensão de melhoria da qualidade de vida é a mais presente nas ações cotidianas de todas as APAE, independentemente do seu porte, e que há, portanto, uma centralidade dessas organizações no atendimento ao sujeito com deficiência, sendo seu investimento maior em pessoal técnico. O baixo investimento em pessoal administrativo está a influir no fornecimento de alguns dados pelas APAE nos sistemas oficiais do Estado brasileiro, pois percebemos que um número significativo não informou o número de usuários atendidos nos serviços existentes.

A pesquisa aponta, também, para a necessidade de ampliação da política pública voltada para a pessoa com deficiência no estado de Minas Gerais. Por um lado, quando comparamos a população estimada de pessoas com deficiência intelectual, verifica-se que a maioria das APAE atende abaixo de 50% dessa população e, por outro lado, a existência de filas de espera mostra estarmos perante uma população sem atendimento, seja pelas APAE ou por outros serviços nos municípios. Essa situação é agravada pela dificuldade das APAE desligarem as pessoas com deficiência intelectual dos seus serviços.

Por fim, cabe ressaltar a pouca participação dos usuários (pessoas com deficiência intelectual e suas famílias), na definição dos serviços prestados pelas APAE. Além disso, não foi possível traçar um modelo explicativo quantitativo dos níveis de eficiência e eficácia presentes nas APAE mineiras, haverá que partir para a descoberta das variáveis, quiçá qualitativas, que efetivamente expliquem a dinâmica sistêmica dos vários clusters, realçando os traços que contribuem para o “retrato” distinto e coerente de cada um deles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos gestores das APAE, que participaram dessa pesquisa e ao presidente da Federação das APAE do estado de Minas Gerais, Professor Jarbas Feldner, que por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa financiou parte dessa investigação, e ao meu supervisor de estágio científico avançado, o amigo e Professor Doutor Carlos Veiga, pois sem suas valorosas contribuições não teria sido possível a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Almeida, R. A., & Botelho, D. (2006). Construção de questionários. In D. Botelho & D. M. Zouain (Eds.), *Pesquisa quantitativa em administração* (pp. 90–108). Atlas.
- APAE Brasil. (2015). *Estatuto das APAEs*. http://200.134.28.17/arquivo.php?arq_id=19579&visualizar=1
- Bériot, D. (1997). *Mudanças na empresa: Uma abordagem sistêmica: Do microscópio ao macroscópio* (A. M. Neves, Trad.). Instituto Piaget. (Trabalho original publicado em 1992)
- Brito, S. P. (1989). *A sociologia e a abordagem sistêmica*. Papyrus.
- Cameron, K. (1986). Effectiveness as paradox: Consensus and conflict in conceptions of organizational effectiveness. *Management Science*, 32(5), 539–553. <https://doi.org/10.1287/mnsc.32.5.539>
- Castro, R. B. (2006). Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. In J. A. G. de Pinho (Ed.), *Anais do 30º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração* (pp. 1–11). NPGA/UFBA.
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- Deliberação CIB/SUS/MG nº 1.404, de 19 de março de 2013 (2013). <https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Del%201404%20-%20Institui%20PIPA.pdf>
- Deliberação CIB/SUS/MG 1.403, de 19 de março de 2013 (2013). <https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Del%201403%20-%20CASPD%20-%20SERDI-%20Servi%C3%A7o%20especializado%20de%20reabilita%C3%A7%C3%A3o%20oem%20Deficiencia%20Intellectual.pdf>
- Drucker, P. F. (1994). *Administração em organizações sem fins lucrativos: Princípios e práticas* (N. Montingelli Jr., Trad.). Pioneira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Durand, D. (1992). *A sistêmica* (J. L. G. Matos, Trad.). Dinalivro. (Trabalho original publicado em 1979)
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020, 3 de novembro). *Censo escolar 2020*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas* (H. Monteiro & F. Settineri, Trans.). Artmed; Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1997)
- Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (2014). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm
- Robalo, A. (1995). Eficácia e eficiência organizacionais. *Revista Portuguesa de Gestão*, (3), 105–116. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1383/5/robalo_RPG_1995.pdf
- Rosnay, J. D. (1975). *Le macroscopie vers une vision globale*. Éditions du Seuil.
- Schalock, R. L., & Verdugo, M. A. (2007). El concepto de calidad de vida en los servicios y apoyos para personas con discapacidad intelectual. *Revista Española sobre Discapacidad Intelectual*, 38(224), 21–36.
- Secretaria Nacional de Assistência Social. (s.d.). *Censo SUAS 2020*. Retirado a 6 de julho de 2021 de <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>

Steinberg, R., & Powell, W. W. (2006). Introduction. In W. Powell & R. Steinberg (Eds.), *Nonprofit sector: A research handbook* (2.ª ed., pp. 1–9). Yale University.

Tenório, F. G. (2009). *Gestão de ONGs: Principais funções gerenciais* (11.ª ed.). Editora FGV.

Veiga, C. V., Saragoça, J., Fernandes, L. M., Silva, C. A., & Domingues, I. (2014). Teoria e metodologia. In C. V. Veiga & L. M. Fernandes (Eds.), *Inclusão profissional e qualidade de vida* (pp. 9–49). Edições Húmus.

NOTA BIOGRÁFICA

Sérgio Sampaio Bezerra é doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em estágio científico avançado de pós-doutoramento no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal. É superintendente do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6838-9679>

Email: sergio.sampaio11@hotmail.com

Morada: Rua Gonçalves Dias, 2299 Apt. 1604 CEP:30.140-092 Belo Horizonte, Brasil

Submetido: 02/06/2021 | Aceite: 22/09/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

TEMATIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA NA LITERATURA INFANTIL — OLHARES SOBRE AS PERSONAGENS

Renata Junqueira de Souza

Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil

Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis, Brasil

RESUMO

O presente estudo se propõe a problematizar a representação de personagens com deficiência física em obras de literatura infantil. A discussão é relevante visto que a temática vem se colocando em livros produzidos para a infância no Brasil, principalmente a partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Decreto nº 6.571, 2008). Embora a questão já aparecesse em algumas obras literárias em períodos anteriores, geralmente com uma abordagem estereotipada. As editoras de literatura infantil, diante de várias políticas e programas institucionais, acharam um filão no tema das necessidades especiais. Indubitavelmente, pressões sociais e políticas de inclusão interferem nas produções literárias e sua inserção também no contexto escolar. Neste sentido, analisar obras que não reforcem estereótipos ou remetam a deficiência como superação heroica, resignação e aceitação do destino, colocando as personagens em condições de subalternidade e/ou que inspirem piedade ou vontade divina, pode colaborar para a ampliação de olhares acerca do que é estigmatizado como deficiência e os limites e possibilidades do ser humano em diferentes condições e potencialidades. Comparar livros infantis que trazem esses dois aspectos — superação e aceitação do real versus resignação e superação heroica — pode ajudar leitores e crianças a compreender a deficiência dentro de uma normalidade e abrir boas perspectivas de discussão sobre a temática com esses leitores em formação.

PALAVRAS-CHAVE

deficiência física, literatura infantil, inclusão, compreensão textual

THEMATIZATION OF DISABILITY IN CHILDREN'S LITERATURE – PERSPECTIVES ON THE CHARACTERS

ABSTRACT

This study aims to discuss characters with physical disabilities in children's literature. The discussion is relevant once the theme has been placed in books produced for children in Brazil, especially since 2008, with the National Policy for Special Education in the Inclusive Perspective (Decreto nº 6.571, 2008). Although the issue had already appeared in some literary works in earlier periods, usually with a stereotyped approach. Children's literature publishers, faced with various institutional policies and programs, found a lode in the topic of special needs. Undoubtedly, social and political pressures for inclusion interfere in literary productions and their insertion

in the school context. In this sense, analysing works that do not reinforce stereotypes or refer to disability as heroic overcoming, resignation and acceptance of fate, placing the characters in conditions of subordination and/or that inspire pity or divine will, can collaborate to broaden perspectives on what it is stigmatised as a disability as well as the limits and possibilities of the human being in different conditions and potential. Comparing children's books that bring these two aspects — overcoming and accepting the real versus resignation and heroic overcoming — may help readers and children to understand the disability as part of normality and open good perspectives for discussion on the subject with these readers under training.

KEYWORDS

physical disability, children's literature, inclusion, text comprehension

INTRODUÇÃO

Os conhecimentos com letramento literário são importantes para o desenvolvimento de crianças e jovens. Quando discorremos sobre experiências com textos literários, estamos evidenciando uma literatura que é arte e que, segundo Coelho (2000), é sinônimo de criatividade que representa o mundo, o humano, a vida, através da palavra. O contato da criança com textos literários pode beneficiar a sua compreensão do mundo, garantindo que a literatura reflita adequadamente a diversidade de suas experiências, bem como um sentimento de pertencer a um ambiente social e real.

Price et al. (2016) reforçam que atividades como a leitura de um texto literário infantil ajudam a construir o vocabulário, a linguagem oral e habilidades de comunicação do leitor. Nessa perspectiva, Sonnenschein e Munsterman (2002) afirmam que a leitura impacta não só o letramento e a aquisição vocabular, mas também apoia outras áreas de desenvolvimento, como o pessoal, social e emocional das crianças. Além disso, entendemos que a leitura de literatura infantil permite que as crianças aprendam coisas novas sobre o mundo, lembrem-se de eventos que elas já conhecem e relacionem suas experiências pessoais com fatos ou episódios compartilhados nos livros. Da mesma maneira, esses pequenos e jovens leitores podem aprender sobre relacionamentos e discutir sobre a diversidade e as diferenças.

Para que isso aconteça o mercado livreiro está abarrotado de livros, com diversas materialidades, gêneros e temáticas que seduzem crianças e jovens.

Com relação à materialidade, alguns livros são ricos nas capas e nos paratextos, que mostram ao leitor pequenos segredos da obra, garantindo a interação do leitor. Souza e Bortolanza (2012) defendem que o livro “cumprir sua função humanizadora insubstituível e indispensável para o desenvolvimento integral de sua personalidade” (p. 69), referindo-se à personalidade do leitor mirim.

Uma outra questão que pode atrair à leitura é a diversidade textual que podemos encontrar nas estantes de livrarias e bibliotecas escolares e públicas. Os textos e os discursos podem ser percebidos a partir dos usos e das funções que adquirem nas situações comunicativas. Segundo Machado (2014), a literatura infantil contemporânea

inspirou-se em variadas fontes da tradição literária, incluindo as orais e, por isso, a importância de identificá-las.

Por ser literatura infantil o adjetivo que especifica o seu endereçamento, por muito tempo ela foi tomada como um “gênero”, o que, de certa forma, ocultava a heterogeneidade de gêneros que a constituía. (...) textos que nomeamos como “literatura infantil” possui uma gama variada de gêneros literários que confirma essa heterogeneidade: fábulas, poemas, contos, lendas, entre outros. (Machado, 2014, s.p.)

As abordagens na literatura para crianças e jovens são variadas e depende muito da época em que os textos foram escritos, ou seja, há uma relação temática com a história política e social do país em que a obra foi lançada. No Brasil, por exemplo, os primeiros escritos para infância, fins do século XIX e início do século XX, tiveram como tema o ufanismo e a criança ideal — aquela comportada, quieta, educada. Depois disso, Monteiro Lobato (1882–1948) inseriu temáticas mais próximas da infância e colocou as personagens infantis no centro de seus textos.

Atualmente, encontramos livros infantis sobre qualquer assunto. Paiva (2008) cita a “realidade como aposta” do mercado editorial, ou seja, livros que retratam temas como a morte, o medo, a separação, as questões raciais, os sentimentos — assuntos considerados como temas delicados e polêmicos. Segundo a autora, textos que exploram esse eixo temático, aproveitam-se dos contextos e cenários do cotidiano infantil, possibilitando que as crianças se vejam na história ao associarem suas experiências ao enredo, utilizando, assim, seu conhecimento prévio, mas ainda ampliando as possibilidades de compreensão e significação de mundo, dos outros e de si mesmas.

Nesta mesma perspectiva teórica, Kirchof et al. (2013) notam que

no Brasil, desde meados da década de 1990, mas especialmente nos anos 2000, o crescimento do interesse por temas ligados às diferenças tornou-se perceptível no panorama social mais amplo, com reflexos também em uma gama considerável de produções endereçadas às crianças. (p. 1045)

Assim, a literatura infantil passa a tematizar diferenças raciais, étnicas, etárias, de deficiência, de orientação sexual, de conformação corporal, de gênero.

Neste artigo, abordaremos a deficiência física e a maneira como personagens com deficiência são representadas em algumas obras destinadas às crianças.

INCLUSÃO E DEFICIÊNCIA — BREVE HISTÓRICO SOBRE OS MARCOS LEGAIS

Há na história de pessoas com deficiência um longo caminho para que a sociedade as respeitem e as insiram nos contextos sociais, educacionais, políticos. A inclusão é compreendida por Freire (2008) como um movimento educacional, mas também social e político, que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e

respeitados naquilo que os diferencia dos outros (p. 5). No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (Freire, 2008, p. 5).

Assim, o conceito defende a universalização dos direitos humanos, despontando como perspectiva norteadora de políticas públicas. Aqui interessa-nos expor algumas ações internacionais voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência. Para tanto traçamos um pequeno histórico sobre os marcos legais a respeito da educação inclusiva.

No Brasil, a Constituição Federal estabelece a igualdade como direito:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da República Federativa do Brasil art. 205)

De entre seus princípios educacionais, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola está explicitado no Artigo 206.º, Inciso I (Constituição da República Federativa do Brasil art. 206, §I). Já o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência é citado no Artigo 208.º, Inciso III, como obrigação do Estado e deve ser efetivado preferencialmente na rede regular de ensino (Constituição da República Federativa do Brasil art. 208, §III).

Em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 65, o Artigo 227.º recebeu nova redação, mantendo o combate à discriminação e a promoção da igualdade como um dever de todos. Nesse mesmo artigo, dentre seus preceitos, consta:

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Emenda Constitucional nº 65, 2010, Art. 227, §II)

Internacionalmente também houve movimentos de combate à exclusão social e aos altos índices de analfabetismo. Nessa direção, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foram realizadas conferências e convenções a partir das quais foram publicados importantes documentos.

No Brasil, pautada na Constituição Federal e nas declarações internacionais, foi publicada a Portaria do Ministério da Educação nº 1.793, que recomendava, em seu Artigo 1.º, a “inclusão da disciplina ‘Aspectos ético-políticoeducacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais’, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas” (Portaria nº 1.793, 1994). É importante ressaltar que a maior parte dos mencionados cursos não atendeu a essa recomendação por motivos variados que não serão tratados neste artigo.

Em dezembro de 1996, entrou em vigor a Lei nº 9.394 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata, no Capítulo V, especificamente sobre educação especial, entendendo-a como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Art. 58).

O Decreto nº 3.298 (1999) define “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (Art. 3º, §1). Isso impactou o âmbito escolar pois, pela força da lei, passou a obrigar os sistemas educacionais (públicos e privados) a receberem os alunos que buscassem a instituição para se matricular. Houve reação por parte dos profissionais que argumentavam não terem sido preparados para trabalhar com esse “novo” perfil de alunado. Além disso, a “inclusão” ocorreu sem prover a maior parte dos estabelecimentos com infraestrutura, equipamentos, acessibilidade e outras necessidades básicas para o acolhimento dos estudantes que requeriam/requerem atendimento especializado.

Em consonância com essa política, em 2001 foram publicadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica por meio da Resolução CNE/CEB nº 2 (2001). Aqui se afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas a organização para o atendimento dos que apresentarem necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade.

Assim, tem-se como princípio a valorização e o reconhecimento das potencialidades e diferenças da pessoa com deficiência, buscando na formação e orientação dos profissionais da educação apresentar caminhos para a inclusão, ainda que muito mais em termos legais do que na viabilização concreta das condições de acesso e permanência daqueles que necessitavam/necessitam de atendimento especializado e diferenciado.

Em 2008, foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva cujo objetivo era “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino” (Decreto nº 6.571, 2008, p. 14). Em julho, o Decreto Legislativo nº 186 (2008) aprovou o texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque (30/03/2007). O decreto apresenta a seguinte definição de discriminação:

discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas

de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável. (Decreto Legislativo nº 186, 2008, Art. 2)

De entre os pontos fundamentais contra o preconceito e toda e qualquer forma de discriminação, várias ações impactaram na produção de materiais voltados para esse segmento. Um exemplo pode ser verificado na pesquisa de Barros (2015), que analisou 150 livros infantis, editados nas décadas de 1970 até 2010 no Brasil, que retrataram a deficiência (Figura 1).

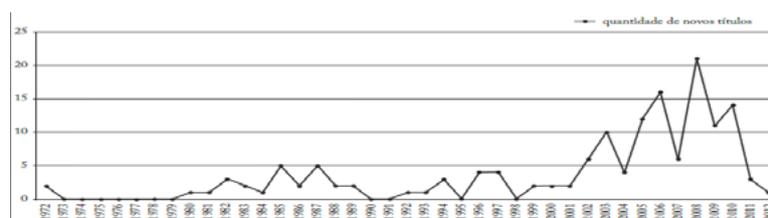


Figura 1 Livros infantis que tematizam a deficiência versus ano de lançamento da primeira edição

Fonte. De “Quarenta Anos Retratando a Deficiência: Enquadres e Enfoques da Literatura Infantojuvenil Brasileira”, de A. S. Barros, 2015, *Revista Brasileira de Educação*, 20(60), p. 171 (<https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206009>). CC BY-NC.

O gráfico corrobora o argumento de que, apesar de algumas sinalizações anteriores, é notadamente a partir de 2003, com o estabelecimento de políticas sociais e econômicas, que verificamos ações afirmativas e inclusivas em maior número. O impacto na produção editorial é um exemplo disso. Uma possível justificativa para o decréscimo a partir de 2008 é a sinalização do Ministério da Educação na interrupção de compras de livros para as escolas públicas brasileiras, o que de fato acontece a partir de 2013.

Diante do exposto, em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), nele há 20 metas e estratégias, voltadas especificamente para a educação especial:

universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Lei nº 13.005, 2014, p. 55)

Em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (estatuto da pessoa com deficiência; Lei nº 13.146, 2015), que toma como base, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade.

Ao longo do período que apresentamos como recorte temporal (1988–2018) é possível constatar mudanças na legislação e o aumento na publicação de leis, planos e

ações voltados para a educação inclusiva. É necessário reafirmar que as declarações e relatórios internacionais foram e são importantes no processo de fortalecimento, com vista à garantia dos direitos das pessoas com deficiências e no combate ao preconceito e à discriminação.

Esses mesmos direitos devem ser expressos em livros literários destinados às crianças, se partirmos do pressuposto de que a literatura forma o sujeito para respeitar as diferenças e compreendê-las. Dessa maneira, é importante verificarmos como tais personagens são representadas na literatura para crianças e jovens.

AS PERSONAGENS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E A LITERATURA INFANTIL

Já afirmamos que a literatura infantil pode ajudar no desenvolvimento do leitor. De acordo com Price et al. (2016), ela pode fornecer um contexto para entender as normas e comportamentos sociais, auxiliar as crianças a aprenderem como se adaptar à sociedade e facilitar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além disso, as crianças podem obter informações de textos, aprenderem a relacionar palavras e imagens e também compreenderem sobre perspectivas que podem diferir das suas próprias (Sipe, 2012). É importante notar que a literatura é um modo central através do qual as crianças “veem o mundo” (Flynn, 2001). Os livros infantis são um meio poderoso para promover a identidade das crianças e a compreensão das várias culturas, e essa mesma literatura pode levar seus leitores à compreensão e à aceitação de indivíduos que são diferentes (Adomat, 2014). Os temas sensíveis ou polêmicos em livros de literatura infantil têm tomado boa parte de pesquisas acadêmicas em vários países. Discussões sobre a representação do gênero, o tamanho do corpo, os indivíduos de diversas culturas e comunidades linguísticas e os sujeitos com deficiência são recorrentes em livros infantis (Price et al., 2016).

De acordo com os autores (Price et al., 2016), tais temas começam a ser inseridos na literatura infantil e analisados com mais ênfase a partir do século XXI. Embora as personagens com deficiência tenham protagonizado narrativas em vários países desde o século XIX, são poucos os estudos empíricos que se concentram em como são retratadas em livros infantis (Prater, 1999).

O estudo de Dowker (2013) analisa personagens com deficiência. Os resultados mostraram que frequentemente essas personagens são retratadas como limitadas em personalidade e sem profundidade. Segundo Price et al. (2016), “as representações de personagens com deficiência nestes livros de histórias eram em grande parte imprecisas. Por exemplo, protagonistas com deficiências foram muitas vezes retratadas como tendo recebido curas milagrosas” (p. 564). Estudos empíricos também examinaram como deficiências específicas são retratadas na literatura. Por exemplo, crianças com insuficiência intelectual foram apresentadas principalmente em papéis de apoio e não como personagens principais (Prater, 1999).

Estudos, especialmente ingleses, mostram que, a partir de 1990 e início de 2000, há uma tendência positiva na identificação das personagens com deficiência, pois elas aparecem em configurações mais inclusivas. Price et al. (2016) afirmam que “nesses

livros, as personagens com deficiência se envolvem em atividades típicas do dia a dia, incluindo interações positivas e significativas com seus pares e suas deficiências não são o foco da história” (p. 564). Pesquisadores (Dyches & Prater, 2005) descobriram que crianças com deficiência intelectual são muitas vezes retratadas em papéis de ajuda ou como “protetores” e suas deficiências não são realçadas.

No entanto, apesar de tais pesquisas mostrarem resultados que caminham para além dos estereótipos, com relação ao tema da deficiência física, ainda há escassez de livros infantis, sejam eles ingleses, norte-americanos, portugueses ou brasileiros, que retratem positivamente personagens com tais deficiências.

Diante do exposto, é importante ressaltarmos que no Brasil, constituíram-se, nos últimos anos, segundo Kirchof et al. (2013), “importantes núcleos de pesquisa sobre literatura infantil que colocam em discussão a temática das diferenças” (p. 1048). Um desses grupos — Núcleo de Estudos Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO) — coordenado por Rosa Maria Hessel Silveira tem recolhido livros infantis cuja temática é a diferença. A lista feita pelo NECCSO no período de 2013 e 2016 tem mais de 700 títulos que perpassam por temas como: surdos, gordos, cegos, cadeirantes, morte, gênero e sexualidade, velhos, entre outros.

Quando nos debruçamos sobre os textos que trazem cadeirantes e pessoas com deficiência física, encontramos nos títulos do NECCSO somente 29 obras, incluindo traduções vindas da Europa e da América do Norte. Esse baixo número somente reforça o que os pesquisadores afirmaram nas pesquisas até aqui expostas.

Para analisar os livros infantis, buscamos os critérios e as representações de deficiência a partir de uma discussão elaborada por um grupo de pesquisadores norte-americanos (Price et al., 2016) que observaram cada uma das obras como entidades específicas de qualidade dos retratos de deficiência expostos nos livros.

Quicke (1985) enfatiza a importância da representação da aparência física e os comportamentos das personagens, criando um tom geralmente otimista através de histórias que refletem o realismo (Dyches & Prater, 2005). Temas de caracterização, relações com outras personagens, o nível em que as personagens crescem e se transformam, e as características de boas práticas no campo da educação especial formaram a base para outras análises (Altieri, 2008; Dyches & Prater, 2005).

Escritos de Altieri (2008) e outros pesquisadores (Price et al., 2016; Quicke, 1985), declaram que ao selecionar um livro é importante questionar a terminologia usada nas descrições da deficiência e se a deficiência da personagem é rapidamente resolvida ou se é explicada como um desafio contínuo. Além disso, os investigadores sugerem verificar dinâmicas de poder nos relacionamentos entre as personagens e quem funciona como “herói” em cada história (Curwood, 2013).

Embora cada pesquisador apresente ideias específicas e se concentre em temas literários, podemos obter um consenso sobre o que separa um retrato positivo da deficiência de um que é desfavorável. Os textos que contêm estereótipos das representações de deficiência são designados como “inapropriados” (Beckett et al., 2010). De acordo com o modelo cultural de deficiência, os retratos negativos também podem enfatizar barreiras biológicas da deficiência.

De acordo com Beckett et al. (2010), as personagens com deficiência são geralmente vitimadas, dependentes ou sujeitos que carecem de piedade e, nesse sentido, o leitor crítico pode considerar os diversos perfis das personagens com deficiência. Elas também podem servir apenas como exemplos de perseverança. A tendência para as personagens atuarem como líderes, solucionadoras de problemas, modelos e heróis continuamente relega aqueles com deficiência como inferiores (Hughes, 2012).

Outra característica comum dos retratos negativos é que para as personagens com deficiência são concedidos atributos quase sobre-humanos, aparentemente em uma tentativa de compensar suas deficiências (Yenika-Agbaw, 2011). Vários profissionais também concordam que é inadequado para uma personagem com deficiência ser restaurada através de uma cura milagrosa (Dowker, 2013).

Além de listar os elementos da história que formam representações negativas de deficiência, os pesquisadores (Beckett et al., 2010) nomearam atributos que contribuem para caracterizações positivas. A qualidade mais comumente notada das personagens é a complexidade; é essencial que as personagens tenham a dignidade da profundidade e a liberdade de evoluir. Em retratos positivos, as personagens com deficiências são descritas como indivíduos com personalidades e interesses únicos (Hughes, 2012) e não são determinadas pela deficiência (Beckett et al., 2010). Investigadores insistem que os livros infantis sobre deficiência devem ser realistas para serem aceitáveis (Beckett et al., 2010).

Muitos pesquisadores também valorizam a qualidade e precisão das ilustrações, assim é essencial que as imagens das personagens com deficiência sejam livres de estereótipos e acompanhadas de descrições físicas positivas no texto (Wopperer, 2011). Personagens com deficiência devem desempenhar diversas funções, servindo como líderes, solucionadores de problemas, ajudantes e heróis (Dyches & Prater, 2005; Wopperer, 2011). Textos incluindo caracterizações positivas mostram personagens com deficiência independentes, fazendo escolhas e demonstrando autodeterminação. As histórias devem retratar a apropriada inclusão desses sujeitos na sociedade; eles precisam receber todos os direitos de cidadãos e encontrar atitudes de aceitação das outras personagens e da comunidade.

Considerando o propósito deste artigo — apresentar algumas personagens com deficiência, verificando como essas são retratadas — evidenciaremos a seguir alguns critérios que nos ajudaram a montar um quadro com diretrizes para as análises (Tabela 1).

CRITÉRIOS	DEFINIÇÕES
Estereótipo	Identificação se há estereótipos sobre personagens com deficiência nas ilustrações e narrativas
Tipo de ação da personagem	Verificação se as personagens com deficiência são apresentadas em papéis de liderança e ação dentro das ilustrações e narrativa, se são representadas como “praticantes” ou como “observadores”
Aceitação pelo comportamento individual	Observação se os livros apresentam personagens com deficiência que são aceites por seu comportamento individual

Resolução do problema	Identificação se as personagens com deficiência estão envolvidas na resolução dos problemas e conflitos da narrativa
Possibilidades de contar a mesma história	Constatação se a mesma história poderia ser contada se as personagens da história não tivessem uma deficiência
Outras personagens como modelos positivos	Verificação sobre a presença de personagens com e sem deficiência que uma criança com deficiência pode identificar como um modelo positivo e construtivo

Tabela 1 Definições e critérios de análise

Fonte. Adaptação de Price et al., 2016

A DEFICIÊNCIA E SUAS REPRESENTAÇÕES

Quando puxamos pela memória de uma personagem da literatura infantil brasileira que foi apresentada como tendo deficiência física, imediatamente nos vem *O Patinho Aleijado* (Pimentel, 1952), uma compilação e adaptação de Figueiredo Pimentel para o conto de Andersen *O Patinho Feio*. Há nesse *abrasileiramento* do conto dinamarquês uma linguagem rebuscada, que se distancia do leitor real e que demonstra claras intenções de nacionalização do acervo europeu (Zilberman & Lajolo, 1993).

O conto narra a história de uma velha pata que chocava alguns ovos, depois que os patinhos nasceram, “só faltava o ovo grande que, no entanto, nem sinal dava de estar picado” (Pimentel, 1952, como citado em Zilberman & Lajolo, 1993, p. 25). Embora as comadres patas *asseveraram* que aquele ovo deveria ser de um outro bicho e que esse nascendo e crescendo poderia comer os patinhos, a mamãe pata não abandonou o ninho.

Sete dias depois de sair o último patinho, a velha pata viu o ovo grande picado, e apareceu um bicho, parecido com pato, é verdade, mas todo torto, escuro e aleijado.

Depressa a pata se arrependeu de ter chocado um bicho tão feio. Mas, como era boa, e não querendo dar o braço a torcer, mostrando-se aborrecida de ter na sua ninhada um pato desgracioso, repugnante, nada falou as comadres. (Pimentel, 1952, como citado em Zilberman & Lajolo, 1993, p. 26)

Além da deficiência física do patinho, o texto evidencia em seu desfecho que ele, desde seu nascimento, sofreu com as “caçoadas, remoques, debiques, vaias dadas por todo plumitivo bando” (Pimentel, 1952, como citado em Zilberman & Lajolo, 1993, p. 26). Poderíamos afirmar que, já em 1896, a personagem sofre bullying. Neste conto, a deficiência física é tratada de maneira preconceituosa, até pela pata mãe, que por conta da rejeição de seu filho pela comunidade de patos, “começou a odiar o aleijado” (p. 26).

A personagem “aleijada”, no entanto, não tem os mesmos atributos d’*O Patinho Feio*, de Andersen, mas Pimentel encerra a narrativa destacando uma qualidade da personagem: nadava melhor que todos os outros. Ou seja, embora se destacasse por nadar

bem, provavelmente vivia sozinho, pois não era aceite pelo bando que o rechaçava. Há ainda sinais de preconceito quando o autor atribui ao patinho a cor “escura” e a característica “torto”.

Assim, concordamos com Dowker (2013) ao afirmar que “o modo como a deficiência era representada na ficção do século XIX é bastante complexo. Algumas personagens são retratadas de forma plana, como vilões ou mais frequentemente, como sujeitos dignos de pena” (p. 1054). E esse é o caso de *O Patinho Aleijado* (Pimentel, 1952).

A pergunta que fazemos a seguir é se a representação das personagens no século XXI mudou. Como as personagens com deficiências físicas são retratadas na literatura infantil brasileira da contemporaneidade?

Para tanto, analisaremos seis livros, sendo que cinco deles estão na lista do NECCSO e somente um não faz parte dessa lista. No entanto, todos, independentemente de sua qualidade estética, foram encontrados em uma biblioteca infantil escolar. As obras foram selecionadas cumprindo apenas um parâmetro: ter sua primeira edição a partir de 2000, ou seja, ter sido produzida e editada no século XXI (Tabela 2).

TÍTULO	AUTOR(A)	ILUSTRADOR(A)	EDITORA	ANO
<i>Conquista Futebol Clube</i>	Telma Guimarães Castro Andrade	Fê	Editora do Brasil	2006
<i>O Giro da Bailarina</i>	Keyla Ferrari Lopes	Dimaz Restivo	Paulinas	2008
<i>Caminhando com Paulo</i>	Sharlene Serra	Ricardo Pontes	Não consta	2010
<i>O Grande Dia</i>	Patrícia Secco	Daniel Kondo	Melhoramentos	2011
<i>Igual e Diferente</i>	Arlene Holanda	Arlene Holanda	Expressão Gráfica e Editora	2011
<i>Meu Irmão Não Anda, mas Sabe Voar</i>	Angel Barcelos	Manoel Veiga	Gutenberg	2013

Tabela 2 Livros analisados

Desses livros infantis, o único título que desempenha uma função pedagógica explícita é *Caminhando com Paulo* (2010), pois a personagem cadeirante é o mote de um material que ensina sobre acessibilidade. No livro, um narrador em terceira pessoa evidencia vários problemas enfrentados por Paulo, enquanto cadeirante: calçadas sem rampas, locais com escadarias, carros estacionados em vagas para pessoas com deficiência, portas estreitas em cinemas, banheiros sem barras de apoio, entre outros.

Neste sentido, há um descompasso entre o texto verbal e o visual, pois as ilustrações só repetem aquilo que o texto diz. Por exemplo:

eu me indignei com a situação de Paulo e de outras com mobilidade reduzida. No dia seguinte, chamei um grupo de amigos. Juntos organizamos

uma mobilização. Cartazes, faixas e discursos. Queremos chamar a atenção para a questão de acessibilidade de nossa cidade.

As imagens em página dupla mostram três cadeirantes à frente, um deles é Paulo, e várias pessoas segurando cartazes e faixas, com expressões faciais de raiva e revolta.

A narrativa termina com Paulo feliz, comemorando com amigos, pois a acessibilidade melhorou em sua cidade. E, nas palavras de Paulo, agora sujeito do discurso: “isso prova que unidos podemos conseguir mudanças e evitar qualquer tipo de discriminação”. O livro possui ainda duas páginas com atividades sobre acessibilidade para leitores comprovarem o que aprenderam: “caminhando com Paulo – atividade para o aluno” e alguns artigos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são apresentados nas últimas duas páginas dessa obra.

Percebemos a função de Paulo, apenas como uma personagem utilizada para divulgar os problemas do dia a dia de pessoas com deficiências físicas, que moram em cidades sem planejamento para eles. Paulo não é protagonista, a terceira voz da narrativa, um narrador mal elaborado, pois o leitor não sabe quem ele é, mas percebe que ele se apieda do cadeirante e resolve ajudá-lo. Há, portanto, uma função explícita em mostrar problemas de acessibilidade e uma tentativa de conscientizar o leitor para ter noção desses problemas.

Com relação aos critérios elencados na Tabela 1, poderíamos dizer que Paulo é uma personagem estereotipada, contudo, não desempenha um papel de liderança e nem é ele quem resolve o problema de acessibilidade da cidade onde mora; julgamos, ainda, que a história não poderia ser narrada se a personagem não fosse portadora de deficiência física. Embora Paulo seja um coadjuvante, são seus problemas com acessibilidade, que fazem o livro *Caminhando com Paulo* possível.

Em *Igual e Diferente* (2011), com ilustrações e texto de Arlene Holanda, a personagem cadeirante é coadjuvante de uma prosa poética em que se apresentam várias crianças com diferenças. Tais diferenças não são evidenciadas nas páginas iniciais do livro pelo texto verbal, mas sim pelo visual, pois a primeira menina é morena (pp. 2–3) e a segunda é negra (pp. 4–5). Podemos afirmar que o contexto de visibilidade das diferenças nessa obra infantil é marcado pelas ilustrações, que apresentam traços de nacionalidade, etnia, raça e também diversas deficiências: surdez, física e mudez. Essas afirmações somente são expressas no texto verbal a partir da página 8, ou seja, exatamente na metade do livro.

Clara tem pele pretinha/ E cabelo enroladinho/ Diego tem pele clara/ E cabelo bem lisinho/ Todo mundo tem beleza/ Cada qual do seu jeitinho. Tati precisa de ajuda/ Para poder caminhar/ João tem dificuldade/ Pra falar e escutar/ Todos gostam de carinho/ De beijar, de abraçar. (pp. 8–11)

A obra distingue-se de *Caminhando com Paulo* por trazer somente nas últimas páginas a moralidade de forma explícita: “todo mundo tem direito/ à saúde e proteção/ pra poder crescer saudável/ sem qualquer complicação/ e é bom que todo adulto/ não

esqueça essa lição!” (pp. 14–15). Há, portanto, uma mensagem que pretende alertar adultos para os direitos às diferenças. A maneira como Arlene Holanda faz isso em *Igual e Diferente* é, nas palavras de Kirchof et al. (2013), com um

viés “politicamente correto” [que] invadiu grande parte dos livros para crianças, sobretudo nos últimos anos, sendo as narrativas literárias tomadas como veículo para circulação de informações, para o estabelecimento de regras morais e de receituários de como agir em relação a esta ou aquela diferença. (p. 1048)

Não podemos afirmar que esses dois livros são de literatura infantil, pois embora essa apresente modalidades de processos verbais e visuais, as obras analisadas até aqui não oferecem ao leitor infantil possibilidades amplas de dar sentido ao que lê, pois afinal as compreensões estão prontas (Cadermatori, 2006).

O Giro da Bailarina (2008) conta a experiência de Ana Carina, uma garota tetraplégica, com o balé. A narrativa é composta em primeira pessoa, a protagonista não é estereotipada e na obra não se evidencia um problema. Ana Carina descreve com alegria e um sentimento de superação a maneira que começou a dançar e como gosta de se apresentar no palco. “Olá, sou Ana Carina e tenho dez anos. Fiquei aqui para falar um pouquinho da emoção que estou sentindo. Sabem, eu acabei de sair do palco, fiz minha primeira apresentação de balé. Foi como um sonho” (pp. 1–2); “eu não imaginava que poderia fazer aqueles movimentos tão leves, que só as bailarinas fazem. Mesmo assim, fiquei muito feliz!” (p. 8).

No livro, as ilustrações dialogam com o texto escrito, ampliando suas possibilidades significativas, pois a menina, sutilmente, expõe suas limitações, mas não as explicita, o leitor é conduzido pela relação de Ana Carina com o balé até à página 15, quando a garota dança sentada em uma cadeira de rodas.

Por ser um texto descritivo na voz da protagonista, Ana Carina é representada como uma personagem “praticante”, pois é ela quem dança com a professora, o palhaço e suas amigas. Há também indícios que a personagem é aceita pelos outros por seu comportamento individual, o leitor verifica isso nas relações com a professora, “me senti como uma bailarina. Minha professora sorriu” (p. 5) e com as amigas “tenho outras amigas que, como eu, também giram sobre as rodas” (p. 20).

As personagens — Ana Carina, professora, amigas — são evidenciadas como modelos positivos e construtivos, a protagonista e as amigas, também cadeirantes, são felizes e superam as dificuldades e a professora aceita as diferenças.

Diante do exposto, perceberemos um sentido de equidade, segundo Cury (2005), princípio fundamental da inclusão, pois no texto verbal as personagens não são tratadas de maneira discriminatória e há uma clara aceitação das suas limitações enquanto cadeirantes.

Da mesma maneira em *O Grande Dia* (2011), de Patrícia Secco, não menciona Rodrigo como uma pessoa com deficiência física. O leitor compreenderá isso somente pelo texto visual na última página. A obra é narrada por Rodrigo, um menino de 12 anos, que conta a história de como se tornou técnico de futebol do time da escola.

A narrativa mostra a habilidade do protagonista com jogos e estratégias. Sem citar que ele é uma personagem com deficiência física, o leitor não consegue inferir sobre essa condição através do verbal: “e como eu não podia correr nem tinha com quem jogar xadrez, ia assistir o jogo de futebol”. Já as ilustrações de toda obra sempre colocam Rodrigo atrás de um pequeno quadrado que pode ser compreendido como o encosto de uma cadeira de rodas.

O protagonista nesse livro não é mostrado em uma situação de superação de sua deficiência, como é o caso de Ana Carina em *O Giro da Bailarina*, mas é sua percepção dos problemas do time de futebol que o leva ao cargo de técnico. O desenrolar da narrativa apresenta os acontecimentos de maneira sequencial, pois após Rodrigo assistir ao jogo no recreio da escola, ele relata ao time os problemas: “os meus amigos eram muito desorganizados pareciam 11 meninos jogando sozinhos – correndo atrás da bola, cada um por si! Jogo que era bom, nada! Ninguém passava a bola” e é incluído no grupo como técnico.

A personagem é valorizada por sua habilidade de observação e estratégia e é isso que coloca o time na final do campeonato de futebol, ou seja, a valorização do trabalho em equipe e o respeito pelas pessoas. O texto se encerra na voz de Rodrigo: “e como é maravilhoso saber que, mesmo sem poder correr atrás de uma bola, minha participação foi decisiva para estarmos disputando essa final!”. A imagem que acompanha o texto verbal é similar àquelas fotografias tiradas no início dos jogos, quando o time se une em duas fileiras e pausa para a fotografia oficial do clube. Assim, há três meninos abraçados em pé e na frente deles, dois agachados e Rodrigo ao meio, sentado em sua cadeira de rodas, segurando a bola de futebol.

Dessa maneira, a inclusão de Rodrigo ao grupo é diferente das histórias analisadas nos livros anteriores. Acreditamos que a personagem não apresenta um estereótipo, pois seu desempenho na narrativa representa liderança. Portanto, Rodrigo é uma personagem praticante, é ele quem resolve o problema da narrativa, e é aceito pelo grupo por seu comportamento individual. É mostrado como modelo positivo, pois sua deficiência física não impede que a história seja contada. As ilustrações de Daniel Kondo desempenham um papel importantíssimo porque além de dialogar com o texto verbal, mobiliza o leitor para atribuição de sentidos que pode propiciar uma experiência de leitura autônoma.

A temática do futebol aparece novamente em *Conquista Futebol Clube* (2006), de Telma Guimarães. O livro possui 32 páginas e narra a história de Davi desde seu nascimento, quando o pediatra informa os pais que o menino nascera com uma má formação na coluna vertebral. Há na conversa inicial dos pais de Davi com o médico duas informações que movem a narrativa: a importância do estímulo para desempenhar todas as atividades; e a busca de meios para realizar várias tarefas.

A relação de Davi com os pais e o irmão mais velho, Felipe, é evidenciada pela convivência, pela busca de solução de pequenos impasses, como uma pia no banheiro da altura do menino. É na escola que problemas maiores serão apresentados: dificuldade em fazer a matrícula na mesma escola do irmão, pelo fato da instituição escolar não

ter nenhum estudante com deficiência física; problemas de acessibilidade e, por fim, de aceitação da deficiência pelas outras crianças da sala de aula.

O grande conflito de Davi, na narrativa em terceira pessoa, é o fato de ele não poder jogar futebol nas aulas de educação física. Para resolver a questão, ele começa, às escondidas da família, a construir uma perna de madeira com um tênis na ponta, que lhe permite chutar a bola. Para testar sua engenhoca precisa de um time de futebol e é nesse momento que Davi observa outros colegas e percebe que eles também não participam da aula, um por ser obeso, outro por usar óculos, e por aí adiante. O time do menino é formado por várias crianças que de uma maneira ou de outra se sentiam excluídas, fosse por alguma diferença ou pelo bullying.

Davi, então, monta seu time — Conquista Futebol Clube — e as crianças começam a treinar aos sábados. Felipe, seu irmão, desempenha o papel de árbitro e a equipe chama atenção da diretora e dos outros alunos da escola. Como desfecho, a gestão escolar prepara a escola com rampas, banheiros acessíveis e aceita outros alunos com deficiência; as crianças do time são reconhecidas pelos outros alunos da escola, que passam a querer jogar futebol com eles.

Em *Conquista Futebol Clube*, o texto visual acompanha o texto verbal, repetindo os acontecimentos da narrativa em imagens. Como, por exemplo, no episódio que Davi vai conversar com a moça da cantina e sugere a ela que coloque uma placa com as comidas do dia, pois ele não conseguia enxergar o balcão. A ilustração disposta do lado direito da página ocupa metade do espaço em vertical e o leitor pode ver uma lanchonete muito alta, com a moça no balcão e Davi de cabeça e braços erguidos, não enxergando o interior da cantina.

O protagonista e sua família não são identificados como estereotipados, no entanto, as personagens que vão aparecendo e formando o time sim. Mathias, o menino obeso, é tratado por “Rolha”; João, o menino de óculos, conhecido como “Zoió”; Robervaldo e Giovaneusa eram excluídos por conta de seus nomes estranhos. Os recursos linguísticos utilizados para retratar essas características das personagens não fogem de estereótipos saturados, no entanto, alguns leitores poderão se identificar com esses problemas de bullying, tão comuns nas escolas.

Davi desempenha um papel de liderança e, por aceitar sua condição física e buscar formas para jogar futebol, realizando assim um desejo, é aceite pelo grupo, dessa maneira, não haveria a possibilidade de contar essa história sem evidenciar a deficiência do garoto. Portanto, outras crianças com deficiências poderão se perceber em Davi, que é mostrado como modelo positivo e construtivo de personagem.

Neste sentido, as características encontradas em *O Grande Dia* e *Conquista Futebol Clube* divergem das afirmações feitas por Price et al. (2016) que, em pesquisa exploratória com 102 livros infantis norte-americanos, afirmam que as personagens com deficiência muitas vezes não tinham papéis ativos na resolução de problemas e nem havia um claro equilíbrio entre as funções desempenhadas pelas personagens com ou sem deficiência.

O último livro *Meu Irmão Não Anda, mas Sabe Voar!*, cuja narrativa em primeira pessoa, conta a história de uma menina que um dia pediu um irmãozinho para sua mãe por se sentir muito só.

Então, no meu aniversário de sete anos, ganhei o melhor presente do mundo: mamãe falou que logo meu irmãozinho ia chegar. Achei muito estranho, porque a barriga dela nem tinha crescido! Como, então, o meu irmãozinho ia chegar? Foi mais estranho ainda quando ele chegou. Não era um bebê, não era pequeno, era maior do que eu! E não podia andar! (pp. 9–15)

A temática dessa obra discorre sobre a amizade entre a menina, que não tem nome, e João, seu irmão, perpassando por temas secundários como a adoção e a deficiência física. A narradora justifica o fato de o irmão não poder andar, dizendo: “mas descobri que pode voar!” (p. 16). Esse voo tem dois significados: o primeiro, atribuído à velocidade que ele pode dar à sua cadeira de rodas; e o segundo, um voo imaginário, descrito pela menina como: “ele diz que é nessa hora que vai mais longe” (p. 18). O texto verbal permite inferências sobre esse momento ser aquele em que João se imagina sem a deficiência física. No entanto, há uma quebra de expectativa na página seguinte quando a “viagem” leva os irmãos para mundos imaginários, com fadas, duendes e animais que falam.

Poderíamos dizer que, embora essa magia permaneça no “sonho” do garoto com deficiência, há na representação dessa personagem uma retomada ao século XIX quando, segundo Dowker (2013), “seus dons criativos, associados à sua sensibilidade emocional, recebe um destaque mais acentuado do que suas deficiências” (p. 1060).

João, o irmão da narradora em *Meu Irmão Não Anda, mas Sabe Voar!*, não é apresentado de forma estereotipada. Ele é uma personagem ativa, aceite por sua irmã, em uma narrativa que não evidencia um conflito, mas se utiliza do subterfúgio da imaginação criativa para aceitar suas limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi problematizar a representação de personagens com deficiência física em obras de literatura infantil. Trouxemos para a discussão, além de um referencial teórico, os livros analisados e a legislação vigente a respeito da educação inclusiva, também denominada como especial.

De acordo com o censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), o Brasil possui 45.606.048 pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, 23,90% da população. Esses brasileiros estão saindo da invisibilidade a que foram condenados por muitos anos e, juntamente com familiares, professores, pesquisadores, escritores e outras pessoas comprometidas com a causa, estão lutando para que não apenas sejam vistos e reconhecidos como pessoas de direito, como também estão em luta contra estereótipos, estigmatizações e toda forma de preconceito.

Assim, a temática da educação inclusiva e dos direitos das pessoas com deficiência tem recebido destaque em pesquisas, legislações e na produção de livros para a infância

- Coelho, N. N. (2000). *Literatura infantil: Teoria, análise, didática*. Moderna.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. art. 205.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. art. 208, §III.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. art. 206, §I.
- Curwood, J. S. (2013). Redefining normal: A critical analysis of (dis)ability in young adult literature. *Children's Literature in Education: An International Quarterly*, 44(1), 15–28. <https://doi.org/10.1007/s10583-012-9177-0>
- Cury, C. R. J. (2005). *Os fora de série na escola*. Armazém do Ipê.
- Decreto Legislativo nº 186, de 2008 (2008). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm
- Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (2008). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm
- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (1999). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm
- Dowker, A. (2013). A representação da deficiência em livros infantis: Séculos XIX e XX. *Educação & Realidade*, 38(4), 1053–1068.
- Dyches, T. T., & Prater, M. A. (2005). Characterization of developmental disabilities in children's fiction. *Education and Training in Developmental Disabilities*, 40(3), 202–216.
- Emenda Constitucional nº 65, de 13 de Julho de 2010 (2010). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm
- Flynn, K. S. (2001). Developing children's oral language skills through dialogic reading: Guidelines for implementation. *Teaching Exceptional Children*, 44(2), 8–16. <https://doi.org/10.1177/004005991104400201>
- Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão. *Revista da Educação*, 16(1), 5–20. <http://hdl.handle.net/10451/5299>
- Hughes, C. (2012). Seeing blindness in children's picturebooks. *Journal of Literary & Cultural Disability Studies*, 6(1), 35–51.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Censo brasileiro de 2010*. IBGE
- Kirchof, E. R., Bonin, I. T., & Silveira, R. M. H. (2013). Apresentação – Literatura infantil e diferenças. *Educação & Realidade*, 38(4), 1045–1052. <https://doi.org/10.1590/S2175-62362013000400002>
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (2014). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

- Machado, M. Z. V. (2014). Gêneros literários para crianças. In I. C. Frade, M. G. C. Val, & M. Bregunci (Eds.), *Glossário Ceale de termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. CEALE; Faculdade de Educação da UFMG.
- Paiva A. (2008). A produção literária para crianças: Onipresença e ausência das temáticas. In A. Paiva, & M. Soares (Eds.), *Literatura infantil: Políticas e concepções* (pp. 35–52). Autêntica.
- Pimentel, F. (1952). *Histórias da avozinha*. Livraria Quaresma.
- Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994 (1994). <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>
- Prater, M. A. (1999). Characterization of mental retardation in children's and adolescent literature. *Education and Training in Mental Retardation and Developmental Disabilities*, 34(4), 418–431.
- Price, C. L., Ostrosky, M. M., & Mouzourou, C. (2016). Exploring representation of characters with disabilities in library books. *Early Childhood Education Journal*, 44(6), 563–572. <https://doi.org/10.1007/s10643-015-0740-3>
- Quicke, J. B. (1985). *Disability in modern children's fiction*. Croom Helm.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (2001). <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>
- Sipe, L. R. (2012). Revisiting the relationships between text and pictures. *Children's Literature in Education*, 43, 4–21. <https://doi.org/10.1007/s10583-011-9153-0>
- Sonnenschein, S., & Munsterman, K. (2002). The influence of homebased reading interactions on 5-year-olds' reading motivations and early literacy development. *Early Childhood Research Quarterly*, 17(3), 318–337. [https://doi.org/10.1016/S0885-2006\(02\)00167-9](https://doi.org/10.1016/S0885-2006(02)00167-9)
- Souza, R. J., & Bortolanza, A. M. E. (2012). Leitura e literatura para crianças de 6 meses a 5 anos: livros, poesias e outras ideias. In R. J. Souza, & E. A. Lima (Eds.), *Leitura e cidadania* (pp. 67–90). Mercado de Letras.
- Wopperer, E. (2011). Inclusive literature in the library and the classroom: The importance of young adult and children's books that portray characters with disabilities. *Knowledge Quest*, 39(3), 26–34.
- Yenika-Agbaw, V. S. (2011). Reading disability in children's literature: Hans Christian Andersen's tales. *Journal of Literary & Cultural Disability Studies*, 5(1), 91–107.
- Zilberman, R., & Lajolo, M. (1993). *Um Brasil para crianças – Para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos*. Global.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Renata Junqueira de Souza é livre-docente em metodologia e prática de ensino de língua portuguesa. É professora de língua portuguesa e literatura infantil no curso de pedagogia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Presidente Prudente. É docente do programa de pós-graduação em educação da UNESP e colaboradora do programa de pós-graduação em letras da Universidade Federal da Paraíba. Tem pós-doutorados na área de literatura e ensino, fundou na UNESP o Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil Maria Betty

Coelho Silva —, local onde coordena o grupo de pesquisa Formação de Professores e as Práticas Educativas em Leitura, Literatura e Avaliação do Texto Literário (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Tem investigações na área de educação e nos seguintes temas: leitura, formação de leitores, literatura infantil, literatura e formação de professores, estratégias de leitura.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2227-2544>

Email: renata.junqueira@unesp.br

Morada: Faculdade de Ciência e Tecnologia – Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil – Rua Roberto Simonsen, 305 - Centro Educacional Presidente Prudente - SP, 19060-900

Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues possui graduação em letras e em pedagogia, mestrado em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso e doutorado em educação: história, política, sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou seus estudos de pós-doutoramento na UNESP — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Câmpus de Presidente Prudente. É professora na Universidade Federal de Rondonópolis e trabalha nos cursos de pedagogia e mestrado em educação. Sílvia tem experiência na área de educação, com ênfase em ensino e aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, práticas e estratégias de leitura, literatura infantil e alfabetização. Ela é membro dos grupos de pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar e Formação de Professores e as Práticas Educativas em Leitura, Literatura e Avaliação do Texto Literário. Sílvia é filiada à Associação Brasileira de Alfabetização e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0109-4593>

Email: silvia.pilegi@ufr.edu.br

Morada: Universidade Federal de Rondonópolis – Programa de Pós-graduação em Educação Avenida dos Estudantes, 5055 - Cidade Universitária, Rondonópolis - MT, 78736-900

Submetido: 16/06/2021 | Aceite: 04/10/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

(RE)INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PERCEÇÕES DAS MEDIDAS CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO E CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO+ POR BENEFICIÁRIOS E PROMOTORES

Neuza Cardoso Borges

Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Paula Campos Pinto

Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

O Estado português reconhece à pessoa com deficiência o direito ao trabalho, de forma igualitária às demais pessoas. No entanto, muitos empregadores resistem ainda à ideia de contratar uma pessoa com deficiência. Neste sentido, a ação do Estado é determinante para a mudança de atitudes face à deficiência e para promover a contratação de pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho. Estas ações materializam-se através de políticas públicas. Este artigo reporta os resultados de um estudo de natureza exploratória e qualitativa sobre as medidas contrato emprego inserção e contrato emprego inserção+ (CEI/CEI+), realizado na região de Lisboa e Vale do Tejo, que analisou a percepção de três *stakeholders* — 16 beneficiários/as com deficiência, nove entidades promotoras das medidas e sete entidades promotoras de formação e emprego de pessoas com deficiência — com o objetivo de conhecer as suas perspetivas sobre os aspetos facilitadores e as limitações na aplicação destas medidas. Os resultados obtidos revelam que as medidas CEI/CEI+ apenas oferecem uma resposta temporária ao problema do desemprego das pessoas com deficiência, o que dificulta o acesso de forma sustentável a uma vida socioeconomicamente independente. Não obstante, os inquiridos não negam a importância destas medidas, considerando-as uma boa oportunidade para demonstrarem as suas competências profissionais e reforçar a autoestima e valorização pessoal. Os resultados obtidos com este estudo são discutidos à luz dos modelos de abordagem à deficiência e são formuladas algumas recomendações, com vista a potencializar os efeitos destas medidas.

PALAVRAS-CHAVE

peças com deficiência, políticas públicas, (re)inserção profissional, medidas CEI/CEI+

PROFESSIONAL (RE)INTEGRATION OF PERSONS WITH DISABILITIES: PERCEPTIONS OF THE CONTRACT EMPLOYMENT INSERTION/CONTRACT EMPLOYMENT INSERTION+ MEASURES BY BENEFICIARIES AND PROMOTERS

ABSTRACT

The Portuguese State recognises the right of persons with disabilities to employment on equal terms with non-disabled persons. Nonetheless, many employers still resist the idea of hiring someone with a disability. For this reason, the action of the State is determinant to change

attitudes towards disability and promote the hiring of persons with disabilities in the open labour market. These actions are materialised through public policies. This article reports the results of an exploratory and qualitative study on the measures known as contract employment insertion/contract employment insertion+ (CEI/CEI+), implemented in the region of Lisbon and the Tagus Valley. It examined the perception of three stakeholders — 16 male and female beneficiaries with disabilities, nine institutions promoting these measures, and seven non-profit organisations devoted to training and employment of persons with disabilities — to know their perspectives on the potentialities and limitations of these measures. The results reveal that the CEI/CEI+ measures only provide a temporary remedy to the problem of unemployment among persons with disabilities, which hinders their access to a socioeconomically independent life that is sustainable. Nonetheless, respondents do not deny the importance of these measures, viewing them as an excellent opportunity to showcase their professional skills and reinforce their self-esteem and self-worth. The data obtained in this study are discussed according to various models approaching disability. In the end, we formulate a few recommendations to maximise the effects of these measures.

KEYWORDS

persons with disabilities, public policy, professional (re)integration, CEI/CEI+ measures

INTRODUÇÃO

O acesso ao trabalho é um direito fundamental e todas as pessoas são, em teoria, iguais perante a lei, pelo que o exercício de uma atividade profissional deveria ser uma oportunidade igual para todos (Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006), contribuindo não só para a sobrevivência económica, mas também para que as pessoas se sintam felizes, realizadas e úteis (Associação Portuguesa de Deficientes, 2012; Simonelli & Camarotto, 2011; Vieira et al., 2015).

No entanto, as pessoas com deficiência ainda são olhadas como dependentes, incapacitadas e doentes (Vieira et al., 2015), constituindo um dos grupos social e economicamente mais excluídos na sociedade. A conceção negativa dominante sobre as pessoas com deficiência, que caracteriza o designado “modelo médico e individual”, estende-se também ao mundo do trabalho.

Assim, apesar da garantia e consagração de direitos, no acesso ao emprego muitas pessoas com deficiência enfrentam acrescidas dificuldades, não por causa das suas características físicas ou intelectuais, mas pela intersecção de numerosos fatores sociais que condicionam a sua empregabilidade, a saber: discriminação e falta de sensibilização por parte das entidades empregadoras; falta de condições de acessibilidade nos locais de trabalho; falta de conhecimento por partes das entidades empregadoras sobre o que é a deficiência e as necessidades específicas, mas também o que são as capacidades e competências das pessoas com deficiência; falta de incentivos e apoios eficazes; e falta de condições para que as pessoas com deficiência usufruam de forma eficaz da educação/formação a que têm direito, o que se reflete por vezes na desadequação das suas competências às necessidades do mercado de trabalho (Associação Portuguesa de Deficientes, 2012; Vieira et al., 2015).

Como outras políticas públicas, as medidas contrato emprego inserção e contrato emprego inserção+ (CEI/CEI+) foram criadas para responder a alguns destes desafios, mas tanto quanto se sabe, não foram ainda objeto de avaliação para aferir da sua adequação e eficácia. Neste estudo exploratório procurou-se perceber como são vistas as medidas CEI/CEI+ por beneficiários/as com deficiência e entidades promotoras. Contribuindo para as áreas de investigação das políticas públicas de (re)inserção profissional de pessoas com deficiência, o presente estudo tem assim como objetivo geral averiguar o funcionamento das medidas CEI/CEI+, através do olhar de quem delas beneficia e das entidades que as promovem no terreno. A partir dos dados recolhidos e analisados, procurou-se ainda refletir sobre o modo como a implementação destas medidas pode contribuir para perpetuar visões individualizadas e estigmatizadas da deficiência, ou em alternativa, com elas romper, acentuando a responsabilidade do Estado e da sociedade pela criação de condições que permitem a participação plena das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida social, incluindo a do trabalho e emprego.

Antes, porém, para enquadrar teoricamente as análises desenvolvidas, começamos por apresentar uma breve resenha dos modelos de abordagem à deficiência e das políticas públicas que, em Portugal, vêm procurando promover o emprego das pessoas com deficiência.

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA: DA CONCEPTUALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PROFISSIONAL

A deficiência existe em todas as classes sociais e em todo o mundo, porém, a discussão teórica sobre o tema é relativamente recente e complexa, marcada por várias abordagens na sua conceptualização (Organização das Nações Unidas, 1995; Pinto, 2012).

Recuando apenas ao período mais recente — a partir do século XX — importa destacar a predominância do modelo médico ou individual, que se foca essencialmente nas insuficiências ou limitações do corpo com deficiência e enfatiza a ideia de incapacidade/anormalidade das pessoas com deficiência (Fontes, 2009; Martins et al., 2012; Pinto, 2015). Este modelo promove um entendimento da deficiência que a restringe a um problema inerente ao indivíduo. As pessoas com deficiência são vistas como diferentes e inferiores em aptidões e capacidades, atribuindo-se a estas características a causa das dificuldades que enfrentam para uma plena participação social, ao mesmo tempo que se desresponsabiliza a sociedade pela criação das barreiras que na realidade impedem a inclusão de pessoas cujos corpos escapam à norma.

A partir da década de 70 do século XX, contudo, verificou-se um forte questionamento desta perspetiva, protagonizado inicialmente no Reino Unido pela Union of Physically Impaired Against Segregation, que denunciou os limites do modelo médico, e desenvolveu um novo olhar sobre a deficiência que veio a ser conhecido como o “modelo social da deficiência”. Esta nova conceção deslocou o problema da deficiência do indivíduo para a sociedade (Pinto, 2015), ao distinguir entre deficiência e incapacidade, a primeira reportando-se ao fenómeno socialmente constituído de exclusão das pessoas

com deficiência por parte da sociedade, e a segunda relativa aos aspetos individuais e biológicos de cada pessoa (Fontes, 2009).

A emergência do modelo social teve impacto nas vidas das pessoas com deficiência em duas vertentes: primeiro possibilitou a identificação de uma estratégia política com enfoque na redução de barreiras, considerando que, se as pessoas com deficiência, olhadas como diferentes pela sociedade, são impedidas de nela participar, então a prioridade deve ser a eliminação dessas barreiras à participação. A segunda vertente incidiu nas próprias pessoas com deficiência, substituindo a visão médica pela social, fazendo com que as pessoas fossem capazes de começar a pensar em si mesmas e tornarem-se capazes de se mobilizar, organizar e trabalhar por uma igualdade de cidadania com as demais pessoas sem deficiência (Shakespeare & Watson, 2002). Este modelo fez surgir uma nova consciência sobre os direitos das pessoas com deficiência, e a reivindicação de políticas públicas que assegurem esses mesmos direitos através da inclusão social, de políticas públicas transversais e da eliminação de barreiras (Fontes, 2009; Sousa, 2007). No entanto, não tardaram a surgir críticas que argumentam que a abordagem do modelo social, pela ênfase que coloca nos fatores sociais de exclusão, tende a negligenciar o impacto da incapacidade na vida das pessoas com deficiência.

Assim, mais recentemente, tem-se vindo a impor o modelo relacional ou biopsicossocial, que “contempl[a] a interação entre biologia e contexto social” (Pinto, 2015, p. 187). A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, considera pessoas com deficiência homens e mulheres que tenham algum tipo de incapacidade duradoura — de cariz físico, intelectual, sensorial, ou comportamental — que em interação com o meio impeça a sua participação plena na sociedade em condições de igualdade aos demais cidadãos (Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006). Foi esta também a conceção que vingou no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2006 pela assembleia geral da ONU, e que constitui hoje um documento de referência internacional para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas nesta área.

Em Portugal, a perspetiva biopsicossocial está também presente em alguma legislação vigente. Por exemplo, de acordo com o Art. 4.º, do Decreto-Lei n.º 290/2009 (2009) de 12 de outubro, o trabalhador com deficiência num contexto laboral é definido como:

aquele que apresenta limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, e de cuja interação com o meio envolvente resultem dificuldades continuadas, designadamente ao nível da obtenção, da manutenção e da progressão no emprego.

Ora, de acordo com normativos internacionais, designadamente a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e outros instrumentos emanados pela Organização Internacional do Trabalho, os trabalhadores com deficiência deveriam beneficiar de direitos específicos, como: reabilitação adequada, emprego útil e condições

remuneratórias iguais a qualquer outro trabalhador sem deficiência (Sequeira et al., 2006). No entanto, segundo Fontes (2009), a ideologia do modelo médico ainda prevalece na área do emprego, em que as políticas públicas se focam essencialmente no lado da oferta e não do lado da procura. A título de exemplo pode referir-se o forte investimento que persiste na criação e aplicação de subsídios para a integração de pessoas com deficiência em ambiente laboral, em vez de criar de raiz espaços laborais acessíveis a todos indivíduos, com ou sem deficiência. Por outro lado, os empregadores evidenciam atitudes discriminatórias, que se relacionam essencialmente com os seus receios perante uma realidade que lhes é desconhecida, onde sobressaem os estereótipos da deficiência associados a menor produtividade, o medo de que trabalhadores com deficiência se possam com maior frequência lesionar ou faltar ao trabalho devido a problemas de saúde relacionados com a sua deficiência ou, ainda, o temor de represálias por parte de clientes e colegas de trabalho (Andrade et al., 2017; Fernandes, 2007). Outros autores (Andrade et al., 2017) referem ainda a baixa escolaridade predominante nas pessoas com deficiência, o preconceito, a falta de informação, como aspetos que poderão dificultar a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

As medidas CEI/CEI+ procuram responder a alguns destes desafios, integrando o quadro mais vasto das políticas públicas que visam promover a qualificação e emprego das pessoas com deficiência em Portugal. Introduzidas em 2009, no decorrer da gestão do XVII Governo Constitucional, surgem com o objetivo de melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho de trabalhadores em situação especial de desemprego, nos quais se incluem as pessoas com deficiência. Regulamentadas pela Portaria n.º 128/2009 (2009), de 30 de janeiro, as medidas CEI/CEI+ são semelhantes entre si, mas também apresentam algumas diferenças. Assim, a medida CEI destina-se a pessoas desempregadas (com ou sem deficiência) que se encontram inscritas nos serviços de emprego e que sejam beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego. Por sua vez, a medida CEI+ destina-se a pessoas desempregadas (com ou sem deficiência) inscritas nos serviços de emprego e aos/às beneficiários/as do rendimento social de inserção. Os objetivos orientadores das medidas CEI/CEI+ são comuns e pautam-se essencialmente por:

- precaver e combater o desemprego;
- estimular e apoiar a criação de postos de trabalho;
- estimular a inserção profissional de pessoas com maiores dificuldades de integração no mercado de trabalho;
- promover a melhoria e a qualidade do emprego;
- fomentar a criação de emprego localizado em zonas economicamente desfavorecidas, reduzindo as disparidades regionais (Portaria n.º 34/2017, 2017).

Estas medidas permitem aos desempregados de longa duração exercer atividades socialmente úteis — o designado “trabalho socialmente necessário” — que consiste na realização de atividades/funções/tarefas temporárias em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (Portaria n.º 128/2009, 2009). Ressalva-se que estas medidas não são medidas de emprego e o seu objetivo central é manter ligadas ao mercado de

trabalho pessoas que estejam em situação de desemprego de longa duração. Assim, devem ser encaradas, e não como um substituto de emprego, mas apenas como uma forma de manter as pessoas ativas.

METODOLOGIA

A pesquisa de carácter exploratório em que se baseia este artigo foi realizada para a conclusão do mestrado em gestão e políticas públicas, realizado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. O estudo envolveu a realização de entrevistas presenciais semiestruturadas a 16 beneficiários/as de medidas CEI/CEI+: 10 do sexo masculino e seis do sexo feminino. Foram também entrevistados sete responsáveis de entidades promotoras de formação profissional e emprego para pessoas com deficiência e nove responsáveis de entidades promotoras de medidas CEI/CEI+ (duas entidades de serviços públicos centrais, duas entidades dos serviços públicos locais e cinco entidades de solidariedade social). As entrevistas decorreram de 4 de junho de 2018 a 28 de dezembro de 2018.

A região escolhida para a aplicação do inquérito por entrevista foi a região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo esta uma escolha por conveniência. A seleção das entidades promotoras de formação profissional e emprego para pessoas com deficiência resultou igualmente de uma escolha por conveniência.

Já no que diz respeito aos/às beneficiários/as com deficiência que integraram o estudo, os contactos foram obtidos através das entidades promotoras das medidas nas quais estas pessoas desenvolviam funções. A Tabela 1 sintetiza as características socio-demográficas desta amostra.

SEXO	IDADE	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	CARGOS PROFISSIONAL/FUNÇÃO
M	28	Secundário	Desenho gráfico
M	27	Secundário	Assistente administrativo
F	31	3.º Ciclo	Cozinha/limpezas
F	26	Secundário	Departamento de informática
M	28	3.º Ciclo	Assistente operacional (telefonista)
F	47	Licenciatura	Equipa de newsletter
M	31	2.º Ciclo	Assistente administrativo
M	22	3.º Ciclo	Assistente administrativo
M	33	Secundário	Assistente operacional (telefonista)
F	25	Secundário	Assistente administrativo
M	32	3.º Ciclo	Assistente operacional (telefonista)
F	48	Secundário	Assistente operacional (telefonista)
F	35	Secundário	Assistente operacional (telefonista)
M	40	3.º Ciclo	Assistente operacional (telefonista)
M	41	Licenciatura	Assistente operacional (telefonista)
M	50	3.º Ciclo	Assistente operacional (telefonista)

Tabela 1 Características sociodemográficas dos beneficiários/as entrevistados/as

O grupo apresenta uma maioria de elementos do sexo masculino, com uma média de idades de 34 anos e habilitações literárias em que prevalece o 3.º ciclo e ensino secundário.

Para análise dos dados foi atribuída aos diferentes grupos de *stakeholders* a seguinte codificação: BD — beneficiários/as com deficiência; EP — entidade promotora das medidas CEI/CEI+, isto é, que acolhe beneficiários/as; OSL — organização sem fins lucrativos que promove formação e emprego de pessoas com deficiência. A cada um/a dos inquiridos/as foi ainda atribuído um número que corresponde à ordem da entrevista, no respetivo grupo.

RESULTADOS

De seguida apresentam-se alguns dos resultados obtidos a partir da análise das entrevistas realizadas. As análises incidiram sobre as experiências com as medidas CEI/CEI+, de beneficiários, empregadores e entidades de formação/emprego de pessoas com deficiência, procurando aferir aspetos considerados positivos e limitações das medidas, bem como possíveis recomendações de melhoria.

ASPETOS POSITIVOS DAS MEDIDAS CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO/CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO+

Vários foram os pontos positivos assinalados nas medidas pelos três grupos entrevistados. O primeiro deles relaciona-se com o reconhecimento de que as medidas CEI/CEI+ ajudam as pessoas em situação de desemprego, podendo constituir uma oportunidade para os beneficiários/as demonstrarem as suas qualidades e competências profissionais. Os três grupos concordam ainda que a participação nestas medidas permite aos/às beneficiários/as ter contacto com o mundo laboral e deste modo criar ou manter hábitos de trabalho, combater situações de exclusão social e desemprego, sair de casa, aumentando a sua autoestima e responsabilidade e favorecendo a aquisição de novas experiências, o que faz destas medidas uma oportunidade de entrada ou reentrada no mercado de trabalho e de (re)qualificação e reaprendizagem: “uma coisa boa é retirar a pessoa de casa, a pessoa ganha autonomia, tem contacto com o mundo do trabalho, o mundo do trabalho começa a conhecer essa pessoa, essas são as maiores vantagens que a pessoa tem” (BD16).

Eu acho que são importantes estas medidas, basicamente nós enquanto entidade pública devemos acolher estas medidas (...) numa forma de os motivar e continuarem a ter contacto com o mundo do trabalho de forma a adquirir novas experiências, novas realidades (...) se calhar nestes projetos veem oportunidade de entrar no mundo do trabalho, muitos deles nunca trabalharam, não têm hábitos de trabalho, rotinas, horários e isto vai ajudá-los a criar essas rotinas, a cumprir esses horários, de forma a terem um contacto com o mundo do trabalho. (EP2)

Acho que há duas situações, que é a questão da qualificação ou da re-qualificação. A pessoa que já exerceu aquela profissão há muito tempo e esta Medida dá-lhe oportunidade quase aqui de uma reaprendizagem de alguns conhecimentos que já aprendeu, mas isso eu acho que é o bom desta Medida, permite à pessoa recuperar algumas competências laborais. (OSL3)

Ainda de acordo com a perceção dos três grupos entrevistados, as medidas CEI/CEI+ são consideradas uma alavanca que poderá permitir (em alguns casos) a futura integração/inserção profissional. Esta constitui a grande esperança dos/as beneficiários/as, que alimentam a expectativa de obterem um emprego permanente e assim alcançarem uma vida independente, uma vontade comum a todo o ser adulto.

Na opinião mais restrita das entidades promotoras e das entidades promotoras de formação profissional e emprego, estas medidas apresentam também vantagens financeiras diretas para as entidades que acolhem beneficiários/as uma vez que, através delas, as entidades captam recursos humanos, que apesar de permanecerem nessas entidades por períodos limitados, permitem reduzir encargos financeiros com pessoal. Para além desta questão financeira, é também apontada como grande vantagem o facto de as organizações disporem de um tempo que pode ir até 12 meses para avaliar se os beneficiários/as são bons/as trabalhadores/as no desempenho de uma determinada função/tarefa, tornando-se assim estas medidas uma ferramenta para filtrar e encontrar bons profissionais a custo reduzido: “as vantagens são completamente as financeiras e o poder de descobrir pessoas valiosas através de medidas que financeiramente têm muito pouco peso para a organização” (EP3).

Os CEI é um tempo de avaliação da pessoa, do ponto de vista de competências profissionais, que a contratação pública hoje em dia não nos dá esse tempo, e, portanto, os CEI para mim são muito importantes porque faço uma avaliação da pessoa e, portanto, é uma grande ajuda em dizer “ok, a pessoa tem boas competências para trabalhar, será uma boa profissional” ou não e, portanto, surgindo esta hipótese, o CEI pode ser mais rapidamente recrutável. (OSL7)

Por último, as entidades promotoras de formação profissional e emprego para pessoas com deficiência consideram que as medidas CEI/CEI+ são uma oportunidade para os/as formandos/as colocarem em prática o que aprenderam na formação, e de o fazer de forma remunerada.

LIMITAÇÕES DAS MEDIDAS CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO E CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO+

Apesar de reconhecerem estas vantagens, muitas foram também as limitações apontadas pelos/as beneficiários, entidades promotoras e entidades de formação profissional. Uma primeira limitação relaciona-se com o facto de o valor mensal auferido

no quadro destas medidas ser inferior ao salário mínimo nacional. Este foi o aspeto mais frequentemente indicado como negativo pelos três grupos de entrevistados, que consideraram o valor auferido insuficiente face às necessidades: “em termos de nível de vida para nós fazermos vida é pouco, porque nós queremos construir uma vida, ter uma casa, pronto sermos independentes, e com certos valores que recebemos não se consegue” (BD14),

eu aqui tenho um contrato base + subsídio de almoço + subsídio de transporte... isto tudo junto é menos que o salário mínimo nacional e eu sinto que não é justo... sinto-me feliz claro em trabalhar aqui, mas gostava de ganhar um pouco mais. (BD2)

Embora o objetivo das medidas CEI/CEI+ não seja suprir um posto de trabalho, em muitos casos é isso que acaba por acontecer. Muitas entidades promotoras, sobretudo do setor público, recorrem às medidas CEI/CEI+ porque necessitam de recursos humanos e não podem realizar contratações externas. Esta circunstância leva muitas entidades a renovações sucessivas de medidas CEI/CEI+ para suprir necessidades de recursos humanos que são permanentes, e não temporárias como as medidas sugerem: “o nosso problema aqui na administração pública é que nós só podemos ir, ou por mobilidade, ou quando abrir um concurso externo. Os concursos externos demoram imenso, entre as autorizações e tudo mais” (EP7).

Havia sempre estes jogos de prazos, no sentido de termina um, depois fazemos a candidatura a outro para regressar e quando terminar esse começamos a trabalhar na candidatura para outro e jogam com esses jogos de prazos para conseguir suprir os serviços mínimos. (...) A medida não está bem elaborada, é aquela resolução de curto-prazo, durante um ano temos esta solução e depois logo se vê e depois quando volta a haver outro CEI+ vai andado assim durante um ano, dois anos, três anos, quatro anos. (BD7)

Uma das entidades promotoras entrevistada (EP7) relatou mesmo que desejou contratar um beneficiário após este ter terminado uma medida CEI+. No entanto, uma vez que as medidas CEI/CEI+ apenas se destinam à realização de trabalho socialmente útil, a referida entidade, que pertencia ao setor público, teve grande dificuldade em argumentar que o trabalho que esse/a trabalhador/a exercia era afinal necessário:

foi um problema aqui dentro, como é que nós agora vamos dizer que ele está a fazer o “socialmente útil” mas que ele faz falta na Organização, pronto foi por aí que nós dissemos que era uma mais-valia e já tinha demonstrado competências nisto e naquilo, e que viria a ser integrado no [nome do departamento] a fazer o atendimento presencial, escrito às pessoas com deficiência, famílias, organizações, etc., mas não foi fácil mesmo pela questão das atividades socialmente úteis no próprio CEI+. (EP7)

Geram-se assim expectativas que quase sempre são defraudadas: para os/as beneficiários/as, que já encaram a participação num CEI/CEI+ como trabalho e de alguma

forma esperam ver transformado o seu CEI/CEI+ em contrato de trabalho mais duradouro, o que só muito raramente acontece; e para as entidades promotoras que durante 12 meses conseguem suprir necessidades permanentes de trabalho, mas no final desse período vêm esses trabalhadores partir e se vêm de novo confrontadas com necessidades de recursos humanos.

Uma outra limitação muito mencionada nos depoimentos recolhidos por parte de entidades promotoras e de formação profissional está relacionada com o excesso de burocracia que envolve a candidatura e funcionamento destas medidas, sendo este considerado um dos principais entraves ao sucesso das mesmas: “o CEI é uma medida a que muitas vezes nós não apelamos porque também é muito burocrática e às vezes demora imenso tempo na tomada de decisão” (OSL7).

O IEFP, I. P. [Instituto do Emprego e Formação Profissional], é a entidade financiadora, mas temos que ser nós a procurar a informação. Contudo, poderia ser um bocadinho mais facilitado, uma espécie de manual de procedimentos que seria enviado a todas as entidades (...) a informação da internet é o grande suporte logicamente neste momento, mas há tanta informação (...) e algo tão minucioso (...) repare, por vezes lemos toda esta informação e parece que o Ponto 2 anula o Ponto 3, o 3 anula o 1 (...) quer dizer é um pouco complicado. (OSL4)

Os/as beneficiários/as relatam muitas situações de tentativa de esclarecimento sem sucesso, excesso de procedimentos e desarticulação de informação quando interagem com diferentes técnicos do IEFP, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

cheguei a contactar uma vez porque tinha a dúvida de saber quantos CEI+ poderia fazer na mesma instituição e foi-me dada uma resposta ridícula que nem sequer voltei a tentar ligar, a resposta que me foi dada, foi: “depende de quem analisa” e eu perguntei, “mas existe uma lei e o que é que está nessa lei?” e a resposta foi: “Ah pois, isso é muito vago, depende de quem analisa”. E pronto! Não sei se apanhei alguém que tinha desconhecimento ou alguém que não me quis dar essa informação, mas eu na altura queria essa informação e não a tive, não fiquei esclarecido. (BD7)

Mandei alguns e-mails, aos quais na altura não obtive resposta em tempo útil, e, portanto, o mais que pude foi, quando chegou o tempo, ir falar com quem de direito e dizer: “estão aqui os e-mails que mandei, os contactos que fiz, etc., e as respostas que não obtive e, portanto, se quisermos voltar a tentar este tipo de projeto temos que voltar a delinear as coisas com mais tempo e com mais persistência”. (BD10)

Já tentei contactar e a experiência foi tão traumatizante... o tratamento foi mesmo deplorável, horrível, do tipo chegaram-me a dizer “desculpe, o que

é que veio aqui fazer, eu não tenho nada para si, vá para casa” e eu disse: “deixe estar que eu vou procurar por mim, já que consigo não posso contar”. Se eu contactei o centro de emprego duas vezes foi muito e como essas duas vezes foram tão, digamos que desmotivantes, humilhantes. (BD15)

Para além da burocracia, apontam-se lacunas aos serviços do IEFP — ao nível das plataformas informáticas, das linhas de apoio e dos contactos por correio eletrónico que atrasam a obtenção de respostas em tempo útil. Foi também recorrentemente mencionada pelos beneficiários a falta de fiscalização por parte dos serviços do IEFP, que é apontada como uma outra desvantagem, já que muitas entidades não respeitam a legislação que regula as medidas, especificamente no que diz respeito à realização de “trabalho socialmente útil” e não à ocupação de um posto de trabalho.

Embora esteja discriminado no contrato que as medidas CEI/CEI+ não são medidas que empregam efetivamente os/as beneficiários/as, das 16 pessoas inquiridas, apenas nove faziam (à data da entrevista) procura ativa de emprego e faziam-no essencialmente via internet. E apesar de a maioria se preocupar com a situação de não ter um emprego fixo/permanente, houve também quem afirmasse não procurar emprego por sua própria iniciativa: cinco inquiridos/as disseram não fazer nenhum tipo de procura de emprego essencialmente porque: (a) se sentem bem na organização a desempenhar a sua função/tarefa e não consideravam haver necessidade de procurar um emprego; (b) consideram que o mercado de trabalho não está preparado para integrar/inserir pessoas com deficiência; e (c) alimentam a expectativa de vir a integrar o programa de regularização extraordinária de vínculos precários da administração pública (Prevpap).

De um modo geral, e embora as medidas CEI/CEI+ não sejam exclusivas para pessoas com deficiência, são consideradas uma alavanca na transição para a vida adulta de jovens com deficiência, evitando a admissão num centro de atividades ocupacionais (CAO). Funcionam, assim, como um roteiro de (re)inserção social e profissional de pessoas com deficiência, uma esperança para jovens/adultos com deficiência para um futuro de vida socioeconómica independente, que é o que qualquer pessoa (com ou sem deficiência) deseje para a sua vida, apresentando vantagens financeiras também importantes para as próprias as entidades promotoras das medidas.

RECOMENDAÇÕES

Foram ainda recolhidas recomendações junto dos inquiridos para a melhoria das medidas CEI/CEI+, com vista a torná-las mais eficientes. A primeira recomendação apresentada pela maioria das pessoas entrevistadas dos três grupos de inquiridos centra-se numa maior celeridade por parte do IEFP e numa fiscalização mais eficaz e rigorosa. Recomenda-se também que os procedimentos sejam revistos para que deixem de ser burocráticos e morosos, o que reduz a motivação para integrar as medidas CEI/CEI+. Para além da necessidade de simplificação, sugere-se também uma delegação de competências por parte do IEFP para os centros de recursos, permitindo que estes

identifiquem e avaliem de forma mais profunda os perfis dos candidatos, de forma a adequar eficientemente as funções às suas competências e limitações:

acho que deveria haver um acompanhamento de maior proximidade porque como são pessoas que não têm muitas rotinas, têm dificuldades em cumprir horários, são pessoas que nunca trabalharam muitas vezes, o que eu noto é que às vezes têm determinadas dificuldades em respeitar as regras que o projeto em si tem, nomeadamente ao nível da assiduidade. (EP2)

O IEFP tem poucos recursos em muitas das suas estruturas e às vezes a estrutura acaba por ficar muito assente na parte burocrática e estes jovens ficam um bocado largados, e ou há uma instituição que vá atrás e esteja disponível para estar meses e meses a ir buscar papeis e às vezes os certificados deles vêm errados e é preciso ir falar com a instituição, portanto há todo um trabalho de retaguarda que tem que ser feito e que eles às vezes não têm capacidade para o fazer. Se não houver ninguém que o faça, o processo morre. (EP6)

Uma outra recomendação prende-se com a continuidade das medidas após o término do contrato, caso exista um bom desempenho do/a trabalhador/a e vontade da organização, transformando a experiência em contratação efetiva com apoio financeiro, de forma a que os/as beneficiários/as passem a ser trabalhadores efetivos e contribuintes, equiparados a um outro trabalhador sem limitações:

era útil para a organização deveria haver uma integração automática, digamos que nos quadros da organização, acho que seria a medida mais útil porque estamos a falar de instituições públicas que realmente necessitam das pessoas e há certas tarefas em que realmente as pessoas deveriam ser aproveitadas. (BD15)

Foi também recomendado, de um modo geral, o reforço das práticas de sensibilização por parte do IEFP, de forma a informar, esclarecer dúvidas e mitos e combater de forma intensiva o desconhecimento associado à deficiência. Muitos respondentes consideraram ainda que deveriam existir políticas públicas mais eficazes, que incidissem sobre a intervenção em ambiente escolar de maneira a desmitificar a deficiência e combater estereótipos que persistem na visão que as pessoas e as crianças sem deficiência têm das pessoas com deficiência:

sem dúvida que a própria educação é importantíssima... fizemos um estudo há uns anos sobre o perfil dos empregadores que contratavam pessoas com deficiência e chegámos à conclusão de que a maior parte dos empregadores que contratavam pessoas com deficiência eram aqueles que já tinham tido contacto com pessoas com deficiência, contacto ou profissional ou pessoal. Se nós tivermos de facto uma sociedade inclusiva, onde

todos tenham lugar e, portanto, se as crianças lidarem desde sempre com a diversidade e a inclusão, no fundo quando chegar a sua vez de serem empresários e estarem no mundo do trabalho as coisas vão ser completamente diferentes; portanto em termos de desmistificação, preconceito, de estereótipos acaba por ser muito diferente, sem dúvida temos que começar por aí. (OSL6)

CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Este artigo apresenta os resultados originais de uma investigação científica de carácter exploratório. Ainda assim, os dados recolhidos neste estudo sugerem que as medidas CEI/CEI+ são uma resposta de curto-prazo, não garantindo (ou apenas com grande dificuldade) sustentabilidade no acesso ao mercado de trabalho depois de terminado o programa (que é sempre de carácter temporário). No entanto, ao integrarem estas medidas, frequentemente os/as beneficiários/as criam expectativas como se de um emprego se tratasse, desenvolvem uma relação com a entidade promotora onde desempenham funções e com os colegas de trabalho e alimentam a expectativa de ficar empregados no final do tempo estipulado para um contrato CEI/CEI+. Ao ver tais expectativas goradas, muitos/as entrevistados/as reconhecem que as medidas CEI/CEI+ não constituem afinal um trampolim para o mercado de trabalho, o que a par da reduzida retribuição financeira recebida durante a vigência da medida, dificulta o acesso a uma vida socioeconomicamente independente.

Uma outra situação, e um dos principais problemas apontados relaciona-se com o uso das medidas CEI/CEI+ para suprir necessidades de trabalho permanente, o que contraria aliás a legislação que regulamenta as medidas CEI/CEI+, segundo a qual estas não devem ser usadas para esse fim, mas sim para a realização de “trabalho socialmente útil”. Contudo, muitas entidades promotoras do setor social que recorrem às medidas CEI/CEI+ têm situações financeiras frágeis, que não lhes permitem o encargo financeiro de uma contratação efetiva. Já as entidades promotoras ligadas à administração central/local consideram o processo de contratação após terminar o contrato CEI/CEI+ demasiado burocrático e complexo, envolvendo um pedido de autorização à tutela para abertura de concurso público, que demora demasiado tempo até estar concluído, e na prática inviabiliza também esta possibilidade. Assim, quer num caso, quer noutra, as medidas CEI/CEI+ pouco ou nada contribuem para a criação de emprego sustentável. Com efeito, já em 2014, um dirigente sindical alegava em conferência de imprensa que as medidas CEI/CEI+ “são uma forma de ‘retirar desempregados das estatísticas do desemprego’” (“*É Urgente Pôr Fim à Exploração dos Desempregados*”, afirma CGTP”, 2014, para. 2).

Em síntese, procurando responder à questão primordial desta pesquisa — *como são vistas as medidas “contrato emprego-inserção e emprego-inserção+”, pelos/as beneficiários/as com deficiência e as entidades promotoras?* —, os dados recolhidos sugerem que, apesar de considerarem que as medidas CEI/CEI+ não apresentam os resultados desejados, os três grupos entrevistados não negam a sua importância. Para os/as beneficiários/as

elas constituem uma boa oportunidade para demonstrarem as suas competências profissionais, permitindo-lhes ainda criar/manter hábitos de trabalho e são fonte de realização profissional e pessoal. As entidades que acolhem as medidas CEI/CEI+ destacam os benefícios financeiros que estas lhes proporcionam e a possibilidade que oferecem de avaliar as competências profissionais dos trabalhadores/as, percecionando estas medidas como ferramentas para encontrar bons profissionais a um custo reduzido. Por sua vez, as entidades promotoras de formação profissional e emprego para pessoas com deficiência consideram as medidas uma oportunidade para os/as formandos/as colocarem em prática o que aprenderam na formação permitindo a aplicação na prática dos conhecimentos adquiridos de forma remunerada.

Refletindo sobre estes resultados à luz dos modelos de abordagem à deficiência atrás enunciados, somos, assim, levadas a concluir que as medidas CEI/CEI+ têm sido insuficientes para derrubar barreiras e romper com a exclusão a que as pessoas com deficiência vêm sendo remetidas no mercado do trabalho, podendo até ter alguns efeitos perversos. Com efeito, como se verificou na amostra analisada, as medidas favorecem a utilização de mão de obra a custos reduzidos, que não garantem às pessoas com deficiência por elas abrangidas uma verdadeira independência financeira, nem contribuem diretamente para a criação de emprego sustentável, embora frequentemente supram necessidades permanentes de trabalho das entidades promotoras. Tendo em conta que as medidas são anunciadas com o objetivo de melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho de trabalhadores em situação especial de desemprego, estão criadas as condições para continuar a alimentar a perceção social de que o insucesso na obtenção de um emprego estável resulta afinal das incapacidades individuais das próprias pessoas (cf. modelo médico e individual), e não dos obstáculos estruturais que estas pessoas enfrentam para aceder ao mercado de trabalho (o que denotaria uma perspetiva mais próxima do modelo biopsicossocial).

As conclusões acima apresentadas têm por base os dados recolhidos, mas não são um ponto de chegada, antes sim um ponto de partida para uma discussão que necessariamente deverá ser mais longa e complexa. Embora exista uma preocupação crescente por parte dos governos com a qualificação profissional e emprego das pessoas com deficiência, o que é facto é que essa preocupação tem sido lenta na sua materialização.

Também por isso mesmo importará “não deitar fora o bebé com a água do banho”. Apesar das fragilidades encontradas, que deverão ser corrigidas, foram apontados neste estudo aspetos positivos nestas medidas que se tornam necessários ampliar e reforçar. Assim, sublinhamos a necessidade de prosseguir a reflexão científica e política em torno deste tema e de tomar em consideração as recomendações das/os entrevistados/as, a saber: maior agilidade e menos burocracia nos processos por parte do IEFP; consideração de alternativas para a contratação efetiva após os 12 meses das medidas CEI/CEI+ (prazo máximo pré-estabelecido); criação de uma equipa de fiscalização mais eficaz por parte do IEFP, que se dedique em exclusivo à empregabilidade das pessoas com deficiência; revisão do montante da bolsa mensal equiparando-o ao salário mínimo nacional; eliminação da categoria de “trabalho socialmente útil”; delegação de competências por

parte do IEFP para os centros de recursos para a inclusão para gestão destes processos; reforço das práticas de sensibilização/desmistificação da deficiência nas organizações públicas e privadas por parte do IEFP, de forma a combater os obstáculos à contratação de uma pessoa deficiente.

Numa perspetiva de continuidade da presente pesquisa recomenda-se ainda o desenvolvimento de uma investigação futura que permita averiguar quantas pessoas com deficiência conseguiram efetivamente entrar no mercado de trabalho (com assinatura de um contrato efetivo de trabalho) após a realização de um contrato CEI/CEI+.

AGRADECIMENTOS

A tradução da versão inglesa deste artigo foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), I.P., no âmbito do projeto UIDP/04304/2020.

REFERÊNCIAS

- Andrade, A., Silva, I., & Veloso, A. (2017). Integração profissional de pessoas com deficiência visual: Das práticas organizacionais às atitudes individuais. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 17(2), 80–88. <https://doi.org/10.17652/rpot/2017.2.12687>
- Associação Portuguesa de Deficientes. (2012). *O emprego e as pessoas com deficiência*. Instituto Nacional para a Reabilitação.
- Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 13 de dezembro, 2006, https://www.inr.pt/resultados-de-pesquisa/-/journal_content/56/11309/44797?p_p_auth=jZgndlTI
- Decreto-Lei n.º 290/2009. Diário da República n.º 197/2009 — I Série (2009). <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/290/2009/p/cons/20150617/pt/html>
- “‘É urgente pôr fim à exploração dos desempregados’, afirma CGTP”. (2014, 1 de dezembro). Esquerda. <https://www.esquerda.net/artigo/e-urgente-por-fim-exploracao-dos-desempregados-afirma-cgtp/35005>
- Fernandes, C. (2007). Empregabilidade e diversidade no mercado de trabalho — A inserção profissional de pessoas com deficiência. *Cadernos Sociedade e Trabalho* (8), 101–113.
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73–93. <https://doi.org/10.4000/rccs.233>
- Martins, B., Fontes, F., Hespanha, P., & Berg, A. (2012). A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 45–64.
- Organização das Nações Unidas. (1995). *Normas sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Pinto, P. (2012). *Dilemas da diversidade: Interrogar a deficiência, o género e o papel das políticas públicas em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Pinto, P. (2015). Modelos de abordagem à deficiência: Que implicações para as políticas públicas? *Ciências e Políticas Públicas*, 1(1), 174–200.
- Portaria n.º 128/2009, Diário da República n.º 21/2009, Série I de 2009-01-30 (2009). <https://data.dre.pt/eli/port/128/2009/1/30/p/dre/pt/html>

- Portaria n.º 34/2017, Diário da República n.º 13/2017, Série I de 2017-01-18 (2017). <https://data.dre.pt/eli/port/34/2017/p/cons/20200827/pt/html>
- Sequeira, A., Maroco, J., & Rodrigues, C. (2006). Emprego e inserção social das pessoas com deficiência na sociedade do conhecimento: Contributo ao estudo da inserção social das pessoas com deficiência em Portugal. *Revista Europeia de Inserção Social*, 1(1), 3–28. <http://hdl.handle.net/10400.12/1856>
- Shakespeare, T., & Watson, N. (2002). The social model of disability: An outdated ideology? *Research in Social Science and Disability*, 2, 9–28. [https://doi.org/10.1016/S1479-3547\(01\)80018-X](https://doi.org/10.1016/S1479-3547(01)80018-X)
- Simonelli, A., & Camarotto, J. (2011). Activity analysis for inclusion of disability people at work: A proposition model. *Gestão & Produção*, 18(1), 13–26. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000100002>
- Sousa, J. (2007). Deficiência, cidadania e qualidade social: Por uma política de inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, (8), 38–56.
- Vieira, C., Vieira, P., & Francischetti, I. (2015). Professionalization of disabled people: Reflections and possible contributions from psychology. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 15(4), 352–361. <https://doi.org/10.17652/rpot/2015.4.612>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Neuza Cardoso Borges é licenciada em administração pública e mestre em gestão e políticas públicas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. O tema da dissertação de mestrado incidiu sobre a (re)inserção profissional de pessoas com deficiência e as perceções das medidas CEI e CEI+ por beneficiários e promotores. Uma síntese com os principais resultados obtidos neste estudo foi publicada na secção “Trabalho e Emprego” do relatório *Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2019*, editado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2263-2434>

Email: neuzacardoso1994@gmail.com

Morada: Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

Paula Campos Pinto é doutorada em sociologia pela Universidade de York (Toronto, Canadá). É professora associada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, fundou e coordena o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, uma estrutura que reúne investigadores e organizações da deficiência da sociedade civil promovendo processos participados de monitorização dos direitos humanos das pessoas com deficiência em Portugal e nos países de língua portuguesa. Tem dirigido e participado em diversos projetos de investigação de âmbito nacional e internacional, em temáticas que se prendem com a análise e avaliação de políticas públicas e direitos humanos das pessoas com deficiência, incluindo numa perspetiva de género. É autora de diversas publicações nacionais e internacionais sobre deficiência, direitos humanos, políticas públicas e igualdade de género.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4040-1688>
Email: mppinto@edu.ulisboa.pt
Morada: Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

Submetido: 15/08/2021 | Aceite: 04/10/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

TRABALHADORES COM SÍNDROME DE DOWN: AUTONOMIA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Alex Sandro Corrêa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, Brasil

José Leon Crochick

Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência,
Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil

Rodrigo Nuno Peiró Correia

Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Fabiana Duarte de Sousa Ventura

Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta o relato de uma pesquisa que foi uma reaplicação na cidade de São Paulo (Brasil) da desenvolvida em Portugal por Veiga e Fernandes (2014). Reflete sobre alguns dados obtidos, os quais demonstram o papel, a importância e o impacto do ingresso no mundo do trabalho na vida de trabalhadores com síndrome de Down, incluindo o sentimento de bem-estar, de autonomia e as relações de amizade adquiridas. Foram entrevistados não apenas esses trabalhadores, mas também seus chefes imediatos, amigos e colegas de trabalho, e foram realizadas também observações nos locais de trabalho. Sabendo que a inclusão social não se concretiza de modo alheio ao mundo do trabalho, destacamos a importância das políticas públicas, quer na promoção de direitos, quer na defesa dos direitos já conquistados, inclusive o da participação de pessoas com síndrome de Down na sociedade. O resultado deste estudo evidenciou que a conquista do emprego possibilitou o aumento da autoestima, o desenvolvimento da autonomia e do bem-estar dos trabalhadores, proporcionando-lhes conquistas no campo afetivo-social (namoros e amizades), nos âmbitos familiar, econômico e profissional, ainda que com restrições. Além disso, o emprego propiciou a percepção de se sentirem mais úteis e aceitos pelos pares (“sensação de pertencimento”), bem como a possibilidade de poderem contribuir para a família e de traçarem planos para o futuro, com projetos semelhantes aos de qualquer jovem adulto, como viajar, casar e ter filhos.

PALAVRAS-CHAVE

autonomia, bem-estar, deficiência intelectual, mercado de trabalho, inclusão

WORKERS WITH DOWN SYNDROME: AUTONOMY AND WELLNESS AT WORK

ABSTRACT

This article presents a research report that was replicated in the city of São Paulo (Brazil) of the one developed in Portugal by Veiga and Fernandes (2014). It reflects on some research data, which demonstrate the role, importance and impact of being admitted in the world of work in the lives of workers with Down syndrome, including the feeling of wellness, autonomy, and friendship acquired. These workers were interviewed, as were their immediate bosses, friends

and co-workers, and the observations made at the workplace. Knowing that social inclusion does not occur outside work, we highlight the importance of public policies in promoting rights and defending the rights already achieved, including the active participation of people with Down syndrome in society. This study showed that the achievement of a job made it possible to increase self-esteem, to develop autonomy and wellness of workers, providing them with achievements in the affective-social field (dating and friendships), in the family, economic and professional spheres, albeit with restrictions. The job also provided the feeling of being more useful and accepted by peers (“a sense of belonging”). It also allowed the possibility of contributing to the family and making plans for the future, with the same projects as any young adult, such as traveling, getting married and having children.

KEYWORDS

autonomy, wellness, intellectual disability, labor market, inclusion

INTRODUÇÃO

De início, é importante destacar que os dados apresentados neste artigo, bem como a análise dos mesmos, são derivados do capítulo “Autonomia e Bem-Estar Após o Ingresso no Mundo do Trabalho”, do livro *Inclusão Profissional de Trabalhadores com Deficiência Intelectual na Cidade de São Paulo* (Crochick, 2019), que relata a pesquisa desenvolvida entre os anos de 2017 e 2018 na cidade de São Paulo, com a participação de trabalhadores(as) com síndrome de Down. A respectiva pesquisa foi orientada e coordenada por José Leon Crochick, com participação dos membros do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Crochick, 2019).

Segundo Pereira-Silva et al. (2018), a inclusão de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho é um direito constitucional garantido; contudo, essa não é a realidade brasileira quando se verificam a qualidade e as condições de trabalho ofertadas a essas pessoas pelas empresas, bem como o alto número de desempregados que ainda existem no país. Mesmo com o aumento de práticas empresariais relacionadas à responsabilidade social, a adequação de ambientes corporativos com vistas à inclusão e ao respeito à diversidade é algo que deve ainda ser bastante aprimorado. Ainda assim, para Pereira-Silva et al. (2018), a inclusão profissional de trabalhadores com deficiência intelectual tem sido mais satisfatória que insatisfatória.

Neste artigo, organizamos os resultados da pesquisa, no que diz respeito às consequências da entrada no mercado de trabalho na vida dos sujeitos participantes, a partir de entrevistas e observações. Assim, verificamos se o emprego afetou suas vidas, incluindo o círculo de amizades, se trouxe mudanças nas relações de amizade já construídas e se promoveu novas relações. Com respeito à autonomia, analisamos se os participantes passaram a organizar, planejar e cuidar de suas vidas de forma mais ativa após o emprego, bem como se a entrada no mercado de trabalho promoveu mudanças no bem-estar do(a) trabalhador(a), ou seja, se, após o emprego, eles passaram a se sentir e a se considerar pessoas mais felizes e/ou satisfeitas.

JUSTIFICATIVA

Em relação aos trabalhadores com síndrome de Down, é, segundo Leite e Lorentz (2011), pequena a quantidade de pesquisas relatadas, o que por si só justifica o presente estudo.

Embora admitamos que o trabalho seja marcado pelas contradições próprias da sociedade capitalista atual, sendo sujeito a uma série de questionamentos, inclusive de ordem humanitária, é fato inegável que, nesta sociedade, ele também se constitui como um dos meios que possibilitam maior inclusão social e a possibilidade de se ter uma vida mais digna de ser vivida, o que também é indicado por Leite e Lorentz (2011) e por Pereira-Silva et al. (2018), que também ressaltam maior autonomia e novas possibilidades de atividades. O trabalho pode proporcionar a satisfação do reconhecimento da importância do trabalhador — com ou sem deficiência — pelas pessoas que lhe são significativas.

O trabalho, no entanto, pode também ser fonte de sofrimento, devido a frustrações que pode acarretar, tais como: hostilidade dos colegas; insatisfação com as condições de trabalho e/ou com os ganhos salariais; o sacrifício de um tempo de vida que poderia ser dedicado a atividades mais prazerosas ou mesmo o não reconhecimento de sua capacidade de trabalho. Em relação à pessoa com deficiência, pode ocorrer também a marginalização ou a segregação no próprio ambiente de trabalho, assim como ocorre na vida escolar (Crochick et al., 2013; Leite & Lorentz, 2011). De outro lado, nas pesquisas realizadas por Leite e Lorentz (2011) e por Pereira-Silva et al. (2018) verificou-se, como se verá mais adiante, muita satisfação para o trabalhador, seus colegas e familiares, proporcionando mais autonomia, mais bem-estar pessoal, como também o desenvolvimento de habilidades importantes para todas as esferas da vida — como a organização do tempo —, além de, não menos importante, em alguns casos, novas amizades.

Verificou-se também conforme os autores Alves et al. (2019), no capítulo “Autonomia e Bem-Estar Após o Ingresso no Mundo do Trabalho”, que, para as pessoas com síndrome de Down, essas vantagens e frustrações também ocorrem e podem ser amenizadas, conforme a formação escolar, o apoio familiar e, sobretudo, o apoio dos empregadores e colegas. A pesquisa desenvolvida por Pereira-Silva e Furtado (2012) também indica essas mesmas tendências para os trabalhadores que têm deficiência intelectual de uma forma geral: o trabalho melhora a qualidade de vida do trabalhador, dependendo do maior ou menor apoio de todos, e acrescentam que essa melhora também depende das capacidades individuais e dos obstáculos a serem enfrentados; ressaltam, ainda, a importância do suporte necessário dado pelas empresas. Esses autores verificaram a importância que esses trabalhadores atribuem às atividades decorrentes de seus empregos, por proporcionarem maior satisfação e autonomia individual, e citam estudos que mostram que a necessidade de se associar métodos ao cumprimento de objetivos fortalece a possibilidade de se pensar em projetos de vida.

Se as leis que favorecem a empregabilidade de trabalhadores com deficiência são importantes, Pires et al. (2007), assim como Leite e Lorentz (2018), argumentam, no entanto, que elas não são suficientes, pois é necessário o reconhecimento das capacidades

desses trabalhadores, e que eles tenham, quando for o caso, acesso a cursos profissionalizantes e apoio financeiro quer das empresas, quer do governo.

A pesquisa de Veiga e Fernandes (2014), que foi por nós replicada no Brasil e teve como fruto o livro acima citado, trouxe diversas contribuições importantes para esta área. Entre elas, a necessidade de conscientização dos comportamentos adequados ao convívio social e o auxílio de equipes especializadas na mediação entre os trabalhadores com deficiência intelectual e seus colegas e chefes, uma vez que a formação escolar nem sempre os prepara para isso.

O objetivo da pesquisa relatada é verificar se o ingresso no trabalho de jovens com síndrome de Down acarretou uma vida social mais satisfatória, a ampliação de sua autonomia em relação a diversas atividades e o ensejo de formularem projetos para suas vidas.

MÉTODO

PARTICIPANTES

A pesquisa que deu origem aos dados apresentados neste artigo, que foi uma replicação com adaptações, da pesquisa realizada em Portugal por Veiga e Fernandes (2014), adotou o seguinte método: definiu como participantes 20 jovens com síndrome de Down que estavam trabalhando no mesmo emprego ao menos por 1 ano; um deles perdeu o emprego ao longo da coleta de dados. Além desses participantes, também fizeram parte do estudo um colega de trabalho e um amigo de cada um, ambos indicados pelos participantes, a chefia imediata, familiares e um orientador educacional ou similar da instituição escolar na qual cada participante se formou.

A idade desses trabalhadores variou entre 21 e 37 anos, de ambos os sexos, e aproximadamente metade era formada por instituições especiais e os demais em escolas e salas de aula regulares. Além disso, 17 desses participantes moravam em bairros com índice de desenvolvimento humano (IDH) alto, e três em bairros com IDH médio. Para facilitar a exposição, esses participantes serão designados com a letra “P” seguida de um número.

MATERIAL

Foram utilizados os roteiros de entrevista na pesquisa desenvolvida por Veiga e Fernandes (2014), com algumas adaptações do vocabulário e no formato. O roteiro destinado aos trabalhadores com síndrome de Down continha questões, divididas em seis partes: (a) características gerais; (b) relações e interações sociais; (c) bem-estar psicológico e satisfação pessoal; (d) emprego; (e) competências pessoais; e (f) integração na comunidade. O roteiro de entrevistas aos amigos continha questões sobre a importância do trabalho e como esse contribuiu para a autonomia e bem-estar do amigo com síndrome de Down; os roteiros dirigidos aos colegas e chefes de trabalho destinaram-se a saber a satisfação com o trabalho, a autonomia e a autossatisfação do trabalhador

com síndrome de Down. Para os familiares, perguntou-se, por meio de roteiro de entrevista, sobre a importância do emprego para a família e para o trabalhador e como esse trabalho contribuiu para a autonomia e felicidade de seu parente. Esses trabalhadores também foram observados pelos pesquisadores em seu local de trabalho, para se obter dados sobre sua autonomia, desempenho e satisfação no trabalho.

PROCEDIMENTO

COLETA DE DADOS

Os trabalhadores com síndrome de Down foram indicados pelo Instituto Jô Clemente e pelo Instituto Simbora Gente; que oferecem atividades de diversos tipos para pessoas com deficiência intelectual. Os participantes e familiares foram convidados a participar da pesquisa por telefone; os participantes indicaram amigos para serem entrevistados, e foram obtidas as autorizações para entrevistar colegas e o chefe no local do trabalho, no qual também foram realizadas observações. As entrevistas com os trabalhadores com síndrome de Down duraram por volta de 1 hora e meia e as demais entrevistas, em geral, duraram 45 minutos. Os dados foram coletados presencialmente no lugar de trabalho e na casa dos familiares dos participantes durante os anos de 2017 e 2018.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados quantificáveis foram analisados por meio de estatísticas descritivas, como frequência, média e desvio-padrão, e mediante coeficientes de correlações de Spearman. Já para a análise qualitativa dos conteúdos das respostas às demais questões, foram utilizados dados das diversas entrevistas para que pudessem ser contrastados e complementados, para haver maior precisão do que foi pesquisado e para ampliar a discussão. A principal referência utilizada foi a teoria crítica da sociedade. Utilizamos também o IDH do local onde os participantes com síndrome de Down moravam para inferir seu nível socioeconômico.

RESULTADOS

Expomos, na sequência, alguns dados quantitativos e qualitativos referentes à pesquisa feita com trabalhadores(as) com síndrome de Down, a fim de compreender se a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho contribuiu para ampliar o seu círculo de amizades, a sua autonomia, bem-estar e projetos de vida.

CÍRCULO DE AMIZADES

Dos 20 participantes, 13 apontaram ter em seu círculo de convivência a maior parte de amigos do mesmo sexo e 11 sujeitos indicaram possuir amigos com idade próxima.

Em relação aos amigos com deficiência intelectual, 12 sujeitos indicaram ter, em seu círculo de convivência, amigos com deficiência intelectual e 13 indicaram amigos que não têm. Com relação a esse último dado, pode-se inferir que parte da amostra não é segregada do convívio com todas as pessoas — com e sem deficiência intelectual —, considerando que tem amigos que não apresentam essa deficiência; no entanto, é possível indagar — e, conseqüentemente, investigar — se os amigos citados sem deficiência intelectual são de fato amigos, ou simplesmente colegas, ou mesmo psicoterapeutas que se dedicam a eles, uma vez que, dos 41 amigos indicados pelos participantes, verificamos a seguinte configuração: nove estão relacionados ao trabalho, um deles é padrinho, outro instrutor de dança, e também uma psicóloga. Ademais, o fato de sair aos fins de semana em companhia dos familiares foi relatado por todos os participantes. Sob esse aspecto, verificamos ainda que 14 também saem com amigos, 12 em companhia dos colegas vinculados a projetos de lazer, nove saem com namorados e seis relataram sair com outros colegas.

Conforme a análise dos dados, uma parcela importante dos(as) entrevistados(as) admitiu que, concretamente, o acesso ao emprego contribuiu positivamente na ampliação do círculo de amizades. De fato, verificamos que nove das amizades indicadas pelos próprios trabalhadores estão relacionadas ao trabalho, conforme relatado nos seguintes depoimentos: “antes do emprego, tinha menos amigos” (P.4); e “antes eu era muito tímida, não conseguia falar direito com as pessoas. Conheci algumas no trabalho também” (P.17).

É importante salientar que esses novos relacionamentos, relatados pelos participantes, não ficaram restritos ao local de trabalho, mas foram ampliados, alcançando, inclusive, locais externos a este ambiente. Nesse sentido, observamos os seguintes dados: 14 dos trabalhadores participantes da pesquisa afirmaram sair com amigos, especialmente nos finais de semana, e 12 deles afirmaram acompanhar os amigos em locais ou atividades de lazer. Outro dado relevante diz respeito ao fato de 12 dos participantes também afirmarem buscar o apoio dos amigos, sobretudo quando estão aborrecidos e/ou precisam de algum tipo de auxílio. Considerando que os demais amigos indicados pelos trabalhadores não são colegas do trabalho, pode-se notar que algumas das novas relações de amizade foram estabelecidas em função do trabalho e se estenderam para fora desse âmbito.

Com respeito à inserção e à atuação na sociedade, ampliadas e aprimoradas por meio das novas exigências oriundas do próprio trabalho, verificamos, de forma notável, a adoção de novos espaços frequentados e/ou percorridos pelos sujeitos. No momento em que eram indagados acerca de seus relacionamentos, particularmente os de natureza social, os participantes indicavam determinados locais que eram, supostamente, frequentados de maneira constante. Nesse aspecto, a participação em cultos religiosos, bem como em festas locais e as idas às compras foram as atividades que mais da metade dos participantes mencionou em comum. Considerando o lazer cultural, sobretudo teatro/cinema, 17 dos participantes afirmaram frequentar esses locais, normalmente acompanhados por seus familiares, mas também por amigos, inclusive do

próprio trabalho. Assim, notamos que as amizades promovidas e fortalecidas no local de trabalho, quando devidamente articuladas ou integradas com relações anteriormente estabelecidas, contribuem para fortalecer e consolidar a autoestima, assim como para uma melhora considerável da qualidade e do padrão de vida.

No caso das entrevistas com os familiares dos trabalhadores, foi possível reconhecer um aumento importante das relações de amizade. Isso está representado no relato da mãe de um participante:

acho que o relacionamento dela em casa e fora de casa mudou bastante. O círculo de amizades, de colegas que ela conquistou, aumentou. (...) Passou a ter mais amigos, sobretudo colegas, mas sempre tem aqueles amigos que são mais apegados. (...) Então, eu percebo isso, o trabalho também proporcionou o aumento do círculo de amizades. (Mãe de P.1)

A mãe de um dos participantes (P.6) mostrou-se preocupada com os novos relacionamentos de seu filho; apesar de visar ao melhor desenvolvimento e à proteção dele, devemos ponderar em que medida essas preocupações contribuem para gerar conflitos e, até mesmo, atrapalhar o desenvolvimento dos filhos.

Os empregadores, colegas de trabalho e os amigos dos trabalhadores com síndrome de Down indicaram que esses ampliaram o número de seus amigos; vários disseram que valorizam suas relações com esses colegas e salientaram a importância dessas amizades, que ampliam suas relações afetivas e sociais. Apesar disso, alguns evidenciaram que, em alguns casos, essas novas amizades limitam-se ao ambiente de trabalho: “fez amizades no trabalho, inclusive aqui que nos conhecemos. (...) algumas vezes foi em festas, mas no dia a dia dificilmente saímos juntos” (amigo de P.2). Por outro lado, um dos empregadores enunciou: “acho que melhorou no sentido das amizades e da relação com outras pessoas. No começo, eu via ela muito inibida e desconfiada, que nem falei antes. E hoje ela tem mais desenvoltura, se relaciona com os outros mais facilmente” (empregador de P.3).

E um terceiro entrevistado, ligado à equipe de trabalho, observou: “fez amigos no trabalho e às vezes é convidado para ir ao cinema com uma colega. Está mais feliz. Mudou bastante desde que começou a trabalhar” (colega de P.9).

A citação mais acima (amigo do P.2) parece indicar uma limitação da amizade ao local de trabalho, o que nos leva a indagar se isso é devido à incompatibilidade de horários ou à existência de um convívio respeitoso e amistoso com esses colegas com deficiência intelectual, mas que não constitui um vínculo de amizade. Isso não elimina a importância do trabalho para a melhora do convívio social, tal como indicam Pereira-Silva e Furtado (2012), para os quais a convivência com outras pessoas é fundamental.

Convém salientar que, para alguns dos participantes, o círculo de amizades não foi alterado ou ampliado mesmo após o ingresso no trabalho. Entretanto, ficou claro, nos depoimentos, que, mesmo não ampliando o círculo de amizades, o relacionamento dessas pessoas com os colegas de trabalho não é ruim. Como apontado pelo empregador do P.8, os participantes puderam manter suas relações anteriores significativas,

apenas tendo que ajustar as saídas e os programas aos novos horários em decorrência da jornada de trabalho.

Observamos também que alguns entrevistados(as) apontaram a influência do emprego em suas relações de trabalho, ainda que tal influência não tenha, necessariamente, impactado de forma positiva as relações de amizade. Conforme alguns relatos: “ele tem amigos no trabalho. Às vezes não é amigo, mas colega de trabalho” (amigo de P.4); “tenho mais colegas no trabalho, não mais amigos, acho que porque muitas pessoas ainda têm preconceito com quem tem síndrome de Down” (P.3).

Essa tendência das respostas é coerente com o que Veiga et al. (2014) relatam:

as relações de amizade (apesar de para alguns ex-formandos terem aumentado após a inclusão profissional) são em baixo número, nem sendo estreitadas verdadeiramente nem entrando no mundo da partilha e da intimidade, apresentando muitas delas um caráter meramente superficial e circunstancial onde cada um dá apenas um pouco de si ao outro. (p. 230)

AUTONOMIA

Além da ampliação das relações e círculos de amizade, o emprego pode, também, ser uma oportunidade importante para que as pessoas com deficiência intelectual desenvolvam a autonomia, uma vez que este desenvolvimento se vincula aos ideais de independência, liberdade e autossuficiência.

Uma das autonomias necessárias é a dirigida a questões políticas. É interessante notar que 16 dos 20 participantes votam nas eleições, e o fato de escolherem seus representantes políticos pode indicar que têm consciência da necessidade de optar entre vários destinos da sociedade; quando se observa que, e não somente no Brasil, a democracia corre risco de existir e que a quantidade de pessoas que deixam de votar é grande, chama a atenção o fato de que a maioria desses participantes vota nas eleições.

A autonomia devida à entrada no mercado de trabalho é ampliada: na organização de sua rotina em casa, na memorização do trajeto casa-trabalho, no uso do dinheiro e também no próprio cotidiano profissional. As habilidades exigidas aos sujeitos criam desafios que podem favorecer o desenvolvimento de iniciativa, responsabilidade, independência, permitindo-lhes planejar, decidir e cuidar melhor de suas próprias vidas, diminuindo progressivamente a necessidade do auxílio de terceiros para a realização de suas atividades.

Salientamos que 19 entre os 20 participantes se julgaram mais autônomos, seguros e confiantes após o trabalho. Nesse sentido, um dos relatos representa bem essa forte tendência: “meus pais me apoiaram e eu entrei no mercado de trabalho, e para mim foi muito bom, porque eu fiquei mais madura, amadureci dentro do trabalho, tive mais autonomia, independência. Eu sei me virar sozinha” (P.1).

A maior parte dos participantes respondeu que auxilia na manutenção da casa limpa e organizada; metade deles costuma cozinhar e poucos utilizam a máquina de

lavar roupa. Ainda segundo seus familiares, 15 dos participantes ajudam nos trabalhos domésticos. Esses dados indicam que a participação dos trabalhadores nas tarefas do lar tende a se concentrar nas atividades que exigem menos domínio técnico e planejamento, como, por exemplo, a limpeza do quarto e da louça.

Além do empenho com as tarefas domésticas, verificamos também que muitos dos participantes, ao começarem a trabalhar, modificaram seus hábitos com relação aos cuidados de si. Mais da metade deles diz possuir autonomia para as atividades que indicam cuidado consigo próprio. Embora essa seja uma tendência geral, é importante destacar que ela parece mais consolidada na definição dos horários de sono nos finais de semana e na escolha do vestuário. Quanto à escolha e aos horários da alimentação, a maioria disse não ter autonomia, obedecendo, nesses quesitos, à instrução dos pais ou dos mediadores.

Apesar desses limites, nota-se que o desempenho de atividades em que são mais autônomos está ligado ao desenvolvimento significativo da independência e da responsabilidade após começarem a trabalhar. Estes ganhos apareceram na fala de muitos familiares. Duas respostas representam esta percepção: “percebo que ela se tornou uma pessoa mais independente, mais autônoma... isso eu atribuo ao trabalho” (mãe de P.1);

ela teve um crescimento espantoso desde que começou a trabalhar, ela ficou mais autônoma. Ela sabe se virar sozinha. Ela até já tinha trabalhado como jovem aprendiz antes, e desde então foi ótimo. (...) O emprego é importante para ela nessas questões que falei, do desenvolvimento da autonomia dela, de crescimento dela. (Mãe de P.7)

Como observado, vários dos trabalhadores com síndrome de Down obtiveram mais autonomia em relação a cuidar de tarefas da casa e de si mesmos, o que é fundamental para sua própria vida e para o convívio familiar. Os entrevistados também foram questionados a respeito dos hábitos de lazer e dos lugares que gostam de frequentar no seu tempo livre, verificando também se isso se alterou após a inclusão no mercado de trabalho.

Os participantes parecem possuir autonomia em relação ao lazer no momento de decidir a respeito do que fazer no tempo livre e no convite envolvendo amigos. Tendência esta semelhante às indicadas por Veiga et al. (2014), quando apontam que os trabalhadores apresentam autonomia “quanto a algumas questões ligadas à gestão doméstica de natureza mais íntima e pessoal, ao que querem fazer nos seus tempos livres e quanto às atividades que querem praticar” (p. 209).

Porém, 17 dos participantes disseram que precisam de autorização dos pais ou tutores para sair e se sentem obrigados a acompanhá-los quando estes saem, mesmo contra sua vontade. Cabe destacar, conforme Fernandes et al. (2014), que:

a estratégia da tutela parental não contribui para melhorar a sua qualidade de vida. Essa estratégia parece assentar sobretudo nos impedimentos colocados às saídas de casa sem controlo familiar, facto que impede ou dificulta

a autonomia na criação de laços sociais e relações de amizade ou amorosas, incluindo as potencialmente significativas e duradouras. (pp. 209–210)

Dois empregadores, dois familiares, dois amigos e um colega de trabalho ainda indicaram a questão da organização dos horários, de compromisso e sociabilidade, como habilidades e mudanças de atitude importantes que foram desenvolvidas nos trabalhadores, sugerindo que o emprego pode ter trazido mais confiança, responsabilidade e independência.

Convém salientar que um empregador indicou como o aspecto relacionado ao aprendizado das regras hierárquicas pode ser compreendido como um meio que contribui para ampliar o respeito em relações distintas das do contexto familiar. A inserção em outro contexto de convivência, como o que se configura no emprego, põe ao trabalhador o desafio de compreender os códigos e as regras vigentes nesse contexto, o que inclui as relações hierárquicas, a diferença entre chefes e colegas. Se a hierarquia como um fim em si mesmo é criticável, como meio, pode ser necessária.

Aproximadamente metade dos participantes utiliza o dinheiro como quer, a grande maioria tem conta bancária e/ou cartão, mas somente cinco deles depositam e retiram seu dinheiro. Alguns dos entrevistados reconheceram que os ganhos de autonomia estão relacionados ao aspecto da remuneração do trabalho realizado. A mãe e a amiga do P.13 indicaram, por exemplo, que eles passaram a cuidar melhor do dinheiro e a gastá-lo melhor depois que começaram a trabalhar. A amiga de um dos entrevistados identificou de forma semelhante essa questão da renda e do poder aquisitivo que o emprego propiciou: “eu acho muito legal ela ganhar o seu próprio dinheiro para poder comprar as coisas dela, sair, viajar” (amiga de P.1). Comentando sobre o mesmo aspecto, a mãe de um dos trabalhadores relatou o seguinte fato:

ela pode fazer coisas que, talvez, a gente, com toda a despesa de casa – eu sou aposentada, ele também [se referindo ao marido], e eu, trabalhando na escola, sabe como é? Então ela faz coisas que ela pode assumir a vidinha dela. A aula particular, ela quis estudar, mas estudar só com uma professora e em casa. Então a professora vem e dá a aula aqui e ela que faz o pagamento. Quando ela faz um curso no próprio Serviço Nacional de Aprendizado Industrial e ela mesma paga. Isso dá uma segurança pra gente, pois, na hora que a gente não tiver mais aqui, ela tem um trabalho dela e a irmã pode ser só a rede de apoio dela, né? (mãe de P.19)

Reconhecendo os prós e contras que a autonomia salarial trouxe na vida de seus filhos, uma das mães também destacou o seguinte aspecto: “tem o lado positivo e o negativo. O positivo é que ela tem iniciativa, pode sair e comprar suas coisas, viajar. O lado negativo é que ela me questiona quando nego algo para ela, dizendo: ‘eu ganho meu dinheiro’” (mãe de P.16).

Assim, o dinheiro é um importante elemento da vida dos trabalhadores, pois representa uma via de fortalecimento de sua autonomia (seja pelo poder aquisitivo, seja pela

possibilidade de colaborar nos gastos domésticos) e se destaca dos aspectos até então levantados, pois parece representar um importante desafio que tais sujeitos possam utilizar os seus recursos financeiros da forma mais autônoma possível e com o mínimo de apoio necessário.

Esses ganhos podem ser observados por meio do reconhecimento efetivo dirigido às pessoas com deficiência, quer por parte de seus familiares, quer por parte de amigos ou de outras pessoas consideradas importantes pelos trabalhadores. As análises de Pires et al. (2007) ratificam que o emprego pode influir positivamente na autoestima, na autonomia e no reconhecimento social desses trabalhadores, devido à forma com a qual passam a ser percebidos pelos outros e por si mesmos.

A questão da mobilidade levanta discussões interessantes sobre o desenvolvimento da autonomia após o emprego. Com relação à capacidade de se locomoverem individualmente (transporte), dois participantes e uma mãe relataram: “sempre vou de carro (...) se me deixassem ir sozinha para o trabalho, eu saberia voltar” (P.12). Já outro participante afirmou:

saio sozinho, às vezes eu saio com a minha mãe também. Porque, assim, a minha mãe quer que eu viaje junto com ela; tem vez que ela quer viajar comigo e a gente vai; tem vez que eu não posso porque tenho trabalho, tenho o grupo de convivência – Simbora, gente! (P.14)

A esse respeito, a mãe de um dos participantes também afirmou:

ele poderia ser mais [independente]. (...) Ele poderia ir para a nataçãõ, por exemplo; ele poderia pegar um ônibus. Mas ele chega à noite, está cansado. Eu queria que [ele] tivesse mais autonomia. Aí o cara diz: “vai andar mais de metrô”. Mas para ir aonde? Ele tem uma namorada que tem que pegar um metrô? Não tem. (Mãe de P.15)

A maioria dos participantes não possui autonomia para se deslocar sozinho. Segundo os amigos, somente três dos participantes vão sozinhos para o trabalho ou aonde precisam; oito deles saem de noite, mas só com amigos, o que sugere pouca autonomia para se deslocarem. Esse dado é reiterado pelos familiares dos participantes, ao indicarem que somente três dos entrevistados vão sozinhos ao trabalho ou aonde precisam. Nove dos participantes saem à noite, em geral com uma mediadora de grupo de lazer.

Nota-se como a questão da mobilidade toma uma relevância grande tanto para os trabalhadores, quanto para suas famílias. Tomemos como exemplo o P.13, que, após o emprego, se tornou mais autônomo no manejo com dinheiro, na mobilidade, bem como no tocante ao vestuário e à alimentação, embora continue não saindo de casa desacompanhado para nada. Isso nos traz a questão do porquê esse ganho de autonomia parece ser mais delicado, ou até mais complicado.

Algumas vezes, as famílias julgam que seus filhos com síndrome de Down são menos autônomos do que eles próprios se julgam, pois sempre insistem em acompanhá-los

em seus trajetos. Apesar dos vários ganhos de autonomia mencionados pelos entrevistados, a questão da mobilidade parece merecer destaque, talvez por implicar uma separação maior entre os trabalhadores e seus familiares e cuidadores, sobretudo por se colocarem em situação vulnerável ao circularem por uma cidade grande.

Para tornar possível comparar os diversos tipos de autonomia, calculamos os indicadores para cada um dos que foram avaliados, e os apresentamos na Tabela 1. Esses indicadores foram calculados a partir de questões sobre os diversos aspectos analisados; variando de 0 a 1,0: quanto mais próximos de 1,0, maior é a autonomia.

AUTONOMIA	FINANCEIRA	DESLOCAMENTO	CUIDAR DE SI	LAZER
Média	0,7	0,3	0,7	0,6
Desvio	0,3	0,3	0,2	1,1

Tabela 1 *Escores médios e desvios padrões das diversas formas de autonomia dos participantes*

Conforme os dados da Tabela 1, os participantes possuem boa autonomia em relação aos cuidados financeiros, de si próprios e ao lazer, mas pouca autonomia em relação ao deslocamento.

Para saber se há relação entre a autonomia para o deslocamento e IDH da região onde o participante mora, e entre essa autonomia e o salário ganho no emprego, calculamos correlações de Spearman. Encontramos correlação significativa entre a autonomia para o deslocamento e o IDH ($r = -0,50$; $df 18$, $p = 0,03$), indicando que, quanto menor o IDH do distrito em que o participante mora, maior a autonomia de se deslocar; inversamente, quanto maior o IDH, menor a autonomia. De fato, P.9 e P.14 são os que têm os indicadores de autonomia mais elevados e ambos possuem histórias de vida que revelam dificuldades financeiras; isso parece indicar que, quando o nível financeiro da família é bom, pode haver proteção em demasia em relação a seus filhos com deficiência, dificultando o desenvolvimento desse tipo de autonomia. Além disso, obtivemos também correlação significativa entre a autonomia para o deslocamento e o salário ($r = 0,45$; $df 18$): quanto maior o salário, maior o grau de autonomia para o deslocamento.

BEM-ESTAR E PROJETOS DE VIDA

Além dos círculos de amizades e da autonomia, a entrada no mercado de trabalho pode ter efeitos significativos no bem-estar das pessoas com síndrome de Down. Expomos a seguir, a partir das entrevistas realizadas, indicadores de que o fato dessas pessoas estarem trabalhando representa uma conquista, uma realização e uma satisfação pessoal, e o quanto isso impactou seu sentimento de bem-estar.

Inicialmente, salientamos que, nas respostas aos questionários, todos os participantes julgaram que são pessoas alegres, bem-dispostas e que gostam da vida que têm. Dos trabalhadores entrevistados, 19 deles se dizem satisfeitos consigo mesmos e julgam que o emprego os deixou mais felizes. Entre os familiares, o número é menor, mas,

ainda assim, 12 familiares julgam que os trabalhadores são mais felizes após o emprego. Isso indica que, de modo geral, a inserção no mercado de trabalho traz consequências positivas para o sentimento de bem-estar dos trabalhadores.

Os depoimentos indicam que muitos familiares percebem os ganhos relacionados ao bem-estar, sobretudo os ligados à sensação de utilidade e inclusão social dos trabalhadores. Esses são aspectos fundamentais para a efetivação de uma política de inclusão que vá além da inserção das pessoas nos postos de trabalho, permitindo assim que o emprego (e todas as ampliações de autonomia e engajamento a ele relacionadas) promova maior participação social.

Outro aspecto ligado ao bem-estar dos trabalhadores entrevistados é a forma como enxergam sua vida atual em relação à perspectiva de futuro. Essa perspectiva se coloca por meio de múltiplas visões, tais como planos de vida, projetos, sonhos, anseios e metas. Nesse sentido, notamos que esses trabalhadores têm ambições diversas, algumas das quais se modificaram após a inserção no trabalho. Os participantes almejam, com mais frequência: ganhar mais, ter casa própria, casar-se, namorar e ter filhos. Tais exemplos indicam não haver diferenças com relação aos desejos comumente atribuídos a jovens adultos, como podem ser caracterizados os nossos participantes, segundo a idade que apresentam.

Dessa forma, podemos concluir que a maioria tem sonhos e expectativas como todos têm, não se mostrando resignados. A esse respeito, chama a atenção a resposta da P.1, a saber, de que deseja uma vida “mais agitada”, o que sugere ao mesmo tempo a monotonia talvez ligada às poucas oportunidades oferecidas às pessoas com deficiência e também sua capacidade de percepção e crítica. À exceção de dois participantes, que acham que não irão conseguir cumprir essas expectativas, e de outro que julga já ter tudo de que precisa, todos os demais acreditam que conseguirão obter o que esperam para uma vida melhor.

Segundo as entrevistas com os familiares, 10 dos participantes querem casar. Nos depoimentos, duas mães de trabalhadores identificaram também que, após eles começarem a trabalhar, passaram a elaborar planos, a traçar metas e a considerar novos projetos para o futuro.

Nos relatos descritos de alguns participantes, podemos detectar como a inclusão no trabalho pode resgatar a participação social no sentido da ampliação dos horizontes e do desenvolvimento de sonhos e expectativas. É possível identificar de forma clara certa queixa a respeito do fato de a empresa em que trabalham não permitir que desempenhem outras funções, mesmo que essas funções façam parte do setor em que atuam. Do ponto de vista da inclusão profissional, as empresas poderiam repensar suas práticas e adotar ações no sentido de se tornar ainda mais inclusivas, aceitando os desafios que advêm com a ampliação dos desejos e ambições dos sujeitos, que passam a ser também trabalhadores.

Um dos participantes da pesquisa foi demitido enquanto coletávamos os dados. Disse que se considerava mais feliz quando estava trabalhando, relatando que, quando o mandaram embora, “foi um chute no estômago” (P.4).

Assim, a inserção no mercado de trabalho ofereceu oportunidades para que os(as) participantes se sentissem melhor em relação a muitos aspectos de suas vidas. Nos casos em que não houve muita influência do emprego, vimos como os participantes e os demais entrevistados avaliaram que eles já estavam satisfeitos consigo mesmos e com suas vidas, de modo que o emprego não trouxe consequências negativas ou positivas visíveis. Os pontos negativos do emprego apontados em três depoimentos pareceram estar ligados à rotina e aos horários, o que faz parte das condições de trabalho de todas as pessoas, constituindo frustrações legítimas, mas não específicas à inclusão de pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados na pesquisa relatada confirmam boa parte dos obtidos pela pesquisa de Veiga e Fernandes (2014).

Notamos que, com o ingresso no mundo do trabalho, as relações afetivo-sociais das pessoas com síndrome de Down foram enriquecidas e influenciadas por esse ingresso, o que também é realçado por Leite e Lorentz (2011). Em determinadas situações, encontros e vínculos converteram-se em amizades mais sólidas. Entretanto, também observamos relatos em que tais vínculos pautavam-se numa relação de carinho e respeito entre colegas. Esses apontamentos foram comprovados pelos depoimentos de 19 dos 20 participantes da pesquisa, que afirmaram estarem satisfeitos com suas relações de amizade.

Verificamos, em alguns depoimentos, certa relutância ou resistência por parte de alguns colegas com relação aos trabalhadores com deficiência; no entanto, foi possível observar, como outro dado relevante, o engajamento por parte de outros colegas, fato determinante no processo de integração física e social do empregado no local de trabalho.

Grande parte dos entrevistados indicou um desenvolvimento na autonomia dos sujeitos vinculado à inserção destes nos empregos. Conforme observamos, 19 participantes se consideravam mais autônomos, seguros e confiantes para lidarem com as situações do dia a dia. Os dados obtidos com a aplicação dos questionários indicaram que o trabalho trouxe uma maior independência financeira.

De acordo com os depoimentos dos familiares, a maioria dos participantes da pesquisa colabora com os afazeres em casa, sendo tais tarefas as que exigem menos planejamento e técnica. Verificamos, ainda, conforme os dados, uma correlação significativa entre a autonomia para o deslocamento dos trabalhadores e o IDH do local onde moram: quanto menor o IDH onde residem, maior o grau de autonomia para propiciar deslocamento. A maioria dos depoimentos apontou, também, que o emprego propiciou ganhos ao bem-estar dos trabalhadores com síndrome de Down, no que diz respeito à sensação de felicidade e de participação social, como também pela percepção de se sentirem mais úteis, aceitos pelos pares, e de poderem contribuir com a família e traçarem planos para o futuro.

Com o emprego, houve um aumento da autoestima, da autonomia e do bem-estar dos trabalhadores com síndrome de Down entrevistados nesta pesquisa, devido às novas experiências possibilitadas pelos empregos, o que também foi constatado na pesquisa de Veiga e Fernandes (2014) e na de Leite e Lorentz (2011). Ressalta-se que o apoio da família, dos colegas de trabalho e de seus chefes, assim como a formação anterior, são fundamentais para a inclusão dessas pessoas, proporcionada e concretizada pelo acesso ao trabalho, fato que se amplia para os demais âmbitos da vida social, o que é ressaltado no trabalho de Pereira-Silva et al. (2018).

Por fim, ressalta-se a importância do desenvolvimento de políticas voltadas à inclusão com vista ao fortalecimento de ações que favoreçam a entrada no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, apesar das críticas cabíveis ao modo de produção capitalista e à exploração inerente a este regime.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que custeou este estudo (Processo nº 2016/19807-0).

REFERÊNCIAS

- Alves, L., Corrêa, A. S., Correia, R. N. P., & Ventura, F. D. de S. (2019). Autonomia e bem-estar após o ingresso no mundo do trabalho. In J. L. Crochick (Ed.), *Inclusão profissional de trabalhadores com deficiência intelectual na cidade de São Paulo* (pp. 93–127). Benjamin Editorial; FAPESP.
- Crochick, J. L. (Ed.). (2019). *Inclusão profissional de trabalhadores com deficiência intelectual na cidade de São Paulo*. Benjamin Editorial; FAPESP.
- Crochick, J. L., Kohatsu, L. N., Dias, M. A. De L., Freller, C. C., & Casco, R. (2013). *Inclusão e discriminação na educação escolar* (1.ª ed.). Alínea Editora.
- Fernandes, L. M., Veiga, C., & Silva, C. (2014). Autodeterminação e vida independente. In C. Veiga & L. M. Fernandes (Eds.), *Inclusão profissional e qualidade de vida* (pp. 189–210). Edições Húmus.
- Leite, P. V., & Lorentz, C. N. (2011). Inclusão de pessoas com síndrome de Down no mercado de trabalho. *Inclusão Social*, 5(1), 114–129.
- Pereira-Silva, N. L., & Furtado, A. V. (2012). Inclusão no trabalho: A vivência de pessoas com deficiência intelectual. *Interação em Psicologia*, 16(1), 95–100. <https://doi.org/10.5380/psi.v16i1.23012>
- Pereira-Silva, N. L., Furtado, A. V., & Andrade, J. F. C. M. (2018). A inclusão no trabalho sob a perspectiva das pessoas com deficiência intelectual. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1003–1016. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-17Pt>
- Pires, A. B. M., Bonfim, D., & Bianchi, L. C. A. P. (2007). Inclusão social da pessoa com síndrome de Down: Uma questão de profissionalização. *Arquivos de Ciência da Saúde*, 14(4), 203–210.
- Veiga, C. V., & Fernandes, L. M. (Ed.). (2014). *Inclusão profissional e qualidade de vida*. Edições Húmus.
- Veiga, C. V., Fernandes, L. M., & Saragoça, J. (2014). Participação comunitária e satisfação com a vida. In C. V. Veiga & L. M. Fernandes (Eds.), *Inclusão profissional e qualidade de vida* (pp. 211–241). Edições Húmus.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Alex Sandro Corrêa é graduado em geografia pela Universidade de Guarulhos (1993), mestre em educação no programa de educação: história, política e sociedade pela Pontifícia Universidade Católica (2005) e doutor em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, onde atua como membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito na mesma instituição. É professor concursado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em São Paulo. Tem experiência na área de ensino e com atuação nos cursos de licenciatura, cursos técnicos integrados ao ensino médio, orientação de estágio e coordenador voluntário no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6847-3563>

Email: correa.alex2007@hotmail.com

Morada: Av. Prof. Mello Moraes, 1.721- Cidade Universitária – São Paulo/SP – Brasil-CEP: 05508-030

José Leon Crochick é psicólogo (1979), mestre em psicologia social (1985), doutor em psicologia escolar e do desenvolvimento humano (1990) e docente associado em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP; 1999). É professor credenciado do programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo, professor visitante do curso de pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Maringá e professor titular aposentado do Instituto de Psicologia da USP (2006). É bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; auxílio regular à pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, para desenvolver projeto sobre inclusão profissional de jovens com deficiência intelectual. Autor do livro *Preconceito, Indivíduo e Cultura* (Editora Casa do Psicólogo), tem como referência teórica os trabalhos da teoria crítica da sociedade, a partir da qual analisa principalmente os seguintes temas de pesquisa: preconceito, bullying e educação inclusiva.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2767-3091>

Email: jlchna@usp.br

Morada: Estrada do Caminho Velho, n.333, Guarulhos, São Paulo-Brasil-CEP: 07252-312

Rodrigo Nuno Peiró Correia é graduado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e graduado em educação física (bacharelado e licenciatura) pela Universidade de São Paulo (USP; 2003). Tem mestrado em educação física pela USP (2008) e atualmente doutorando em psicologia escolar e do desenvolvimento humano no Instituto de Psicologia da USP, como também, membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito nesta mesma instituição. Tem experiência na área de administração de empresas (bancos e instituições financeiras) e na área de educação física, com ênfase em educação física escolar, condicionamento físico, treinamento esportivo e educação física adaptada. Atualmente é servidor público efetivo

da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de São Paulo e conselheiro do Conselho Regional de Educação Física do estado de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1929-0282>

Email: rodrigopnc@hotmail.com

Morada: Av. Prof. Mello Moraes, 1.721- Cidade Universitária – São Paulo/SP – Brasil-CEP: 05508-030

Fabiana Duarte de Sousa Ventura é psicóloga e pedagoga, pós-graduada em educação inclusiva e análise do comportamento humano, consultora na área de inclusão e diversidade. É a idealizadora do Instituto Simbora Gente e membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito. Co-autora do livro *Inclusão Profissional de Trabalhadores com Deficiência Intelectual na Cidade de São Paulo* e é ainda, pesquisadora e palestrante.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2291-8149>

Email: fabiana.ventura@hotmail.com

Morada: Av. Prof. Mello Moraes, 1.721- Cidade Universitária – São Paulo/SP – Brasil-CEP: 05508-030

Submetido: 16/06/2021 | Aceite: 22/09/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

VARIA | VARIA

“O POVO DESLIGA, VAI À PROCURA DO FADO” — A RÁDIO E A RESISTÊNCIA FADISTA AO ESTADO NOVO NA DÉCADA DE 1930

José Ricardo Carvalho

Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

RESUMO

Muito longe da consagração atual e mesmo antes da sua domesticação pelo salazarismo, o fado atravessou fases dilemáticas da sua existência. Entre elas, estão os tempos iniciais da sua mediatização, em particular, as complexas articulações com a rádio na década de 1930, com o Estado Novo e os preconceitos de classe a tentarem ostracizar o fado ou, pelo menos, travar a legitimação nacional da cultura popular urbana. As tensões que já antes rodeavam o fado renovaram-se e agudizaram-se face ao contexto simultâneo de estabilização da ditadura e de implantação da rádio em Portugal, colocando o novo meio de difusão sonora no centro das lutas simbólicas em torno da “canção nacional”. Envolvendo dilemas entre o estigma e a legitimação fadista, entre a sua origem e a propagação, entre a difusão pública e o controlo estético ou moral, constitui-se uma zona de articulação da rádio com o fado onde diversos atores sociais se posicionaram, com diferentes objetivos e estratégias, e em que se jogaram questões de programação, discursividade e status social. O objetivo deste artigo é identificar esse conjunto de articulações ao longo dos anos 30, tentando perceber de que maneira a formação do campo radiofónico, com as suas várias estações e matizes, se tornou palco e participante num processo cultural que, em alguns aspetos, já o precedia. A pesquisa baseia-se na imprensa coeva, especificamente nos jornais de fado (*Guitarra de Portugal*; *Canção do Sul*) e nos periódicos dedicados à rádio (*Rádio Semanal*; *Rádio Revista*; *Boletim da Emissora Nacional*; *Rádio Nacional*).

PALAVRAS-CHAVE

história da rádio, fado, Estado Novo, década de 1930, imprensa

“THE PEOPLE TURN IT OFF AND GO OUT LOOKING FOR FADO” — RADIO AND THE FADO RESISTANCE TO THE ESTADO NOVO IN THE 1930s

ABSTRACT

Far from its current consecration and even before its domestication by Salazarism, fado went through dilemmatic phases throughout its existence. Among them are the early times of its mediatization, particularly the complex relationship with radio in the 1930s, with the Estado Novo and class prejudices attempting to ostracize fado or, at least, to stop the national legitimization of urban popular culture. The tensions that already surrounded fado were renewed and sharpened in the simultaneous context of the stabilization of the dictatorship and the implementation of radio in Portugal, placing the new means of sound diffusion in the centre of symbolic struggles around the “national song”. Involving dilemmas between stigma and fado legitimation, between its origin and propagation, between public diffusion and aesthetic or moral control, a connection between radio and fado was made, where several social actors positioned themselves, with

different goals and strategies, and in which questions of programming, discursiveness and social status were tackled. This article aims to identify this set of interactions throughout the 1930s. It tries to understand how the establishment of the radio industry, with its various stations and nuances, became a stage and participant in a cultural process that, in some aspects, already preceded it. The research is based on contemporary press publications, specifically fado newspapers (*Guitarra de Portugal*, *Canção do Sul*) and magazines focused on radio (*Rádio Semanal*, *Rádio Revista*, *Boletim da Emissora Nacional*, *Rádio Nacional*).

KEYWORDS

radio history, fado, Estado Novo, 1930s, press

Ao contrário da deferência com que hoje se considera o fado enquanto parte do património cultural português, no passado este género musical atravessou períodos de intensa luta simbólica no espaço público, articulando-se com tensões sociais e projetos políticos.

Época especialmente significativa foi a que correspondeu às primeiras etapas da implantação da rádio, período que se iniciou na década de 1920, mas que incidiu especialmente nos anos 30 — com a criação e consolidação de estações emissoras, a popularização da escuta radiofónica e a atenção da imprensa sobre o novo meio.

Estudos cruciais para a história do fado no século XX (Brito, 1999; Carvalho, 1994; Nery, 2012; Sucena, 1993) mencionam de forma destacada o aparecimento da rádio, sublinhando o seu carácter de mecanismo divulgador e difusor, que alterou o quadro de atividade da música, proporcionou um alargamento de público para o fado e contribuiu para a profissionalização dos fadistas (Carvalho, 1994, pp. 84, 94).

Nestas obras salienta-se que muitos postos emissores usavam o fado como estratégia de captação de audiência popular, assim como se refere a ambivalência da rádio oficial do Estado Novo (Nery, 2012, pp. 254, 257). Em estudos históricos sobre a rádio, há igualmente menções ao fado, especialmente na relação com as pequenas estações de Lisboa (R. Santos, 2005), mas também com a rádio estatal (Ribeiro, 2005).

A nosso ver, a articulação entre o fado e a rádio na fase da sua implantação merece um grau de detalhe em que se salientem três eixos: a variedade de modalidades que servem à difusão do fado através da rádio; o funcionamento desta como plataforma para discursos sobre o fado; e o desenvolvimento da própria rádio como propulsor de discussão acerca do fado e de lutas simbólicas em torno dele.

Estas articulações permitem perceber a rádio dos anos 30 como ápice onde confluem duas forças contraditórias que vêm das décadas anteriores: por um lado, a gradual expansão do fado para além dos limites originais dos bairros e classes populares lisboetas e a sua conversão em espetáculo e produto de consumo; por outro, a não aceitação, por parte de importantes setores das classes dominantes, que um fenómeno oriundo da cultura pobre urbana, e com ligações à marginalidade social, pudesse tornar-se uma expressão musical reconhecida no espaço público e legitimada a nível nacional.

Para averiguarmos os cruzamentos entre fado e rádio, centramo-nos em dois segmentos da imprensa da década de 1930, a fadista e a radiofónica, compulsando as

referências à rádio nos jornais de fado e as alusões ao fado nos jornais de rádio. No primeiro caso focamo-nos nos quinzenários *Canção do Sul* e *Guitarra de Portugal*, que cobrem todo o período. No segmento radiofónico, recorreremos ao *Boletim da Emissora Nacional* (1935–36), à revista *Rádio Nacional*, que lhe sucedeu como órgão da rádio estatal a partir de 1937, e às publicações independentes *Rádio Semanal* (1934–40) e *Rádio Revista* (1935–36).

PRIMEIRAS MEDIATIZAÇÕES

Em Portugal, a rádio nasce praticamente em simultâneo com a ditadura que conduzirá ao Estado Novo e é lícito considerar que o período da sua implantação se prolonga até aos anos 40, década em que se massifica a posse doméstica da “telefonía” (só então superando os 100.000 aparelhos em território nacional). Pode, por sua vez, dividir-se este período em quatro fases, tendo em conta alguns marcos da história radiofónica que irão fazer-se sentir na relação com o fado:

1. 1924 até cerca de 1930, que corresponde à primeira geração de pequenos postos, onde a radiodifusão obedece à lógica de concerto;
2. desde cerca de 1930 até 1935, em que novas estações iniciam verdadeiramente a estruturação do campo radiofónico, com emissões regulares, criação de programas e diversificação de géneros;
3. 1935–1941, quando o campo é redesenhado com o funcionamento definitivo de um ator estatal, a Emissora Nacional;
4. 1941–1950, quando a Emissora é chefiada pelo diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, António Ferro, e, portanto, instrumento direto para a “política do espírito” (etapa que não cabe neste texto).

Antes da rádio, o fado era já uma prática musical com um certo número de mediações que alimentavam a sua expansão. Era o caso dos registos discográficos que desde o período 1904–1915 visavam um público de classe média, assim como outros assomos de uma indústria cultural em torno do fado, que se traduziam em partituras para piano e canto e também na venda de brochuras com letras, produtos dirigidos a consumidores escolarizados e à recreação caseira de canções do fado. Note-se também o papel intermediador que, para este público, foi desempenhado pelo teatro de revista. Desde finais do século XIX que este género teatral incluía fados, aligeirando-lhes as formas e fazendo-os acompanhar por orquestras, de modo a aproximá-lo das classes médias lisboetas e a integrá-lo nos seus consumos culturais. Joaquim Pais de Brito (1999) realça este estrato social que, embora “impreciso nos seus contornos”, se vai tornando relevante na relação com o fado e que é composto por uma pequena e média burguesia com meios para frequentar espetáculos e para ir adquirindo as sucessivas mediações técnicas, como a grafonola (p. 28).

Mas, quando surge a rádio, para lá de tabernas e botequins que nos bairros pobres constituíam o habitat natural da prática fadista há décadas, também as camadas intermédias de Lisboa já não contactavam com o fado só em salões e teatros. Para este público, vinha-se formando, desde o início do século, uma rede de cafés e cervejarias com oferta de atuações fadistas. Aqueles a quem a condição social e as preocupações de respeitabilidade impediam de frequentar as tabernas de Alfama ou da Mouraria, podiam agora desfrutar do fado em ambientes onde se mantinha a compostura (Nery, 2012, p. 219), alguns dos quais em zonas nobres da cidade.

Desde a viragem do século que a capital era marcada por um acelerado crescimento e se intensificava a diferenciação social. A população operária atraída pela expansão do porto e que habitava as zonas de precariedade contrastava cada vez mais com o bem-estar ordenado das avenidas e partes novas da cidade, mas também se cruzava com a pequena burguesia e os empregados dos serviços, os lojistas e os caixeiros, que em alguns bairros coexistiam com as classes mais baixas, mas que aspiravam a distinguir-se delas e professavam outros padrões morais (Rosas, 2018).

É à luz destes contrastes sociais e conflitos simbólicos que se devem ler as classificações estigmatizantes que do fado fazem António Arroio ou Albino Forjaz Sampaio na década de 1910 e que em meados dos anos 20 regressam em frequentes polémicas nas páginas do quinzenário *Guitarra de Portugal*, dirigido pelo poeta do fado Linhares Barbosa. A citação de artigos publicados por “detratores” noutros jornais (incluindo alguns da “província”) e os contra-ataques por parte das hostes fadistas ocupam muitas edições de 1925. As dissensões também podiam ser interiores ao próprio campo fadista, como sucedeu em dezembro de 1926 a propósito da opereta *Mouraria*, ficando claro nos artigos do *Canção do Sul* que uma preocupação então crucial por parte do género e dos seus praticantes era a procura de respeitabilidade, para a qual amiúde se invocavam antigos contactos históricos com a aristocracia.

Uma compilação de críticas externas ao fado surgiria no volume publicado, dias antes do golpe militar que instaurou a ditadura, pelo intelectual portuense José Maciel Fortes (1926), para quem o fado é a canção “predileta das meretrizes e (...) das mais baixas camadas sociais” (p. 99) e “não passa de uma cantilena de vadios, um hino ao crime, uma ode ao vício” (p. 71). Este discurso, que desqualifica o fado em termos simultaneamente morais, classistas e artísticos, indica o tipo de hostilidade existente no momento em que a radiodifusão dá os primeiros passos.

Mas a recusa em aceitar o fado como “canção nacional” passa nesse momento a assentar também em razões histórico-raciais — apontando o fado como derivado de uma “forma cancional negróide” (Fortes, 1926, p. 45) —, numa tentativa de deslegitimação consonante com as teses fascistas então emergentes. As críticas de Fortes (1926) são dirigidas ao acolhimento do género nas classes vistas como respeitáveis, bem como ao comércio das casas editoras como via de propagação. Como moda lisboeta que se disseminava progressivamente pelo país, o fado ainda não estaria, porém, na alma do povo de todas as províncias, argumentava o autor.

É justamente em meados dessa década que se inicia a primeira geração da rádio com emissões regulares de pequenos postos. De acordo com Rogério Santos (2005), neste período prevalece a transmissão de concertos de música clássica, com cantores e instrumentistas no estúdio ou com “concertos de grafonola”, por vezes conjugando a música erudita com momentos de poesia, de humor ou de outros géneros musicais. Trata-se de um modelo tendencialmente erudito de rádio, posto em prática por estações cujos proprietários pertenciam a meios empresariais ou militares (R. Santos, 2005, pp. 95–96). O arranque fazia-se sob uma conceção que encarava a rádio também como “poderoso factor de educação”¹ (Neves, 1925, como citado em R. Santos, 2005, p. 67).

¹ Palavras do presidente da Sociedade Portuguesa de Telefonia Sem Fios (TSF), Hermano Neves, em 1925, na revista *Rádio Lisboa Magazine*.

Nesta fase, o fado surge esporadicamente no meio de algumas transmissões. Uma das primeiras terá sido uma atuação de Alfredo Marceneiro acompanhado de guitarra e viola, logo em março de 1925, no posto P1AB, dentro de um programa de concerto dominado pela música clássica² (R. Santos, 2005, pp. 229–230). Através da imprensa diária, Rogério Santos (2005) identificou várias ocasiões em que se fez a radiodifusão de sessões fadistas nos anos seguintes: uma noite de fados organizada pelo *Diário de Notícias* em abril de 1927 e transmitida pelo posto CT1AA; a transmissão de fados e guitarradas a partir do Café Mondego, em 1928, pelo posto CT1BM; um concerto organizado, em janeiro de 1929, pelo violista Mário Marques e o guitarrista João Fernandes, com fados da sua autoria e de Armandinho, cantados por Ercília Costa, igualmente difundido pelo CT1AA (pp. 242–243).

Se bem que o fado fosse muito minoritário na intermitente difusão radiofónica desta fase, parecem ter emergido desde logo várias formas de ligação entre o fado e a rádio. Essa articulação estava, porém, num momento embrionário, tal como a própria rádio. É isso que sugere o número 44 do *Notícias Ilustrado*, em 14 de abril de 1929, inteiramente dedicado a um “grande inquérito sobre o fado”, onde a mediação do disco e da “gramofonia” está muito mais presente do que a “TSF”. Nos jornais fadistas são praticamente inexistentes as referências à rádio até final dos anos 20.

O que sobressai, todavia, nesta fase é a participação, diminuta, mas aparentemente insólita, de uma forma musical popular no seio de uma conceção erudita e educativa da rádio, o que só por si complica uma leitura linear da relação que as questões de status e classe social tinham neste momento com o fado.

1930–1935: O FADO E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO RADIOFÓNICO

O princípio dos anos 30 é apontado como o período em que nasce uma segunda geração de rádios e onde se transita do modelo de temporada musical para uma estrutura propriamente radiofónica de programas e rubricas, com emissões mais regulares e uma diversificação de géneros (R. Santos, 2005). Vários destes pequenos postos emissores aparecem por iniciativa de comerciantes de Lisboa, que estão, portanto, mais próximos das classes populares, acumulando funções diretivas e técnicas nas rádios e tentando estabelecer ligações mais permanentes com colaboradores.

É também na primeira metade desta década que o fado conquista uma presença radiofónica mais frequente, de que são exemplo a Rádio Colonial (o CT1AA, sobrevivente da fase anterior), ao promover “a título experimental”, logo em 1930, emissões a cargo do violista Amadeu Ramin (Sucena, 1993, p. 201), e a Rádio Luso, que desde 1932 se caracteriza pela difusão de fado e por exprimir posições fadófilas (Neves, 2017, p. 20).

A imprensa coeva indica que igualmente na Rádio Graça, criada em 1932, há emissões de fado, pelo menos desde o início de 1933³. E também em relação à Rádio Condes há referências de atuações fadistas, cuja data inicial não é possível precisar, mas que são

² Referido na revista *TSF* em Portugal.

³ A primeira referência a emissões de fado na Rádio Graça surge na *Canção do Sul*, a 1 de fevereiro de 1933.

anteriores a 1935 (*Canção do Sul*, 16 de junho de 1935). Existe, portanto, um conjunto de pequenos postos emissores de Lisboa, com um restrito âmbito geográfico de difusão, onde o fado se faz ouvir na primeira metade dos anos 30. Mas ele também penetra numa estação com outros meios e ligada à cúpula do regime, o Rádio Club Português (RCP), de cujas emissões de fados se encontra os primeiros registos na imprensa em 1934 (*Guitarra de Portugal*, 31 de maio de 1934).

É difícil perceber, nas fontes consultadas, qual a real frequência do fado nos postos referidos, mas do que não há dúvidas é que as relações se estreitam, sendo um sinal disso a pluralização de formas através das quais a rádio surge articulada com o fado. Nestas incluem-se várias modalidades de difusão além do disco. Por um lado, há as transmissões a partir de locais onde o fado se exhibe, os quais podem, aliás, integrar o trunfo radiofónico na sua promoção junto do público (como acontece nos anúncios em que o Café dos Anjos se vangloria de “irradiar pela TSF”; *Guitarra de Portugal*, 14 de novembro de 1933). Por outro, desenvolvem-se as atuações fadistas em estúdio, algumas das quais acabam por se enquadrar em acordos estabelecidos com os jornais de fado, mas que de uma forma geral parecem inserir-se numa lógica de profissionalização dos fadistas (iniciada em 1927 com o decreto que os obriga a ter cartão de artista para atuarem em público)⁴, que tentam incorporar os postos radiofónicos nos seus circuitos de atuação e como meio de divulgação.

Há outros sinais da crescente articulação, como as letras de fado com alusões à rádio, raras mas curiosas, de que são exemplo umas quadras de Álvaro Fialho que usam a radiofonia como metáfora:

terno rádio transmiti/ Do meu coração ao teu/ (...)/ Uma onda hertziana/
Todo o espaço percorreu/ Numa correria insana/ Do meu coração ao teu/ (...)/
Se foi boa a recepção/ Se o rádio não se perdeu/ Porque é que teu coração/
Ainda não respondeu? (*Guitarra de Portugal*, 30 de novembro de 1930)

E também se somam as campanhas publicitárias com que as marcas de aparelhos apelam ao público fadófilo e que incluem a utilização de rostos como os de Berta Cardoso e Ercília Costa, nomes cimeiros do panorama fadista de então. Estes anúncios proliferam em 1934 e são mais um indício de que os apreciadores de fado não se restringiam às classes mais baixas, para quem a aquisição de uma telefonia era nesta altura inacessível. A rádio estatal, que nesse mesmo ano começava as emissões experimentais, iria lançar em 1935 uma campanha de apoio à compra de aparelhos a preços reduzidos, mas sem conseguir massificar a curto prazo o acesso a uma rádio idealizada como instrumento de propaganda do regime⁵.

O que o novo contexto radiofónico parece ter provocado, simultaneamente com a estabilização da ditadura na sua forma de Estado Novo a partir de 1933, foi um renovado e virulento ímpeto nos discursos contra o fado, onde emerge de maneira muito clara a

⁴ Esta regulamentação do fado pelo novo regime ditatorial, que se destinava a controlar as atuações e a moralizar as suas práticas e contextos, acabou por funcionar como mais um estímulo para os fadistas procurarem uma via profissional, como foi assinalado por Rui Vieira Nery (2012, p. 239).

⁵ Em 1933, estavam registados apenas 16.000 aparelhos em todo o país. Em 1935, registavam-se 40.000 e em 1937, 69.000.

sua radiodifusão como problema. Também neste aspeto se evidencia o ano de 1934, quando vários artigos do *Diário de Notícias* têm grande eco e reação na imprensa fadista, que não deixa de identificar a motivação das críticas: “o nó górdio gira à volta da TSF (...) pena foi que só o fado lhe ferisse os tímpanos”⁶ (*Canção do Sul*, 20 de agosto de 1934, p. 1). Não terá sido por acaso que os ataques se intensificaram a partir de abril, momento em que a Emissora Nacional começa a transmitir, ainda de modo experimental.

Nesta “campanha” contra o fado, toma igualmente um papel de destaque o diário *Revolução Nacional*, onde se lamenta “ouvir em diversas emissoras portuguesas (mesmo a nacional) a dona Maria dos Quintalinhos e a dona Micas a cantarem o fado da desavergonhada” (“Relice Nacional”, *Guitarra de Portugal*, 15 de setembro de 1934, p. 11). Jornal próximo do nacional-sindicalismo, movimento de índole fascista que Salazar acabava de neutralizar como oposição interna ao regime, a ação do *Revolução Nacional* sugere que várias fações do jogo de equilíbrios em que se tornou o salazarismo também declinavam acerca do fado as suas próprias ideologias⁷. Nesta fase, uma das principais linhas discursivas é ainda a insistência em associar o fado com a prostituição e a marginalidade dos meandros lisboetas, como forma de deslegitimar a sua radiodifusão e opor-se à sua expansão nacional.

O politizar da conexão entre rádio e fado é, portanto, mais um eixo das suas articulações que se aprofundam na primeira metade dos anos 30. Mas uma vertente acrescida dessa mesma articulação reside no facto de também a rádio se ter tornado uma plataforma do combate político em torno do fado.

Como é natural, os discursos contra o fado tentaram usar a própria rádio como meio para a sua crítica, mas para tal não serviam as pequenas estações que se dedicavam a difundir aquele género musical. Por isso, toma-se o RCP como base possível para a condenação do fado, através desse género radiofónico, então notável, que era a “palestra”. É o que acontece em maio de 1934, quando o RCP emite uma palestra caracterizada como de “injúrias e ofensas para o fado” pelo *Guitarra de Portugal*, que por sua vez reage através do próprio RCP, organizando, em associação com o diário *O Século* e uma marca de aparelhos, duas audições de “resposta” em junho, onde atuam Maria Albertina, Maria do Carmo e Filipe Pinto (*Guitarra de Portugal*, 31 de maio de 1934, p. 7 e 30 de julho de 1934, p. 2). Uma das letras cantadas por Maria Albertina era de publicidade à marca patrocinadora, outro sinal das vias que o profissionalismo fadista ensaiava nas suas articulações com a rádio. A posição ambivalente do RCP, entre os compromissos com o regime e o cariz comercial que visava expandir a audiência, ter-lhe-á proporcionado ser palco desta disputa.

Vemos, portanto, que outra das articulações que se desenvolvem nesta fase entre fado e rádio é o facto de a reação fadista usar também as estações emissoras, em ações entendidas pelos próprios meios fadófilos como política de “propaganda” em prol do fado. Esta disposição não começa com a polémica no RCP, pois já antes o campo

⁶ Está em causa um artigo de fundo do *Diário de Notícias* intitulado “Triste Fado”, não assinado, mas atribuído ao diretor daquele diário.

⁷ Dirigido por Manuel Múrias, o *Revolução Nacional* publicou-se entre março e agosto de 1934.

radiofónico vinha sendo visto por setores do fado como espaço de afirmação num contexto de luta simbólica. É exemplo disso, uma notícia do *Canção do Sul* no início de 1933:

aparecem novas forças com que o fado se sente remoçar e pronto a de-
frontar a onda insana [dos ataques de ódio]. Agora foram os Leais Fadistas
(...) realizando uma sessão de fados na Rádio Graça, tão bem recebida
pelos ouvintes que os pedidos telefónicos foram constantes. (*Canção do
Sul*, 1 de fevereiro de 1933, p. 1)

A defesa e promoção do fado no interior do próprio campo radiofónico envolvem também a difusão de palestras, como as que o jornalista e poeta Armando Neves proferiu na Rádio Luso em 1932 (Neves, 2017, p. 20). Mas é em 1934 que a relação entre os dois campos se estrutura de forma mais institucional, não apenas com as múltiplas iniciativas da própria imprensa fadista na promoção de audições radiofónicas⁸, como também com o estabelecer de ligações privilegiadas entre jornais e postos emissores, nomeadamente do *Canção do Sul* com a Rádio Graça e a Rádio Condes, e do *Guitarra de Portugal* com a Rádio Luso, para onde Linhares Barbosa foi convidado a dirigir a “secção de fado” (*Guitarra de Portugal*, 8 de dezembro de 1934, p. 3).

Independentemente da simpatia que o fado pudesse ir granjeando nas classes médias, o que unia os fadistas às pequenas rádios locais e ao seu público dos bairros populares era em grande medida um mundo socialmente coincidente. O proprietário da Rádio Graça, Américo Santos, que tratava da técnica, dos programas e da locução, era um modesto guarda-livros, próximo, portanto, das profissões de origem dos *Ídolos do Fado* enumeradas por Victor A. Machado (1937): escriturário, tipógrafo, estofador, serralheiro mecânico, ferroviário, electricista, empregado de comércio, pedreiro. Nas fadistas, havia costureiras e trabalhadoras fabris, mas à maioria nem era atribuída profissão. Este contexto social é frequentemente associado pelo discurso fadófilo às desconsiderações de que o género é alvo: se o fado não é artisticamente reconhecido é “porque é pobre, geralmente disseminado entre os filhos do povo” (*Canção do Sul*, 16 de junho de 1934, p. 3).

Neste sentido, a radiodifusão do fado corresponde à projeção das classes populares urbanas no espaço público. Não se trata apenas do alastramento a outras regiões do país, movimento em que a rádio faz parte de um sistema difusor mais amplo⁹. O que também estaria em causa com o acesso dos fadistas às rádios era uma dignificação simbólica de figuras “do povo” e da cultura popular urbana, dignificação tanto mais ampla quanto mais prestigiado fosse o estatuto da rádio e o âmbito da difusão.

APÓS 1935: A EMISSORA E A CANÇÃO NACIONAL

Quando, em agosto de 1935, inicia a suas emissões regulares sob a direção de Henrique Galvão, a Emissora Nacional tem um programa ideológico que inclui a educação do “bom gosto” musical e que visa “exercer uma ação profunda” sobretudo nas

⁸ À semelhança do *Guitarra de Portugal*, também o *Canção do Sul* o faz em diversas ocasiões.

⁹ A rádio veio participar na expansão geográfica do fado que os discursos críticos já identificavam na década anterior e que também é alimentada por “embaixadas do fado” à província, assinaladas nos jornais entre 1930 e 1934.

“classes operárias e populares”¹⁰. A estratégia montada — e estrangida por reduzidos meios financeiros — provocou, porém, fricções na própria Emissora e levou a acusações de vulgarização cultural dirigidas ao diretor (Ribeiro, 2005, p. 119), tensões que remetiam, afinal, para “a questão central do binómio entre a alta cultura e a cultura popular” (Moreira, 2012, p. 64) que esteve no cerne da própria ideologia do Estado Novo.

Hostilizado por setores do regime e excluído pelo Secretariado de Propaganda Nacional da “alma” portuguesa, o fado estava ideologicamente condicionado na rádio oficial. Mas passa a ter um espaço regular a partir de novembro, quando começam a fazer-se transmissões de 20 minutos em direto do Retiro da Severa, nas noites de domingo e quinta-feira (*Boletim da Emissora Nacional*, n.º 4, novembro de 1935). Nesse mês, o fado ocupou 2,6% do tempo de emissão musical (1 hora e 37 minutos no total), contra 6 horas de músicas regionais (dados publicados pelo *Boletim da Emissora Nacional*). A programação da Emissora concentrava-se na alta cultura (mais de 80% da música) e mostrava que a estratégia para se “aproximar das classes populares com bons elementos de cultura musical” (*Boletim da Emissora Nacional*, agosto de 1935, p. 100) consistia sobretudo em oferecer-lhes formas cultas, por vezes sob roupagens mais acessíveis.

O predomínio destas formas culturais fazia da Emissora um espaço simbólico marcadamente das classes altas. A participação feminina, por exemplo, era protagonizada por atrizes de teatro erudito, poetisas, cantoras líricas e instrumentistas (além de palestrantes que abordavam “temas femininos”), parecendo-se, aliás, com um semelhante caráter classista da geração de postos anteriores a 1930.

Neste cenário, as transmissões de fado entendem-se sobretudo como tentativa pragmática de cooptar as classes populares, com Henrique Galvão a intuir um caráter dialógico da rádio e as reações possíveis do público. Para o diretor da Emissora, o público popular não aceitaria “programas exclusivamente eruditos cuja matéria esteja fora do alcance da sua sensibilidade (...) e menos os aceitará radiodifundidos tendo a possibilidade de deslocar o botão do seu aparelho e procurar nos postos particulares a música ligeira de que gosta” (Galvão, como citado em Moreira, 2012, p. 64)¹¹. Mas a introdução do fado também se entende como consciência de que o seu público já tocava as classes médias, pois Galvão aludia a proprietários de aparelhos que reivindicavam a sua escuta em virtude dos 6 escudos que pagavam de taxa (*Boletim da Emissora Nacional*, 1 de agosto de 1935, p. 98).

Em todo o caso, as transmissões na Emissora fornecem um novo contexto radiofónico onde se inscrevem dois aspetos a notar. Em primeiro lugar, conferir aos fadistas um espaço regular na rádio oficial, e mais ainda dentro de um modelo radiofónico de cultura legítima, não podia deixar de ser visto também como uma forma de legitimação do fado e, portanto, continha um potencial simbólico considerável. Em segundo lugar, e como recusa dessa mesma legitimação, exacerbaram-se as intervenções hostis ao fado a partir dos núcleos intelectuais do Estado Novo e, mais uma vez, o espaço radiofónico se tornou palco das suas próprias lutas a este propósito.

¹⁰ Entrevista de Henrique Galvão à *Rádio Semanal*, reproduzida no *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 1, agosto de 1935, p. 100.

¹¹ Carta ao Ministro Duarte Pacheco.

Face à nova circunstância que é a existência de uma emissora estatal, o discurso dos intelectuais do regime não é totalmente homogéneo, nomeadamente no que respeita à solução para o problema da radiodifusão fadista. Uma corrente, de que faz parte o jornalista Augusto da Costa (1936), oriundo do integralismo lusitano¹², defende simplesmente a sua proibição:

estamos convencidos de que não tardará que todos os postos emissores, do Estado ou particulares, estejam inteiramente ao serviço da Nação, só podendo transmitir, tanto em palavras como em música, aquilo que realmente sirva a Nação. Desaparece o fado das emissões radiofónicas? Assim é preciso. (*Boletim da Emissora Nacional*, n.º 7, p. 90)

Trata-se de defender a imposição do poder do Estado ao conjunto dos postos radiofónicos em nome de uma política nacional autoritária, e não apenas à Emissora Nacional, mas não se pode dissociar tal posição, em inícios de 1936, do papel que a rádio oficial havia assumido na difusão do fado. Não era primeira vez, aliás, que vozes integralistas propunham simplesmente extirpar o fado das práticas culturais portuguesas¹³.

Outra corrente pode ser identificada na série de oito palestras proferidas por Luiz Moita sobre o fado, entre abril e agosto de 1936, na própria Emissora Nacional. Intelectual do círculo de António Ferro e, portanto, partidário da construção de um determinado cânone de música popular de inspiração rural como parte da “política do espírito” estado-novista, Moita dedica a palestra de 7 de julho à questão da rádio. Após descrever a mistura de gritos, fumo e fado (“lá está o aparelhinho aceso” ; Moita, 1936, p. 165) que em Lisboa emana das tabernas para a rua, conclui a sua tese:

não vou afirmar, pois a muitos pareceria loucura, que se promova, nas estações emissoras, a brusca supressão do fado. (...) Convenho que se dê aos idólatras, – últimos abencerragens dum culto pagão sem dia de amanhã, a faculdade de dividirem o seu “caldo de cultura” (...) Mas devíamos ficar por aí... Em caso algum conviria permitir, repito, que se “entornasse o caldo”. (...) Acaso não merecerá o povo de Lisboa que o ajudem a tirar do seu marasmo psíquico, em vez de porem a rádio ao serviço da sua mesma estagnação? (Moita, 1936, pp. 168–171)

Trata-se, neste caso, de defender um acantonamento do fado, a circunscrição do seu “vírus” (termo do próprio Moita, 1936), estratégia que admite alguma tolerância para com o campo radiofónico, mas cujo propósito seria naturalmente uma pedagógica restrição das suas emissões.

Além da obsessão “moralista” dos censores¹⁴ e para lá das diferenças entre estas duas correntes, o que se revela é que ambas viam como insuficiente a neutralização

¹² Na Primeira República, Augusto da Costa havia sido redator principal do diário *A Monarquia*, órgão do integralismo lusitano.

¹³ Em 1929, e num contexto em que ainda não estava em causa a radiodifusão, um outro elemento ligado ao integralismo lusitano, Silva Gaio, defendia a mera conservação de alguns “exemplares patológicos” do fado.

¹⁴ Os jornais de fado também são visados previamente pela Comissão de Censura, como consta nas suas edições durante os anos 30.

política do fado que desde o início da ditadura vinha sendo feita através da censura ideológica às letras da linha “subversiva” e revolucionária que existira antes e durante a Primeira República (Nery, 2012, p. 231) e em que o fado fora veículo de expressão do proletariado emergente e de denúncia das desigualdades sociais (Brito, 1999, p. 34). O que estava em causa agora não eram questões político-ideológicas que a censura das letras pudesse resolver, mas sim o género cultural em si, numa repulsa classista que emana de descrições como as de Moita (1936) e que se dirige ao fado como forma simbólica das classes populares urbanas.

Nesse momento, porém, o fado estava presente em todo o espectro radiofónico de Lisboa e, como vimos, as hostes fadistas tinham já incorporado a rádio como meio de difusão e propaganda, com as suas próprias séries de palestras, organização de emissões e alianças entre a imprensa e postos emissores. Assim, o grande impacto que as palestras de Luiz Moita tiveram no campo do fado pôde ser retrucado não só nos jornais, nem apenas nos pequenos postos “populares”, mas também através da própria Emissora Nacional no espaço de interpelação do público fadófilo que eram as transmissões do Retiro da Severa.

Na emissão de 6 de maio, os fadistas responderam às primeiras palestras de Luiz Moita com as suas próprias armas, em versos de fado radiodifundidos. Entre eles constou um fado intitulado mesmo “Oito Conferências”, cantado por Rosa Maria, com autoria de Francisco Radamanto, que glosava, também ele, os limites da persuasão erudita do próprio Moita sobre o público popular: “talvez mesmo não consiga/ ser pelo povo escutado.../ Porque ao ouvi-lo desliga,/ vai à procura do Fado!” (*Guitarra de Portugal*, 1936, p. 5).

Dizer que o fado estava implantado na rádio não significa, porém, afirmar que ele atingira um estatuto respeitável, uma vez que a sua estigmatização seria ainda brandida durante muito tempo nos discursos contra o género, e o estigma era por vezes incorporado pelos próprios meios populares¹⁵.

A conquista de respeitabilidade seria um processo lento, mas não há dúvidas de que em meados dos anos 30 a presença de fadistas nas rádios era vista simultaneamente como um fator e um sinal do caminho já percorrido. Num balanço dos seus 13 anos de existência, o *Guitarra de Portugal* traçava a evolução: “à mulher não era permitido, por uma questão de decência, que cantasse o fado. (...) E hoje? O fadista é um artista, vai a toda a parte (...) e até a TSF o procura” (*Guitarra de Portugal*, 1935, p. 2). Sinais da gradual legitimação fadista no campo radiofónico podem também entrever-se no *Rádio Semanal*, suplemento do *Jornal do Comércio e das Colónias* que nas suas edições privilegia a cultura erudita e começa por ignorar completamente o fado, mas que em 1936 anuncia as palestras de Luiz Moita sem ecoar as posições deste e, pelo contrário, faz a capa com uma foto de Maria do Carmo, “a conhecida e apreciada cantadeira” responsável pelas emissões da Rádio Peninsular (*Rádio Semanal*, 1936, p. 1).

O processo de legitimação sentido pelos próprios fadistas aparece crescentemente ligado à sua radiodifusão e ao suporte da opinião pública, como exprimia a cantadeira Alcídia Rodrigues em entrevista:

¹⁵ Amália Rodrigues conta, na biografia escrita por Vítor Pavão dos Santos (2005), como em 1939 não regressou ao Retiro da Severa após um primeiro ensaio por causa da oposição da família, para quem “cantar o fado era a perdição” (pp. 53–55).

[pergunta] se um dia proibissem, como querem os detractores, o fado pela rádio, concordava? [Resposta] Isso seria a morte dos postos emissores e da própria Emissora Nacional. De um dia para o outro, 90% dos senfilistas poriam de parte os seus aparelhos. (*Guitarra de Portugal*, 8 de dezembro, 1935, p. 2)

Torna-se difícil, porém, ter hoje uma ideia precisa da presença quantitativa que o fado tinha nas rádios ao longo dessa década. Luiz Moita, em 1936, fala de “estações emissoras, em Lisboa, onde quase outra coisa não se faz além de sucessivas emissões de fados” (p. 163), mas deve ter-se em conta que uma tal descrição se insere num discurso destinado a combater propalados excessos fadistas. Sabemos, contudo, que a duração total das emissões radiofónicas era, nesse ano, de apenas 2 horas diárias em cada um dos pequenos postos¹⁶. Nos primeiros meses de 1936, só uma dessas rádios tem um programa periódico de fados na programação: a Rádio Peninsular, que transmitia diretamente, nas tardes de domingo, a aludida emissão organizada pela fadista Maria do Carmo, naquele que terá sido o primeiro programa regular de fado em estúdio¹⁷. Os restantes postos anunciavam, quase unicamente, programas de “música variada”, em relação aos quais se pode apenas especular sobre a parte ocupada por fado. Sabemos, por outro lado, que na Emissora Nacional, o tempo ocupado pelas transmissões fadistas ao longo de 1935 e 1936 nunca excedeu os 6% da parte musical, e que os diretos do Retiro da Severa correspondiam a 40 minutos por semana.

Mas, independentemente da periodicidade e do tempo de emissão, é muito claro que a presença do fado nas rádios se consolidou na segunda metade dos anos 30, pois além das já referidas, encontram-se mais tarde alusões a outras emissões regulares, em regra organizadas ou dirigidas por fadistas: a Rádio Graça transmitiu sessões organizadas por António Montoia (*Coração do Sul*, 16 de agosto de 1936); a Rádio Sonora teve emissões dirigidas pela cantadeira Raquel de Sousa (Machado, 1937, p. 188); Margarida Pereira teve a seu cargo o programa “Fados e Guitarradas” lançado pelo RCP em setembro de 1937¹⁸; e finalmente Maria Teresa de Noronha inaugurou em 1938 um programa quinzenal de fados a partir dos estúdios da Emissora Nacional, que coexistiu com as transmissões do Retiro da Severa até 1939¹⁹. Assim, o processo de estruturação da rádio (que na primeira metade dos anos 30 multiplicara as emissões de fado numa base ocasional) passou, após 1935, a estruturar também a presença fadista com programas e transmissões regulares na generalidade do espectro radiofónico.

¹⁶ Segundo a programação publicada na *Rádio Revista*.

¹⁷ O programa existiu, pelo menos, ao longo do primeiro semestre de 1936, constando na programação radiofónica publicada na *Rádio Revista*.

¹⁸ Este programa é por vezes apontado como o primeiro em que o fado teve presença regular na rádio a partir de um estúdio, mas na verdade ele foi precedido nas rádios locais, pelo menos, pelo aludido programa dominical da Rádio Peninsular, dirigido por Maria do Carmo em 1936. A estreia do programa do RCP em 1937 está referida na revista *Antena*, órgão do RCP, 1 de outubro de 1965.

¹⁹ No programa da Emissora Nacional publicado no *Rádio Nacional*, as menções às transmissões do Retiro da Severa cessam no final de 1939.

Do lado da receção não é possível ter uma noção rigorosa acerca da escuta de fado, mas há indícios de que a procura do género era efetivamente uma prática arreigada em meios populares. Uma reportagem da *Rádio Revista* relata uma visita a três tabernas para inquirir sobre as preferências radiofónicas:

o taberneiro (todos os taberneiros, afinal) se há posto emissor a transmitir fados, não quer outro (...). Numa taberna não é possível falar com uma pessoa só (...). Todos à uma, ou quase todos, votam pelo fado (...). A maior parte deles conhece os nomes de quase todos os cantadores e cantadoras e discute-lhes acaloradamente os méritos. (*Rádio Revista*, 1 de janeiro de 1936, p. 7)

Numa série de histórias de vida recolhidas em Alfama, surgem também memórias da escuta intensiva de fado pela rádio: “a gente, quando começou a rádio cá em Portugal, levava todo o dia a ouvir o Manuel Monteiro e a Hermínia Silva. Era quinhentas vezes”²⁰ (Costa & Guerreiro, 1984, p. 110). A partir de uma outra posição de classe, encontra-se, porém, um público que reproduz críticas análogas às dos intelectuais do regime: “inadmissível numa emissora de categoria, a transmissão das desgarradas do Retiro”²¹ (*Rádio Revista*, 1 de janeiro de 1936, p. 6).

PARA CONCLUIR — RUMO AOS ANOS 40

A 1.ª década e meia de radiodifusão em Portugal (de 1924 a 1940) representou para o fado um momento dilemático da sua história, pois nela se agudizaram as tensões culturais em redor deste género popular urbano e das inéditas possibilidades para a sua legitimação pública abertas pelo primeiro meio de comunicação social não contido pelos limites da iliteracia e que se prestava a uma experiência sonora aproximada às formas populares na sua difusão e prática quotidiana.

Não deixa, porém, de ser assinalável que, num contexto ditatorial, o fado tenha acabado por resistir a uma ofensiva ideológica de setores notáveis do regime e por se impor e afirmar no espaço público. Afirmção essa, feita também a contragosto da moral burguesa, que além de tentar impedir um reconhecimento simbólico da “cultura dos pobres”, também combatia o próprio *ethos* fadista no que ele apresentava de contrário quer ao projeto ideológico estado-novista de regeneração vigorosa da nação, quer aos valores do mérito e da iniciativa individual empreendedora em que assenta a hegemonia da burguesia, absolutamente adversa ao gosto pelo melodrama que preenchia boa parte dos fados com as desventuras e infelicidades das camadas desfavorecidas.

A rádio então emergente foi palco, ao mesmo tempo, da ofensiva contra o fado e da resistência fadista, mas esta não foi uma resistência ideológica ao regime, e sim uma resistência cultural, ligada a formas de expressão popular, mas também a dinâmicas de afirmação profissional de um meio artístico que trilha crescentemente as vias do espetáculo e da mediatização.

²⁰ Testemunho do fadista amador Armando Santos.

²¹ Empregado de escritório inquirido na referida reportagem da *Rádio Revista*, de 1 de janeiro de 1936, p. 6.

O processo da consolidação fadista na rádio acabou por se fazer em três fases, grosso modo correspondentes a:

1. segunda metade dos anos 20, com inclusão episódica de fado em programas de concerto radiofónico e primeiras transmissões ocasionais de sessões fadistas;
2. inícios da década de 30, com emergência de emissões em estúdio e alargamento da difusão através do disco, numa conjuntura favorecida por pequenos postos próximos dos meios populares lisboetas;
3. de meados da década de 30 até ao seu final, com uma presença radiofónica regular e programas estruturados de fado também nas estações de difusão nacional.

Não por acaso, estas mesmas décadas de 1920 e 30 são o período em que se dá o “salto definidor” do fado enquanto género autónomo nas suas características musicais assentes numa base harmónica sobre a qual a voz pode “estilar” (Carvalho, 1994, p. 96). Ou seja, o fado fixa o carácter improvisador da sua performance ao nível dos tempos e ornamentos vocais, abandonando o improvisado das letras que era típico das desgarradas comuns até ao primeiro quartel do século XX e que a censura agora reprime (Brito, 1999, pp. 34–35), o que também responde a um crescente contexto de indústria musical e regulação profissional, mas guarda uma dimensão performativa suficiente para que a rádio, especialmente com as transmissões diretas, também possa mediar algum casticismo fadista.

Tudo isto indica que o crucial processo de definição artística que o fado sofre nesta fase se vai fazendo em articulação com o campo radiofónico. Mas, como vimos, a articulação entre rádio e fado não se deu simplesmente através dos espaços musicais e teve um importante elemento nos discursos acerca do fado, muitos deles desenvolvidos na rádio e/ou a propósito da rádio. Esta vem prolongar e aprofundar a discussão que já vinha da imprensa, mas tornando-se a própria rádio motivação e objeto das lutas simbólicas em torno do fado, com o campo fadófilo a usar como elemento legitimador a opinião pública que se sustenta na própria escuta radiofónica.

Apesar da consolidação radiofónica que o fado alcançou, as tentativas continuadas da sua deslegitimação e de travagem da sua expansão, quer territorial quer interclassista, não vão parar no final dos anos 30. Com a posse de António Ferro como diretor da Emissora Nacional, a partir de 1941 vai decorrer uma década dedicada pelo Secretariado de Propaganda Nacional à simultânea contenção e suavização do fado, no essencial dando continuidade institucional ao discurso crítico que pugnava pelo seu acantonamento.

Os anos 40 merecem a sua análise específica, mas alguns dos seus traços decorrem da vontade do regime já patente na fase anterior e levarão a um recuo da presença radiofónica do fado em prol da música ligeira e de outros géneros, à formação de fadistas pela própria rádio estatal dentro de uma lógica “higienizada” de cançonetismo nacional, à entrada do próprio público nos acesos debates acerca da radiodifusão do fado e, finalmente, à inflexão, já em finais da década, da atitude oficial face ao fado após a emergência de um novo potencial internacionalizador com Amália Rodrigues.

REFERÊNCIAS

- Brito, J. P. de. (1999). O fado: Etnografia na cidade. In G. Velho (Ed.), *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (pp. 24–42). Zahar.

- Carvalho, R. (1994). *As músicas do fado*. Campo das Letras.
- Costa, A. F., & Guerreiro, M. D. (1984). *O trágico e o contraste*. D. Quixote.
- Fortes, J. M. (1926). *O fado — Ensaio sobre um problema etnográfico-folclórico*. Companhia Portuguesa Editora.
- Machado, A. V. (1937). *Ídolos do fado*. Tipografia Gonçalves.
- Moita, L. (1936). *O fado – Canção de vencidos*. Empresa do Anuário Comercial.
- Moreira, P. R. (2012). “*Cantando Espalharei por Toda a Parte*”: Programação, produção musical e o “aportuguesamento” da “música ligeira” na Emissora Nacional de Radiodifusão (1934-1949) [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. RUN. <http://hdl.handle.net/10362/9477>
- Nery, R. V. (2012). *Para uma história do fado*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Neves, A. (2017). *Armando Neves: Um vulto esquecido do fado*. Edições DG.
- Ribeiro, N. (2005). *A emissora nacional dos primeiros anos do Estado Novo, 1933-1945*. Quimera.
- Rosas, F. (2018). *A Primeira República, 1910-1926: Como venceu e porque se perdeu*. Bertrand Editora.
- Santos, R. (2005). *As vozes da rádio, 1924-1939*. Caminho.
- Santos, V. P. dos. (2005). *Amália – Uma biografia*. Presença.
- Sucena, E. (1993). *Lisboa, o fado e os fadistas*. Mutilus.

NOTA BIOGRÁFICA

José Ricardo Carvalheiro é professor auxiliar da Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes e Letras, Departamento de Comunicação, Filosofia e Política. É ainda investigador do LabCom, unidade de investigação em comunicação e artes.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3917-5230>

Email: jose.carvalheiro@labcom.ubi.pt

Morada: Av. Manuel da Maia, 54, 1º esq., 1000-203 Lisboa

Submetido: 18/03/2021 | Aceite: 09/09/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

O MUNDO FORA DO LUGAR: A TRAJETÓRIA DE DEGRADAÇÃO DO EDIFÍCIO HOLIDAY SOB A PERSPECTIVA DO ESPAÇO SOCIAL BOURDIEUSIANO

Victor Lucena

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

Julieta Leite

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

RESUMO

À luz de uma sociologia bourdieusiana e suas noções conceituais de espaço social e estilos de vida, este artigo lança uma interpretação reflexiva sobre a trajetória de degradação simbólica de um emblemático prédio construído em 1957 no Recife (Brasil) — o Edifício Holiday. Situado em Boa Viagem, um dos bairros mais ricos da cidade, a edificação é um ícone representativo da chegada da modernidade à capital do estado de Pernambuco e marca um período de importantes modificações na paisagem e nos estilos de vida do Recife. Com 416 pequenas habitações aptas a receber mais de 3.000 moradores, o projeto experimental de apartamentos de veraneio para classes médias e altas na década de 1970 já apresentava sinais de desvalorização em um bairro de trajetória social ascendente. Nosso instrumental analítico, tal como defendido por Bourdieu, recorre à fotografia autoral e a imagens do edifício. Utiliza-se de materiais fotográficos para construir um “antes” e “depois” da desocupação do Holiday, tomando como principal fio condutor da análise ensaios realizados por dois jornalistas recifenses. Os resultados nos auxiliam a entender melhor a dimensão simbólica da habitação no espaço social urbano. Não obstante, o artigo oferece um ponto de inflexão nas discussões acerca da recepção e dos contornos próprios que a modernidade adquiriu em metrópoles do hemisfério sul, como é o caso da capital recifense.

PALAVRAS-CHAVE

Edifício Holiday, espaço social, estilos de vida, modos de morar, Pierre Bourdieu

WORLD OUT OF PLACE: THE DEGRADATION TRAJECTORY OF HOLIDAY BUILDING FROM THE PERSPECTIVE OF BOURDIEUSIAN SOCIAL SPACE

ABSTRACT

This article, considering Bourdieusian sociology and its conceptual notions of social space and lifestyles, launches a reflective analysis of the biographical trajectory of symbolic degradation of an emblematic edifice built in Recife (Brazil) — the Holiday Building. Located in Boa Viagem, one of the wealthiest neighbourhoods in the city, the building is an icon representative of the arrival of modernity in the capital and marks a period of important changes in the landscape and lifestyles of Recife. With 416 small apartments that could accommodate more than 3,000 residents, this building showcased the experimental design of summer apartments for the middle and upper classes, but by the 1970s, it already showed signs of devaluation within a neighbourhood with an upward social trajectory. As defended by Bourdieu, our analytical tools use authorial photography and images of the building. Photographic materials are used to build a “before”

and “after” eviction from the Holiday, using essays by two journalists from Recife as the primary guiding thread of the analysis. The results contribute to a better understanding of the symbolic dimension of housing in the urban social space. The article also suggests a turning point in discussions around the reception and the contours modernity acquired in southern hemisphere metropolis, such as Recife.

KEYWORDS

Holiday Building, social space, life styles, ways of living, Pierre Bourdieu

INTRODUÇÃO

Este artigo toma como objeto de estudo a trajetória social e histórica do Edifício Holiday, um dos primeiros arranha-céus do Recife (Brasil), emblemático em seu propósito de inaugurar uma cultura da modernidade arquitetônica e urbana, intenção que não foi atingida devido a sua rápida decadência enquanto gesto arquitetural, num bairro da cidade que, entretanto, passou por um rápido desenvolvimento e valorização. Ao lançar olhar sobre tal fenômeno, sob uma perspectiva social e urbana, adotamos instrumentalmente conceitos teóricos e procedimentos metodológicos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1981/1983, 1993/1997, 1977/2001, 1980/2009, 1991/2013, 1979/2017).

O Edifício Holiday foi construído em 1957 e seu projeto foi assinado pelo engenheiro Joaquim de Almeida Marques Rodrigues (Docomomo_Brasil — Núcleo Pernambuco, 2016, p. 146). Apesar de algumas incertezas sobre a verdadeira autoria do projeto, percebe-se que ele tem sua concepção fortemente influenciada pela arquitetura moderna internacional, à semelhança da Unidade de Habitação de Marselha, icônico edifício multifamiliar projetado por Le Corbusier, com apartamentos mínimos dispostos numa lâmina vertical, de maneira a desfrutar de uma paisagem de mar. No Recife, o Holiday ergue-se com 18 andares, abrigando 416 pequenas habitações, com capacidade para receber mais de 3.000 moradores. O edifício ajudou na consolidação de Boa Viagem como bairro de residência, comércio e serviços, quando até então tratava-se de um importante destino de veraneio da cidade (Figura 1 e Figura 2).



Figura 1 Edifício Holiday em 1962

Fonte. De Recife de Antigamente, por Jorge Moura, 2020, Facebook (<https://www.facebook.com/recantigo/photos/pcb.2959346344205896/2959346230872574>)



Figura 2 Edifício Holiday em 2019

Créditos. Google Maps. © 2019 Google

Idealizado enquanto empreendimento de apartamentos voltados para classes médias e altas da sociedade recifense, tal proposta habitacional rapidamente caiu em seu desgosto. Ainda na década de 1970, o Holiday já apresentava uma trajetória social decrescente em um bairro de trajetória social ascendente.

Na mídia, neste mesmo período, o edifício passou a ser frequentemente associado à homossexualidade, prostituição e consumo de drogas, e à medida que frações de classes mais abastadas deixavam de frequentá-lo, o lugar ia sendo ocupado por populações mais pobres. A degradação simbólica somada a sua deterioração estrutural fez um dia o Holiday receber a pecha de “favela vertical”, até, finalmente, ter seus últimos habitantes despejados em março de 2019. Tais nuances e complexidades que permeiam sua trajetória biográfica de declínio, marcada por progressiva desvalorização, degradação e deterioração, mesmo em terreno tão valorizado da cidade, são aqui discutidas a partir de importantes instrumentais analíticos bourdieusianos, como os conceitos de espaço social, *habitus* e estilos de vida (Bourdieu, 1993/1997, 1979/2017).

Tal como Bourdieu e Bourdieu (1965/2006) defenderam, recorre-se à fotografia autoral como um “sociograma leigo” e imagens do edifício, seu entorno, moradores e cotidiano, são aqui reunidas para uma análise pragmática dos elementos simbólicos existentes, circundantes e sobrepostos a este “mundo invertido” que o Holiday representa. O exercício de interpretação da trajetória deste edifício é mediado pela análise de 21 imagens extraídas de dois ensaios fotográficos feitos por dois fotojornalistas recifenses. O primeiro ensaio, feito em 2018 por Alexandre Gondim, registrou o cotidiano, o entorno e a intimidade do lar de alguns resilientes moradores do edifício. O segundo, feito em março de 2019 por Marlon Diego, registrou os 3 últimos dias de desocupação do icônico prédio.

A seleção das imagens optou por registros que possibilitaram uma análise interpretativa dos estilos de vida dos últimos moradores do Holiday. Não obstante, certos elementos extraídos da análise permitiram entender mais acerca da relação dos grupos retratados com o espaço habitado. Ainda, a noção de violência simbólica (Bourdieu, 1977/2001) foi alçada à discussão dos resultados de maneira a nos auxiliar na interpretação de certas dinâmicas de distinção e poder simbólico que envolvem a produção e o consumo da moradia na cidade. Por fim, o exercício ofereceu um ponto de inflexão sobre a recepção, resistência e adaptação por parte das elites locais a certos símbolos constituintes da cultura moderna ocidental no Recife.

O “MUNDO INVERTIDO”: DEFININDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Um marco. Em 1957, no dia da inauguração, um enorme tapete vermelho enfeitou a entrada principal. A cidade parou. Carros luxuosos estacionaram nos arredores. Uma gente bem nascida [sic] ali entrou. A elite se deliciava com a vista do prédio, poucas quadras da praia. A frente não havia outros prédios. Naquele dia, inaugurava-se a era dos arranha-céus de Boa Viagem. Seria o endereço de fim de semana das famílias abastadas. Ou moradia dos

filhos de gente rica que vinha do interior estudar na Capital. Ter um imóvel ali, na Recife dos 1960, era sinônimo de Luxo. (Quincas, como citado em Campelo, 2016, p. 52)

Desenho moderno, com dimensões impactantes sob o concreto cru, uma curva sinuosa de longos 18 andares, onde espalham-se 317 unidades de quitinetes, 65 apartamentos de um quarto e 34 com dois quartos, totalizando 416 unidades, o Holiday tomou uma quadra inteira do bairro de Boa Viagem e podia ser visto a muitos quilômetros de distância. Sob conceito bastante em voga no pensamento arquitetônico moderno de sua época, o projeto empregou o *existence minimum* — buscando uma solução habitacional para viabilizar a moradia humana em dimensões mínimas (Ascom UFPE, 2019). Um empreendimento urbanístico experimental e bastante inovador para a sua época, caracterizado ainda pelo uso misto do espaço: combinava serviços e comércios no térreo com apartamentos para moradia nos demais pavimentos.

Um dos primeiros arranha-céus do Recife, o Holiday não apenas impactou a paisagem da cidade por ter uma forma singular, mas também por ser um dos primeiros exemplares arquitetônicos responsáveis por introduzir um novo modo de morar na cidade — a habitação coletiva de larga escala. Uma condição habitacional atípica para a época e o contexto social local, uma vez que o projeto inicialmente previa como público-alvo as classes altas e médias recifenses, com acesso a crédito e interessadas em ter tanto uma segunda moradia, como também uma casa de veraneio ou ainda um investimento imobiliário rentável. Os seus anúncios publicitários, voltados para este público específico, realçavam as noções de “luxo”, “bom gosto” e “conforto” que o projeto — tão “moderno” quanto “majestoso” — ofereceria aos seus compradores:

uma jóia [*sic*] da moderna arquitetura brasileira. No ensejo da entrega do majestoso EDIFÍCIO HOLIDAY, trazemos as nossas calorosas congratulações, não só aos seus arrojados incorporadores INVESTIMENTOS REAL LTDA mas também aos seus felizes proprietários e a cidade do Recife. Aos investidores pela audaciosa iniciativa, apurado bom-gosto e elevado senso de escolha dos melhores produtos de construção (...) Aos proprietários, que apoiando o empreendimento, tiveram uma correta antevisão das maravilhosas condições de conforto que agora vão desfrutar. Ao Recife, pela autêntica jóia [*sic*] da moderna arquitetura brasileira - EDIFÍCIO HOLIDAY, um novo “cartão-postal” da cidade. (“Uma Jóia da Moderna Arquitetura Brasileira”, 1962, p. 9)

O empreendimento não apenas vendia habitações, mas também difundia um novo estilo de vida “moderno” para a cidade, da habitação de veraneio, próxima ao mar¹

¹ Nesse sentido, o “estilo moderno” do Holiday corresponde na sua forma, mas não nos propósitos que estão na origem da tipologia moderna de habitação mínima e em larga escala. A exemplo da Unidade de Habitação de Marselha, com 18 pavimentos e capacidade para cerca de 1.600 habitantes, tal abordagem surge após a Segunda Guerra Mundial diante da necessidade de suprir o deficit habitacional de uma população relocada após os atentados. Em seu programa, a edificação também sugeria espaços para a vida comunitária, compras e lazer, tal qual um bairro ou uma cidade vertical.

(Ascom UFPE, 2019). Essa ideia é sugerida pelo próprio nome dado ao empreendimento, um termo em língua inglesa, *holiday*, cuja tradução para o português remete a feriado, a verão. As próprias disposições estéticas das moradias, implicitamente, impuseram tanto um minimalismo no mobiliário dos imóveis e nas vestimentas agora praieiras de seus moradores, como também um convívio mais aproximado entre as diferentes e distintas famílias residentes, com o uso compartilhado e coletivo dos pavimentos, elevadores e passeios.

Acontece que Recife, apesar de possuir uma paisagem fundacional litorânea — tendo se originado de uma pequena vila de pescadores envolta de uma igrejinha, incrustadas em arrecifes de corais (Freyre, 2015) —, teve seu desenvolvimento orientado pelo Vale do Capibaribe, rio que define o vetor de crescimento norte e oeste da cidade. É às margens do Rio Capibaribe que se estabelecem grandes e espaçosas casas de sítio e sobrados das elites da “sociedade açucareira”² (Villaça, 2007). Com isso, as classes altas e médias do Recife, até a década de 1960, estavam pouco integradas à paisagem de sal, sol e mar; tampouco estavam sujeitas ao estilo de vida e ao modelo de moradia que o projeto Holiday vislumbrava.

Diante disso, o edifício rapidamente caiu no desgosto das parcelas mais abastadas da sociedade recifense. Ao passo que deixava de ser frequentado pela alta classe de famílias mais tradicionais e requintadas da cidade, vários relatos dão conta de que os apartamentos passaram a ser ocupados pelas amantes dos senhores de poder da cidade (Alves, 2019). Ainda na década de 1960, como é possível conferir no arquivo do *Diário de Pernambuco* (<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&Pesq=>), em meio a anúncios publicitários e ofertas de compra e venda nos classificados, o Holiday já passava por sucessivos escândalos no caderno policial, envolvendo prostituição, corrupção de menores e homicídios:

embora se desconheça a *causa mortis*, fortes indícios continuam apontando o motorista José como provável matador da loura *dos inferninhos da zona sul* [*sic*]. Uma testemunha residente no Holiday informou ao comissário que, na noite da última sexta-feira ouvira gritos de socorro partidos do apartamento de Maria Rita. Não deu muita importância ao fato, porquanto *no Holiday gritos são coisas naturais*. (“‘Loura do Holiday’ Teria Pedido Socorro Antes de Ser Estrangulada”, 1967, p. 7)

Recursivas matérias de jornais passariam, cada vez mais, a situar o Holiday como um “antro de desordeiros, de transviados, maconheiros e outras desgraças” (“Boa Viagem”, 1967, p. 3). O que fez marcar no lugar um forte estigma, perdurando até os dias atuais, associando-o à criminalidade, violência e perigo. Com o passar do tempo, a sua forte degradação simbólica afugentou de vez as classes altas e médias do seu

² É como Freyre (2015) caracterizou o rígido sistema familiar, patriarcal, escravocrata e latifundiário, que fez do Recife uma das principais cidades do país ao longo do século XVIII, mas que viu no início do século XIX o apogeu de seu sistema econômico baseado na exportação do açúcar. Período em que o Recife começa a perder seu brilho para outros centros urbanos brasileiros (Villaça, 2007).

convívio e cotidiano, e o edifício foi sendo cada vez mais ocupado por populações de baixa renda. Eram, em sua maioria, trabalhadores informais e assalariados mínimos do bairro de Boa Viagem: comerciantes informais, barraqueiros da praia, empregadas domésticas, porteiros, garçons, zeladores. Para essas pessoas, o Holiday oferecia uma oportunidade única de moradia.

Apesar da estrutura deteriorada e comprometida em vários pontos do edifício, colocando em risco de morte os seus frequentadores — motivo pelo qual o Tribunal de Justiça de Pernambuco solicitou a sua interdição em março de 2019, despejando os seus últimos moradores —, com frequência lê-se em matérias de jornais apaixonantes relatos sobre o Holiday (Rafael Paranhos, 2013). De fato, do ponto de vista pragmático e da necessidade imediata de moradia em área de valor imobiliário tão elevado, o edifício oferecia uma importante solução habitacional para a classe trabalhadora do bairro: localização central na região, aluguéis a preços abaixo do que se aplica na vizinhança e tudo a apenas uma quadra de distância da beira-mar. Mas ainda, para além do ponto de vista pragmático, pode-se entender que morar em uma vizinhança tão “nobre” e com vista para o mar representa uma importante expressão de conquista e distinção para a classe trabalhadora de uma cidade como o Recife, cuja faixa litorânea foi majoritariamente dominada pelas elites econômicas.

Hoje, com o ciclo histórico do edifício praticamente encerrado, seria fácil afirmar o quão fadado ao fracasso estava este projeto, que em sua inauguração era elogiado como “moderno”, “inovador” e “majestoso”. O projeto do Holiday parte de um ideal de modernidade associada mais à estética formal (do espaço físico), do que às questões programáticas (do espaço social); ele se desenvolve em torno de uma tipologia arquitetônica que propunha uma forma de vida comunitária que era de todo contraditória com os estilos de vida do público ao qual estava destinado inicialmente. O modelo de habitação multifamiliar em larga escala não correspondeu às exigências de “satisfação e conforto” da elite local. Deslocado no tempo e no espaço, ainda hoje o Holiday se mostra um “mundo invertido”, em uma constante relação de “oposição” e “complementaridade” com o seu mundo exterior (Bourdieu, 1980/2009, p. 437), cercado por edificações de alto padrão. Constrói uma relação de oposição porque, no meio de Boa Viagem, o Holiday figura como uma “favela vertical”, inconvenientemente ocupando a paisagem e o mundo social do nobre bairro. Mas também constrói uma relação de complementaridade com o exterior, quando se vê os diversos e resilientes usos e apropriações populares do edifício e do seu entorno para fins de lazer, sociabilidade e trabalho.

Ainda se vê, em muitas cidades contemporâneas, algumas mais que outras, uma dinâmica no mercado imobiliário de venda de habitações utilizando-se de estratégias publicitárias que associam o imóvel a um determinado “estilo de vida”, ou seja, a um modo específico e distintivo de morar e de experienciar a cidade. O imóvel, em vez de ser um bem único para toda a vida, precisa ser, no mínimo, mudado depois de um certo tempo ou mesmo precisa ser substituído, porque já não representa o que há de mais novo e sofisticado no mercado (Ascom UFPE, 2019). O edifício Holiday aparenta ser um importante exemplar, dentro de um conjunto de empreendimentos que aportaram no

Recife, que trouxe consigo até então novas dinâmicas e fenômenos de desenvolvimento e produção da cidade. Ainda, perpassou um tempo histórico de diversas e aceleradas mudanças — mas sobretudo resistências e adaptações locais — frente às tendências de modernização dos estilos de vida citadinos.

Não obstante, diante do desafio público de se entender o fenômeno “Edifício Holiday” e sua trajetória biográfica, recorre-se à sociologia, onde a perspectiva bourdieusiana oferece um particular e muito interessante ponto de vista sobre as relações sociais entre classes e os mecanismos de distinção simbólica que dão sentido e força às dinâmicas de desenvolvimento e produção das moradias e cidades.

PROPOSTA TEÓRICO-ANALÍTICA: O ESPAÇO SOCIAL BOURDIEUSIANO E A MORADIA COMO ESTILO DE VIDA

Como já colocado, nossa análise embasa a sua proposta teórico-analítica no pensamento de Pierre Bourdieu (1930–2002). Com incontestável biografia, o conjunto da obra deste pensador percorre uma ampla área de conhecimentos, encontrando ressonâncias em diferentes campos do saber social e humanístico (Peters, 2018). De maneira específica, o projeto bourdieusiano foi particularmente muito bem-sucedido na construção de um arcabouço teórico-metodológico de investigação dos mecanismos culturais e simbólicos de dominação e poder das sociedades ocidentais de sua época.

Neste artigo, nossa análise constitui justamente uma tentativa de instrumentalizar alguns dos conceitos desse autor para a interpretação de tramas sociais presentes e engendradas na urbe, especialmente no que tange aos sistemas simbólicos de distinção e poder em torno da moradia na cidade. De antemão, faz-se necessário compreender a perspectiva teórica de Bourdieu sobre o espaço social (Bourdieu, 1979/2017, p. 116), apreendido a partir de sua multidimensionalidade que estrutura em três dimensões. A primeira, o *espaço das condições sociais*, dá conta das posições sociais que cada indivíduo ocupa na sociedade (classe, origem familiar, gênero, raça, etc.). Já o *espaço dos estilos de vida* busca desvelar o conjunto de práticas e propriedades individuais, que cada um acumulou no curso de sua trajetória, apesar de suas condições sociais pré-existentes (profissões, bens materiais, amizades, lazer, gosto estético). Entre essas duas dimensões apresentadas, o *espaço teórico do habitus* traz outra noção teórica do autor, desenvolvida para explicar as fórmulas geradoras das práticas e propriedades, ou seja, das transformações dos estilos de vida distintos e distintivos que cada agente adaptou a partir de sua condição social e posição na sociedade (Bourdieu, 1979/2017, p. 162). Segundo o autor, o espaço social, apreendido a partir de sua multidimensionalidade,

permite, de fato, perceber que a taxa de conversão das diferentes espécies de capital é um dos pretextos fundamentais das lutas entre as diferentes frações de classe, cujo poder e privilégios estão relacionados com uma ou outra dessas espécies e, em particular, da luta sobre o princípio dominante de dominação - capital econômico, capital cultural ou capital social. (Bourdieu, 1979/2017, p. 115)

Em suma, o espaço social é uma analogia bourdieusiana para a sociedade e uma leitura sociológica do seu sistema de posições sociais — o lugar que cada agente ocupa na sociedade em relação aos outros. Bourdieu (1991/2013) também percebe a dupla dimensão do ser humano enquanto corpo físico-biológico e agente social — ao mesmo tempo que o indivíduo se situa em um “lugar” social, também ocupa um “local” físico. Diferenciando lugar de local, o autor (Bourdieu, 1991/2013, p. 134) nos diz que o “lugar” é definido como podendo ser a *localização* de um indivíduo no espaço social e também uma *posição* que o agente ocupa no interior de uma ordem social. Já o “local” significa o volume físico, ou seja, as dimensões materiais que um corpo ocupa ou tem dominância no espaço físico, como a propriedade privada, veículos, apartamentos, escritórios, empresas, casas de veraneio.

Com efeito, o espaço social tende a se reproduzir de maneira mais ou menos rigorosa no espaço físico, sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e suas propriedades. Assim, a coexistência dos agentes e das propriedades se traduz no *espaço físico apropriado* — ou, o que seria o mesmo, o *espaço social reificado*. “Conseqüentemente, o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social” (Bourdieu, 1993/1997, p. 134). Torna-se assim possível compreender os vínculos que o espaço social nutre com o espaço físico: o primeiro se “retraduz” no segundo. Por sua vez, os efeitos do lugar (Bourdieu, 1993/1997, p. 160) na vida social dos agentes são as possibilidades de acesso aos vários tipos de capital econômico, social, cultural e simbólico:

o poder sobre o espaço que a posse de capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos. (Bourdieu, 1993/1997, p. 160)

A um só tempo, o acúmulo de capitais pelos agentes favorece a sua dominação do espaço físico apropriado — que, muitas vezes, manifesta-se em forma de distinção e distanciamento, seja físico ou simbólico, das coisas e pessoas indesejadas. As classes dominantes — possuidoras de grandes volumes de capitais — possuem o poder, mesmo a distância, de se apropriar dos lugares, ao mesmo tempo em que os *despossuídos* não possuem o mesmo poder de apropriação sobre os mesmos lugares. Enquanto o capital dota seus detentores de mobilidade sobre o espaço, os despossuídos estão sujeitos a uma certa imobilidade no espaço, ocupando lugares situados enquanto locais de desonra social. Os efeitos do lugar reforçam as posições de dominador e de dominados no espaço. Segundo Bourdieu (1991/2013), entende-se por espaço apropriado:

um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e provavelmente sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços arquitetônicos - cujas injunções mudas se dirigem diretamente ao corpo, obtendo deste, tão certamente quanto a etiqueta das sociedades de côrte [*sic*], a reverência, o respeito que, como diz o latim, nasce do

distanciamento (e *longinquo reverentia*); ou melhor, do estar longe, a distância respeitosa - são sem dúvida os componentes mais importantes da simbologia do poder, em razão mesmo de sua invisibilidade. (p. 135)

Por este caminho interpretativo, a moradia se revela um conjunto unitário de propriedades reveladoras do estilo de vida de seu morador, uma “retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” do espaço social (Bourdieu, 1981/1983, p. 82). Cada unidade habitacional, compreendendo-a desde sua localização no mapa, vizinhança, desenho, mobiliário e até mesmo o tipo de material empregado em sua construção, torna-se um importante operador de distinção do seu habitante no mundo social e urbano. A força simbólica da habitação é a de revelar a posição social do seu morador dentro de uma ordem social, objetivada no espaço físico da cidade. Esse simbolismo confere ao sujeito uma série de distinções específicas, que lhe são socialmente atribuídas — como ar de nobreza e consagração que se destina ao morador de Apipucos, bairro de classe alta da zona norte do Recife, ou o estigma de criminalidade e degradação que recai sob um morador do Coque, bairro de baixa renda localizado em região central da cidade.

Portanto, a habitação enquanto estilo de vida se inscreve simultaneamente na objetividade das estruturas espaciais e nas estruturas subjetivas dos agentes, que são, em alguma medida, produzidos pela incorporação dessas estruturas objetivadas. Ainda, a permanência prolongada de um agente em um dado local leva à formação e acumulação de distintos e específicos capitais, próprios daquele local. O habitat contribui para a constituição do *habitus*, assim como o *habitus* contribui para a constituição do habitat (Bourdieu, 1993/1997). O *habitus*, este operador simbólico que orienta a ação das pessoas e é produto das relações entre elas, propulsiona a percepção de cada indivíduo e é apropriado e aprimorado socialmente:

estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um *sistema de diferenças*, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença. (Bourdieu, 1979/2017, p. 164)

O potencial gerador do *habitus* percebe-se enquanto um elemento invisível, tácito, essencializado e naturalizado nas ações humanas, constituído de dinamicidades inerentes que engendram as práticas sociais de modo imperceptível. Considera-se invisível, a não ser pela evidência das estratégias na produção e reprodução das estruturas objetivas e também materiais. Afinal, são as estratégias — e estilos de vida — que dão materialidade às práticas como produtos.

Particularmente muito importantes na ontologia do pensamento desse autor, as noções de *habitus* e estilos de vida ocupam importante lugar em seu esquema analítico sobre as estruturas de posições sociais dos agentes no espaço. Os modos de habitar a cidade, que perfilam os distintos e distintivos estilos de vida citadinos, podem ser apreendidos à luz de um pensamento bourdieusiano como importantes categorias de análise acerca dos mecanismos de distinção que regem as relações entre dominantes e dominados em uma dada sociedade urbana. Engendrados de tal maneira nas tramas sociais do espaço, os modos de habitar têm o potencial não apenas de distinguir e classificar seus habitantes, como também são importantes símbolos de desejo e gosto entre os citadinos:

o gosto, propensão e aptidão para a apropriação - material e/ou simbólica - de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do *estilo de vida*, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos - mobiliário, vestuário, linguagem ou *hexis* corporal - a mesma intenção expressiva. (Bourdieu, 1979/2017, p. 165)

Vemos que a posição que o indivíduo ocupa no mapa da cidade pode dizer muito sobre a posição social que o mesmo ocupa na sociedade, não obstante, o interior de sua moradia também pode evidenciar caminhos, escolhas e desvios que ele tomou no curso de sua trajetória — em sua luta simbólica por um reposicionamento no mundo social. As sutilezas do ambiente interno de uma moradia podem muito bem informar simbolicamente o “bom gosto” ou a “vulgaridade” de seu proprietário, assim como o volume de capital econômico que o mesmo se dispunha ou não possuía para investir em sua habitação. Isso porque as estruturas materiais e concretas que circundam e habitam o cotidiano e a intimidade do lar de cada agente, inseparavelmente éticas e estéticas, não apenas classificam suas práticas, gosto e estilo de vida, como também nos informam a quais campos e sistemas simbólicos ele está enlaçado:

o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a seção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (Bourdieu, 1977/2001, p. 15)

Em posse dessas considerações acerca do espaço social posto no pensamento de Bourdieu, vemos que os sistemas simbólicos — produtos e produtores de nossos

estilos de vida — detém uma relação inseparável com os sistemas de poder, funcionando social e politicamente como “instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica)” (Bourdieu, 1977/2001, p. 11). Por fim, fazemos referência igualmente à construção do conceito “violência simbólica”, o meio de exercício do poder simbólico, que se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, aquilo que induz o agente a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões da classe dominante. Assim, a violência simbólica é manifestada, muitas vezes, através do reconhecimento e legitimidade do “bom gosto” da classe dominante, seguidos do desejo copioso de seu estilo de vida.

ESQUEMA METODOLÓGICO: A FOTOGRAFIA COMO SOCIOGRAMA

“E então decidi analisar uma coleção de fotografias que pertenciam a Jeannot, um amigo de infância: examinei-as uma a uma e embrenhei-me nelas. Parece que encontrei muita coisa nesta caixa de sapatos” (Bourdieu & Bourdieu, 1965/2006, p. 31).

Em 1965, Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu publicam um artigo intitulado “Le Paysan et la Photographie” traduzido para o Brasil: “O Camponês e a Fotografia” (Bourdieu & Bourdieu, 1965/2006). O artigo em questão analisou os usos sociais e os sentidos da fotografia em uma aldeia camponesa do interior da França, onde Pierre Bourdieu viveu a sua infância. Para além das conclusões sobre os ritos e celebrações de passagem da sociedade camponesa francesa de meados do século XX, o artigo em questão defendeu um uso metodológico estratégico da fotografia na pesquisa social. Acima de “suas qualidades técnicas ou estéticas”, as fotografias devem ser percebidas como verdadeiros “sociogramas leigos que possibilitam um registro visual das relações e papéis sociais existentes” (Bourdieu & Bourdieu, 1965/2006, p. 31).

“A fotografia deve apenas possibilitar uma representação suficientemente crível e precisa para permitir o reconhecimento. É metodicamente inspecionada e observada, à distância, de acordo com a lógica que governa o conhecimento dos outros no quotidiano” (Bourdieu & Bourdieu, 1965/2006, p. 34).

Na ocasião, Bourdieu e Bourdieu (1965/2006) defenderam fotografias de casa-mentos camponeses como verdadeiros “sociogramas leigos”, uma vez que o registro visual de um momento de solenidade como esse cumpria não apenas um importante papel social de legitimação do ritual, como também registrava — em seus detalhes e de maneira inconsciente — os símbolos e os comportamentos socialmente aceites e regulados dentro de uma ordem social específica. Já para o exercício analítico no presente artigo, buscamos, em um “assunto” fotografado diferente, os símbolos de distinção, consagração ou degradação social. Tomamos como objeto da análise dois ensaios fotográficos de dois fotojornalistas da cidade, que cobriram momentos distintos do Holiday. Um primeiro, realizado por Alexandre Gondim para o jornal *El País* em 2018³, que registrou o entorno, o cotidiano do edifício e os seus moradores, inclusive, na intimidade de

³ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html

seus lares. O segundo ensaio, feito por Marlon Diego em março de 2019⁴ — intitulado “Inventário” —, registrou os últimos dias de desocupação do Holiday e a ação de despejo da prefeitura, revelando apartamentos vazios, corredores silenciosos, quadros e fotografias ainda suspensos nas paredes, junto a alguns pertences deixados para trás.

Reunimos ao todo 21 imagens — 10 de Alexandre e 11 de Marlon — intercaladas e reorganizadas de acordo com os assuntos de interesse da pesquisa: o *edifício*, sua fachada, entorno e cotidiano; os *habitantes*; e as *habitações*, objetos pessoais e disposições estéticas das moradias. A análise se deu por uma interpretação pragmática do que era possível extrair das fotografias, dos vestígios e códigos culturais que informam simbolicamente os elementos de distinção e de variação de classes sociais.

Vimos que o projeto bourdieusiano de estudo da dominação e poder no mundo ocidental trouxe o peso da análise para a dimensão cultural, de onde é possível ver o funcionamento de mecanismos de distinção presentes na ordem social, ao mesmo tempo revelando a arbitrariedade do que é socialmente legitimado como “bom gosto”. Sem embargo, o projeto dá evidência a dinâmicas de violência simbólica presentes na sociedade, pelo assujeitamento de agentes e classes despossuídas de capital cultural — designadas pela cultura dominante como subculturas. Tal instrumental analítico permite ainda observar, nos códigos e vestígios presentes nas imagens, símbolos que informam certos rumos e desvios na trajetória dos agentes, em seus tortuosos caminhos de luta e conquista do reconhecimento social de seu prestígio, sucesso ou, nos termos do autor, de “posição social”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De perto, é possível entender a imponência de um dos mais icônicos edifícios do Recife (Figura 3 e Figura 4).



Figura 3 Fachada do Edifício Holiday

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.



Figura 4 Escadaria do Edifício Holiday

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.

⁴ Disponível na revista *Trama* (2019, março). Trata-se de uma revista de estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco. O material foi cordialmente cedido, via pedido pessoal.

Por sua forma, de características próprias, que ocupa em diagonal uma quadra inteira, seus múltiplos acessos laterais, sua expressiva sinuosidade, em 18 andares com quase incontáveis janelas, o edifício Holiday domina a paisagem de orla do seu entorno, no trecho do bairro de Boa Viagem, tornando-se um importante ponto de referência. Como se suas propriedades estéticas já não fossem suficientes para torná-lo destoante, em meio aos demais residenciais de alto padrão que se avizinham (Figura 5), os usos sociais do Holiday — associados a classes de baixo prestígio social e poder econômico — o colocam numa inconveniente posição no espaço social do bairro.

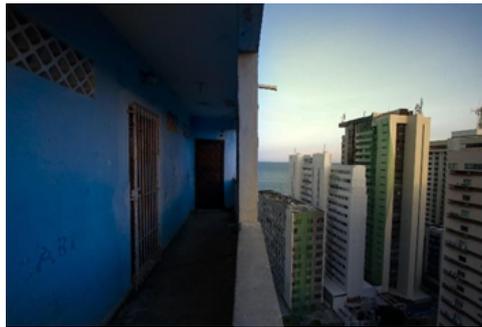


Figura 5 Vizinhança do Edifício Holiday

Fonte. De “Inventário” (*Revista Trama*), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.

Carroças estacionadas em área térrea do edifício, junto a um acumulado de entulhos que sugerem um abandono, são pertencentes a trabalhadores ambulantes da praia que residem no Holiday ou o fazem como ponto de apoio (Figura 6).



Figura 6 A área térrea do prédio

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.

As lojas térreas do edifício, caracterizadas pela oferta e procura de produtos e serviços de baixos custos (Figura 7, Figura 8 e Figura 9), constituem-se como local de circulação e troca de capitais econômicos e sociais de um espaço apropriado por agentes de estilos de vida populares.



Figura 7 Homem caminha em frente aos comércios que ficam no prédio

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.



Figura 8 S. F., 56 anos de idade, comerciante no Holiday e ex-residente do prédio

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.



Figura 9 Morador atravessa o portão de entrada do Holiday

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.

No hall de entrada do edifício, entre infindáveis anúncios de “aluga-se” e “vende-se”, leem-se ofertas de variados bens e serviços, dentre eles: manicure-pedicure, venda de dudu-geladinho, almoço caseiro, manutenção e conserto de fogão, encanamentos, entre outros, indicando não apenas os tipos profissionais associados a uma classe trabalhadora informal, mas também uma dinâmica local intensa de oferta e demanda de bens e serviços (Figura 10).

Os moradores do Holiday aparentam compartilhar um olhar de cansaço e esperança. Peles pardas, idades adultas avançadas e, à frente, uma angustiante incerteza quanto ao futuro do investimento em dinheiro, tempo e estilo de vida, chamado Holiday. Retratados em um dia corriqueiro, os homens se mostram vestidos de maneira menos casual — sapatos, calça comprida, camisa polo listrada, sugerindo que exercem atividades de trabalhos fora do microcosmo do grande edifício (Figura 11).



Figura 10 Parede com avisos no Holiday

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.



Figura 11 P.D., 63 anos, após 35 anos trabalhando como zelador de prédios, comprou um apartamento no feriado

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.

Um dos moradores, ao levar o fotojornalista para um passeio no edifício, mostra-lhe a precária casa de máquinas do único elevador em funcionamento (Figura 12 e Figura 13).



Figura 12 O elevador do edifício Holiday

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.



Figura 13 A casa das máquinas do elevador

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.

Melhorias estruturais no Holiday, ao longo de sua história recente, sempre esbararam na falta de recursos de seus próprios moradores, além da difícil missão de gestão coletiva de um habitacional com tantos inquilinos⁵.

⁵ Essa, por sinal, é uma questão essencial para a eficácia dos projetos e da gestão da habitação social no Brasil e motivo deles raramente assumirem uma posição de verticalidade: a manutenção das áreas comuns não pode depender de recursos obtidos em forma de rateio ou condomínio. Dessa forma, tais áreas são incorporadas ao espaço privativo das unidades de habitação, reduzindo-se o espaço de circulação ao mínimo possível.

Já as mulheres retratadas, vestidas com roupas mais casuais — vestimentas simples e de praia —, deixam-se fotografar em seus apartamentos — talvez, o local que guarde seus maiores símbolos de distinção e prestígio. A primeira mulher, aparentando seus 60 anos de idade (Figura 14), é registrada descortinando uma divisória entre a cozinha de sua casa e um segundo cômodo, mostra orgulhosa a geladeira duplex e a cortina dupla com falsa renda.

Já a segunda mulher (Figura 15), de mesma faixa etária, com trajes de praia, chapéu e óculos, é registrada sentada em sua cama, sob uma *héxis* corporal que lembra pose de “madame” e em oposição à janela-varanda, onde é possível mirar a localização da praia e do mar.



Figura 14 M. B. mora há 19 anos no Holiday

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.



Figura 15 M. A., 55 anos, vende cachorro quente na praia de Boa Viagem

Fonte. De “Em Bairro Luxuoso do Recife, Edifício Mais Icônico É o Refúgio da Classe Trabalhadora” (*El País Brasil*), por Felipe Betim, 2018 (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html). Copyright 2017 de Alexandre Gondim. Reimpresso com autorização de Alexandre Gondim.

Um detalhe na imagem, a pintura desbotada da parede que emoldura uma panorâmica visão do bairro de Boa Viagem, sem dúvidas sintetiza bem o complexo problema teórico que envolve o Holiday: as propriedades de seus imóveis — localização e vista privilegiada — não são suficientes para os seus moradores obterem o reconhecimento simbólico e um reposicionamento no espaço social. Ao passo que uma bela vista panorâmica para o mar possa ser oferecida pelo seu detentor como símbolo de prestígio e poder simbólico, outros elementos que podem estar compondo o mesmo *frame* — como a *héxis* corporal do agente ou mesmo a parede desbotada de seu imóvel — podem muito bem revelar exatamente o contrário do interesse de seu morador. A conquista de uma moradia, como o Holiday, pode ser interpretada, em partes, como a luta simbólica de um agente — na aquisição de propriedade e adaptação do seu estilo de vida —, dotado de estratégias para conquistar prestígio, reconhecimento ou posição no espaço social. Bourdieu (1979/2017) nos lembra:

as lutas pela apropriação dos bens econômicos ou culturais são, inseparavelmente, lutas simbólicas pela apropriação desses *sinais distintivos* como são os bens ou as práticas classificados e classificadores (...). Por

consequente, o espaço dos estilos de vida, ou seja, o universo das propriedades pelas quais se diferenciam, com ou sem intenção de distinção, os ocupantes das diferentes posições no espaço social não passa em si mesmo de um balanço, em determinado momento, das lutas simbólicas cujo pretexto é a imposição do estilo de vida legítimo e que encontram uma realização exemplar nas lutas pelo monopólio dos emblemas da “classe”, ou seja, bens de luxo, bens de cultura legítima ou modo de apropriação legítimo desses bens. (p. 233)

Já as precárias condições estruturais do Holiday, às quais seus moradores se submetem — indo desde instalações elétricas sobrecarregadas, vazamentos e infiltrações, elevadores sem condições de uso —, podem ser percebidas enquanto parte das *violências simbólicas*. Inconveniências que são aceites e naturalizadas como parte de um processo, como as regras de um jogo ou os caminhos de um espaço social que precisam ser percorridos pelo agente para conquistar a sua posição na ordem social. Todavia, a avançada deterioração estrutural do prédio fez com que, em março de 2019, o Tribunal de Justiça de Pernambuco solicitasse a sua imediata interdição. Em poucos dias, os mais de 3.000 moradores desocuparam os apartamentos. Sem ter como levar parte de seus objetos pessoais, muitos residentes deixaram pertences para trás. Mas a ordem de despejo forçava a remoção até dos objetos pessoais dos moradores e, no mesmo mês, agentes da prefeitura foram fazer a “limpeza” (Figura 16 e Figura 17).

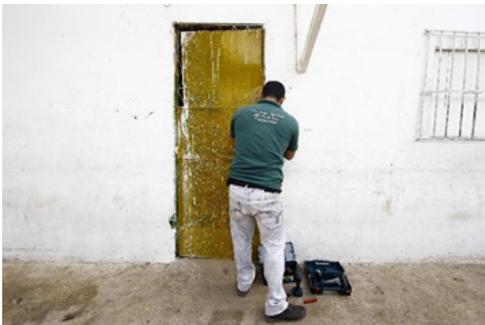


Figura 16 Chaveiro abrindo a porta de um dos apartamentos

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.



Figura 17 Desocupação do Holiday

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.

Interpretados como códigos culturais, os objetos deixados para trás e capturados pelas fotografias nos auxiliam a entender o *habitus* de seus proprietários. Como uma “necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma” (Bourdieu, 1979/2017, p. 163), o *habitus* é a estrutura estruturante do cotidiano dos habitantes do Holiday, ao passo que também é estruturada, ratificada e adaptada através de suas práticas cotidianas. Destaque para a forte presença da religiosidade de matriz cristã

que permeia o cotidiano dos agentes, manifestada no centro e nos detalhes das imagens (Figura 18, Figura 19, Figura 20 e Figura 21). Como o nome “Jesus” adesivado à porta de entrada; o escapulário envolto a um porta-retrato antigo com foto de um homem e uma mulher abraçados; a Nossa Senhora de Fátima emoldurada e fixada à parede, ao lado de um calendário, cortesia de um mercadinho; o quadro de Nossa Senhora da Conceição, deixado para trás junto a uma extensão elétrica antiga.

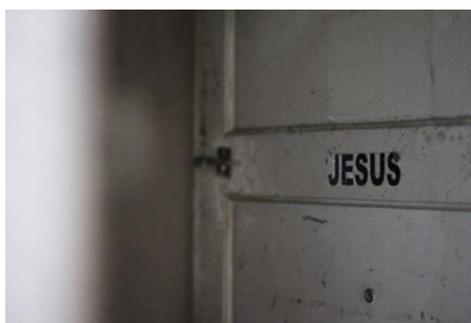


Figura 18 Porta de um dos apartamentos

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.

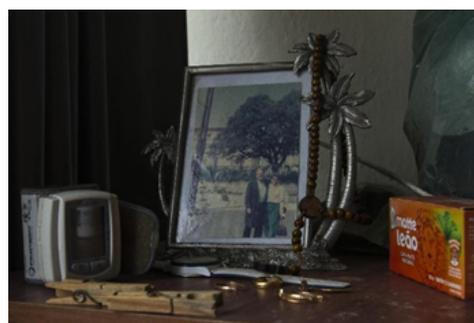


Figura 19 Pertences deixados em um dos apartamentos

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.



Figura 20 Quadros na parede de um dos apartamentos

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.

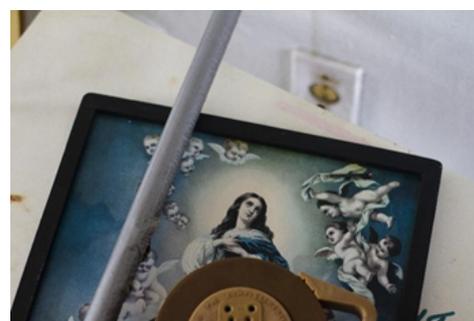


Figura 21 Objetos deixados em um dos apartamentos

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.

Advindos das práticas sociais de criação, identificação, reconhecimento ou consumo, os objetos, quando decodificados sociologicamente, apontam para possibilidades interpretativas sobre os distintos estilos de vida e trajetórias individuais que ocuparam o Holiday. Uma prateleira repleta de objetos pessoais sugere ter pertencido a uma pessoa idosa com práticas de cuidado da saúde (medidor eletrônico de pressão cardíaca), hábito de tomar chá e apreço por viagens distantes, o porta-retrato de coqueiros revela uma viagem para local de clima mais ameno — possivelmente feita com o cônjuge, devido às alianças e escapulário, deixados junto ao retrato (Figura 22). Tais vestígios culturais perfilam uma pessoa com estilo de vida um pouco mais distinto em relação aos demais moradores do Holiday.

A disposição dos objetos nas paredes (Figura 23) sugerem um *habitus* e estilo de vida deslocados do espaço social da classe dominante, e seus legitimados jogos de conduta e disposição estética. O calendário de papelão, cortesia de um mercadinho popular, pregado à parede ao lado da imagem — que não é pintura e sim uma reprodução — de uma santa e a parede desbotada, pintada em forte tom vermelho-vinho, com uma gaiola vazia pendurada, apontam para uma percepção de conforto e senso estético sobre o que é belo ou útil que se afasta do legitimado “bom gosto” da cultura dominante.



Figura 22 Gaiola em parede pintada de vermelho em um dos apartamentos

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.



Figura 23 Colagem na parede de um dos apartamentos

Fonte. De “Inventário” (Revista Trama), por Marlon Diego, 2019 (<https://tramabodoque.com/2020/08/23/inventario/>). Copyright 2019 de Marlon Diego. Reimpresso com autorização de Marlon Diego.

Ainda, uma colagem na parede, feita com recortes de jornais e revistas, reunindo frases, textos e imagens de filmes e celebridades internacionais, sugerem que o seu criador, de perfil jovem, estava bastante identificado com a cultura pop, a música e o cinema norte-americanos, símbolos de um estilo de vida moderno e globalizado.

Vemos com as imagens que ser um morador do Holiday já não detém a mesma eficácia de *distinção*, comparável ao momento de sua inauguração. As disposições estéticas modernas do empreendimento, em seu aspecto formal, pretensiosamente associadas ao bom gosto, alto padrão e qualidade de vida, rapidamente perderam a sua legitimidade e reconhecimento entre as classes dominantes do Recife. O estilo de vida que o projeto buscou difundir, associado a um modelo de habitação mínima e um modo de morar mais coletivo, não conferia aos primeiros moradores o almejado senso de distinção e seletividade. Sem o reconhecimento de requinte e de validação perante a elite local, cujo gosto ainda estava bastante ligado a um *habitus* “aristocrático” e “açucareiro”, o Holiday viu sua trajetória se dar por uma intensa degradação simbólica.

Marcado por uma transferência do seu uso social, ao passo que deixava de servir a uma classe econômica privilegiada, o edifício foi sendo ocupado por populares e trabalhadores do bairro de Boa Viagem — alterando a posição social dos agentes dentro do mesmo espaço físico. Apesar do avançado estado de deterioração de sua estrutura física, que inclusive colocava seus frequentadores sob grande risco, o Holiday nunca deixou de ter grande estima de seus moradores. Do ponto de vista da solução de moradia de

baixo custo e democratização do acesso à cidade, o edifício tornou-se espontaneamente uma interessante solução habitacional para a classe trabalhadora do bairro. Todavia, a efetivação do Holiday enquanto lugar de moradia popular próxima à praia de Boa Viagem enfrenta diversas barreiras, sobretudo no domínio do simbólico, que tange os mecanismos sutis de distinção e poder sobre o espaço através da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita a esses dois ensaios fotográficos constituiu um exercício de pensar por imagens certas dinâmicas que se constituem no âmago do acesso e conquista da moradia nas cidades. Os pontos de observação imagéticos oferecidos em cada *frame* não apenas revelam possibilidades interpretativas acerca dos contornos próprios da trajetória do Holiday como também trazem luz para pensar os desafios de um estilo de vida urbano moderno — do morar coletivo, de larga escala — que se iniciou no Recife em meados dos anos 1950 e tem, no edifício, um de seus melhores exemplares. Para tanto, apresentamos uma perspectiva analítica sob as lentes da sociologia bourdieusiana, onde a dimensão simbólica da moradia explica parte das tramas sociais que se engendram e que tomam como palco a cidade do Recife.

Recorremos a alguns instrumentais teóricos do sociólogo francês para explicar os efeitos do lugar sob a vida social dos agentes e vimos que os locais de moradia podem tanto consagrar como degradar simbolicamente o seu morador. Sem embargo, a dimensão do *habitus*, que funciona como operador simbólico — materializando as experiências de vida do passado e do presente em práticas, esquemas de percepção e ações estratégicas —, auxilia-nos a entender a modelação das trajetórias de vida dos agentes, sempre em busca de uma posição relativa no *espaço social apropriado*. A materialidade do *habitus* se revela através dos estilos de vida de seus agentes; suas moradias, desde sua localização, mobiliário, eletrodomésticos e disposições estéticas dos objetos pessoais, constituem-se como importantes propriedades estéticas e símbolos de distinção e pertencimento a uma fração de classe e estilo de vida específico dentro de uma ordem social.

Tais instrumentais analíticos bourdieusianos se mostraram relevantes para o entendimento de certas dinâmicas culturais e simbólicas relacionadas à conquista ou ao consumo de estilos de vida urbanos e modos de morar na cidade. Por sua vez, a perspectiva trabalhada nos mostra que a aproximação física entre agentes de classes socioeconômicas distintas não é, por si só, algo suficiente para a integração social efetiva da cidade. Ainda assim, habilitar o Holiday para a habitação popular e de qualidade se mostra uma importante solução para o local. A densidade populacional dos 416 apartamentos e mais 3.000 moradores, se mostra capaz de ser um lugar de relativa autonomia social, simbólica e econômica de ordem popular, em uma faixa litorânea praticamente toda ocupada por elites econômicas.

Pondera-se também que, apesar do reconhecimento enquanto patrimônio histórico e arquitetônico e de uma certa valorização idílica pela classe artística da cidade — sendo, inclusive, palco de filmes pernambucanos e objeto de ensaios fotográficos —, o Holiday

jamais conseguiu converter seu singular volume de capitais em melhorias estruturais. Projetos de recuperação do edifício esbarram em diversos problemas, desde os arranjos institucionais para o seu financiamento, quanto às articulações sócio-políticas necessárias. Ao final, endossamos que a problemática do Edifício Holiday não se esgota com este trabalho, ao contrário, esperamos ter ratificado a complexidade presente nas tramas do espaço social urbano e que se mostram um desafio aos estudos interdisciplinares.

AGRADECIMENTOS

Este artigo foi desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do projeto de pesquisa (140637/2020-6) e pela Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE - IBPG-0526-6.04/18).

REFERÊNCIAS

- Alves, P. (2019, 21 de março). *Da inovação à degradação: Holiday representa marco arquitetônico e social para o Recife*. Globo. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/21/da-inovacao-a-degradacao-holiday-representa-marco-arquitetonico-e-social-para-o-recife.ghtml>
- Ascom UFPE. (2019, 22 de março). *A importância arquitetônica e histórica do Edif. Holiday* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ALeMSKjmNFY>
- Boa Viagem. (1967, 24 de setembro). *Diário do Pernambuco*, p. 3.
- Bourdieu, P. (Ed.). (1983). *Questões de sociologia* (J. Vaitsman, Trad.). Marco Zero. (Trabalho original publicado em 1981)
- Bourdieu, P. (1997). *A miséria do mundo* (M. S. S. de Azevedo, J. A. Clasen, S. H. de F. Guimarães, M. A. Penchel, G. J. de F. Teixeira, & J. V. Vargas, Trans.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1993)
- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1977)
- Bourdieu, P. (Ed.). (2009). *O senso prático* (M. Ferreira, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1980)
- Bourdieu, P. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado (A. C. A. Nasser, Trad.). *Revista de Estudos Avançados*, 27(79), 133–144. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>
- Bourdieu, P. (2017). *A distinção: Crítica social do julgamento* (D. Kern & G. J. F. Teixeira, Trans.). Editora Zouk. (Trabalho original publicado em 1979)
- Bourdieu, P., & Bourdieu, M.-C. (2006). O camponês e a fotografia (H. Pinto & J. Madureira, Trans.). *Revista Sociologia Política*, (26), 31–39. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100004> (Trabalho original publicado em 1965)
- Campelo, P. (2016). *Lampião da esquina: Descortinando o cotidiano gay entre os anos de 1978 e 1981* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Campina Grande]. Sistemoteca. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5091>
- Docomomo_Brasil — Núcleo Pernambuco. (2016). *momo_tur_rec: Guia da arquitetura moderna no Recife*. Edição dos autores.

Freyre, G. (2015). *Sobrados e mucambos*. Global Editora.

'Loura do Holiday' teria pedido socorro antes de ser estrangulada. (1967, 20 de setembro). *Diário de Pernambuco*, p. 7.

Peters, G. (2018). Pierre Bourdieu. In S. Luçan & S. S. Telles (Eds.), *Os sociólogos* (pp. 188–215). Vozes.

Rafael Paranhos. (2013, 26 de novembro). *Contraste Vertical - (Holiday, do luxo a vida real) - Curta Nassau 2013.2 – VENCEDOR* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=CRMM98EdeuA>

Uma jóia da moderna arquitetura brasileira. (1962). *Diário de Pernambuco*, p. 9.

Villaça, F. (2007). *O espaço intra-urbano*. Editora Nobel.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Victor Montenegro de Lucena possui graduação em ciências sociais, com licenciatura em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2013). É mestre em desenvolvimento urbano (UFPE, 2020). Atualmente realiza o curso de doutorado em sociologia pelo programa de pós-graduação em sociologia, é membro do grupo de pesquisa Redes, Sociabilidades e Poder, da mesma instituição.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3259-0829>

Email: victor.montenegro@ufpe.br

Morada: Rua Waldemar Réis do Rêgo, 154. Iputinga. Recife - PE, Brasil. CEP: 50.731-200

Julieta Vasconcelos Leite é doutora em sociologia pela Universidade René Descartes/Sorbonne (2010), é arquiteta, urbanista e mestre em desenvolvimento urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Atualmente, é professora do curso de arquitetura e urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, membro do Núcleo de Estudos da Subjetividade na Arquitetura, grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tem experiência na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em teoria e projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço público, paisagem, imaginário e usos sociais das tecnologias digitais no espaço urbano.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8912-7766>

Email: julieta.leite@ufpe.br

Morada: Rua Deputado Cunha Rabelo, 110/403, Várzea, Recife - PE, Brasil CEP: 50.740-400

Submetido: 31/01/2021 | Aceite: 03/03/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 — UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DE SAÚDE DAS FONTES OFICIAIS PORTUGUESAS EM AMBIENTE DIGITAL

Olga Estrela Magalhães

Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde, Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Porto, Portugal

Clara Almeida Santos

Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Catarina Duff Burnay

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal

Rita Araújo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Felisbela Lopes

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Ana Teresa Peixinho

Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

RESUMO

A pandemia por covid-19 tem colocado complexos desafios às instituições governamentais e de saúde em todo o mundo. Para além da dificuldade em controlar a disseminação da infeção, as instituições têm de encetar um processo de comunicação de saúde particularmente difícil de gerir, por causa do elevado grau de incerteza associado à informação de que dispõem, do aumento da desinformação resultante de um ambiente mediático pulverizado (e, muitas vezes, sem mediador) e da resistência de alguns grupos da sociedade em aderir às medidas preventivas recomendadas. A vacinação surge, pois, como um tema que alimenta posições extremas — desde a ânsia pela sua disponibilidade (que potencia tentativas ilícitas de obtenção da vacina) até à sua recusa intransigente (baseada em teorias sem fundamentação médico-científica). Neste enquadramento, pretendemos avaliar a forma como as fontes oficiais — as principais instituições governamentais e de saúde portuguesas — comunicam com os seus públicos em ambiente digital, nomeadamente através dos websites e das redes sociais online. Para isso, foram recolhidos os conteúdos sobre vacinação publicados em cinco sites e quatro páginas nas redes utilizadas pelas fontes analisadas, no período compreendido entre o anúncio da autorização da primeira vacina e o arranque da administração da segunda dose aos profissionais de saúde. O material em estudo foi examinado através de técnicas de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que as principais fontes oficiais portuguesas chamam a si o protagonismo em torno da vacinação contra a covid-19, que declinam em três temas fundamentais — administração, definição de grupos prioritários e abordagens genéricas, através de conteúdos com um enquadramento maioritariamente informativo. Atendendo a que a comunicação de saúde tem como objetivos envolver, capacitar e influenciar os indivíduos, concluímos que as fontes oficiais promoveram formas de comunicação conservadoras, perdendo potencialmente a oportunidade de fomentar uma comunicação em ambiente digital mais pedagógica e personalizada.

PALAVRAS-CHAVE

covid-19, vacinação, fontes oficiais, comunicação de saúde, comunicação estratégica

VACCINATION AGAINST COVID-19 — AN ANALYSIS OF PORTUGUESE OFFICIAL SOURCES’ DIGITAL HEALTH COMMUNICATION

ABSTRACT

The covid-19 pandemic poses complex challenges to governments and health authorities all around the globe. Institutions have to cope simultaneously with the efforts to control the dissemination of the disease and the need to undertake articulated health communication procedures. This communication process is challenging to manage, due to the considerable uncertainty of the available information, the increase in misinformation stemming from a scattered (and often unmediated) mediascape, and some social groups’ resistance to adhere to the recommended preventive measures. Vaccination emerges as a topic that fuels extreme positions — on the one side, the eagerness for vaccine availability (which encourages illicit attempts to get it); on the other, the obstinate refusal of vaccination (based on theories with no medical-scientific grounds). In this context, we aim to assess how the leading Portuguese governmental and health institutions communicate with their audiences in the digital environment through their official websites and online social networks. In five websites and four online social networks used by the chosen sources, we have collected the content about vaccination published between the announcement of the authorisation of the first vaccine and the beginning of the administration of the second round to health professionals. Then we have applied content analysis methodology to the corpus of this case study. The results have shown that the primary Portuguese official sources give themselves the floor regarding the covid-19 vaccination process, addressing three main themes using an eminently informative frame: vaccine administration, priority groups definition and a general approach to the vaccine. Bearing in mind health communication’s primary goals — engage, empower and influence citizens — we conclude that Portuguese official sources have promoted conservative forms of communication, potentially missing the opportunity to foster a more pedagogical and customised digital communication.

KEYWORDS

covid-19, vaccination, official sources, health communication, strategic communication

INTRODUÇÃO

No final de 2020, depois de o mundo sofrer um *annus horribilis* devido à pandemia por covid-19, que somava, em dezembro, cerca de 2.000.000 de mortos em todo o mundo (Center for Systems Science and Engineering, 2021), eis que a esperança renasce. Meses depois de um investimento sem precedentes em investigação médico-científica, na busca de uma solução que pudesse pôr termo ao alastramento do SARS-CoV-2, é autorizada a primeira vacina contra a covid-19.

Na Europa, a “luz verde” foi dada pela European Medicines Agency, no dia 21 de dezembro de 2021. Seguiu-se a celeridade da Comissão Europeia em autorizar a comercialização e distribuição das vacinas em todos os 27 Estados-membros. A presidente da

Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que o processo de vacinação seria concertado, arrancando entre 27 e 29 de dezembro de 2020 nos 27 países. Por momentos, a narrativa mediática e social mudou. A vacina — fruto da capacidade médico-científica do velho continente — e a coordenação europeia traziam esperança, uma palavra muito repetida nos dias subsequentes.

Também em Portugal, um país fustigado pelo excesso de mortalidade associado à pandemia e ao envelhecimento da população (há a lamentar cerca de 115.000 mortos em 2020, um número que não era atingido desde 1949; Guedes, 2020), a vacina foi alvo da maior atenção mediática e social. As fontes oficiais (associadas a instituições governamentais e de saúde) envolvidas na complexa campanha de vacinação, cujo processo se encontrava iminente, prepararam cuidadosamente os cenários e veicularam estrategicamente as suas mensagens perante jornalistas ávidos de informação e uma sociedade sedenta de boas notícias no que à saúde dizia respeito.

Porém, os *media* tradicionais, com a sua inegável relevância, não são o único canal de comunicação utilizado pelas fontes institucionais para comunicarem com os diferentes grupos da sociedade. No atual panorama mediático “desintermediatizado” (Eldridge et al., 2019; Lévy, 1998), a comunicação digital, nomeadamente através de sites e das redes sociais online, ganha uma forte expressão que importa analisar. Que comunicação de saúde foi aí promovida pelas fontes oficiais?

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

COMUNICAÇÃO DE SAÚDE

A comunicação de saúde é uma disciplina ainda jovem, que tem evoluído a diferentes velocidades em diferentes regiões do globo, sendo reconhecidamente nos Estados Unidos da América, onde tem recebido mais atenção. Contudo, apesar de constituir uma área ainda em fase “pré-paradigmática” (Araújo, 2017), a sua relevância é inquestionável (Ishikawa & Kiuchi, 2010), tendo saído reforçada com o avançar do quadro pandémico global por covid-19 (Fielding, 2020; Finset et al., 2020).

A comunicação de saúde é uma estratégia central para informar o público sobre preocupações sanitárias e para manter assuntos importantes sobre este tema na agenda pública (World Health Organization, 1998), sendo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) defende que, para ser eficiente, este tipo de comunicação deve pautar-se por ser (a) acessível e aplicável; (b) credível e confiável; (c) relevante; (d) oportuna; e (e) compreensível por parte dos decisores (World Health Organization, s.d.).

Renata Schiavo (2014) adita uma perspetiva importante, esclarecendo que um dos principais objetivos da comunicação de saúde deverá ser “envolver, capacitar e influenciar” os indivíduos e as comunidades (p. 5). Ou seja, o derradeiro objetivo da comunicação de saúde é promover uma manutenção ou alteração comportamental que se alinhe com a promoção da saúde dos indivíduos.

No quadro de uma pandemia, e apesar do valor inquestionável dos diferentes níveis de comunicação de saúde que envolvem um número de agentes diferenciado (nível

interpessoal, grupal, entre outros), é ao nível social que compete um maior esforço e do qual se espera um resultado mais evidente. Kreps (2001) diz-nos que este nível de comunicação se foca na criação, disseminação e utilização de informações de saúde comunicadas através de diversos meios à ampla gama de audiências profissionais e leigas da sociedade, que influenciam as práticas de educação e promoção para a saúde (p. 235).

É, portanto, neste nível que a aposta deve ser mais forte, porque é capaz de ter um enorme impacto sobre largas audiências (Goldberg et al., 2015). Basta que pensemos numa das crises sanitárias da última década, como o surto de ébola de 2014, por exemplo, para percebermos como a comunicação de saúde de nível social é fulcral para informar populações de vários países, condicionar comportamentos e, assim, fazer da população uma aliada na manutenção da sua própria segurança sanitária, promovendo a contenção de uma epidemia através de comportamentos preventivos. Foi também dentro deste nível de comunicação que se operacionalizou aquela que pode ter sido a campanha de comunicação de saúde mais transversal do mundo — a campanha contra a covid-19.

No entanto, as campanhas de comunicação de saúde, para serem eficientes, devem ser bem desenhadas e rigorosamente dirigidas, através dos canais mais adequados, e com uma frequência que permita não apenas que a mensagem seja recebida, mas que seja ainda assimilada e recordada (Abroms & Maibach, 2008, p. 221). Ora, no que se refere à covid-19, não podemos defender que tenha existido uma verdadeira campanha, apesar dos esforços encetados nesse sentido, nomeadamente por parte da OMS. Acresce que a abrangência da pandemia e a falta de evidência científica no que se refere à natureza e ao comportamento do vírus concorreram para que muitos dos pressupostos do que deve ser uma comunicação de saúde fossem esquecidos, levados no caudal de incertezas. A epidemia de zika, entre 2015 e 2016, já tinha demonstrado que, na ausência de informação confirmada sobre a doença, há uma tendência para que a desinformação¹ se propague (Vraga & Jacobsen, 2020).

Perante este cenário de crise sanitária, sem evidência científica sólida que permitisse guiar de forma segura e clara a decisão política, a sociedade reagiu, procurando incessantemente mais informação que lhe permitisse ajustar o seu comportamento e garantir, assim, a sua segurança (Paakkari & Okan, 2020). Neste contexto, os *media* noticiosos revestiram-se de extrema importância, assumindo-se como parceiros indispensáveis na resposta a esta emergência de saúde pública e funcionando como mediadores entre governos, instituições de saúde e os públicos (Mheidly & Fares, 2020). É, de facto, através dos *media* e, cada vez mais, dos *media* sociais (Newman, 2020) que o público procura “informação correta, factos científicos sólidos, decisões governamentais e reações do público em geral” (Mheidly & Fares, 2020, p. 411): o aumento do consumo de notícias durante a pandemia por covid-19 é demonstrativo da sua centralidade (Casero-Ripolles, 2020).

¹ O termo português “desinformação” cobre três tipos de desordens informativas: *disinformation*, *misinformation* e *mal information* – fenómenos que se distinguem no eixo da intencionalidade e da falsidade (Wardle & Derakhshan, 2017). *Disinformation* é informação falsa veiculada propositadamente, ou seja, com intenção maliciosa; *misinformation* tem também a marca da falsidade, mas não a da intencionalidade; *mal information* diz respeito a informação baseada na realidade, mas que não reflete a totalidade da história ou de perspetivas e cuja difusão pretende infligir mal a pessoas, organizações ou países. Neste artigo, fazemos uso do conceito de “desinformação” com o significado de *misinformation*.

VACINAÇÃO — UM DESAFIO MAJOR PARA COMUNICAÇÃO DE SAÚDE

O processo de vacinação contra a covid-19 iniciado pela União Europeia a 27 de dezembro de 2020 vai ficar na história como resposta ao maior desafio que a humanidade enfrentou nos primeiros anos deste século (Jeyanathan et al., 2020).

A comunicação desta campanha constituiu ela própria um caso excepcional que importa avaliar. Em toda a Europa, de forma concertada, fontes oficiais, *media* e sociedade voltaram as suas atenções para a vacina — uma solução muito aguardada e que foi capitalizada politicamente pela Comissão Europeia e pelos governos dos países que constituem a União Europeia. Contudo, o desafio comunicativo colocado pela campanha de vacinação supera em muito o âmbito político.

A comunicação foi uma estratégia-chave no âmbito da saúde pública (Rudd & Baur, 2020), pelo que o seu papel na campanha de vacinação foi imediatamente reconhecido como essencial. Aliás, dentro da comunicação de saúde, a vacinação constituiu em si mesma um desafio, sendo um dos temas mais estudados, por estar associado a importantes fenómenos de desinformação potenciadores dos movimentos anti vacinação.

Uma das causas na génese deste problema é um artigo científico publicado por Andrew Wakefield e outros especialistas na reputada revista científica *The Lancet*, em 1998. Nesse trabalho, os autores associavam a vacina VASPR (contra o sarampo, a parotidite epidémica e a rubéola) ao autismo. Embora o artigo correspondesse a um estudo de caso com uma amostra de apenas 12 crianças, os seus resultados tiveram um enorme impacto junto da comunidade, nomeadamente devido à repercussão mediática que obteve. Assim, entre 2003 e 2004, a taxa de vacinação contra o sarampo, a parotidite epidémica e a rubéola no Reino Unido, nas crianças com 2 anos, baixou para valores na ordem dos 80% (Editorial Board, 2012). Embora a revista *The Lancet* tivesse retirado o artigo dos seus arquivos em 2010, uma vez que foi desacreditado, o movimento anti vacinação continuou a crescer (Arif et al., 2018).

Por tudo isto, o envolvimento dos *media* neste processo torna-se fundamental, como relembra Renata Schiavo (2020), que considera que o papel dos jornalistas em assegurar uma cobertura mediática correta e baseada na evidência é muito importante, assim como “treinar cientistas e agências governamentais para discutir em linguagem simples os benefícios de uma futura vacina para a Covid-19 com os *media*” (p. 74). Atualmente, com a enorme proliferação de informação online, os riscos associados à comunicação sobre vacinação são ainda mais elevados. A informação permanece em ambiente digital, inapagável, independentemente da sua qualidade, com consequências extensivas a vários domínios e de difícil gestão (Suiter & Culloty, 2021). Por isso, “neutralizar a desinformação sobre vacinas por parte das autoridades de saúde faz parte da solução” (Arif et al., 2018, p. 10).

Assim, a responsabilidade que recai sobre as autoridades políticas e de saúde é particularmente elevada. Para além de promoverem adequadamente a operação de receção, distribuição e administração da vacina, terão de promover com rigor e cautela o processo comunicativo sobre ela, sob pena de, em vez de garantirem a tão necessária adesão à vacinação, “aumentarem as perceções equivocadas ou reduzirem a intenção de vacinação” (Nyhan et al., 2014, p. e835).

A seu favor, as fontes oficiais contam com a vontade da maioria dos cidadãos de serem inoculados. De acordo com um estudo europeu publicado ainda em 2020, 75% dos portugueses admitiam querer ser vacinados (Neumann-Böhme et al., 2020). A comunicação sobre a vacinação começou, portanto, de forma favorável.

FONTES OFICIAIS E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

No espaço mediático, as fontes são a origem da informação que lemos, vemos e ouvimos. Segundo Hall et al. (1978), as fontes autorizadas e objetivas são as representantes das principais instituições sociais, do poder institucional, os que detêm estatuto representativo (deputados, ministros, sindicatos, entre outros) e os especialistas.

De entre as fontes existentes, as de índole oficial ocupam um lugar dominante (Araújo, 2017; Lopes et al., 2015; Ribeiro, 2006; Santos, 1997). Estudos realizados em Portugal revelaram a existência de uma elite de fontes organizadas, que define o noticiário de saúde (Araújo, 2017; Lopes et al., 2011), influenciando a produção de três em cada 10 informações sobre este tema veiculadas na imprensa nacional (Magalhães, 2012).

As fontes procuram aumentar a sua visibilidade, marcar a agenda pública, angariar apoio ou adesão a ideias, prevenir ou reparar prejuízos, neutralizar os interesses de adversários e criar uma imagem pública positiva (Pinto, 2000, p. 280). Ou seja, as fontes, em geral, e as autoridades que reconhecemos como fontes oficiais, em particular, usam o seu potencial de comunicação de forma estratégica, intencional, com o objetivo de dar cumprimento a determinada missão, sendo que, para isso, entrecruzam áreas como a gestão, o marketing, a publicidade e as relações públicas (Hallahan et al., 2007).

A comunicação estratégica corresponde, portanto, a uma forma de unificar diferentes ações de comunicação concebidas para ajudar a alcançar as metas estratégicas de uma determinada entidade, recorrendo, para isso, às formas de comunicação disponíveis para satisfazer os seus objetivos, sendo cada uma dessas formas delimitada pela sua própria tática e pelos seus próprios planos de ação (Carrillo, 2014).

Vertendo isto para o desafio que é a implementação de uma campanha generalizada de vacinação que se inicia *dentro* de uma pandemia, percebemos que a adoção de uma lógica de comunicação estratégica é essencial para que as autoridades envolvidas no processo de vacinação consigam dar cumprimento aos seus objetivos, usando, para isso, não só as estratégias de assessoria mediática que lhes permitem influenciar a opinião pública através dos *media* tradicionais, mas também fazendo uso de estratégias “desintermediadas” (Eldridge et al., 2019; Lévy, 1998), nomeadamente em ambiente digital, que lhes possibilitam “manter um diálogo” mais próximo com diferentes grupos da sociedade.

METODOLOGIA

Este trabalho teve como objetivo perceber quais as estratégias de comunicação adotadas pelas fontes oficiais nacionais para comunicarem sobre vacinação contra a covid-19, inserindo-se num projeto mais vasto que pretende analisar este tema de duas

formas: através da cobertura mediática da vacinação contra a covid-19 nos meios de comunicação portugueses (nomeadamente nos serviços noticiosos dos canais generalistas em sinal aberto e nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*) e através da comunicação estratégica promovida pelas fontes oficiais, portuguesas e europeias.

A relevância da comunicação digital no panorama mediático e informativo atual é incontornável (Neuman, 2016; Reyna et al., 2018), pelo que as fontes oficiais apostam crescentemente neste tipo de comunicação, através da dinamização dos seus sites e das suas páginas nas redes sociais online mais ativas e próximas do público (Statista, 2021). Em Portugal, os utilizadores dedicam em média 96 minutos por dia à sua navegação, número que cresce para os 135 minutos junto dos mais jovens. O Facebook continua a liderar a tabela, com o Instagram a ganhar terreno, sendo que 67% dos portugueses, em 2020, usou estas plataformas para o consumo de informação (Marktest, 2020). Entre 2015 e 2020, de acordo com o *Reuters Institute Digital News Report 2020* (Relatório de Notícias Digitais de 2020 do Reuters Institute; Newman, 2020), a televisão tem sido desafiada pelo online e pelas redes sociais e o uso do smartphone tem crescido de forma sustentada. Do ponto de vista das organizações com presença nas redes sociais online, 70% possui uma página corporativa no Facebook, seguindo-se o LinkedIn (54%), Youtube (44%) e o Twitter (42%), identificando-se o Instagram como a plataforma com maior margem para crescimento (NOS, s.d.).

Partindo destes indicadores, analisámos os sites oficiais da Direção-Geral da Saúde (DGS); governo/primeiro-ministro; Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. (Infarmed); Ministério da Saúde; Serviço Nacional de Saúde (SNS) e as suas contas das redes sociais online Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn. A escolha das fontes teve por base a identificação das autoridades envolvidas diretamente na gestão da pandemia e na resposta em matéria de saúde pública (Tabela 1).

FONTES OFICIAL	SITE	REDES SOCIAIS ONLINE —NÚMERO DE SEGUIDORES EM JANEIRO DE 2021
Direção-Geral da Saúde	https://www.dgs.pt/	Facebook: 701.400
		Instagram: 22.500
		Twitter: 47.000
		LinkedIn: 2.600 (sem publicações)
Governo/primeiro-ministro	https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22	Facebook: 77.400
		Instagram: 22.500
		Twitter: 47.000
		LinkedIn: 2.600 (sem publicações)
Infarmed	https://www.infarmed.pt/	Facebook: 16.500
		Instagram: não se aplica
		Twitter: 6.300
Ministério da Saúde	https://covid19.min-saude.pt/	LinkedIn: 42.300
		Não se aplica

Serviço Nacional de Saúde	https://www.sns.gov.pt/	Facebook: 266.300
		Instagram: 173.000
		Twitter: 30.000
		LinkedIn: não se aplica

Tabela 1 Fontes oficiais portuguesas analisadas entre 21 de dezembro de 2020 e 21 de janeiro de 2021

No caso do Ministério da Saúde, optámos por analisar o site dedicado à covid-19, que integrou um microsite dedicado à vacinação, uma vez que foi este o espaço privilegiado pelo Ministério da Saúde para comunicar com a sociedade sobre a temática. Verificou-se, também, que o ministério não tem conta nas redes sociais online.

Foram mapeados, selecionados e analisados os conteúdos referentes à vacinação contra a covid-19, perfazendo 134 ocorrências nos sites oficiais e 297 posts nas redes sociais online, de 21 de dezembro de 2020 — dia da autorização da primeira vacina pela União Europeia — até 21 de janeiro de 2021.

GRELHAS DE ANÁLISE E VARIÁVEIS

Os conteúdos foram examinados através da aplicação de duas grelhas de análise com uma base comum de variáveis, ajustadas mediante o tipo de conteúdo analisado (conteúdo publicado num site ou post publicado numa rede social online).

As grelhas foram desenhadas para identificar as características principais dos conteúdos publicados pelas fontes oficiais, de acordo com as variáveis apresentadas na Tabela 2.

SITES	REDES SOCIAIS ONLINE	DESCRIÇÃO
Fonte oficial	Fonte oficial	Designação da fonte oficial promotora da informação
Não se aplica	Rede social	Designação da rede social online onde o conteúdo foi publicado
Tipo de conteúdo	Tipo de conteúdo/ multimedialidade	Suporte para comunicação adotado (as categorias desta variável foram adaptadas às plataformas — sites ou redes sociais)
Público	Não se aplica	Grupo da sociedade a atingir pelo conteúdo (avaliado na perspectiva do recetor)
Enquadramento	Enquadramento	Tom de enquadramento do conteúdo
Tema	Tema	Áreas de intervenção e ângulos de abordagem sobre a vacinação
Protagonista	Protagonista	Figura que assume uma posição de destaque no conteúdo
Não se aplica	Hipertextualidade	Ligações disponíveis para obtenção de mais informação

Tabela 2 Variáveis utilizadas nas grelhas de análise aplicadas no estudo e respetivas descrições

Os dados coletados foram, então, codificados e categorizados no SPSS, permitindo análises de frequência simples e cruzamento de variáveis, contribuindo para uma compreensão mais extensa e aprofundada sobre a forma, conteúdo e objetivos das estratégias de comunicação das fontes oficiais selecionadas sobre o tema em estudo.

RESULTADOS

PRESENÇA DAS FONTES OFICIAIS NOS CANAIS ONLINE

Mais de metade da nossa amostra foi composta por conteúdos comunicados pelo SNS através do seu site e das suas páginas nas redes sociais online. Se olharmos para os sites, na lista de fontes mais profícuas na comunicação de novas informações sobre a vacinação contra a covid-19 segue-se o Infarmed, com uma percentagem de 20%, e só depois listamos o governo (13%), o site do Ministério da Saúde especialmente dedicado à temática da pandemia e da vacinação (9%) e, por último, a DGS, cujos conteúdos sobre esta temática se ficaram pelos 8%. O comportamento das fontes nas redes sociais online é, no entanto, distinto. O governo ocupa aí um lugar de maior evidência, sendo a segunda fonte mais frequente, com uma taxa de 12% (Tabela 3).

	SITES		REDES SOCIAIS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Serviço Nacional de Saúde	67	50,0	223	75,1
Infarmed	27	20,1	21	7,1
Governo	18	13,4	36	12,1
Ministério da Saúde/Covid-Vac (site do Ministério da Saúde sobre covid e vacinação)	12	9,0	Não se aplica	Não se aplica
Direção-Geral da Saúde	10	7,5	17	5,7
Total	134	100,0	297	100,0

Tabela 3 Conteúdos sobre vacinação contra a covid-19 publicados pelas fontes oficiais nacionais nos respetivos sites e redes sociais online

As fontes oficiais portuguesas concentraram os seus esforços de comunicação nas redes sociais online no Twitter (Tabela 4). Foi o governo português que mais usou esta plataforma, tendo aí colocado cerca de 70% das suas publicações sobre vacinação. No entanto, foi o SNS que somou um número maior de ocorrências nessa rede ($n = 93$). De referir que a DGS fez uma aposta diferente em termos de escolha de plataformas, privilegiando a utilização do Facebook (47%), embora com um número reduzido de posts no somatório das quatro redes analisadas ($n = 17$).

		REDES SOCIAIS ONLINE			
		Facebook	Instagram	Twitter	LinkedIn
Governo	Frequência	6	5	25	0
	Percentagem	16,7	13,9	69,40	0
Direção-Geral da Saúde	Frequência	8	4	5	0
	Percentagem	47,1	23,5	29,40	0
Infarmed	Frequência	5	0	9	7
	Percentagem	23,8	0,0	42,90	33,30
Serviço Nacional de Saúde	Frequência	74	56	93	0
	Percentagem	33,2	25,1	41,70	0

Total	Frequência	93	65	132	7
	Percentagem	31,3	21,9	44,40	2,40

Tabela 4 Distribuição dos posts sobre vacinação contra a covid-19 das fontes oficiais por rede social

TIPOS DE CONTEÚDO E PÚBLICOS-ALVO

Cerca de 65% dos conteúdos produzidos pelas fontes oficiais em estudo caem na categoria “notícia institucional”, com uma distância muito significativa da categoria “comunicado de imprensa” (11%) que lhe sucede (Tabela 5). Os documentos formais, de teor oficial, registam uma taxa de 6,7%, seguidas pelas perguntas mais frequentes (*frequently asked questions*, FAQ) com uma percentagem de 3,7%. Com taxas mais baixas, encontramos tipos de conteúdo como folhetos informativos (2,2%), vídeo (apenas 1,5%), entre outros.

	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Notícia institucional	87	64,9
Comunicado de imprensa	15	11,2
Documento	9	6,7
<i>Frequently asked questions</i> (FAQ)	5	3,7
Bloco de texto	3	2,2
Interativo	3	2,2
Folheto informativo/poster	3	2,2
Newsletter	2	1,5
Vídeo	2	1,5
Intervenção	1	0,7
Outro	4	3,0

Tabela 5 Tipos de conteúdo sobre vacinação contra a covid-19 publicados nos sites das fontes oficiais nacionais

O texto é o tipo de conteúdo mais presente nos posts publicados pelas fontes avaliadas nas suas páginas nas redes sociais online (60%), seguindo-se os banners (33%). A utilização deste tipo de conteúdo, com traços de linguagem publicitária, constitui um resultado importante, na medida em que rompe com a linguagem informativa, quase jornalística, utilizada, por exemplo, nos sites. Os banners associam com frequência, na mesma imagem, foto ou ilustração a mensagens de natureza persuasiva, podendo derivar de campanhas publicitárias multimeios (Tabela 6).

	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Texto	252	57,1
Banners	146	33,1
Fotografia	23	5,2
Galeria de fotografias	9	2,0
Vídeo	6	1,4
Infografia	3	0,7
Direto/live	2	0,5

Tabela 6 Tipos de conteúdo publicados nas redes sociais online das fontes oficiais nacionais

Nota. Uma vez que, por natureza, os posts das redes sociais online tendem a possuir mais do que um tipo de conteúdo, categorizámos os dois tipos de conteúdo dominantes em cada post. Assim sendo, o número total de registos existente nesta tabela ultrapassa o número total de posts analisados.

De referir que, no âmbito da análise dos sites, avaliámos ainda o público-alvo dos conteúdos publicados, tendo concluído que 78,4% ($n = 105$) das informações se destinavam ao público em geral. Os conteúdos claramente destinados a profissionais de saúde e/ou a entidades envolvidas no processo de vacinação somavam 11% ($n = 14$), a par das informações disponibilizadas para os *media*. Esta variável não foi aplicada aos conteúdos das redes sociais online, atendendo a que se assume que esses conteúdos se dirigem, por natureza, a públicos mais alargados.

ENQUADRAMENTO

As fontes oficiais adotaram preferencialmente um enquadramento informativo quando comunicaram sobre vacinação contra a covid-19, seguindo-se-lhe o enquadramento de tipo positivo, que matizou 18% dos conteúdos publicados nos sites e 16% dos conteúdos publicados nas redes (Tabela 7). O enquadramento pedagógico foi remetido para um plano ulterior, tendo sido adotado em apenas 4% dos casos referentes aos sites e não possuindo expressão nos posts das redes sociais analisadas. Os conteúdos enquadrados de forma persuasiva ou defensiva foram pouco frequentes. Importa, no entanto, referir a DGS que é, de todas as fontes, a que mais uso fez do enquadramento persuasivo, nomeadamente nas redes sociais online.

	SITES		REDES SOCIAIS ONLINE	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Informativo	98	73,1	238	80,1
Positivo	24	17,9	46	15,5
Pedagógico	5	3,7	1	0,3
Persuasivo/defensivo	4	3,0	12	4,0
Outro/não se aplica	3	2,2	0	0

Tabela 7 Enquadramento dos conteúdos publicados nos sites e nas redes sociais online

TEMAS

Os conteúdos disponibilizados pelas fontes oficiais focaram-se especialmente no ato da administração da vacina contra o SARS-CoV-2. Este tema esteve subjacente a um terço dos conteúdos publicados nos sites e a cerca de 70% dos posts publicados nas redes sociais que acompanhámos. Os grupos definidos como prioritários para a sua receção (16%) receberam uma atenção especial das fontes oficiais portuguesas nos sites (16%), mas curiosamente o mesmo não se passou nas redes, onde este tópico foi abordado apenas três vezes. Mais de 13% da comunicação das fontes oficiais abordavam a vacina de uma perspetiva genérica (dando uma visão geral do tema, sem aprofundamento), tanto nos sites como nas redes sociais online, ficando temas como a segurança da vacina e a autorização para a sua administração relegados para segundo plano (Tabela 8).

	SITES		REDES SOCIAIS ONLINE	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Administração	42	31,3	206	69,4
Grupos prioritários	22	16,4	3	1
Abordagem genérica	18	13,4	39	13,1
Informação técnico-científica	12	9	7	2,4
Distribuição	9	6,7	13	4,4
Prazos	5	3,7	0	0
Autorização da vacina	5	3,7	9	3
Segurança da vacina	4	2,9	0	0
Retratos: nacionais/internacionais	4	3	1	0,3
Prevenção	2	1,5	0	0
Incumprimento de prazos	2	1,5	0	0
Dificuldades na distribuição	2	1,5	0	0
Decisões políticas	1	0,7	1	0,3
Decisões de entidades oficiais saúde	1	0,7	0	0
Agradecimentos	0	0	9	3
Fact-check	0	0	6	2
Outros	3	2,2	3	0,9
Não se aplica	2	1,5	0	0

Tabela 8 Temas dos conteúdos sobre vacinação contra a covid-19 publicados nos sites e nas redes sociais online

PROTAGONISTAS

Mais de metade dos conteúdos sobre vacinação publicados nos sites das principais fontes oficiais não se focam em indivíduos que possam assumir um papel de protagonista (55%). No caso das redes sociais, 77% dos conteúdos podem ser associados a um ou a vários protagonistas (Tabela 9).

	SITES		REDES SOCIAIS ONLINE	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Representantes de fontes oficiais	34	25,4	60	20,2
Profissionais de saúde	13	9,7	40	13,5
Cidadãos	1	0,7	5	1,7
Vários	13	9,7	116	39,1
Outros	0	0	7	2,4
Sem protagonista	73	54,5	69	23,2

Tabela 9 Protagonistas dos conteúdos sobre vacinação contra a covid-19 publicados nos sites e nas redes sociais online

Quando os protagonistas existem, são os representantes das fontes oficiais que assumem um papel de destaque nos sites, sem surpresa (com uma presença de 25% face ao total e de 56% face aos conteúdos com protagonista). Os cidadãos estão fora do ângulo destas fontes (não chegam a ter representação em 1% do total de conteúdos publicados nos sites e nas redes sociais online ficam abaixo dos 2%). Mesmo os profissionais de saúde são remetidos para uma segunda linha de visibilidade não só nos sites (10%), mas também nas redes sociais online (14%).

As fontes oficiais não gozam do mesmo destaque nas redes sociais online. Nestas plataformas, o protagonismo é maioritariamente partilhado (39%) entre diferentes atores e os posts que dão palco exclusivo aos representantes das fontes oficiais ficam reduzidos a cerca de um quinto dos casos (20%).

HIPERTEXTUALIDADE

Verifica-se ainda que apenas 64% dos posts sobre vacinação publicados nas redes sociais apresentam marcas de hipertextualidade. Cerca de 40% das publicações remetem os seguidores para os sites da fonte oficial e 18% correspondem a republicações de conteúdos (*repost*), estratégia tipicamente usada no Twitter (Tabela 10).

	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Sites oficiais	116	39,1
Repost	53	17,8
Outras plataformas internacionais	12	4
Informação desenvolvida	6	2
Redes sociais online	1	0,3
Outros recursos	1	0,3
Não se aplica	108	36,4

Tabela 10 Hipertextualidade dos posts sobre vacinação contra a covid-19 publicados pelas fontes oficiais nas respetivas redes sociais online

DISCUSSÃO

Os resultados do nosso trabalho revelam que o SNS é a fonte oficial que mais privilegia a comunicação sobre vacinação em ambiente digital, nos canais analisados, através de uma profícua publicação de conteúdos no seu site e da publicação continuada de informação nas redes sociais online. Atendendo a que o SNS corresponde ao “braço armado” do Ministério da Saúde junto da sociedade, este resultado parece-nos expectável e indicador de uma “boa saúde comunicativa” por parte do SNS, numa altura em que foi posto sistematicamente à prova.

Interessa referir que, para além de ser mais proficiente na produção e publicação de conteúdos do que as outras fontes oficiais nacionais analisadas, o SNS distinguiu-se por empregar uma lógica de proximidade, dando eco aos avanços da vacinação por região, numa clara intenção de fazer saber a todos os cidadãos, de norte a sul do país e das ilhas, que a vacina chegaria a todas as zonas, como revelam títulos como “Vacinação Começa Hoje Para Profissionais de Saúde do Tâmega e Sousa” e “Vacinação na ULS da Guarda”, identificados em notícias institucionais presentes no site do SNS. Ou seja, esta é a fonte mais próxima dos cidadãos e a mais atenta à necessidade de descentralizar a informação. Para isso, poderão contribuir os conteúdos produzidos pelos centros hospitalares e unidades de saúde que compõem o SNS e que poderão ser replicados por este órgão.

Ainda assim, quando seleciona redes sociais online para promover conteúdos sobre vacinação, esta fonte privilegia o Twitter. O mesmo fazem o governo e o Infarmed, sendo que o Ministério da Saúde não possui uma conta própria nesta rede social.

O Twitter possui cerca de 199.000.000 de utilizadores diários. No primeiro trimestre de 2020, que coincide com o mês de março de 2020, altura que foi decretada a pandemia, o número de utilizadores ativos cresceu de 133.000.000 no primeiro trimestre de 2020 para 162.000.000 de utilizadores no último trimestre, um aumento de cerca de 22% (Elfira & Indrawan, 2021).

No entanto, sabemos que esta não é a rede social mais utilizada em Portugal, sendo ultrapassada pelo Facebook e pelo Instagram. De acordo com um relatório da Marktest (2020), quando se pergunta aos portugueses quais as redes sociais online que conhecem, o Facebook é a que apresenta mais referências espontâneas entre os inquiridos com 99,6% de resposta, seguindo-se o Instagram com 87,4% e o Twitter com 60,1%.

Assim sendo, porque é que as fontes oficiais publicam com mais insistência no Twitter? Podemos fazer duas leituras. A primeira prende-se com as características desta rede que predispõem para a publicação de posts mais curtos, mas mais frequentes, o que poderá contribuir para inflacionar o número de posts divulgados. A segunda tem que ver com o destinatário: as fontes usam preferencialmente esta rede porque, na verdade, mais do que comunicar diretamente com os cidadãos, procuram comunicar com um importante segmento-alvo — os jornalistas. Sabemos que os jornalistas são particularmente atentos a esta rede, seguindo com atenção o que aí publicam as fontes oficiais e procurando novas informações noticiosas (Parmelee, 2013). Assinalamos, portanto, que as fontes oficiais poderão usar as redes sociais online como (mais) uma ferramenta de assessoria mediática.

Em sentido contrário ao do SNS, do governo e do Infarmed, encontramos a DGS. Esta instituição privilegiou a utilização do Facebook, o que não é de estranhar, uma vez que tem 701.400 seguidores no Facebook e apenas 47.000 seguidores no Twitter. Através desta opção, a DGS privilegia a comunicação direta com os cidadãos, através das redes sociais online, permitindo veicular com mais eficácia mensagens com uma forte intencionalidade de induzir comportamentos e incentivar à vacinação. Aliás, os resultados alcançados corroboram esta tese, revelando que dois terços dos posts que possuíam um enquadramento persuasivo foram publicados pela DGS. Ainda assim, a DGS pode estar a subaproveitar a sua capacidade de comunicação no Facebook, uma vez que o número total de posts publicado sobre vacinação foi relativamente reduzido.

A maioria dos conteúdos publicado pelas fontes oficiais nos seus sites e redes sociais online tem uma natureza noticiosa. Para além de 65% dos conteúdos divulgados pelas fontes oficiais nos sites corresponderem a notícias institucionais, constatamos que, nas redes sociais, os posts são frequentemente compostos por textos informativos acompanhados por fotos. Existe, portanto, uma linguagem noticiosa subjacente à produção dos conteúdos das fontes, em ambiente digital, que poderá derivar da larga tradição de assessoria mediática associada às fontes oficiais portuguesas.

Sendo o estilo jornalístico desejável no âmbito da assessoria mediática, poderá não ser o mais adequado quando a intenção não é apenas informar, mas também persuadir os recetores da mensagem a adotarem determinado comportamento. No âmbito da nossa análise aos conteúdos das redes sociais, percebemos que o uso de uma linguagem mais próxima da publicidade marca apenas cerca de 30% dos posts publicados nas redes, que se traduzem em banners em tudo similares a anúncios publicitários, devidamente adequadas ao meio, sendo adotada sobretudo por parte do SNS.

No escopo do que são as responsabilidades das fontes oficiais em estudo, seria de esperar, eventualmente, um esforço mais vincado para produzir e promover conteúdos com um enquadramento pedagógico, mais focados em educar e esclarecer a população sobre os tópicos que podem comprometer a sua adesão à vacinação. No entanto, os conteúdos pedagógicos não encontraram espaço nas redes sociais online e marcaram apenas 4% dos conteúdos publicados nos sites.

Antes de a vacina chegar a Portugal, 75% dos portugueses assumiam querer ser vacinados (Neumann-Böhme, et al., 2020). Uma percentagem importante apontava receios em torno da segurança da vacina e dos possíveis efeitos secundários. No entanto, este tema foi dos menos abrangidos pelas fontes oficiais no âmbito da sua comunicação em ambiente digital. A segurança da vacina foi alvo de apenas quatro conteúdos, todos publicados nos sites. O tema foi quase completamente excluído da comunicação sobre vacinação nas redes, durante o período em análise, numa aparente evicção do tema. Em contrapartida, a estratégia das fontes oficiais passou claramente por focar a administração como prova do sucesso da campanha de vacinação. Administração, grupos prioritários e abordagens genéricas sobre a vacina constituem, portanto, os temas dominantes ativamente promovidos pelas fontes oficiais nos canais digitais que controlam. No futuro, pretendemos aferir em que medida estas escolhas de temas se correlacionam com as

abordagens temáticas realizadas pelos jornalistas, atendendo a que observamos existir influência de técnicas e objetivos de assessoria mediática no âmbito das estratégias de comunicação digital das fontes em estudo.

Os representantes das fontes oficiais assumem, na maioria das vezes, o lugar de protagonistas dos conteúdos publicados nos sites e, mesmo nas redes, ocupam um lugar de destaque num quinto dos posts, superando os profissionais de saúde, cuja taxa de protagonismo se situa entre os 10% e os 14%. Os detentores de cargos associados às fontes oficiais analisados são, assim, estrategicamente apresentados como os agentes centrais do processo de vacinação, num claro exercício de comunicação estratégica com intuítos políticos, que pode colher dividendos junto da opinião pública.

CONCLUSÕES

O nosso trabalho indica que as principais fontes oficiais portuguesas chamam a si o protagonismo em torno do processo de vacinação contra a covid-19, que declinam em três temas fundamentais — administração da vacina, definição de grupos prioritários e abordagens genéricas. Nos sites, fazem-no através de notícias institucionais com um enquadramento maioritariamente informativo. Nas redes sociais online, usam o mesmo tom em posts que vivem essencialmente de textos e fotos, incluindo também hiperligações que remetem os seguidores para sites oficiais, frequentemente de entidades europeias.

De acordo com os nossos resultados, o SNS assume-se como o principal interlocutor dos portugueses quando se fala de vacinação contra a covid-19. No entanto, apesar de o SNS ser particularmente prolífero em ambiente digital, restam dúvidas sobre o grau de concertação desta fonte oficial com as restantes autoridades analisadas, sendo necessário avaliar, futuramente, a comunicação sobre vacinação dessas fontes numa perspetiva multimeios.

A comunicação promovida pelas fontes oficiais nacionais em ambiente digital é ainda muito marcada pela influência da assessoria mediática. Nas redes, as fontes comunicam através do Twitter, possivelmente para marcarem a agenda dos *media* tradicionais e para influenciarem comentadores, uma vez que os cidadãos tendem a preferir redes com outras características.

O forte enfoque registado no tema da administração das vacinas poderá indicar que as fontes se deixaram arrastar pelo caudal da atualidade mediática, concentrada nesse aspeto. Por outro lado, sabendo nós que as fontes são, tendencialmente, as principais definidoras das informações veiculadas pelos *media*, levantamos a hipótese de a confluência neste tema constituir uma escolha estratégica, com propósitos políticos. A administração da vacina corresponde a um sucesso sem precedentes da política europeia e contagia a política nacional de cada país da União Europeia. Capitalizar este sucesso significa melhorar a reputação política das fontes oficiais e dos seus representantes, sendo que, no nosso país, esta situação poderá ter sido ainda mais evidente, pela proximidade da assunção da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, a iniciar-se poucos dias após o arranque da vacinação.

A convergência temática na administração da vacina deu-se a par da subvalorização de outros tópicos igualmente importantes do ponto de vista da saúde, mas eventualmente menos apetecíveis de uma perspetiva política, nomeadamente a segurança da vacina e os eventuais problemas de distribuição decorrentes da falta de fornecimento. Nos canais digitais avaliados, as fontes oficiais portuguesas não promoveram ativa e significativamente conteúdos sobre estes dois importantes temas, embora fosse sabido que a segurança e os efeitos secundários preocupavam uma parte dos cidadãos e que a capacidade de fornecimento das empresas farmacêuticas que produzem a vacina poderia ficar aquém do desejável. Assumindo que estas opções poderão ter sido intencionais, são sugestivas de que as fontes oficiais perspetivam o processo comunicativo sobre vacinação do ponto de vista da comunicação política e não da perspetiva da comunicação de saúde.

Atendendo a que a comunicação de saúde tem como objetivos “envolver, capacitar e influenciar os indivíduos e as comunidades” (Schiavo, 2014, p. 5), concluímos que as fontes oficiais promoveram, durante o período de análise, formas de comunicação relativamente conservadoras, perdendo potencialmente a oportunidade de fomentar uma comunicação em ambiente digital mais direta, pedagógica, interativa e personalizada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04255/2020 (financiamento base) e UIDP/04255/2020 (financiamento programático), do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático) e no âmbito do contrato celebrado ao abrigo da norma transitória prevista pelo art. 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

REFERÊNCIAS

- Abroms, L. C., & Maibach, E. W. (2008). The effectiveness of mass communication to change public behavior. *Annual Review of Public Health*, 29(1), 219–234. <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.29.020907.090824>
- Araújo, R. (2017). *Dinâmicas de construção do noticiário de saúde: Uma análise da imprensa generalista portuguesa* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/45761>
- Arif, N., Al-Jefri, M., Bizzi, I. H., Perano, G. B., Goldman, M., Haq, I., Chua, K. L., Mengozzi, M., Neunez, M., Smith, H., & Ghezzi, P. (2018). Fake news or weak science? Visibility and characterization of antivaccine webpages returned by Google in different languages and countries. *Frontiers in Immunology*, 9, Artigo 1215. <https://doi.org/10.3389/fimmu.2018.01215>
- Carrillo, M. V. (2014). Comunicação estratégica no ambiente comunicativo das organizações atuais. *Comunicação e Sociedade*, 26, 71–80. [https://doi.org/10.17231/comsoc.26\(2014\).2025](https://doi.org/10.17231/comsoc.26(2014).2025)
- Casero-Ripolles, A. (2020). Impact of covid-19 on the media system. Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak. *El Profesional de la Información*, 29(2), Artigo e290223. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.mar.23>

- Center for Systems Science and Engineering. (2021, 23 de janeiro). *Covid-19 dashboard*. Johns Hopkins Coronavirus Resource Center. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>
- Editorial Board. (2012, 7 de dezembro). *Measles vaccination rates in UK recover after 14 years*. *Vaccines Today*. <https://www.vaccinestoday.eu/stories/measles-vaccination-rates-in-uk-recover-after-14-years/>
- Eldridge, S. A., II, García-Carretero, L., & Broersma, M. (2019). Disintermediation in social networks: Conceptualizing political actors' construction of publics on Twitter. *Media and Communication*, 7(1), 271–285. <https://doi.org/10.17645/mac.v7i1.1825>
- Elfira, T., & Indrawan, A. (2021). *During the pandemic, twitter users grew rapidly*. VOI. <https://voi.id/en/technology/48500/during-the-pandemic-twitter-users-grew-rapidly>
- Fielding, J. (2020). Good communication will help beat covid-19. *The Hill*. <https://thehill.com/opinion/healthcare/490410-good-communications-will-help-beat-Covid-19>
- Finset, A., Bosworth, H., Butow, P., Gulbrandsen, P., Hulsman, R. L., Pieterse, A. H., Street, R., Tschoetschel, R., & van Weert, J. (2020). Effective health communication – A key factor in fighting the covid-19 pandemic. *Patient Education and Counseling*, 103(5), 873–876. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2020.03.027>
- Goldberg, A. B., Ratzan, S. C., Jacobson, K. L., & Parker, R. M. (2015). Addressing ebola and other outbreaks: A communication checklist for global health leaders, policymakers, and practitioners. *Journal of Health Communication*, 20(2), 121–122. <https://doi.org/10.1080/10810730.2015.1007762>
- Guedes, N. (2020, 11 de dezembro). *Há mais de 70 anos que Portugal não tinha tantos mortos como em 2020*. TSF. <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/ha-mais-de-70-anos-que-portugal-nao-tinha-tantos-mortos-como-em-2020-13127678.html>
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis. Mugging, the state, and law and order*. Holmes & Meier Publishers.
- Hallahan, K., Holtzhausen, D., van Ruler, B., Verčič, D., & Sriramesh, K. (2007). Defining strategic communication. *International Journal of Strategic Communication*, 1(1), 3–35. <https://doi.org/10.1080/15531180701285244>
- Ishikawa, H., & Kiuchi, T. (2010). Health literacy and health communication. *BioPsychoSocial Medicine*, 4, 1–5. <https://doi.org/10.1186/1751-0759-4-18>
- Jeyanathan, M., Afkhami, S., Smaill, F., Miller, M. S., Lichty, B. D., & Xing, Z. (2020). Immunological considerations for covid-19 vaccine strategies. *Nature Reviews Immunology*, 20(10), 615–632. <https://doi.org/10.1038/s41577-020-00434-6>
- Kreps, G. L. (2001). The evolution and advancement of health communication inquiry. *Annals of the International Communication Association*, 24(1), 231–253. <https://doi.org/10.1080/23808985.2001.11678988>
- Lévy, P. (1998). A revolução contemporânea em matéria de comunicação (J. M. da Silva, Trad.). *Revista FAMECOS*, 5(9), 37–49. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1998.9.3009>
- Lopes, F., Marinho, S., Fernandes, L., Araújo, R., & Gomes, S. (2015). A saúde em notícia na imprensa portuguesa entre setembro de 2010 e junho de 2013. In F. Lopes, T. Ruão, S. Marinho, Z. P. Coelho, L. Fernandes, R. Araújo, & S. Gomes (Eds.), *A saúde em notícia: Repensando práticas de comunicação* (pp. 55–79). CECS.
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., & Araújo, R. (2011). Jornalismo de saúde e fontes de informação, uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010. *Derecho a Comunicar - Revista Científica de la Asociación de Derecho a la Información*, (2), 101–120. <http://132.248.9.34/hevila/Derechoacomunicar/2011/no2/6.pdf>

- Magalhães, O. E. (2012). *Comunicação de saúde e fontes – O caso da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66407>
- Markttest. (2020, 27 de outubro). *Quem usa e o que faz nas redes sociais?* <https://www.markttest.com/wap/a/n/id~26c7.aspx>
- Mheidly, N., & Fares, J. (2020). Leveraging media and health communication strategies to overcome the covid-19 infodemic. *Journal of Public Health Policy*, 41(4), 410–420. <https://doi.org/10.1057/s41271-020-00247-w>
- Neuman, W. R. (2016). *The digital difference: Media technology and the theory of communication effects*. Harvard University Press.
- Neumann-Böhme, S., Varghese, N. E., Sabat, I., Barros, P. P., Brouwer, W., van Exel, J., Schreyögg, K., & Stargardt, T. (2020). Once we have it, will we use it? A European survey on willingness to be vaccinated against covid-19. *The European Journal of Health Economics*, 21(7), 977–982. <https://doi.org/10.1007/s10198-020-01208-6>
- Neumann-Böhme, S., Varghese, N. E., Sabat, I., Barros, P. P., Brouwer, W., van Exel, J., Schreyögg, J., & Stargardt, T. (2020). Once we have it, will we use it? A European survey on willingness to be vaccinated against covid-19. *The European Journal of Health Economics*, 21(7), 977–982. <https://doi.org/10.1007/s10198-020-01208-6>
- Newman, N. (com Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., & Nielsen, R. K). (2020). *Reuters Institute digital news report 2020*. Reuters Institute. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf
- NOS. (s.d.). *NOS divulga terceiro estudo: Portugal tech insights 2020*. <https://www.nos.pt/institucional/PT/media/em-destaque/Paginas/NOS-divulga-terceiro-estudo-Portugal-Tech-Insights-2020.aspx>
- Nyhan, B., Reifler, J., Richey, S., & Freed, G. L. (2014). Effective messages in vaccine promotion: A randomized trial. *Pediatrics*, 133(4), e835–e842. <https://doi.org/10.1542/peds.2013-2365>
- Paakkari, L., & Okan, O. (2020). Covid-19: Health literacy is an underestimated problem. *The Lancet Public Health*, 5(5), e249–e250. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30086-4](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30086-4)
- Parmelee, J. H. (2013). Political journalists and Twitter: Influences on norms and practices. *Journal of Media Practice*, 14(4), 291–305. https://doi.org/10.1386/jmpr.14.4.291_1
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, 277–294. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1401](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1401)
- Reyna, J., Hanham, J., & Meier, P. (2018). The internet explosion, digital media principles and implications to communicate effectively in the digital space. *E-Learning and Digital Media*, 15(1), 36–52. <https://doi.org/10.1177/2042753018754361>
- Ribeiro, V. (2006). *Fontes sofisticadas de informação: Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <http://hdl.handle.net/10216/13047>
- Rudd, R., & Baur, C. (2020). Health literacy and early insights during a pandemic. *Journal of Communication in Healthcare*, 13(1), 13–16. <https://doi.org/10.1080/17538068.2020.1760622>
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Minerva.

- Schiavo, R. (2014). Health communication in health disparities settings. *Journal of Communication in Healthcare*, 7(2), 71–73. <https://doi.org/10.1179/1753806814Z.00000000073>
- Schiavo, R. (2020). Vaccine communication in the age of covid-19: Getting ready for an information war. *Journal of Communication in Healthcare*, 13(2), 73–75. <https://doi.org/10.1080/17538068.2020.1778959>
- Statista. (2021, outubro). *Most popular social networks worldwide as of October 2021, ranked by number of active users*. <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>
- Suiter, J., & Culloty, E. (2021). *Disinformation and manipulation in digital media: Information pathologies*. Routledge.
- Vraga, E. K., & Jacobsen, K. H. (2020). Strategies for effective health communication during the coronavirus pandemic and future emerging infectious disease events. *World Medical & Health Policy*, 12(3), 233–241. <https://doi.org/10.1002/wmh3.359>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder*. Council of Europe
- World Health Organization. (s.d.). *WHO principles for effective communications*. <https://www.who.int/about/communications/principles>
- World Health Organization. (1998). *Health promotion glossary*. <https://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf?ua=1>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Olga Estrela Magalhães é doutorada em ciências da comunicação pela Universidade do Minho, especializada em assessoria mediática na área da investigação em saúde. É investigadora do CINTESIS – Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde e coordenadora da Unidade de Gestão de Comunicação da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Os seus interesses de investigação incluem as áreas de comunicação de saúde, comunicação de ciência, jornalismo e assessoria mediática.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7559-4611>

Email: olgamagalhaes@med.up.pt

Morada: Alameda Prof. Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto, Portugal

Clara Almeida Santos é professora auxiliar no Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora integrada no Centro de Estudos Interdisciplinares. Doutorada em ciências da comunicação, foi vice-reitora da Universidade de Coimbra para a Cultura, Comunicação, Património e Antigos Estudantes entre 2011 e 2018. Jornalista de formação, trabalhou no Canal de Notícias de Lisboa e na SIC, onde exerceu funções fundamentalmente na SIC Online como repórter e editora. Foi docente na Escola Superior de Educação de Coimbra e diretora de comunicação da Interacesso. Exerceu também funções de editora da revista *Rua Larga*, da reitoria da Universidade de Coimbra. Tendo participado em diversos projetos europeus relacionados com o diálogo intercultural e com os *media*, foi consultora do

Conselho da Europa no âmbito da campanha “Speak Out Against Discrimination” (Falar Contra a Discriminação).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9122-387X>

Email: clara.santos@uc.pt

Morada: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

Catarina Duff Burnay fez pós-doutoramento em ciências da comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, é professora associada da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e coordenadora do Mestrado em Ciências da Comunicação. É investigadora e membro da direção do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura e do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa e coordenadora da equipa portuguesa para o Observatório Iberoamericano da Ficção Televisiva. Os seus interesses de investigação incluem estudos televisivos e do audiovisual, estratégias de produção e programação, públicos e audiências.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7730-1707>

Email: cburnay@ucp.pt

Morada: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, CECC - Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Palma de Cima. 1649-023 Lisboa

Rita Araújo, doutora em Ciências da Comunicação, é investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Os seus interesses de investigação são a comunicação e o jornalismo em saúde, as fontes de informação, e a literacia em saúde. Foi investigadora visitante no Hunter College, City University School of Public Health, Nova Iorque, e integrou a equipa portuguesa do projeto *Health Reporting Training Project* (2010-3675 HeaRT), financiado pelo Lifelong Learning Program da Comissão Europeia. Foi investigadora, com uma bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no projeto nacional *A Doença em Notícia* (PTDC/CCI-COM/103886/2008). É autora e coautora de vários artigos científicos e capítulos de livros e apresentou já a sua investigação em diversas conferências nacionais e internacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7124-6057>

Email: ritaaraujo@ics.uminho.pt

Morada: Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

Felisbela Lopes é professora associada com agregação da Universidade do Minho, onde trabalha desde 1994. Entre 2009 e 2014, foi aí pró-reitora para a área da comunicação. Tem centrado a sua investigação académica nas áreas da informação televisiva, do jornalismo da saúde e das fontes de informação e tem desenvolvido o ensino no campo do jornalismo. Fez agregação e doutoramento com trabalho académico sobre a informação televisiva. É autora de vários artigos em revistas científicas e de livros, entre os quais se destacam *Marcelo, Presidente Todos os Dias* (Porto Editora, 2019), *Jornalista:*

Uma Profissão Ameaçada (Alêtheia, 2015); *Vinte Anos de TV Privada em Portugal* (Editora Guerra e Paz, 2012); *A TV do Real* (Minerva, 2008); *A TV das Elites* (Campo das Letras, 2007) e o *Telejornal e o Serviço Público* (Minerva, 199).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9227-8998>

Email: felisbela@ics.uminho.pt

Morada: Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

Ana Teresa Peixinho é professora associada com nomeação por tempo indeterminado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em ciências da comunicação, é professora dos três ciclos de estudos de jornalismo e comunicação. É investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, onde coordena com Clara Almeida Santos o grupo de investigação Comunicação, Jornalismo e Espaço Público. Desenvolve investigação no domínio dos estudos narrativos mediáticos e da análise dos *media*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4533-7921>

Email: ana.cristo@fl.uc.pt

Morada: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

Submetido: 13/10/2021 | Aceite: 09/11/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.